

MOV-50



ORÇAM-TO

NA AMÉRICA

Latina

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

B989m Butturi Junior, Atilio; Rial, Carmem; Pedro, Joana Maria; Zucco, Luciana
Patrícia; Grossi, Miriam Pillar (org.).

Move-se o gênero na América Latina /

Organizadores: Atilio Butturi Junior, Carmen Rial, Joana Maria Pedro, Luciana
Patrícia Zucco e Miriam Pillar Grossi.

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2026.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-217-0983-1

1. América Latina. 2. Ciências Sociais. 3. Igualdade de Gênero.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais. 300

2. América Latina: pessoas classificadas pelo gênero. 980.013-081

**MOVE-SE
O GÊNERO
NA AMÉRICA
LATINA**

Copyright © 2026 – Dos organizadores representantes dos autores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Revisão: Giovanna Benedetto Flores
Editoração: Vinnie Graciano
Capa: Studio Longe

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho
(UNB – Brasília)

Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva
(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão
Campinas – SP – 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

O GÊNERO SE MOVENDO NA AMÉRICA LATINA	9
--	----------

PARTE 1

ATIVISMOS FEMINISTAS E LGBTQIA+ NA AMÉRICA LATINA

AMPLIAR A POTÊNCIA DO ENCONTRO: REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES A PARTIR DE UM ESTÁGIO DE PESQUISA DE DOUTORADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	15
---	-----------

Renata Kiefer

Laura Masson

Joana Maria Pedro

Tradução de Joaquín Emanuel Correa

DINÂMICAS SEXO-AFETIVAS DE MULHERES TRANS e TRAVESTIS NA CIDADE DE MAR DEL PLATA, ARGENTINA	33
--	-----------

Cristian Darouiche

Miriam Pillar Grossi

LITÍGIO ESTRATÉGICO COMO DISPOSITIVO: A ATUAÇÃO FEMINISTA NO MÉXICO, O GIRE E OS DIREITOS REPRODUTIVOS NA SUPREMA CORTE	55
--	-----------

Thatiane Mandelli

Atilio Butturini Junior

UMA AUTOETNOGRAFIA DAS AGENDAS TRANS	91
---	-----------

Keo Silva

Carmen Rial

**ENTRE-TRAMAS: POLÍTICAS TRANS EM SAÚDE NO
BRASIL** 123

Ale Mujica Rodriguez
Luciana Patrícia Zucco

**O SUPER-HERÓI ESTADUNIDENSE QUE MELHOR
REPRESENTA O HOMEM BRASILEIRO** 153

Guilherme “Smee” Sfredo Miorando
Adriano Beiras

RESISTÊNCIAS E (RE)EXISTÊNCIAS QUEER 176

José Augusto Simões de Miranda
Débora de Carvalho Figueiredo

**PARTE 2
MULHERES E PODER NO ENSINO SUPERIOR**

**REVOLTAS: DISCIPLINA ACADÊMICA, EMOÇÕES E
SENTIRES DE DOCENTES UNIVERSITÁRIAS** 195

Cecilia Arrarte-Arzola
Atilio Butturi Junior
Tradução de Nelly Andrea Guerrero Bautista

**REITORAS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA:
MOTIVAÇÕES, ALIANÇAS FAMILIARES E O CUIDADO
COMO POLÍTICA** 221

Carolina Giordano Bergmann
Miriam Grossi
Joana Maria Pedro

**OBSERVATÓRIO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO
NA CIÊNCIA: INDICADORES E ENFRENTAMENTO ÀS
VIOLÊNCIAS** **238**

Morgani Guzzo
Joana Maria Pedro

PARTE 3
FUTEBOL E GÊNERO NA AMÉRICA LATINA

**O ENCONTRO ENTRE FUTEBOL, POLÍTICA E
FEMINISMOS NA ARGENTINA** **267**

Rita Lorena Arambuenza
Carmen Rial
Pablo Alejandro Alabarces
Tradução de Natalia Pérez Torres e Joaquín Correa

**PROIBIR, RIDICULARIZAR, RESISTIR: CENSURA E
MULHERES NO FUTEBOL BRASILEIRO** **297**

Caroline Soares de Almeida
Carmen Rial

**A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “MASCULINIDADE
IMUNE/BLINDADA” E SUA ATUAÇÃO NA IMPUNIDADE
ESTRUTURAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO FUTEBOL
PROFISSIONAL: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO,
CLASSE, FAMA E PODER SIMBÓLICO** **322**

Marcos Vinícius Ferreira Corrêa
Carmen Rial

**FEMININAS OU FEMINISTAS? NARRATIVAS E PRÁTICAS
DE MULHERES TORCEDORAS DE FUTEBOL** **345**

Thaís Rodrigues de Almeida
Carmen Rial

REPRESENTAÇÕES DO FUTEBOL EM TELENÓVELAS BRASILEIRAS E ARGENTINAS: UMA ANÁLISE INICIAL	362
Vanrochris Helbert Vieira	
SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS	388
SOBRE AS AUTORIAS	390

APRESENTAÇÃO

O GÊNERO SE MOVENDO NA AMÉRICA LATINA

Quando recebemos a mensagem da coordenação do Programa Interdisciplinas em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, mais exatamente de seu coordenador, nosso colega Amurabi de Oliveira, não tínhamos ideia do que se tratava aquele novo projeto do Governo Federal e da CAPES, denominado *Move La América*.

O edital descrevia a colaboração entre países da América Latina e a vinda de estudantes de doutorado para um período no Brasil, em nossa (Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC) e em várias outras instituições de Ensino Superior. Era então 2022 e quatro de nós, Miriam, Joana, Carmen e Atilio, nos colocamos entre possíveis supervisores. Eis que, algum tempo depois, recebemos a mensagem que avisava que nós quatro, professoras e professor da área de Estudos de Gênero e Sexualidades/EGES do Programa, tínhamos sido contemplados e, inclusive, já tínhamos estudantes indicadas e indicado para a vinda ao Brasil, da Argentina e do Uruguai.

Essa história um pouco burocrática, como muitas que acontecem na Universidade, então daria lugar a uma aproximação bem mais cheia de nuances. Passamos, cada uma e cada um de nós, a conversar com as pessoas que viriam e com as pessoas que as supervisionavam nos seus países de origem. Ouvimos sobre suas pesquisas, ainda *on-line*, soubemos quem eram, trocamos documentos, arranjamos as datas.

Entre março e abril, então, as quatro pessoas do *Move La América*, recebendo bolsa da CAPES, chegaram à Florianópolis: Rita Lorena Arambueno, da ILFyA-UNSE/UNLP; Maria Cecília Arrarte, da UDELAR; Renata Kiefer, da Universidad de Entre Rios; e Cristian Darouiche, da Universidad de Buenos

Aires. Nós, já havíamos orientado pessoas de países latino-americanos, mas agora as recebíamos de um modo distinto, que desde o início se mostrou profícuo não apenas para aprofundar laços, mas também, cabe destacar, para evidenciar as possibilidades de pesquisa que esses países têm começado a desenvolver.

Dito de outro modo, a chegada daquelas quatro pessoas doutorandas, criou uma materialidade nova para pensarmos as colaborações Suis-Sul, que tanto alardeamos em teoria. Agora, numa iniciativa governamental – depois do isolamento promovido pelo governo anterior – apontava para um novo ciclo de parcerias, na translíngua em que todas as pessoas, a partir de então, passaram a usar para estabelecer relações de pesquisa e de afeto com aquelas quatro pessoas, *las becarias de Move La América*.

Rita Lorena veio como um presente enviado por um amigo de longa data de Carmen, o Pablo Alabarces, o sociólogo mais antropólogo da Argentina, como costumamos chamá-lo, autor de um livro de referência sobre futebol na América do Sul. Lorena veio com a excelente formação que é tão comum a discentes argentinos que vem dar aqui na nossa praia. Trouxe presentes, como fazem os visitantes, entre eles o famoso lenço verde que marca as campanhas feministas na Argentina em favor do aborto, e que foram incorporados pela *hinchas* (torcidas) de mulheres nos estádios e em manifestações políticas. Chegou e se integrou rapidamente no grupo do INCT que estuda o futebol, pois como parte dessa rede já conhecia algumas das nossas pesquisadoras de sua geração. Lorena foi uma grande contribuição, tanto na disciplina da qual participou – Estudos Socioculturais do futebol – que oferecemos¹ no PPGICH, quando nas reuniões formais e informais da qual participou. Soma-se a essa contribuição a Mesa onde apresentou o seu projeto de pesquisa em torno da politização feminista das mulheres (atletas, torcedores, corpo administrativo e arbitral) na Argentina, e agora também nesse livro. Ela se foi, mas os laços aprofundados aqui vão lhe manter próxima do PPGICH. E tanto é assim que já temos outro encontro acertado, ao final de outubro, no IV Colóquio Internacional INCT Futebol “Fútbol y Estudios Sociales”, a ser realizado nas Universidades

1 Carmen Rial, Caroline S. Almeida e Luis Carlos Rigo.

de Buenos Aires e de La Plata ao final de outubro. *Move América* aproxima, e mantém próximo, numa rede, quem dele participa.

Maria Cecilia Arrarte e Atilio se conheceram por uma chamada de vídeo, ainda em 2024, da qual participou a orientadora de doutorado de Arrarte. Logo estavam conversando pelo *WhatsApp* e Cecilia, muito empolgada, já tinha estabelecido que viria com toda sua família para o Brasil, no período da bolsa. Não havia dúvidas que, naquele portunhol em que se entenderam de imediato, seria uma colaboração e tanto.

A estadia de Cecilia foi absolutamente exitosa. Aqui ela fez entrevistas para sua tese de doutoramento, cujo tema é o espaço das mulheres no Ensino Superior – e que neste livro um capítulo. Ficou empolgada com as histórias de Miriam Grossi e de Cristina Wolf. Assistiu disciplinas na área de gênero (sobre os afetos, com a Wolf), assistiu à disciplina de seu supervisor sobre Tecnologia do eu, sempre dizendo: *este Fucô, este Fucô*. Cecilia também criou laços por aqui, escreveu textos com coautoria (como um dos que figuram neste livro), participou de eventos, escreveu para revista literária e, por fim, está organizando uma parceria para o programa CAPES Global, entre a sua universidade, a UDELAR, e a UFSC.

Renata Kiefer havia entrado inicialmente em contato com a Profa. Miriam Pillar Grossi, mas foi atribuída sua supervisão para Joana Maria Pedro. Renata e Joana trocaram mensagens de *e-mail* e de *WhatsApp*, buscando regularizar as exigências burocráticas de sua vinda e para um melhor conhecimento de suas temáticas. Antes mesmo de chegar em Florianópolis, na UFSC planejou com detalhes as atividades de sua estada. Ao chegar visitou a casa de Joana, almoçaram juntas, combinaram atividades extras. A partir de então participou de atividades do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História e também do NIGS – Nucleo de Identidades de Gênero e Subjetividades. Compareceu em atividades promovidas pelo IEG, frequentou algumas aulas da disciplina “História Global e Estudos de Gênero 1: Feminismo e Democracia”, ministrada no Programa de Pós-Graduação em História e coordenada por Joana. Também frequentou aulas da disciplina “Perspectivas feministas sobre sub-

jetividades, emoções e afetos”. Além de participar de mesa redonda em evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, escreveu em coautoria com sua orientadora e sua supervisora no Brasil um capítulo que consta deste livro, escreveu um texto em coautoria com Alejandra Oberti da Argentina e Gleidiane de Sousa do Brasil, sobre Encontros Feministas na América Latina.

O contato com **Cristian Daroiuche** iniciou-se em 2017, quando realizou estágio como estudante de graduação pelo Programa de bolsas AUGM na UFSC. Indicado pelo pesquisador argentino Mario Pecheny, Cristian cursou a disciplina de Métodos em Pesquisa em Ciências Sociais com Miriam Grossi e desde então manteve contato acadêmico, enviando artigos e solicitando orientações para suas pesquisas com travestis na Argentina. Por isso foi com grande alegria que aceitamos sua demanda de voltar à UFSC, agora já como doutorando, no Programa *Move La América*. Durante sua estadia na UFSC, Cristian deu continuidade a sua pesquisa com travestis junto às ONGs ADEH e Estrela Guia, fez novos contatos com o Conselho Municipal de Direitos LGBTQIA+ e ampliou as relações vinculadas com seu campo de pesquisa, com inúmeras incursões a campo.

Estas quatro pessoas pesquisadoras e suas narrativas e pesquisas brasileiras estão aqui emaranhadas com outras pessoas, que pesquisam na área de Gênero e Sexualidade do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar da UFSC. O encontro deste livro foi precedido de um outro, o evento *Move o Gênero na América Latina*, que aconteceu na UFSC nos dias 23 de maio e 6 de junho de 2025. Daqueles dias de conversa e debate, mas também de café e de fazer planos, surgiu este livro, que celebra os encontros que tivemos, mas também mostra a força das colaborações de pesquisa que estabelecemos – entre nós e entre nosotros.

Estão no livro o futebol, as torcedoras do futebol, a memória, as novelas, as HQs, o *queer*, o litígio judicial, os pânico morais, as mulheres na Universidade, as pessoas trans e sua formação acadêmica, as novelas, os direitos reprodutivos e os não-reprodutivos, o *queer*, as violências e desigualda-

des – tudo agenciado por séries de gênero, raça, geografia, economia, trabalho (entre outros atravessamentos).

Esperamos que o livro possa funcionar como um espaço aberto para nos pensarmos nesta geografia específica e nesta invenção, cheia de efeitos, a que chamamos de América Latina.

As pessoas organizadoras

PARTE 1

ATIVISMOS FEMINISTAS
E LGBTQIA+ NA
AMÉRICA LATINA

AMPLIAR A POTÊNCIA DO ENCONTRO: REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES A PARTIR DE UM ESTÁGIO DE PESQUISA DE DOUTORADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Renata Kiefer

Laura Masson

Joana Maria Pedro

Tradução de Joaquín Emanuel Correa

O contexto atual da América Latina, em geral, e da Argentina, em particular, enfrenta alguns perigos para a manutenção de sua soberania intelectual na produção do conhecimento social, mas, ao mesmo tempo, nos obriga a repensar e gerar novas questões. A Argentina tem uma ampla tradição de espaços de ativismos feministas que mobilizaram transformações significativas para a sociedade como um todo ao longo do tempo, através da consagração de leis e políticas públicas, mas também da luta por mudanças diárias nos modos de sociabilidade. Um exemplo disso, embora não o único, é o Encontro Plurinacional de Mulheres, Lésbicas, Trans, Travestis, Intersexuais, Bissexuais e Não-Binários, que vem mostrando há mais de 30 anos o potencial que esse tipo de espaço político feminista pode ter para impulsionar, sob vários ângulos, profundas mudanças sociais.

O que acontece com a produção de conhecimento a partir de perspectivas feministas em tempos de descrédito, desfinanciamento e deslegitimação das ciências? Isso influencia na manutenção de espaços históricos dos ativismos feministas? De que forma os atuais contextos de avanço conservador impactam os movimentos sociais e as teorias que surgem a partir e com seu estudo? Como continuar a pensar e a construir horizontes emancipadores transformadores na região?

Essas questões e preocupações orientam este capítulo, que reúne reflexões produzidas a partir de um estágio de pesquisa no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no âmbito de uma bolsa de doutorado sanduíche financiada pelo Programa *Move La América* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹. Além disso, combina algumas ideias que foram desenvolvidas a partir de uma bolsa de doutorado financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) da Argentina, no Instituto de Estudos Sociais (INES) localizado na província de Entre Ríos. Essa última bolsa, orientada pela Dra. Laura Masson, aborda o estudo de formas de fazer política e construir poder em espaços de organização e ativismos feministas, especificamente a partir da análise da dinâmica e configuração do Encontro Plurinacional de Mulheres, Lésbicas, Trans, Travestis, Intersexuais, Bissexuais e Não-Binários (doravante EPdMLTTIByNB) da Argentina. O estágio no Brasil contou com a orientação da Dra. Joana Maria Pedro e teve como objetivo principal conhecer diferentes experiências e produções teóricas feministas que dialoguem com as da Argentina, buscando linhas teórico-analíticas entre os estudos sobre espaços semelhantes da região que contribuam para aperfeiçoar as interpretações e conhecimentos da análise da pesquisa de doutorado, a partir de uma perspectiva regional. Nesse sentido, o artigo pretende explicitar as reflexões e ideias que surgiram da troca e da colaboração entre as duas experiências, ou seja, articular de alguma forma as contribuições do Brasil para a construção do conhecimento em andamento e o fortalecimento do plano de pesquisa na Argentina no contexto atual.

O capítulo está estruturado em três partes. A primeira fornece um panorama amplo da pesquisa de doutorado que está sendo realizada na Argentina, como forma de divulgar as coordenadas teórico-metodológicas e epistemológicas centrais. A segunda parte é dedicada a recuperar a experiência do estágio no Brasil, tentando lembrar os principais aprendizados em diálogo com as dinâmicas institucionais e de trabalho do PPGICH. Na terceira parte, essas ex-

1 Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES)-Código de Financiamento 001.

periências se misturam a fim de aproximá-las e refletir sobre o potencial de seu encontro para o trabalho científico no contexto atual.

Sobre a pesquisa na Argentina: explicando as coordenadas

Desde 2021, Renata Kiefer é bolsista de doutorado do Instituto de Estudos Sociais (INES) pertencente ao Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) e à Universidade Nacional de Entre Ríos (UNER), localizado na cidade do Paraná, na província de Entre Ríos, Argentina. O INES possui diversas linhas de trabalho que reúnem projetos e pesquisas, incluindo a linha de pesquisa “Feminismos, sexualidades e estudos de gênero”, que é onde ela realiza seu trabalho. No âmbito da bolsa, está concluindo seu doutorado em Ciências Sociais na UNER, casa de estudos onde também concluiu sua formação em Ciência Política. Esta seção visa delinear brevemente os aspectos teóricos e epistemológicos gerais da pesquisa em andamento. Antes de entrar nisso especificamente, é interessante comentar sobre uma característica do instituto que adquire relevância ao colocá-lo em relação à experiência de fazer um estágio em Santa Catarina, região sul do Brasil, para fortalecer os laços conjuntos. O INES é o único instituto de ciências sociais do CONICET existente na província de Entre Ríos, criado no final de 2017, como resultado de uma política do Estado nacional argentino desde 2012 de federalizar a ciência em territórios onde havia poucos institutos, que foi estabelecendo Centros de Pesquisa e Transferência em coordenação com as Universidades Nacionais do país. No caso específico da pesquisa, tanto a bolsa quanto a tese são dirigidas pela Dra. Laura Masson da Escola Interdisciplinar de Estudos Sociais Superiores (EIDAES) da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM), localizada na Cidade Autônoma de Buenos Aires. A coorientação é composta pela Mg. Alicia Genolet do INES na bolsa e, na tese, pela Dra. Mariela Herrera da UNER, ambas pesquisadoras de Entre Ríos.

Com o exposto, a pesquisa visa contribuir para a análise das formas de construção do poder e do fazer político que são desdobradas nos Encontros Plurinacionais de Mulheres, Lésbicas, Trans, Travestis, Intersexuais, Bissexuais

e Não-Binários² (EPdMLTTIByNB), eventos que existem na Argentina desde 1986 praticamente desde o retorno à vida democrática pós-ditadura e que têm sido focos de grandes conquistas do movimento feminista nas últimas décadas, porém não têm sido suficientemente abordados pela ciência política como fenômenos políticos. Especificamente, o trabalho que está sendo desenvolvido tenta mostrar como esses eventos funcionam como espaços políticos onde são construídas formas de poder e modos de fazer política diferentes da política do sistema partidário e do Estado, que também interpelam e se cruzam com essas formas. Ainda assim, aqueles que participam, mesmo com afiliações orgânicas a essas modalidades, convergem em um espaço comum e constroem certas dinâmicas próprias, formas de vinculação, debates e articulação de objetivos compartilhados que configuram um cenário particularmente conflituoso, potente e dinâmico que se apresenta como único em nossa região por sua sustentabilidade ininterrupta até os dias atuais. A partir da análise das observações participantes dos encontros dos últimos anos, das entrevistas, de outros materiais de campo e de uma abordagem teórico-política, são analisadas a configuração e a dinâmica dos EPdMLTTIByNB, atentando para suas principais transformações e disputas internas em torno do gênero e do sujeito político dos feminismos e externas em relação ao sistema político, no marco dos debates feministas que permearam o movimento nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, pretende-se incorporar uma visão interdisciplinar que possa contrapor o que ali acontece com as formas hegemônicas de reflexão política que dominam as abordagens analíticas no campo da ciência política contemporânea.

Como antecipado, o EPdMLTTIByNB é um espaço heterogêneo com milhares de mulheres e dissidências sexo-genéricas de todo o país que se repete uma vez por ano, alternando os locais de realização entre as diferentes províncias da Argentina, de forma ininterrupta desde 1986. Surgiu no calor do retorno à vida democrática após a última ditadura civil-militar, quando um grupo de mulheres de diferentes partidos políticos, organizações comunitárias, femi-

2 Desde a sua criação até 2019, esses espaços foram chamados de Encontros Nacionais de Mulheres. Foram renomados no âmbito das discussões sobre políticas de identidade pelas quais os feminismos passaram nos últimos anos.

nistas, sindicatos de movimentos de desempregados, estudantes e profissionais começaram a se reunir com o objetivo de dar voz àquelas que estavam silenciadas na Argentina e cujo maior problema estava, naquele momento, centrado no gênero (Tarducci; Tagliaferro, 2004). Autoras como Mónica Tarducci (2005) e Laura Masson (2007) apontam que os encontros foram inicialmente promovidos por feministas urbanas de classe média, mas atualmente contam com a participação massiva de mulheres e identidades sexuais e de gênero de diversas origens. A esse respeito, Graciela Di Marco (2010, 2011) afirma que, desde a década de 1990, um grande número de mulheres de movimentos populares tem feito parte dela, construindo várias noções de seus interesses e direitos, bem como estratégias para obtê-los. Consequentemente, a convergência de um grande número de mulheres de movimentos sociais e o legado do feminismo levaram à organização pela primeira vez na Argentina do que poderia ser chamado de Feminismo Popular (Di Marco, 2011).

Quanto ao seu funcionamento, os EPdMLTTIByNB são organizados por meio de discussões em oficinas temáticas durante três dias, onde são debatidas e trocadas diferentes questões relacionadas às preocupações desses coletivos e são construídas conclusões comuns em relação ao movimento feminista argentino. Na perspectiva de quem participa, esses espaços se baseiam no que chamam de seus “pilares”: autoconvocados, autônomos, autofinanciados, horizontais, plurais, federais e democráticos. Todos os anos muda o local de realização, mas a estrutura permanece a mesma: uma comissão organizadora que se reúne em cada cidade sede e centenas de oficinas temáticas de discussão, junto com uma marcha de encerramento emblemática e massiva e a escolha da próxima sede para o ano seguinte. Como mencionado anteriormente, os participantes são provenientes de diferentes locais, não apenas geográficos, mas também de diferentes orientações políticas e sociais, o que configura um cenário diversificado e compartilhado, onde disputas e relações de poder são colocadas em jogo, conflitos próprios das diferenças são acolhidos e, ao mesmo tempo, alguns consensos são alcançados. A partir destes últimos, pode-se afirmar, de forma resumida, que, ao longo de sua existência, foram construídas reivindicações ao Estado que se converteram em conquistas

significativas para a ampliação dos direitos civis e políticos, como, por exemplo, o divórcio, a guarda compartilhada, a participação mínima de 30% de mulheres em cargos de representação, a lei de saúde reprodutiva, a lei de violência de gênero, a lei de educação sexual integral (ESI) e a legalização do aborto, entre outras.

Devido à complexidade do objeto de estudo que envolve relações de poder e lutas políticas atravessadas principalmente pelo gênero—mas também por outros marcadores como classe e etnia—é necessária uma abordagem interdisciplinar. Para compreender melhor de onde partem as interligações e as questões propostas, é pertinente apresentar meu ponto de vista e os campos disciplinares do estudo. Diante das diferentes dimensões que a tese exige examinar, pretende-se incorporar um olhar que recupere leituras e metodologias da sociologia política e da antropologia para dar uma contribuição aos debates da ciência política e teorizar como o poder e a política são construídos a partir dos feminismos, especificamente a partir das experiências nos EPdMLTTIyNB.

Primeiro, é interessante levantar algumas fronteiras intelectuais, geográficas e culturais em consonância com o que Chandra Mohanty chama de *política de localização feminista* (Mohanty, 2002). Nesse caso, como feministas urbanas cisgênero participantes dos encontros, espaços que são realizados em todo o território entendido como Argentina. Mas é preciso também contextualizar um lugar de origem em termos geográficos: a bolsista é do interior do país, da província de Entre Ríos. Esse caráter provinciano a afasta, em vários sentidos, do que se entende como centro ou áreas metropolitanas de produção de conhecimento, o que a coloca em e a partir de um lugar extracêntrico (Martinez, 2013). Segundo Ana Teresa Martinez, “os estudos da sociologia da cultura e da história intelectual têm-se centrado particularmente na análise dos campos culturais centrais e dos produtores culturais que alcançaram pelo menos a consagração e o reconhecimento nacional” (Martinez, 2013, p. 170). Isso excluiu produções e visões intelectuais locais devido à sua condição periférica, que também contribuíram e fizeram parte dos processos de reprodução intelectual e cultural. Nesse sentido, apelamos para essa localização da *provinciania* como ponto de mira, como “um lugar que o centro não vê e de onde

o centro não vê” (Martinez, 2013, p. 177) para contribuir com conhecimento sobre um assunto que, pelo menos para nós que nos inscrevemos no campo dos feminismos, é de interesse e faz parte de uma questão nacional e regional. Seguindo as contribuições de Carenzo e Fernandez Alvarez (2014), é possível perceber que a posição explícita da pesquisadora como ativista feminista a favor do movimento que estuda faz com que as fronteiras entre ativismo e academia se confundam, o que abre outras possibilidades de compreensão de todo o processo de pesquisa e também novos desafios, uma vez que implica revisar o vínculo com xs sujeitxs da pesquisa, identificando proximidades, distâncias e possíveis formas de estranhamento.

Entende-se que qualquer quadro explicativo com suas respectivas agendas, categorias, métodos e critérios tem um embasamento epistemológico que, longe de ser neutro, leva a legitimar um determinado conjunto de avaliações e validações sobre outras. Embora seja uma discussão de longa data dentro das ciências sociais, consideramos que nesses tempos algumas tensões são reatualizadas e é preciso alertar sobre aqueles argumentos que tendem a não reconhecer a dimensão política do conhecimento, ou seja, a capacidade de continuar transformando, por meio do conhecimento, as relações humanas. Diante disso, nos perguntamos: em que experiências ou fenômenos focamos nossa atenção?, o que decidimos estudar e para quê?

Seguindo Briones (2013), é preciso reconhecer que o conhecimento é sempre uma prática interessada, ou seja, existem diversos interesses que nos motivam a estudar determinadas coisas e a partir de diferentes pontos de reflexão, inclusive dentro de nossas próprias disciplinas. A autora propõe uma reflexão contextualizada sobre a relação entre conhecimentos sociais e conhecimentos acadêmicos a partir de um olhar que permita identificar a que tipo de conhecimentos e processos de produção deles nos referimos e a partir de quais coordenadas espaço-temporais específicas estamos considerando os problemas que construímos como investigação (Briones, 2013). Desta forma, convida-nos a pensar o conhecimento de duas formas: como representação do mundo a partir de uma abordagem semântica e como efeito das práticas a partir de uma abordagem pragmática. O primeiro sentido nos permite iden-

tificar hierarquias, invisibilizações, silêncios entre eles. Por sua vez, compreendê-lo como efeito de práticas e processos permite contextualizar em termos sociológicos mais amplos as condições em que essas práticas são realizadas, diversificadas e vinculadas de forma assimétrica (Briones, 2013).

Sob este esquema conceitual, a pesquisa está sendo fundamentada, tornando explícitos os marcos de relevância e os locais de enunciação para refletir sobre as relações possíveis entre nossos interesses e os limites disciplinares dos quais fazemos parte. Conforme observam D'Alessandro e Gantus (2019), a ciência política, como ciência social que estuda os fenômenos relacionados ao exercício do poder político, vem mudando sua relação com a sociedade, tornando necessário que ela tenha uma visão mais ampla de si mesma, incorporando outras interseccionalidades. Neste ponto, não se pode ignorar que existem modalidades hegemônicas de reflexão política que dominam nosso campo disciplinar, uma vez que, em sua maioria, o estudo do exercício do poder e das formas de fazer política tem sido associado ao Estado e à administração pública, privilegiando o próprio sistema político e deixando em segundo plano a análise das condições econômicas, das bases sociais e da perspectiva de gênero (Jelin, 2007). Como argumenta Retamozo (2014), o que se admite como conhecimento e objeto válido de tese varia consideravelmente de acordo com os contextos de produção do conhecimento e, como especifica Piovani (2018), isso implica em uma recuperação crítica dos caminhos utilizados para validar os referidos conhecimentos bem como os processos socio-históricos envolvidos e sua vinculação com diferentes posições teóricas e epistemológicas.

No âmbito dessas preocupações, encontramos nas contribuições do conhecimento antropológico elementos fundamentais que contribuem para refletir nesse sentido, pois, como apontam Manzano e Ramos (2015), tem-se questionado a abordagem do político em diferentes níveis e locais, buscando outras politicidades heterogêneas que transformam as tradicionalmente categorizadas. Estas últimas tenderam a totalizar experiências e até mesmo abstrai-las e homogeneizá-las, refletidas sob grandes conceitos como Política, Estado, Movimentos (Manzano; Ramos, 2015). É interessante recuperar

as abordagens de “outras epistemologias, experiências de subordinação e dominação, agências, padrões organizacionais e subjetividades na constituição de um campo social e político” (Manzano; Ramos, 2015, p. 17). Ao mesmo tempo, exercer um olhar crítico que possa refletir sobre a ligação entre as teorias acadêmicas que produzimos e os conhecimentos sociais teóricos que produzem as organizações ou grupos (Briones, 2013; Carenzo; Fernandez, 2014; Manzano; Ramos, 2015). Com o exposto, entendemos que a maneira pela qual definimos comunidades de conhecimento é também a maneira pela qual integramos sociedades e construímos comunidades políticas (Maffia, 2020), ou seja, as diferentes concepções têm impacto tanto na teoria quanto na prática. Os EPdMLTTIyNB constituem espaços políticos onde se revelam dimensões de gênero, classe, etnia, com todas as heterogeneidades do movimento feminista, devido às particularidades de um espaço profundamente dinâmico e diverso. Com base nesses argumentos, é necessário repensar algumas noções que nos ajudem a aprofundar os laços sociais e reconsiderar os significados sob os quais temos construído nossas comunidades políticas. Seguindo Mouffe (2023), é por meio de uma determinada comunidade que uma pessoa se constitui como sujeito político e, portanto, é pertinente observar os locais que refletem algumas identificações coletivas. Longe de considerar que essas questões sejam abordadas apenas por meio de argumentos racionais, a autora defende que é necessário canalizar as paixões e os sentimentos por meio de expressões democráticas a partir de diferentes formas de identificação cidadã na esfera pública. Com isso, queremos destacar a importância de divergências, disputas e diferentes interpretações de princípios ético-políticos compartilhados que contribuiriam para o fortalecimento de nossos projetos democráticos (Mouffe, 2003). Este ponto é fundamental quando queremos analisar o papel dos feminismos e seu potencial político, pois, como afirma Trebisacce (2018), o feminismo tem sido um gesto de discordância em relação à ordem simbólica e política estabelecida a partir de diferentes níveis de ação, denunciando a exclusão e a opressão sistemáticas das mulheres e das identidades sexuais e de gênero dissidentes. Ou seja, foi capaz de desorganizar as evidências do sensível (Rancière, 2014) permitindo imaginar outros horizontes emancipatórios possíveis. Por sua vez, expressar um desacordo dessa magnitude implica um esta-

do de precariedade política que, no caso dos feminismos, teve que ser sustentado por meio da luta e da articulação do movimento em uma constância entre teorias e práticas de resistência. Portanto, a pesquisa pretende ser uma aposta teórico-política que permita abrir espaços epistemológicos e possa dar lugar para refletir sobre a emergência de sujeitas/os que foram historicamente excluídas/os (Amorós, 2008) do que se entende como sistema político e que configuram realidades sociais a partir de práticas cotidianas que exigem atenção. Nesse sentido, o estágio de pesquisa na UFSC se insere nessa busca de ampliar a perspectiva em escala regional tendo a interdisciplinaridade feminista como estratégia e horizonte epistêmico.

Uma experiência feminista interdisciplinar e latino-americana na Universidade Federal de Santa Catarina

Durante os meses de março, abril, maio e início de junho de 2025, Renata Kiefer recebeu uma bolsa para realizar um estágio de pesquisa na forma de doutorado sanduíche no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do programa *Move La América* da CAPES. Este programa concedeu bolsas de doutorado e mestrado a estudantes da América Latina e o Caribe, em Instituições de Ensino Superior e pesquisa brasileiras em todo o país e em múltiplas disciplinas. Como recuperado na seção anterior, devido à área de trabalho ligada aos estudos de gênero e feministas e ao percurso de minha formação, eu estava interessada em aprofundar especificamente essas interseções a partir de perspectivas e práticas interdisciplinares.

Queremos começar recuperando brevemente um pouco da história do programa e algumas de suas características e depois nos aprofundarmos na história da experiência ali. O PPGICH surgiu formalmente em dezembro de 1992, mas, como lembra Rial (2020, p. 9), “é resultado de ideias compartilhadas nos corredores, de reuniões com professores de diferentes departamentos, de lutas políticas no interior do Centro e da Reitoria”, que foram se gestando nos anos anteriores. Retomamos este assunto para referir que se trata de um espaço com uma trajetória que se tem ampliado e fortalecido ao longo

dos anos, em uma aposta por transgredir algumas fronteiras epistemológicas e construir conhecimentos compartilhados provenientes das mais diversas disciplinas. Atualmente, o programa possui três áreas de concentração de conhecimento das quais emergem diferentes linhas de pesquisa. Essas áreas são: Sociedade e Meio Ambiente, Condição Humana na Modernidade e Estudos de Gênero. Esta última, que corresponde aos nossos interesses, foi constituída em 2000 e desde 2005 conta com um Instituto de Estudos de Gênero (IEG) que reúne diferentes grupos de pesquisa em laboratórios, núcleos e projetos. Além disso, o IEG é o organizador de um dos eventos mais importantes e massivos da região em matéria de gênero, o Seminário Internacional Fazendo Gênero, que já realizou 13 edições, atividade pela qual se tinham referências prévias da UFSC e do PPGICH.

Com o exposto, durante o estágio no PPGICH fiz parte de diferentes espaços pertencentes à área de Estudos de Gênero que foram profícuos para minha formação profissional e para a pesquisa de doutorado. Participamos, sob a orientação da professora Dra. Joana Maria Pedro, do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), que reúne diversas pesquisas e conta com uma ampla biblioteca atualizada que pudemos consultar. Graças à generosidade e ao compromisso de suas pesquisadoras, diferentes exemplares de livros produzidos pelo LEGH, pelo IEG, pelo PPGICH e pela *Revista Estudos Feministas* puderam ser trazidos para a Argentina, alguns dos quais foram recuperados para as reflexões deste capítulo.

Em relação às contribuições para a pesquisa em andamento, destacam-se duas teses de doutorado de pesquisadoras do LEGH, que contribuirão como importante antecedente regional. A primeira é a tese de Gleidiane de Sousa Ferreira intitulada “*Resistência, solidariedade e rebeldia: O feminismo das Mujeres Creando na Bolívia (1992-2015)*”, realizada em 2018 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, orientada pela Professora Dra. Joana Maria Pedro. A segunda é a realizada por Morgani Guzzo, pertencente ao PPGICH, intitulada “*Corpos e campos plurais: os feminismos das Marchas Das Vadias no Brasil*”, orientada pela professora Dra. Cristina Scheibe Wolff e defendida em 2019. Ambos os trabalhos mostram,

a partir de diversas disciplinas e perspectivas, experiências de ativismos feministas regionais relevantes para o tema em estudo.

Por outro lado, embora atrelado ao que está sendo recuperado, a participação no Seminário “Perspectivas feministas sobre subjetividades, emoções e afetos” da Professora Dra. Cristina Scheibe Wolff em conjunto com Elaine Schmitt, Jazmin Duarte Sckell, Morgani Guzzo, Claudia Regina Nichnig, Tamy Amorim da Silva e Rosemeri Moreira, nos aproximou aos debates atuais e a colegas pesquisadores de diferentes partes da América Latina, com quem compartilhamos e discutimos nossa pesquisa. Alguns e algumas fazem parte da escrita deste livro, como Lorena Arambuena e Cristian Darouiche da Argentina, Cecilia Arrarte do Uruguai e Thatiane Mandelli do Brasil. As leituras e análises conjunturais compartilhadas proporcionaram formas frutíferas de observar e reinterpretar meu objeto de estudo a partir de perspectivas que incorporam a dimensão afetiva para compreender problemas sociais, situadas no que é conhecido como a “virada afetiva” das últimas décadas. Isso me permitiu incorporar uma dimensão teórica de análise que já estava empiricamente presente em meu trabalho de campo na Argentina. Também participamos com a Dra. Miriam Grossi do Núcleo de Identidades e Subjetividades de Gênero (NIGs), vinculado ao Departamento de Antropologia da UFSC. A professora e pesquisadora convidou a bolsista para o grupo-seminário de alunas orientadas por ela, doutorandas do PPGICH, com quem trocaram reuniões semanais periódicas onde leram, apresentaram, discutiram e submeteram a crítica cada um dos nossos projetos e avanços de tese. Lá, foi possível compartilhar, fazer contribuições e trocar diferentes tipos de saberes e percursos das mais diversas disciplinas, em uma dinâmica de trabalho dialógica e coletiva para a construção de saberes que buscavam dar respostas críticas aos nossos problemas de estudo. Ao mesmo tempo, valiosas contribuições e recomendações para pesquisa foram recebidas de colegas de outras disciplinas e origens, como serviço social, biologia, enfermagem, educação física, antropologia e sociologia. Através disso, pudemos conhecer os temas que são estudados, muitos deles relacionados a problemas de Florianópolis e Santa Catarina, bem como de outras partes do mundo, como a Guiné-Bissau. Este grupo foi coordenado por Miriam

Grossi e formado por Cláudia Moro (Brasil), Suzana Vergara (Brasil), Marina Soncini (Brasil), Sara Fabricia Texeira (Guiné-Bissau), Christiane Dos Santos Luciano (Brasil), Cristian Darouiche (Argentina) e Ligia Antunes de Siqueira (Brasil).

O NIGS possui um Grupo de Estudo (GENIGS) aberto a toda a comunidade que realiza reuniões periódicas para discussão e leituras compartilhadas. Participamos de alguns desses encontros e compartilhamos com o grupo o projeto de pesquisa, recebendo contribuições relevantes. Este encontro, coordenado pela Professora Dra. Aline Bonetti, contou também com a presença de outros intercambistas como Cristian Darouiche da Argentina, Anna Yurikhina da Rússia, Romina Martinez do Uruguai e Arantxa Ramos do Peru.

No final do estágio, tivemos a oportunidade de conhecer a Frente Catarinense pela Descriminalização e Legalização do Aborto, um espaço de ativismo feminista que reúne diversas organizações e ativistas de Santa Catarina, entre as quais também se encontram feministas acadêmicas. Isso nos permitiu conhecer, em linhas gerais, como se articula o movimento feminista catarinense. Através da participação em uma de suas atividades, organizada em conjunto com representantes da Rede Latino-Americana de Católicas pelo Direito de Decidir, pude me aprofundar nos principais debates atuais que também estão relacionados com redes regionais de apoio ativista e com a academia. No entanto, devido às limitações temporais do estágio, não foi possível aprofundar o trabalho de campo desses espaços ativistas mencionados em relação às suas práxis políticas e dinâmicas militantes mais cotidianas.

Ampliar os encontros entre a Argentina e o Brasil: sobre as potencialidades do cruzamento interdisciplinar nas ciências sociais e humanas

Nesta seção, é interessante enfatizar a importância de realizar um estágio de pesquisa para o trabalho científico, especialmente para pesquisadores em formação, com base nas experiências relatadas anteriormente. Conforme relatado, a experiência de aprendizagem na UFSC sobre práticas de pesquisa interdisciplinares revelou-se de grande valor, uma vez que se tratava de uma

área a ser aprofundada ao longo do percurso. Dessa forma, é interessante trazer algumas considerações sobre o que isso implica sob a ótica dos/as pesquisadores/as do PPGICH. Como defendem Joana Pedro e Luiz Scheibe (2020), é uma forma de olhar que está sendo aprendida na e com a mesma prática de pesquisa, que está definindo seus instrumentos para conhecer. Nesse sentido, pode ser entendido como “o contato entre ciências, aprender a falar a linguagem de outra ciência” (Pedro; Scheibe, 2020 p. 23). Isso implica uma atitude particular de abertura à incorporação de ferramentas, talvez até então desconhecidas, que possam dar respostas adequadas aos diferentes problemas do estudo. Seguindo essa linha, também recuperamos algumas palavras de Miriam Grossi, extraídas do artigo de Joana Pedro e Luiz Scheibe (2020):

Não há uma metodologia interdisciplinar. Eu acho que existem diferentes projetos teórico-metodológicos. O que o campo interdisciplinar propõe? Ele propõe o uso e a articulação de diferentes contribuintes teóricos e/ou metodológicos de diferentes disciplinas para pensar um objeto que, na sua constituição própria, pede diferentes reflexões oriundas de várias disciplinas. Tem articulação de diferentes métodos (Pedro; Scheibe, 2020, p. 35).

Em relação ao objeto de estudo que envolve a análise das relações de gênero e, portanto, de poder em espaços de ativismos feministas, como já explicitado na primeira seção, requer incorporar essas aprendizagens em uma articulação que fortaleça o diálogo entre os saberes que produzimos e os movimentos sociais que estudamos. Como apontam Pedro *et al.* (2016, p. 63-64) “Os estudos de gênero são resultado de lutas dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, fornecem a estes um discurso legitimado, capaz de sustentar disputas por mudanças culturais e por políticas públicas inclusivas”. Nesse sentido, não se deve perder de vista esse *feedback* contínuo que colabora para legitimar e valorizar as contribuições que o conhecimento gerado coletivamente pode oferecer para transformar nossas sociedades, inclusive por meio da confluência de conhecimentos acadêmicos e militantes de diversos países da nossa região. Ao mesmo tempo, implica a responsabilidade e o desafio de continuar

a levantar novas questões de pesquisa nesse campo, que podem ser capazes de submeter as teorias que produzimos à crítica, a fim de fortalecer continuamente a legitimidade que os estudos feministas adquiriram na ciência.

É no marco dessas ideias apreendidas e da experiência compartilhada na UFSC que a pesquisa na Argentina incorpora outros sentidos, não apenas em termos de práxis investigativa, mas também afetiva no sentido de renovar o entusiasmo e o compromisso como afetos político-práticos em um contexto particular. A Argentina está passando por um processo de deslegitimação da ciência em geral e das ciências sociais em particular, com ênfase naquelas investigações que têm o gênero como foco de análise. Esse processo tem sido impulsionado pelo próprio Estado nacional, que está desfinanciando instituições científicas, como o CONICET e, com ele, projetos de pesquisa. Esse processo é acompanhado por uma perseguição simbólica e discursiva de seus pesquisadores que busca desacreditar a ciência relativizando sua importância como questão de Estado. Nesta ocasião, foi duplamente valioso poder refletir, juntamente com outros colegas da região, sobre como os diferentes contextos limitam e/ou possibilitam esses processos de formação, intercâmbios e aprendizagens. Ampliar as fronteiras das reflexões sobre como construímos nossas agendas de conhecimento continua sendo uma aposta indispensável para contribuir com a defesa da ciência, entendida como uma questão de soberania de nossas sociedades democráticas.

Considerações finais

Este trabalho tem como objetivo evidenciar a experiência de estágio no PPGICH da UFSC em diálogo com a pesquisa que está sendo realizada na Argentina. Foi uma aposta na ampliação e aprofundamento do conhecimento sobre o tema, fortalecendo os laços comunitários e interinstitucionais de pesquisa para a região que compartilhamos. Foi uma oportunidade de formação e intercâmbio de experiências, perspectivas, formas de construir os problemas de investigação, de compreender os nossos territórios e teorizar problemáticas a partir de óticas interdisciplinares. Além disso, a troca de pontos de vista sobre o contexto atual das ciências sociais, sobre como criamos

e sustentamos nossas pesquisas, resultou em um convite para continuarmos pensando juntos em estratégias para o fortalecimento de nossas democracias, preocupações que são transversais aos debates disciplinares de ambos os países. Talvez estas linhas sirvam para continuar aprofundando e refletindo sobre a importância de construir de forma compartilhada, por meio do conhecimento, horizontes emancipadores transformadores para nossas sociedades, que contribuam para dar resposta aos problemas de nossos tempos e também para ampliar as questões que são abordadas pelas ciências sociais em escala regional latino-americana. Tudo isso sob a premissa de que não se deve desistir, em nenhum contexto, das pretensões de transformar as desigualdades e injustiças sociais que ainda persistem.

Referências

AMORÓS, Celia. **Mujeres e Imaginarios de la globalización**. Rosario: Homo Sapiens, 2008.

BRIONES, Claudia. “Conocimientos sociales, conocimientos académicos: Asimetrías, colaboraciones, autonomías”. **Working Paper**, n. 39, p. 1-17, 2013. Disponível em: https://www.desigualdades.net/Resources/Working_Paper/39_WP_Briones_Online.pdf.

DI MARCO, Graciela. Las demandas en torno al aborto legal en Argentina y la constitución de nuevas identidades políticas. In: DI MARCO, Graciela; TABBUSH, Constanza (org.). **Feminismos, democratización y democracia radical**. Estudios de caso de América del Sur, América Central, Medio Oriente y Norte de África. San Martín: Universidad Nacional de Gral; Editora da UNSAM, 2011.

DI MARCO, Graciela. Los movimientos de mujeres en la Argentina y la emergencia del pueblo feminista. **Revista La Aljaba**–Segunda Época, v. XIV, p. 51-67, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org.ar/pdf/aljaba/v14/v14a03.pdf>.

JELIN, Elizabeth. La convergencia de lo institucional, lo simbólico y lo subjetivo: los derechos humanos y el género en el desarrollo de las ciencias sociales latino-americanas.. In: CONGRESO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, 5, 2007, Bruselas. **Anais [...]**, Bruselas: OBREAL/EULARO, 2007, n.p.

MAFFÍA, Diana. Feminismo y epistemología: un itinerario político personal en Apuntes Epistemológicos. In: MAFFÍA, Diana *et al.* (org.). **Cuadernos Feministas para la transversalización**. 1. ed. Rosario: Editora da UNR, 2020.

MANZANO, Virginia; RAMOS, Ana. Introducción. Procesos de movilización y de demandas colectivas: estudios y modos de abordar 'lo político' en la vida social. **Identidades. Revista del Instituto de Estudios Sociales y Políticos de la Patagonia**, año 5, n. 8, p. 1-25, 2015.

MARTINEZ, Ana Teresa. Intelectuales de provincia: entre lo local y lo periférico. **Prismas, Revista de historia intelectual**, n. 17, p. 169-180, 2013. Disponível em: https://prismas.unq.edu.ar/OJS/index.php/Prismas/article/view/Martínez_prismas17/396.

MASSON, Laura. **Feministas por todas partes**. Una etnografía de espacios y narrativas feministas en Argentina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

MOHANTY, Chandra Talpade. Encuentros feministas: situar la política de la experiencia. In: BARRETT, Michelle; PHILLIPS, Anne (org.). **Desestabilizar la teoría**. Debates Feministas Contemporáneos. México: Paidós, 2002.

MOUFFE, Chantal. **El poder de los afectos en la política**. Hacia una revolución democrática y verde. Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.

MOUFFE, Chantal. **La paradoja democrática**. Barcelona: Gedisa, 2003.

PEDRO, Joana Maria *et al.* Interdisciplinaridade e relações de gênero no diálogo entre universidade e movimentos sociais. In: PEDRO, Joana Maria; SÁ FREIRE, Patricia (org.). **INTERdisciplinaridade**. Universidade e Inovação Social e Tecnológica. Curitiba: CVRM, 2016. p.63-73.

PEDRO, Joana Maria; SCHEIBE Luiz Fernando. Construção coletiva do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. In: RIAL MORAES, Carmen Silvia; KLEBA LISBOA, Teresa; SORAES DE ALMEIDA, Caroline (org.). **Interdisciplinar em Ciências Humanas**. O poder do espelho. Tubarão: Copiart, 2020. p. 16-42.

PIOVANI, Juan Ignacio; MUÑIZ TERRA, Leticia; BURAWOY, Michael (coord.). **¿Condenados a la reflexividad?** Apuntes para repensar el proceso de investigación social. Buenos Aires: Biblos; CLACSO, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **El reparto de lo sensible**: estética y política. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

RETAMOZO, Martín. ¿Cómo hacer un proyecto de tesis doctoral en Ciencias Sociales?, **Ciencia, Docencia y Tecnología**, v. XXV, n. 48, p. 173-202, mayo 2014. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17162014000100007.

RIAL, Carmen. Interdisciplinar em Ciências Humanas: obstáculos, aprendizados e afetos. *In*: RIAL MORAES, Carmen Silvia; KLEBA LISBOA, Teresa; SORAES DE ALMEIDA, Caroline (org.). **Interdisciplinar em Ciências Humanas**. O poder do espelho. Tubarão: Copiart, 2020. p. 9-15.

TARDUCCI, Mónica. La iglesia católica y los Encuentros Nacionales de Mujeres. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 2, p. 397-402, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200013>.

TARDUCCI Mónica; TAGLIAFERRO Bárbara. Iglesia católica: Argentina, ni diversa, ni laica. **Política y Cultura**, n.21, p. 191-200, 2004. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422004000100013 .

TREBISACCE, Catalina. Habitar el desacuerdo. Notas (nunca urgentes) para un elogio de la precariedad política. **Mora**, n. 24, p. 185-190, 2018. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/6317>.

DINÂMICAS SEXO-AFETIVAS DE MULHERES TRANS e TRAVESTIS NA CIDADE DE MAR DEL PLATA, ARGENTINA

Cristian Darouiche
Miriam Pillar Grossi¹

Introdução

No contexto da visibilização de estudos sobre as relações amorosas dos coletivos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans*, Queer, Intersex e Assexuais), registra-se uma série de pesquisas sobre homoerotismo, homo-conjugalidade e homoparentalidade, nas quais se detectam transformações sociais, negociações entre pares e, também a reprodução do regime heteronormativo presente nestas comunidades. Em nossa pesquisa observamos que há dois grandes campos de análise sobre o tema.

No primeiro, encontramos pesquisas que estudam há vários anos os arranjos conjugais, as intimidades e as noções de família nos coletivos LGBTQIA+ à luz das mudanças sociais, tanto legislativas quanto culturais como os trabalhos de Miriam Grossi (2003); José Ignacio Pichardo (2009); Maria Luisa Heilborn (2012); Micaela Libson (2009, 2011) e Guido Vespucci (2017).

No segundo campo, que representa outro nicho de pesquisas, elas têm o amor como eixo central de investigação. Aqui podemos citar, em primeiro lugar, os trabalhos de Christian Klesse (2007), María Luz Esteban (2011)

1 Este texto é fruto de pesquisa doutoral de Cristian Darouiche realizada em Mar del Plata na Argentina. A coautoria com Miriam Grossi deve-se ao diálogo estabelecido durante seu estágio sanduiche no PPGICH UFSC, às sugestões teóricas feitas nos Seminários de Tese do NIGS (Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades), à tradução para o português e revisões textuais ajustadas ao texto original em espanhol.

e Maximiliano Marentes (2020), autores e autora que investigam as dinâmicas amorosas de pessoas gays, bissexuais e lésbicas, refletindo sobre como o heterossexismo ou “o regime heterossexual” impregna as definições de amor e amor romântico e as formas com as quais pessoas bissexuais, gays e lésbicas se relacionam afetivamente.

Entretanto, apesar da proliferação desses estudos, poucas dessas pesquisas tiveram como foco específico as experiências, significados, representações e dinâmicas dos vínculos amorosos entre pessoas trans. Além disso, em geral as ciências sociais estudam a sexualidade como construção identitária, baseadas em uma preocupação com a dicotomia feminino/masculino.

Por exemplo, uma das primeiras pesquisas que se debruçou sobre a questão afetiva entre mulheres travestis foi o livro *Travesti: a invenção do feminino* de Hélio Silva (1992), no qual o autor se debruçou sobre a construção identitária e os vínculos afetivos e sexuais de travestis do Rio de Janeiro. Outro exemplo é a pesquisa pioneira realizada por Dan Kulick (1997) com travestis de Salvador, Bahia, na qual buscou explicar como se dava a relação entre a construção identitária das travestis em seus vínculos com seus maridos ou companheiros afetivos, quais eram suas práticas sexuais e de construção de identidades relacionadas ao masculino e ao feminino. Todavia Kulick (1997) não aprofundou sua análise sobre as concepções que as sujeitas de sua pesquisa tinham sobre o amor, avançando no que Anthony Giddens (2004) e Zigman Bauman (2005) têm proposto para analisar os modelos amorosos ocidentais modernos.

Estudos posteriores, como de Larissa Pelúcio (2006) e Julieta Vartabedian (2014), também investigaram a relação de travestis brasileiras com foco em sua construção identitária e suas práticas sexuais com diferentes sujeitos, em particular com maridos e clientes. Nesta linha de estudos, busca-se relacionar identidade de gênero (ou seja o fato de assumir uma identidade feminina) com a sexualidade (entendida em termos de práticas sexuais), e busca-se entender como estas duas dimensões determinam o tipo de relação que mulheres trans e travestis estabelecem com seus parceiros. Elas buscam analisar como, no discurso das travestis, há uma importância atribuída a ocupar um papel—seja ativo, seja passivo—no exercício da sexualidade, a fim de estabelecer ora um

vínculo sexo-afetivo marcado pelo papel “passivo”, e/ou um vínculo sexo-comercial marcado pelo papel “ativo”. Ou seja, essas pesquisas concentram-se sobretudo na relação entre identidade, genitalidade e prática sexual, sem aprofundar a dimensão afetiva das pessoas trans.

Perguntas como: por quem as mulheres trans e travestis se apaixonam? O que elas esperam de um vínculo amoroso? Há diversidade em seus vínculos? Existe concordância entre suas representações sociais e suas práticas afetivo-sexuais? Suas relações amorosas ou vínculos sexo-afetivos são mais um espaço de discriminação ou um espaço em que podem reafirmar sua identidade? Trata-se de um novo lugar de exclusão para as pessoas trans?

Investigar essas questões, além de permitir compreender as especificidades das dinâmicas amorosas das mulheres trans e travestis, ajuda a explicar de que forma circulam na sociedade os discursos sobre o amor — e como esses discursos são reproduzidos, negociados ou reapropriados diante da “escolha correta” de um par.

Essas pesquisas tampouco problematizaram as possibilidades e oportunidades que as pessoas trans têm de se constituírem como pessoas desejadas ou escolhidas amorosamente. As investigações sociais sobre amor e gênero na contemporaneidade como de Eva Illouz (2009) e Mariane Palumbo (2018) também não conseguiram explicar como as mulheres trans e travestis acreditam que os homens heterossexuais vivenciam a possibilidade de se apaixonar por elas e quais são as implicações sociais dessa experiência.

Por esses motivos, a análise dos vínculos sexo-afetivos abre a porta para debates sobre as dinâmicas relacionais (discriminação/aceitação) vividas por mulheres trans e travestis, bem como sobre as representações sociais a seu respeito. Este capítulo também analisa alguns dos medos que atravessam as transfeminilidades, sem deixar de considerar as estratégias e ações que elas desenvolvem no campo afetivo e amoroso, moldadas por esses temores.

Dessa maneira, buscamos analisar, a partir de uma perspectiva etnográfica, os significados do amor e as dinâmicas sociais dos vínculos sexo-afetivos das mulheres da cidade de Mar del Plata, Argentina. O estudo do problema permite observar, em primeiro lugar, quais são as dinâmicas sociais de exclu-

são/inclusão vividas pelas transfeminilidades. Em segundo lugar, nos ajuda a conhecer as condições materiais e sociais dessas sujeitas. Por fim, buscamos explicar como se dão as construções sociais em torno do amor, da identidade e da sexualidade de pessoas trans, levando em conta os contextos socioculturais de um espaço-tempo delimitado: Mar del Plata entre 2018 e 2023.

A escolha do local para o desenvolvimento desta pesquisa deveu-se, principalmente, ao fato que quem a escreve é natural dessa cidade, o que facilitou o desenvolvimento da investigação e possibilitou um maior envolvimento em diferentes atividades sociais e íntimas das colaboradoras.

Dito isso, o objetivo geral desta investigação é compreender as representações e significados do amor, assim como as dinâmicas das relações sexo-afetivas de mulheres trans e travestis maiores de 18 anos que residem na cidade de Mar del Plata.

Este texto divide-se em quatro seções. Na primeira, apresenta-se a metodologia da pesquisa. Na segunda, são expostas algumas características da cidade de Mar del Plata, com o intuito de contextualizar o território e o espaço urbano no qual a pesquisa foi desenvolvida. Na terceira, mostram-se as representações do amor entre mulheres trans e travestis. E, na quarta seção, apresentam-se algumas das dinâmicas que essas mulheres estabelecem com homens cis².

Metodología

A pesquisa foi desenvolvida a partir de trabalho de campo com base na etnografia, que é um método que nos dá a possibilidade de “estar ali”, participando das atividades dos grupos sociais que se estuda e, além disso, permite-nos não apenas observar e apreender as regras e valores sobre os quais apoiam suas atividades e ações, mas também apreendê-las por meio da participação, sempre em negociação com os grupos estudados, em diferentes atividades sociais (Guber, 2012) e, em particular a respeito de questões envolvendo ética e subjetividade em campo (Grossi, 2018).

2 Para preservar as falas das interlocutoras, optamos por manter os depoimentos em espanhol no corpo do texto e colocamos as traduções em notas. Fizemos o mesmo para algumas citações bibliográficas.

As técnicas de pesquisa empregadas consistiram na observação participante e na realização de entrevistas em profundidade de caráter não diretivo. De forma complementar, procedeu-se à análise de distintas fontes secundárias, tais como matérias jornalísticas, programas televisivos, publicações em redes sociais e depoimentos veiculados por *youtubers*.³

No que se refere às técnicas de coleta de dados, a observação das participante foi realizada em diferentes contextos nos quais mulheres trans e travestis sociabilizam, tais como reuniões políticas e sociais (aniversários, eventos comemorativos ou encontros informais para conversas), casas noturnas, espaços domésticos, entre outros. Nessas observações, foram examinadas dinâmicas de sociabilidade, bem como registrados discursos e situações relacionados ao amor e às relações afetivas. As entrevistas qualitativas não diretivas foram realizadas, mediante consentimento informado prévio, com catorze mulheres trans e/ou travestis.⁴ Cada entrevista foi realizada em um encontro, no qual a conversação se orientou por um roteiro de perguntas e diretrizes elaboradas pelo entrevistador. As entrevistas buscaram reconstruir aspectos socio-demográficos e da situação migratória das participantes (quando aplicável), bem como elementos relativos à construção de suas identidades, aos significados atribuídos ao amor e às dinâmicas de suas relações afetivas, entre outros aspectos.

A cidade de Mar del Plata

A cidade de Mar del Plata é a quinta cidade mais importante da Argentina, segundo seu número de habitantes, pelo último Censo Nacional realizado em 2022. Até a metade do século XX, esta cidade se definia como uma vila balneária das classes altas portenhas. Todavia, a partir da década de 1940 seu mapa social e urbano foi se transformando para converter-se em uma cidade de massas (Lucero, 2021; Pedetta, 2015). Atualmente a cidade possui uma economia industrial e pesqueira, e desde os anos 1970 tem crescido sua economia frutihorticultora e atividade comercial, atraindo diferentes

3 Atualmente as redes sociais servem como uma grande fonte de testemunhos e conteúdos relacionados, tanto com as relações afetivas, quanto com as diferentes problemáticas das pessoas trans.

4 Seguindo os protocolos éticos de investigação, os nomes das entrevistadas foram mudados, para garantir o anonimato.

correntes migratórias de outras províncias e de países sul-americanos. Outra característica da cidade é o forte investimento imobiliário e comercial, vinculado ao turismo de veraneio. Sobre este ponto Iris Lucero (2021) define a história da cidade da seguinte forma:

[...] Mar del Plata es una ciudad que ha nacido y crecido como un reflejo inacabado de la Capital Federal de la República Argentina. Desde sus orígenes en la segunda parte del siglo XIX, la instalación del saladero en la actual zona costera de Punta Iglesias debido a la mudanza de tal actividad desde el sur de Buenos Aires por la epidemia de fiebre amarilla, dio lugar al punto central de la aglomeración. Las sucesivas olas de inversiones inmobiliarias y comerciales vinculadas al uso del tiempo de ocio de las clases altas porteñas hasta las primeras décadas de los años 1940, junto a las corrientes migratorias de pobladores permanentes atraídos por los mercados laborales tan activos, Mar del Plata se ha formateado sobre un símil imperfecto de la ciudad primacial del país (Lucero, 2021, p. 21).⁵

Por ser caracterizada como uma aglomeração urbana de porte médio, a cidade apresenta determinadas especificidades socioculturais relacionadas às vivências da sexualidade, da identidade de gênero e à atuação de organizações sociais feministas e de diversidade sexual. Atualmente, observa-se a presença de diversos movimentos e organizações voltados à diversidade sexual, os quais possibilitam experiências relevantes para a melhoria da qualidade de vida das pessoas LGBTQIA+. Contudo, o município dispõe de um número limitado de espaços públicos de sociabilidade — tais como casas noturnas e/ou bares — nos quais pessoas LGBTQIA+ possam desenvolver atividades de lazer e fortalecer vínculos sociais. Ainda assim, muitos sujeitos mobilizam

5 Mar del Plata é uma cidade que se constituiu e se desenvolveu como um reflexo incompleto da Capital Federal da República Argentina. Desde suas origens, na segunda metade do século XIX, a instalação da charqueada na atual zona costeira de Punta Iglesias — em decorrência da transferência dessa atividade para o sul de Buenos Aires, motivada pela epidemia de febre amarela — deu origem ao núcleo central da aglomeração urbana. As sucessivas ondas de investimentos imobiliários e comerciais, vinculadas às práticas de lazer das classes altas portenhas até as primeiras décadas da década de 1940, somadas às correntes migratórias de população permanente atraída por mercados de trabalho dinâmicos, contribuíram para que Mar del Plata se configurasse como uma imitação imperfeita da principal cidade do país (Lucero, 2021, p. 21, tradução nossa).

estratégias de reterritorialização, apropriando-se de espaços tradicionalmente cisheteronormativos para fins de encontro e sociabilidade. Em razão disso, a categoria *friendly* passa a atravessar e qualificar diversos estabelecimentos e espaços da cidade.

No que se refere às condições de vida na cidade, as mulheres trans e travestis entrevistadas afirmam que o contexto urbano tem se tornado progressivamente mais hostil às suas identidades, com um agravamento significativo das condições de existência no período pós-pandemia. Segundo seus relatos, está cada vez mais difícil alugar uma moradia, houve uma significativa piora das políticas públicas de saúde e ficou muito difícil se obter um trabalho.

As interlocutoras dizem que as práticas de perseguição e de violência policial no espaço público se tornaram muito intensas, sobretudo a partir de 2022, após a aprovação de uma lei municipal que regulamenta o comércio sexual de rua (Darouiche; Martynowskij; Pérez, 2023), delimitando a este um espaço específico da cidade, e que tem como objetivo principal criminalizar e perseguir mulheres trans e travestis.

A cidade também apresenta a característica, assim como La Plata e a Cidade Autônoma de Buenos Aires, de receber numerosas pessoas trans e travestis migrantes provenientes de países do Cone Sul, o que gera um universo bastante heterogêneo de realidades e de desigualdades materiais e simbólicas no interior da própria comunidade trans. Por exemplo, observam-se diversas segmentações no interior da comunidade no que diz respeito às migrantes e às argentinas. Essa distinção não é apenas de ordem simbólica, mas constitui também uma distância social, na medida em que produz inimizades, segregação social e discriminações no interior da própria comunidade. Para as migrantes, tudo se torna mais difícil do que para as argentinas.

Em relação às dinâmicas de relações sexo-afetivas, a cidade tem algumas características do que se denomina como “tradicionais” em relação à gênero e sexualidade. Por exemplo, muitas das colaboradoras desta investigação diziam que, diferentemente da liberdade que se pode experimentar na Cidade Autônoma de Buenos Aires, em Mar del Plata tinham muita dificuldade de criarem vínculos com homens heterossexuais cis e viver com estes um romance público.

Elas confidenciavam que, mesmo sendo Mar del Plata uma cidade grande e com muitas oportunidades, é também uma cidade que restringe demasiadamente suas experiências sexuais e afetivas porque ainda não há uma conscientização pública sobre a discriminação que elas sofrem. Também afirmaram que as pessoas vivem em uma cultura semi-tradicional onde: “se aceitam casais de homens e mulheres cis; se aceitam casais de homens gays e de mulheres lésbicas” mas não de casais envolvendo pessoas trans.

Durante a pesquisa de campo, uma mulher trans que leu um de meus textos com resultados preliminares, me ajudou na decisão de circunscrever esta investigação à Mar del Plata, me apontando algumas de suas características peculiares. Ela comentou que vivia em Buenos Aires e que considerava que ali havia a possibilidade de experimentar mais relações românticas e que os homens cis heterossexuais não tinham tanta dificuldade com suas experiências amorosas, tal como era relatado no texto que eu havia lhe mostrado. Para ela, na cidade de Buenos Aires, diferentemente de Mar del Plata, os homens mostram-se mais abertos e interessados em estabelecer vínculos sexo-afetivos com mulheres trans e travestis, em razão de processos de desconstrução dos papéis de gênero e da masculinidade, entre outros elementos de transformação cultural próprios da metrópole.

Por esse motivo, os resultados produzidos nesta pesquisa devem ser circunscritos a um conhecimento situado (Haraway, 1995), relativo ao contexto da cidade de Mar del Plata, com suas dinâmicas e características específicas, seus valores e suas tradições. É possível que, em outras cidades da Argentina e da América Latina, marcadas por diferentes idiossincrasias, as experiências amorosas das mulheres trans e travestis apresentem variações em relação a alguns dos resultados aqui apresentados.

Igualdade e o projeto em comum

Uma das formas mais comuns de conceber as parcerias e os vínculos sexo-afetivos é entendê-los como um complemento entre duas pessoas. Essas duas pessoas, por sua vez, devem possuir, em algum sentido, igualdade de condições sociais e econômicas. Além disso, para que essa união se constitua como tal, devem existir projetos em comum e interesses compartilhados (Giddens,

2004; Illouz, 2009). A esse respeito, no que concerne a essa concepção dos vínculos amorosos, pode-se recorrer à definição proposta por Badiou (2012) acerca do que ele entende por construção amorosa.

El amor no es solamente el encuentro y las relaciones que se tejen entre dos individuos, sino una construcción, una vida que se hace, ya no desde el punto de vista del Uno, sino desde el punto de vista del Dos. Yo llamo a esto ‘escena del Dos’. A mí personalmente, siempre me interesó lo que tiene que ver con la duración y con el proceso, y no solamente lo que tiene que ver con el comienzo (Badiou, 2012 p. 35).⁶

Em certo sentido, o que essa citação nos informa é a ideia de que, em um vínculo amoroso, o desejo e a paixão são importantes, mas que, além disso, deve existir um interesse em compartilhar a vida a dois. A parceria não constitui a soma das subjetividades individuais, mas sim uma nova subjetividade ou, como afirma o autor, uma nova cena, “a cena do Dois” (Badiou, 2012). Essas representações do que é uma relação de casal constituíram, historicamente, o suporte subjetivo das parcerias heterossexuais formadas por mulheres e homens cisgêneros, bem como das parcerias gays e lésbicas; contudo, atualmente, elas também integram o discurso das mulheres trans e travestis ao descreverem como concebem uma relação amorosa e/ou uma relação de casal.

No momento em que foram indagadas acerca de que características uma relação de casal deveria apresentar, muitas delas recorreram a noções clássicas da cultura romântica da sociedade. Para essas mulheres, o amor, ou o vínculo amoroso, deve estabelecer-se com alguém em condições de igualdade, no qual exista desejo mútuo e um projeto em comum. O desejo sexual ou a paixão, por si sós, não são suficientes para concretizar aquilo que concebem como uma “relação de casal”. Destacamos que essas noções foram identificadas em interlocutoras que não compartilham nem profissão nem status social demonstrando portanto que são concepções que perpassam diferentes grupos sociais.

6 O amor não é apenas o encontro e as relações que se tecem entre dois indivíduos, mas uma construção, uma vida que se constitui, já não do ponto de vista do Um, e sim do ponto de vista do Dois. A isso denomino “cena do Dois”. Pessoalmente, sempre me interessou aquilo que diz respeito à duração e ao processo, e não apenas o que se refere ao começo (Badiou, 2012, p. 35, tradução nossa).

A título de exemplificação, transcrevem-se a seguir trechos de duas entrevistas. O primeiro fragmento refere-se à entrevista realizada com Brenda, uma mulher trans, trabalhadora sexual, de vinte e nove anos. O segundo fragmento corresponde à entrevista realizada com Gabriela, uma mulher trans, de vinte e sete anos, que atua na área de serviços estéticos, como manicure e maquiagem, entre outros.

C.: ¿qué tiene que tener una persona para ponerse en pareja o de novia con vos?

B.: Primero que nada, eso que te decía, ser visible, no me gusta el amor a escondidas. Es la primera regla. Después, necesito yo, más que un amante, un compañero. De coger estoy harta. Necesito un compañero que quiera tomar mate, con quien levantarme, salir un domingo, pasear el perro, hacer cosas, la vida cotidiana normal de cualquier persona. Tenemos que estar en igualdad de condiciones, el trabajar, y además algún proyecto en común, tenemos que tener algo que nos una. (Fragmento de entrevista, Brisa, trabajadora sexual)⁷

C.: ¿qué es para vos una pareja? o ¿qué tiene que tener o que tiene pasar en una pareja o un novio?

G.: En una pareja tiene que pasar muchas cosas.

C.: Bueno, pero cuáles.

G.: Tiene que haber confianza, tiene que haber amor y tiene que ser genuino. Para formar una pareja tienen que estar esos valores desde las dos personas, no desde una. Yo creo que si vos formas una pareja, más allá de que puedas tener química, de que puedas tener buena piel y que se puedan llevar súper bien, tiene que haber amor, tiene que haber respeto, tiene que ser genuino y formarse desde un primer momento en el

7 C.: O que uma pessoa precisa ter para entrar em um relacionamento ou namorar com você?

B.: Antes de tudo, aquilo que eu te dizia: ser visível. Não gosto de amor às escondidas. Essa é a primeira regra. Depois, eu preciso — mais do que um amante — de um companheiro. De sexo eu já estou farta. Preciso de um companheiro que queira tomar mate, com quem eu possa acordar, sair num domingo, passear com o cachorro, fazer coisas, viver a vida cotidiana normal de qualquer pessoa. Temos que estar em igualdade de condições — trabalhar — e, além disso, ter algum projeto em comum; precisamos ter algo que nos una.

(Fragmento de entrevista, Brisa, trabalhadora sexual, tradução nossa).

que una dice: ‘me siento segura con él y yo creo que puedo apostar a algo más’, y si de la otra parte también está eso: estoy seguro con ella, quiero formar algo con ella’.

C.: ¿A qué te referís con formar algo?

G.: A tener proyectos en común, a complementarse, a que haya una idea de compartir las cosas cotidianas. Además, a que estemos en igualdad de condiciones, tanto económicas como no sé, de proyectos. (Fragmento de entrevista, Gabriela, esteticista).⁸

A noção de igualdade de condições refere-se, principalmente, à ideia de que duas pessoas economicamente independentes, têm cada uma, por meio de seu trabalho, administra seus próprios recursos e dispõe de renda própria. Esse fator constitui, inclusive, um elemento determinante entre as pessoas entrevistadas que exercem o trabalho sexual. Muitas delas, ao desempenharem uma atividade que poderia suscitar ciúmes por parte de seus parceiros ou companheiros, afirmavam a necessidade de continuar trabalhando como forma de garantir essa independência econômica e alcançar um nível de igualdade equivalente ao do homem.

A partir desse eixo analítico, transcrevemos a seguir um trecho de diário de campo registrado durante uma reunião na qual estavam presentes duas mulheres trans: uma trabalhadora sexual e outra dedicada à militância e ao ativismo. Nesse contexto, em diálogo comigo, refletíamos sobre o mesmo tópico relativo às dinâmicas das relações de casal.

8 C.: O que é, para você, um relacionamento? Ou o que precisa existir ou acontecer em uma relação ou com um namorado?

G.: Em uma relação têm que acontecer muitas coisas.

C.: Certo, mas quais?

G.: Tem que haver confiança, tem que haver amor e tem que ser genuíno. Para formar uma relação, esses valores precisam estar presentes nas duas pessoas, não apenas em uma. Eu acredito que, ao formar um relacionamento, além de haver química, afinidade e uma boa convivência, é necessário que haja amor, respeito e autenticidade, e que isso se construa desde o início, quando uma pessoa diz: “eu me sinto segura com ele e acho que posso apostar em algo mais”; e que, da outra parte, também exista isso: “eu me sinto seguro com ela e quero construir algo com ela”.

C.: A que você se refere com “construir algo”?

G.: Ter projetos em comum, se complementar, compartilhar a vida cotidiana. Além disso, estarmos em igualdade de condições, tanto econômicas quanto — não sei — de projetos (Fragmento de entrevista, Gabriela, esteticista, tradução nossa).

Mariana discutía fuertemente con Yanina sobre qué pasaba si ella era trabajadora sexual y conocía a un hombre con el cual se ponía en pareja. Mariana explicaba que ella no podía dejar el trabajo sexual, como muchas otras chicas ya que, para ella al ser trans, migrante y sin estudios, era difícil conseguir empleo. Y el cupo laboral era un sueño (y un negocio) de pocas. Ella argumentaba que su trabajo, era la posibilidad de tener independencia, de poder ser una mujer independiente, de manejar su plata, y de poder estar en una posición igual a la del varón. Yanina asentía, pero también explicaba que la actividad sexual, por otro lado, generaba cierta distancia y que eso complicaba a que el hombre eligiera estar con ella. Pero Mariana remató su postura indicando dos cuestiones claves. La primera: si el hombre decide estar en pareja con una mujer trans, sabe que es muy probable que esa mujer trans se dedique al comercio sexual, a menos que sea de una clase más alta (que ocurre poco) y segundo, que, si hay un proyecto en común, el hombre puede entender que es su trabajo, y no es que lo está engañando. Mariana aseguraba que lo que importaba era el proyecto en común y valorar que ella era una mujer independiente (Diario de campo, 2022).⁹

A partir deste registro de campo, é possível inferir algumas questões relevantes. A primeira diz respeito ao que Mariana apontava em relação às possi-

9 Mariana discutía intensamente com Yanina sobre o que ocorreria caso, sendo trabalhadora sexual, ela conhecesse um homem com quem viesse a estabelecer uma relação. Mariana explicava que não poderia abandonar o trabalho sexual, como já havia acontecido com outras mulheres, pois, em sua condição de mulher trans, migrante e sem escolaridade formal, tinha dificuldades para acessar o mercado de trabalho. O chamado “cupo laboral” aparecia, para ela, como um horizonte distante — e como um recurso acessível a poucas. Argumentava que seu trabalho constituía uma via de acesso à independência: permitia-lhe ser uma mulher autônoma, gerir seus próprios recursos e posicionar-se em condições de igualdade em relação aos homens. Yanina concordava, mas também apontava que a atividade sexual, por outro lado, produzia certo distanciamento, o que dificultava que um homem optasse por manter uma relação com ela. Mariana, contudo, encerrava sua argumentação destacando dois pontos centrais. Primeiro, que um homem que decide se relacionar com uma mulher trans sabe que é bastante provável que ela esteja vinculada ao comércio sexual — salvo exceções associadas a posições sociais mais elevadas, pouco frequentes. Segundo, que havendo um projeto em comum, o homem pode compreender essa atividade como trabalho, e não como uma forma de engano. Para Mariana, o elemento fundamental residia justamente na existência de um projeto compartilhado e no reconhecimento de sua condição de mulher independente (Diário de campo, 2022, tradução nossa).

bilidades de acesso ao trabalho para mulheres trans e travestis. Trata-se de uma das dificuldades mais significativas em torno das quais gravita a problemática de suas condições de vida (Darouiche, 2019; Newton, 2024). Embora muitas transfeminilidades tenham acessado ao sistema de *cotas laborais para pessoas trans* — o que lhes proporciona maior independência econômica e maiores possibilidades de escolha no âmbito das relações afetivas —, a maioria das mulheres trans e travestis ainda obtém sua renda por meio do trabalho sexual.

Essa variável é particularmente relevante, uma vez que muitos homens têm conhecimento dessas realidades. Ademais, nas entrevistas realizadas com pessoas que ingressaram no mercado de trabalho formal por meio da *cota laboral trans*, foi recorrente a problematização acerca da baixa efetividade dessa política pública, sendo frequente a percepção de que se tratavam de posições privilegiadas em relação à situação vivenciada por muitas de suas companheiras.

Mas como essa questão se articula com o amor? Conforme indicam Mariana e Brenda, para elas é fundamental manter a independência econômica e, simultaneamente, construir um projeto em comum, algo que ultrapasse o mero ato sexual. A noção de projeto em comum refere-se à existência de interesses compartilhados e à construção de algo a dois, como, por exemplo, morar juntas(os), construir uma casa, viajar ou, eventualmente, envelhecer juntas(os). Embora essa ideia de projeto compartilhado dialogue com dimensões do consumo, tal como analisado por Illouz (2009) no contexto das práticas românticas de pessoas cisgênero heterossexuais nos Estados Unidos, há também uma singularidade que diz respeito ao próprio fato de desejar compartilhar a vida com uma mulher trans e/ou travesti. Para elas, o projeto em comum, assim como ocorre em casais cisgênero, implica o fortalecimento do vínculo e da confiança entre as partes envolvidas. Ou, nos termos de Badiou (2012), trata-se de constituir uma cena a dois, de sustentar um projeto de vida compartilhado.

Um dos fatores determinantes das dinâmicas das relações de casal entre mulheres trans e travestis está relacionado à economia. Ao analisar a racionalidade romântica contemporânea de pessoas cisgênero heterossexuais nos Estados Unidos, Illouz (2009) mobiliza o referencial teórico de Michele

Lannot (citado em Illouz, 2009) para quem, enquanto na era pré-moderna a escolha do par se manifestava sobretudo pela voz dos pais, orientada por vantagens econômicas e sociais, na atualidade as escolhas afetivas são atravessadas por limites estabelecidos pelos próprios sujeitos. Tais limites podem ser de ordem moral, socioeconômica e cultural.

Para a população analisada por Illouz (2009), destacam-se os limites morais e culturais, frequentemente associados a atributos como “criatividade” e “curiosidade”, os quais se vinculam a fatores socioeducacionais. Já para a população investigada nesta pesquisa — caracterizada por variações significativas em termos de renda, ocupação profissional e nível socioeducacional —, o limite mais relevante é o econômico. Cabe destacar que a noção de independência econômica, entendida como a possibilidade de cada pessoa dispor de renda própria (independentemente da profissão exercida), figura como uma das características mais recorrentes nos discursos das transfeminilidades para a concretização e/ou constituição de um vínculo amoroso.

Essa noção de independência econômica pode ser analisada em relação ao que comumente se denomina “cultura do esforço” ou “cultura do sacrifício”, enraizada sobretudo em setores das classes média e trabalhadora na Argentina (Cosacov, 2017; Semán; Welshinger, 2024). Tais culturas inscrevem-se na concepção do trabalho como via de ascensão social, bem como na ideia de “sacrificar-se” e empenhar-se para a obtenção tanto de bens materiais quanto de bens culturais. Semán e Welshinger (2024) analisam essa lógica no caso das juventudes liberais libertárias, nas quais se expressa a percepção de que aquilo que possuem — bens materiais e/ou culturais — é resultado direto de seu esforço e de seu sacrifício no trabalho.

No caso do amor e das mulheres trans e travestis, essa cultura manifesta-se de forma articulada às dificuldades que essas mulheres enfrentam para acessar bens materiais — ainda que mínimos —, a moradia por meio de aluguel e/ou determinadas práticas de consumo. Em diferentes situações de campo e entrevistas, as interlocutoras afirmavam que, para uma mulher trans e/ou travesti, o acesso à habitação, à educação e à saúde, entre outros direitos e bens,

apresenta-se como particularmente difícil. É nesse sentido que se insere o relato de Daiana, uma trabalhadora sexual migrante.

C.: y con respecto a las condiciones de vida ¿qué podés decir de las vidas de las mujeres trans y travestis?

D.: Y, Cristian, vos sabes, es difícil, los ingresos, es difícil alquilar. Porque te piden de todo, que garantía, que mes de depósito, que un mes de adelanto. Ponele que yo consiga todo eso, pero después cuando ves que sos una chica trans, al toque te dicen que el departamento está reservado por otra. Nos cuesta mucho a nosotras vivir. Seas o no trabajadora sexual. Yo creo que a muchas chicas les pasa eso (Fragmento de entrevista, Daiana, trabajadora sexual).¹⁰

Seguindo essa linha de análise, podemos entender por que elas supervalorizam sua independência econômica no momento de descrever o que é um bom parceiro. Para elas, viver, entendendo viver como acesso a renda, bem como acesso a bens materiais e bens culturais, é algo difícil. E é por essa razão que não estão dispostas a negociar sua independência econômica.

Os homens sempre te procuram

Um dado significativo das dinâmicas sexo-afetivas das mulheres trans e travestis é que a prática “entre quatro paredes” convive com uma busca e uma provocação incessante por parte dos homens heterossexuais, em relação a elas, em espaços públicos. Minhas entrevistadas afirmam que muitos homens cis heterossexuais estão sempre escrevendo para elas por meio de diferentes redes sociais e aplicativos de encontros. Esse fenômeno tem sido investigado em diversas pesquisas que abordam a relação entre prostituição e mulheres trans e travestis. Violeta Alegre (2017) afirmava que a construção da imagem das trans e travestis está sempre relacionada à fantasia, ao sexo e à luxúria

10 C.: E, em relação às condições de vida, o que você pode dizer sobre a vida das mulheres trans e travestis?
D.: Ah, Cristian, você sabe, é difícil... o aluguel, é difícil alugar. Porque te pedem de tudo: garantia, um mês de depósito, um mês adiantado. Suponha que eu consiga tudo isso, mas depois, quando veem que você é uma garota trans, na hora dizem que o apartamento já está reservado para outra pessoa. Para nós é muito difícil viver. Seja você trabalhadora sexual ou não. Acho que isso acontece com muitas garotas (Trecho de entrevista, Daiana, trabalhadora sexual, tradução nossa).

e esta é uma das razões da procura de muitos homens. A respeito desse debate, transcrevo um trecho da entrevista com Marcela.

M.: [...] yo digo que las identidades trans me parece que son identidades que son deseadas en términos sobre todo sexuales, pero con una fantasía no se construye una relación. [...] Si me pongo en una red social y pongo fulanita, no sé, un nombre de fantasía trans, tengo un montón de mensajes. Viernes y sábado a la noche, estallado el teléfono, pero de ahí a construir un vínculo y no. Entonces a eso voy. No sé si por la sexualización que gira en torno a nosotras, a nuestras identidades, si tiene que ver con la fantasía que se construye del otro lado, o sea, el varón que nos desea y construye una fantasía de lo que no puede concretar en lo sexual con su mujer cis y que quizás piensa que con una chica trans puede concretar. (Fragmento de entrevista, Marcela, profesional).¹¹

Essa percepção a respeito de suas identidades trans e suas vidas não é relatada apenas por Marcela. Gabriela também afirma que os homens heterossexuais têm desejos e fantasias potentes com as mulheres trans e travestis e, que por isso, elas são muito procuradas.

G: Eso es totalmente normal porque creo que existe todavía un morbo sobre nosotras. Pero creo que muy pocas son las personas que se atreven a entablar una relación con nosotras. Si bien nosotras en el terreno de lo sexual, creo que todavía somos tomadas como un morbo, por decirlo de alguna mala manera, no todos van a buscar una relación, siempre van más

11 M.: [...] eu digo que as identidades trans me parecem identidades que são desejadas, sobretudo em termos sexuais, mas com uma fantasia não se constrói uma relação. [...] Se eu entro numa rede social e coloco fulaninha, sei lá, um nome de fantasia trans, recebo um monte de mensagens. Sexta e sábado à noite, o telefone explode, mas daí a construir um vínculo, não. É a isso que me refiro. Não sei se, pela sexualização que gira em torno de nós, de nossas identidades, que tem a ver com a fantasia que se constrói do outro lado — ou seja, o homem que nos deseja cria uma fantasia daquilo que não consegue concretizar sexualmente com sua parceira cis e que talvez pense que com uma garota trans pode realizar (Trecho de entrevista, Marcela, profissional, tradução nossa).

al terreno de lo sexual. (Fragmento de entrevista, Gabriela, esteticista).¹²

No trabalho de campo, uma das coisas que chamou muito minha atenção é a relação que existe entre o sexual, a juventude, o consumo de drogas e busca constante de um fetiche ou um fascínio pelo proibido em relação às transfeminilidades. Desenvolveremos mais adiante nossa hipótese sobre essa relação, a partir de outros eixos da pesquisa. Aqui, apenas mencionamos que os estereótipos construídos sobre as mulheres trans e travestis impactam suas possibilidades de vínculos amorosos e/ou sexo-afetivos.

O tema, tão complexo, do trabalho sexual e da venda de drogas na vida das transfeminilidades, evidencia com clareza como se dá a construção dos imaginários sociais e coletivos em relação a minhas interlocutoras.

Em um trabalho anterior (Darouiche, 2019), mostrei como a construção da categoria “narco-travestis” impacta as condições de vida das mulheres trans e travestis, na vida das trabalhadoras sexuais, bem como na elaboração de políticas públicas que buscam regular o comércio sexual. Nesta ocasião, também pude observar como a criação de representações sociais de que “as travestis vendem ou têm acesso a drogas” impacta o mercado de encontros e/ou as aproximações sexo-afetivas que elas possam vir a ter.

Observei esta queixa recorrente por parte de várias entrevistadas, que afirmavam que muitos jovens de diferentes classes sociais iniciavam a aproximação por meio das redes sociais e/ou aplicativos de encontros com o único objetivo de tentar conseguir drogas ou informações sobre com quem poderiam obter. Por exemplo, Gabriela, na mesma entrevista, relata:

G: Sí, me pasó. Me pasó que me manden un mensaje diciéndome: “¿che, vos vendés?”, o “¿sabés quién vende?”, o “¿me podés conseguir y yo te doy la plata acá?”. Tuve ese tipo

12 G.: Isso é totalmente normal porque acho que ainda existe um certo fetiche em relação a nós. Mas acredito que são muito poucas as pessoas que se atrevem a estabelecer uma relação conosco. Embora, no campo sexual, acho que ainda somos vistas como um fetiche — para dizer de alguma forma meio inadequada — nem todos vão buscar um relacionamento; em geral, vão mais para o campo do sexual (Trecho de entrevista, Gabriela, esteticista, tradução nossa).

de perguntas, de momentos incômodos em agarrar y decir: “no, mirá, la verdad te estás equivocando”. (Fragmento de entrevista, Gabriela, esteticista).¹³

Marcela, em conversa sobre diferentes temas, após termos desligarmos o gravador, me assegurava que o uso das redes sociais era insuportável para ela devido a esse tipo de mensagem. Ela entendia que muitas das companheiras até estavam nesse tipo de atividade, mas também afirmava em nosso diálogo que havia uma construção midiática de que “todas as travestis vendem drogas” e que esta estava prejudicando, não apenas a imagem das companheiras—que talvez fizessem isso por alguma necessidade —, mas também a imagem do coletivo e da comunidade trans, produzindo efeitos negativos em diferentes âmbitos de suas vidas. Este era um deles. Ela quase não conseguia conversar com ninguém, porque a pergunta se vendia ou não drogas, sempre acabava aparecendo na comunicação.

Um último exemplo sobre esse tema foi retirado de uma nota de campo em uma observação participante realizada na casa de Mariana. Ela havia me convidado, numa tarde, para tomar um lanche, a fim de tentar ajudá-la a montar seu *Curriculum Vitae* para sua inscrição em uma vaga do *cupo laboral trans* em um órgão público provincial. Enquanto bebíamos chimarrão e fazíamos a edição do seu CV, perguntei sobre como esta imagem de que “todas as travestis vendem drogas” impactava no momento de conhecer alguém que lhe interessasse.

Ela respondeu sem hesitar, com uma descrevendo claramente o processo de interação como uma situação muito decepcionante. Contou que ficava muito frustrada quando conhecia alguém, trocava mensagens pelas redes sociais, flertava por horas pelo celular, mas no final, o homem acabava demonstrando seu interesse em consumir drogas e perguntava, sem rodeios, se ela

13 G.: Sim, já aconteceu comigo, de me mandarem mensagem dizendo: “ei, você vende?”, ou “você sabe quem vende?”, ou “você pode conseguir e eu te dou o dinheiro aqui?”. Já tive esse tipo de perguntas, esses momentos constrangedores, de pegar e dizer: “não, olha, na verdade você está enganado” (Trecho de entrevista, Gabriela, esteticista, tradução nossa).

vendia ou poderia conseguir. Essa frustração a levava a ser mais antipática nas redes ou, simplesmente, a não responder todas as mensagens.

Conclusão: Injustiça amorosa

Por fim, em uma das entrevistas, Vanina, ex-trabalhadora sexual que atualmente atua como cozinheira em uma cooperativa de trabalho, me apontou que, apesar das pessoas trans e travestis terem conquistado uma justiça identitária, uma justiça econômica e uma justiça sanitária, no amor e/ou em seus vínculos, essa justiça ainda não havia chegado.

A categoria “justiça amorosa”, proposta por ela, refere-se claramente a tudo o que foi descrito neste capítulo. Em primeiro lugar, dá conta da forte sexualização vivida pelas mulheres trans e travestis, que, por sua vez, não se traduz em vínculos sexo-afetivos e/ou relacionamentos estáveis e visíveis, mas apenas contribui para a consolidação de imaginários sociais que as associam à noite, à prostituição, à luxúria e às drogas.

Neste sentido, para elas, “injustiça amorosa”, descreve o sentimento de continuarem sendo ocultadas, vivendo romances e namoros “clandestinos”, entre quatro paredes do lar.

Dessa maneira, encerramos este capítulo — que se insere no plano das ideias e das representações sobre o que é um parceiro ideal para as mulheres trans e travestis —, afirmando que as dinâmicas que elas relatam fazem parte da falta de “justiça amorosa” vivida por elas no que diz respeito à seus vínculos sexo-afetivos.

Referências

ALEGRE, Violeta. De qué hablamos cuando hablamos de amor trans. **Infobae**, 21 oct. 2017. Disponible en: <https://www.infobae.com/sociedad/2017/10/21/de-que-hablamos-cuando-hablamos-de-amor-trans/>

BADIOU, Alain. **Elogio del amor**. Buenos Aires: Paidós, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**. Acerca de la fragilidad de los vínculos humanos. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

COSACOV, Natalia. Construyendo un barrio de 'clase media'. In: BOY, Martin; PERELMAN, Daniel (coord.). **Fronteras en la ciudad**. (Re)producción de desigualdades y conflictos urbanos. Buenos Aires: Teseo Press, 2017. p. 95-128.

DAROUICHE, Cristian **Condiciones de vida, sociabilidad, vínculos de parentesco entre mujeres trans que ejercen sexo comercial en la ciudad de Mar del Plata**. 2019. Tesis (Licenciatura en Sociología) – Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, 2019.

DAROUICHE, Cristian; MARTYNOWSKJY, Estefania; PERÉZ, Inés (org.). Violencia policial, vulneración de derechos y deterioro de las condiciones de vida de las trabajadoras sexuales trans y travestis sobre los efectos de la creación de una Zona Roja en Mar del Plata. **Cuadernos ISTeC**, n. 3, p. 1-13, 2023. Disponível em: <https://humadoc.mdp.edu.ar/files/original/5d51371eb2722ed42deb0d3e2a99cc8e3c17a3a1.pdf>.

ESTEBAN, Maria Luisa. **Crítica del pensamiento amoroso**. Barcelona: Bellaterra, 2011.

GIDDENS, Anthony. **La transformación de la intimidad**. Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas. Madrid: Cátedra Teorema, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 21, n. 24, p. 261-280, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644621>.

GROSSI, Miriam Pillar *et al.* **Trabalho de Campo, Ética e Subjetividade**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018.

HARAWAY, Donna. **Ciencias, cyborg y mujeres**. La invención de la naturaleza. Madrid: Cátedra, 1995.

HEILBORN, Maria Luiza. Vida a dois: conjugalidade igualitária e identidade sexual. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônico [...]**. Rio de Janeiro: ABEP, 2012.

ILLOUZ, Eva. **El consumo de la utopía romántica**. El amor y las contradicciones del capitalismo. Buenos Aires: Katz, 2009.

KULICK, Don. A man in the house: the boyfriends of Brazilian travesti prostitutes. **Social Text**, Durham, n. 52-53, p. 133-160, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/466737?origin=crossref>.

LIBSON, Micaela. **Familias y diversidad sexual. Las parentalidades gays y lesbianas en Buenos Aires**. 2011. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires,.

LIBSON, Micaela. **Parecidos de familia**. Aproximaciones teórico-metodológicas a la construcción del objeto familia post-heteronormativas. 2009. Tesis (Maestría en Sociología de la Cultura y Análisis Cultural) – Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín, San Martín, 2009.

LUCERO, Patricia Iris **El mapa social de Mar del Plata**. Una tomoGEOgrafía computarizada de las desigualdades territoriales contemporáneas. Mar del Plata: EUDEM, 2021.

MARENTES, Maximiliano. ¿Especificidades del amor gay? Primeras aproximaciones. **De Prácticas y Discursos. Cuadernos de Ciencias Sociales***, v. 8, n. 12, p. 215-235, 2019. Disponible em: <https://doi.org/10.30972/dpd.8124035>.

NEWTON, Camila **Sobrevivir a la noche, heredar el día**. Tácticas de (re)producción de la vida cotidiana de feminidades travestis y trans de la región noroeste del Conurbano Bonaerense antes y después de la Ley de Identidad de Género. 2023. 168f. Tesis (Maestría) – Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín, 2023.

PALUMBO, Mariana. Motivaciones y expectativas en las búsquedas de vínculos eróticos y/o afectivos. **Cultura Representaciones sociales**, v. 13, n. 25, 2018. Disponible em: <https://doi.org/10.28965/2018-25-07> .

PEDETTA, Marcelo La trayectoria histórica de Mar del Plata en perspectiva urbana. *In*: CANESTRARO, Maria Laura; PAIVA, Veronica (coord.). **Mar del Plata y su espacio público**. Usos, disputas e interacciones. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata; Estudios sociodemográficos, 2015. p. 9-24.

PELÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 522-534, 2006. Disponible em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200012>.

PICHARDO, José Ignacio. **Entender la diversidad familiar**: relaciones homosexuales y nuevos modelos de familia. Barcelona: Bellaterra, 2009.

SEMÁN, Pablo; WELSCHINGER, Nicolás Juventudes y el mileísmo de masas. Por qué el liberalismo las convoca y ellas responden. *In*: SEMÁN, Pablo. (coord.). ***Está entre nosotros. ¿De dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir?*** Buenos Aires: Siglo XXI, 2023. p. 163-202.

VARTABEDIAN, Julieta. Sobre travestis, clientes y maridos: género y sexualidad en la construcción de las identidades de travestis brasileñas trabajadoras del sexo. **Revista de Antropología Social**, v. 23, p. 237-261, 2014. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RASO/article/view/46732>.

VESPUCCI, Guido. **Homosexualidad, familia y reivindicaciones**. De la liberación sexual al matrimonio igualitario. Ciudad de San Martín: UNSAM, 2017.

LITÍGIO ESTRATÉGICO COMO DISPOSITIVO: A ATUAÇÃO FEMINISTA NO MÉXICO, O GIRE E OS DIREITOS REPRODUTIVOS NA SUPREMA CORTE

Thatiane Mandelli
Atilio Butturi Junior

1 Introdução

Na história recente do Brasil, nos acostumamos a debater acerca do papel político do Superior Tribunal Federal. A própria sigla STF parece ocupar o imaginário das pessoas, e não apenas daquelas que, nos últimos lances de nossa política – escrevemos este texto em agosto de 2025 – permanecem atacando o Tribunal, sob a égide da Nova Direita e de alianças ainda não devidamente esclarecidas com o governo de Donald Trump.

Isso que tem chamado de ativismo jurídico, colocando um problema político para o campo do Direito, porém, pode ser lido como a própria constituição do Direito, que pode ser lida em autores como Michel Foucault ou Giorgio Agamben. Expliquemo-nos: desde pelo menos *Vigiar e Punir*, Foucault ([1975] 2013) defendeu que o Direito é uma das modalidades de garantir a normalização. Sua expressão de um *continuum* médico-jurídico, aliás, é profícua em descrever as formas de agenciamento de subjetividades e corpos por microestratégias de governo da vida.

Por sua vez, é no Direito que Giorgio Agamben ([1995] 2010) vai buscar seu paradigma do campo – numa espécie de releitura da biopolítica. O ponto nodal é o Direito lido por Carl Schmitt segundo a ordem da categoria de soberania. Schmitt, como se sabe, foi quem urdiu uma teoria para o nazi-fascismo, cujos efeitos conhecemos. Para Agamben, como retomaremos na seção

dois, o problema que funda a biopolítica é o da exceção da soberania. Exceção, como veremos, ou excepcionalidade, são discursos também vinculados ao ativismo judicial.

Eis, pois como se apresenta de antemão o problema do “ativismo judicial”: uma prática discursiva que parecer vir à tona quando justamente as práticas de exceção de alguma forma são contestadas. Não é ativismo, neste caso, a decisão que beneficia grandes empresas, mas é ativismo qualquer estratégia que tenha como efeito tomar como verdadeiras e justas, perante e lei, as demandas de corpos minorizados – geralmente de acordo com dispositivos racializados, gendrados e precarizados como materialidade. O problema, então, parece ser de quem pode exercer os direitos e sobre que corpos as decisões podem produzir efeitos tidos como “verdadeiros” ou “legítimos”.

Quando aventamos discutir o ativismo judicial, então, temos em vista que se trata de uma prática de discurso que funciona conforme urgências históricas específicas. Diríamos, funciona como um dispositivo. Ao invés de tomá-lo como um problema a combater, nosso esforço é de pensar como se dão relações entre as cortes supremas e as reivindicações de grupos militantes mais ou menos organizados.

Dessa perspectiva, tomamos como objeto o chamado *litígio estratégico* em sua relação com movimentos organizados de reivindicação de direitos. Por litígio estratégico, com Osório (2019, documento online) entendemos as “[...]ferramentas que têm sido utilizadas por organizações não governamentais, instituições do sistema de justiça e movimentos sociais para empoderar comunidades e indivíduos, defender o estado de direito, promover os direitos humanos e buscar reparações a violações.

Atentemos para a noção de ferramenta do excerto de Osório (2019) e, já aqui, pontuemos este caráter de tecnologia para fazer uma inflexão: o litígio estratégico será lido como um dispositivo neste escrito. É como dispositivo que, ainda, definimos o recorte deste capítulo, a saber: a atuação dos grupos feministas, com destaque para o Grupo GIRE, em relação à Suprema Corte do México em torno da descriminalização do aborto. Nossa escolha, como

se vê, toma o problema da exceção produzida para corpos gendrados e racializados e o coloca diante das possibilidades dos agenciamentos dos movimentos de direitos. Nosso objetivo, pois, é o de descrever algumas das estratégias dos grupos feministas organizados do México, notadamente o GIRE, e seus efeitos para a produção de transformação social no campo do Direito, sob a égide de um litígio tomado como dispositivo. Não pretendemos ser exaustivos, mas produzir uma arqueologia da produção de certas práticas que têm no feminismo um ator central.

Para realizar nossa discussão, na primeira seção fazemos um apanhado teórico, a fim de dar a ver a modalidade de dispositivo e de discursos que adotaremos neste escrito, calcada tanto na discussão da biopolítica e do governo, notadamente de Foucault e Agamben, mas também nos modos pelos quais há no feminismo deslocamentos acerca dessas questões; na segunda e na terceira seção, tratamos do dispositivo do litígio e apresentamos os enfrentamos que, na América Latina e no México, especificamente, se dão em relação aos direitos reprodutivos; por fim, a última seção dá conta de uma breve descrição histórica, de contornos arqueológicos, do funcionamento das estratégias dessa forma de litígio.

2 O poder como estratégia e as estratégias do poder

Nesta seção, voltaremos para o problema biopolítico do dispositivo e para suas estratégias material-discursivas instituídas como uma agonística. Nosso foco é o dispositivo do litígio estratégico, naquilo que ele se caracteriza de ação sobre o campo que separa a bios da zoé, ou, dito de outra forma, na modalidade em que é o corpo e a própria vida, muitas vezes, o que está em jogo neste exercício do poder.

Começemos com a própria noção de poder que assumimos, sobretudo porque ela não se encerra numa concepção centralizada, tampouco numa relação apenas de Direito. Vejamos. Conforme Foucault ([1975] 2013), o Direito e o Direito Penal funcionam no interior de tecnologias de normalização. Não são nem a única fonte de decisões e de poder, nem agem de forma isolada, mas entre práticas discursivas que cindem modalidades de sujeito entre nor-

mais e anormais. Essa teoria do poder considera que há uma *anatomopolítica* que funciona investida nos corpos – para produzir indivíduos dóceis, em forma de disciplinarização – e que se espraia num *continuum* médico-jurídico produzido em formas de poder-saber que, por sua vez, dizem respeito aos saberes sobre o homem, as ditas Ciências Humanas.

Ora, esse mesmo poder, mais tarde, vai ser pensado segundo uma agonística e de acordo com uma biopolítica, no interior de dispositivos. Como agonística, esse poder demanda relações sempre tensas com possíveis resistências, contracondutas, deslocamentos. Dreyfus e Rabinow (1983, p. 167, grifo meu) postulam que é justamente o corpo, *locus* de exercício do poder, o espaço de sua dobra – contra as tendências ao controle e à disciplina. No mesmo texto, Michel Foucault vai afirmar que o poder lança um problema de governo, lido como “condução de condutas” em muitos textos dessa fase. Então, ele vai pensar os tensionamentos como agonística entre relações de poder e relações de liberdade possíveis: “Mais que falar de uma liberdade essencial, poderíamos falar de ‘agonismo’ – uma relação que é ao mesmo tempo de luta e incitação recíprocas” (Foucault *apud* Dreyfus; Rabinow, 1983, p. 222, tradução nossa). Esse agonismo é, segundo eles, “um combate”.

Como apontava Butturi Junior (2020), este conceito de *ágon* como luta sem fim foucaultiano participa da série discursiva que, inaugurada na Antiguidade, tem descrição em Nietzsche e em Huizinga:

Nietzsche está se referindo, então, ao modo como a retórica grega fazia funcionar, ao mesmo tempo, os efeitos de uma crença na sinceridade do dito e uma exigência de enfrentamento contínuo. Nesse caso, o jogo dos gregos que menciona é aquele da categoria de *ágon*, conforme descrita em Huizinga (2000), no seu *Homo Ludens*. É o jogo como uma espécie de condição necessária, então, que dá as condições de pensar o aparecimento das resistências. Nos gregos, segundo ele, havia duas palavras para se referir ao jogo: *ágon* e *paidiá*. Enquanto à segunda cabiam os sentidos de ludicidade, à primeira estava reservada um papel de enfrentamento na *ágora*,

de competição. Os limites entre *ágon* e *paidiá*, porém, teriam sido “borrados”, porque as competições, da ordem do *ágon*, teriam tomado lugar central na vida grega – uma cultura agonística e cujo tensionamento era constante (Butturi Junior, 2020, p. 28).

Então, tomemos o poder foucaultiano como jogo e como estratégia. A agonística é condição do exercício do poder, não um mero acontecimento. Tomar, então, uma decisão no campo do direito, da medicina e das ciências humanas isoladamente, como que na pureza de um conhecimento ou de uma verdade é, de vários modos, obliterar aquilo que se forma na genealogia dos poderes, dos saberes e das práticas

Vamos adiante. A discussão do poder, em Foucault, muito embora esteja presente já na *Arqueologia do saber* ([1969] 2012) (o poder é uma espécie de ser da linguagem), aparece de forma mais organizada nos textos de 75 a 77. É nesse mesmo período, genealógico, que aparecem dois problemas importantes: a biopolítica e o dispositivo. Vamos ao primeiro deles, a biopolítica, justamente porque o segundo é um de seus efeitos.

Tomo aqui a biopolítica como pensada na aula de 7 de março de 1976 do curso *Em Defesa da Sociedade*. Foucault ([1976] 2010b) vai entender a biopolítica como uma tecnologia de governo em que a vida da população entra no cálculo de uma política. No mesmo ano, em *A vontade de saber*, Foucault ([1976] 2009) tinha pensado a biopolítica a partir da cisão aristotélica entre as concepções de vida: *bios*, a vida dos cidadãos, homens gregos; *zoé*, a vida desqualificada, a vida natural – de crianças, escravos, mulheres. A biopolítica, então, marca-se como “o limiar da modernidade” Foucault ([1976] 2009, p. 133) e tem uma inscrição dupla para os corpos: ao mesmo tempo em que é o *locus* de tecnologias disciplinares, como um sujeito, o corpo é o agenciamento de uma população: corpo individual e corpo da população ou, dito de outro modo, exercício do poder de subjetivar e exercício do poder de regulamentar.

Ora, a biopolítica também coloca em questão o problema da soberania, entendido como a produção de exceção a partir da natureza, uma forma

de produzir morte justificada quando o poder passa operar sobre a vida. É a biopolítica, como poder-saber, que torna possível o nazismo ou os *Gulag*, porque é ela que intervém como saber natural ao mesmo tempo sobre o sujeito e sobre todos os sujeitos. Na sua manutenção da vida, está sempre o limite tanatológico de produzir o outro como exceção matável.

Não percamos de vista, pois, que se trata de uma biopolítica como poder positivo, mas que, ambigualmente carrega em si o poder da soberania como poder de matar. Essa tanatopolítica, Agamben ([1995] 2010, p. 16) a retoma, desde a separação entre *bios* e *zoé* aristotélica, e vai até Carl Schmitt, para quem, como citamos na *Introdução*, a soberania é a capacidade de produzir exceção. A questão agambeniana: por quais razões o Ocidente colocou no centro da sua política o exercício de morte diante do que ele retoma como a vida nua?

Essa vida nua, ele a reconta a partir do *sacer* da Antiguidade: a figura que, humana, inaugura um limite de não-humanidade, porque pode ser assassinado sem ser sacrificado. No limite, trata-se de um corpo à mercê da soberania, que pode dele dispor. Essa forma de poder produzida numa figura de exceção, para o filósofo italiano, funda o direito e a política. Na modernidade, o que acontece são transformações dessa soberania e da exceção da vida nua, cujo epítome é o campo de concentração, onde se suspendem os direitos – em que toda vida se torna vida nua.

Eis que, no jogo agambeniano, é um problema de fronteiras entre *bios* e *zoé* que se coloca: um cidadão pode ter seus direitos suspensos e tornar-se vida nua. A norma que o Direito traz consigo é uma escrita desta exceção (Agamben, [1995] 2010). É também interessante observar como a estrutura da linguagem (e do Direito pensado na linguagem da norma), como pensada como saber linguístico que, desde Saussure, materializa uma exclusão inclusiva:

A linguagem é o soberano que, em permanente estado de exceção, declara que não existe um fora da língua, que ela está sempre além de si mesma. A estrutura particular do direito tem seu fundamento nesta estrutura pressuponente da lin-

guagem humana. Ela exprime o vínculo de exclusão inclusiva ao qual está sujeita uma coisa pelo fato de encontrar-se na linguagem, de ser nominada. Dizer, neste sentido, é sempre *jus dicere* (Agamben, [1995] 2010, epub).

A linguagem como saber e a linguagem do Direito, nesse funcionamento, fundam a norma arbitrária como dispositivo de morte – como paradigma do campo de concentração. Nesse sentido, estamos diante de um dispositivo material-discursivo: linguagem e vida, língua organizada e corpo natural são capturados na exceção soberana.

Tendo essa leitura da biopolítica como produção de exceção e o poder como uma agonística, passemos a dois deslocamentos em relação a Agamben e Foucault, que dizem respeito ao status da zoé (Lazzarato, 2019). e às relações materiais de uma tecnobiopolítica (Preciado, 2008). Para o primeiro, a biopolítica atual não tem mais a natureza como limite da exceção. Certamente, há uma politização daquilo que é natural, mas ela se faz na espessura de práticas históricas – e não mais numa ciência eugenista (Lazzarato, 2019). Para o segundo, a noção de vida com que opera a biopolítica foucaultiana precisa ser expandida e pensada como semiotécnica na distribuição farmacopornográfica do sexo, do gênero e dos processos de racialização. Isso implica que, para Preciado (2008), a biopolítica torna-se tecnobiopolítica e coloca em xeque a própria categoria vida, porque ela sempre está agenciada por forças não-humanas – de máquinas a fármacos, de carros a seringas.

É, pois, uma política e uma corporalidade sempre entre dispositivos que queremos tratar aqui, numa tecnobiopolítica. Esse dispositivo foi, como se sabe, inicialmente descrito em seu caráter linguístico e não-linguístico em 1977 por Foucault, ainda que figure como questão no capítulo O dispositivo da sexualidade de *A Vontade de Saber* ([1976] 2009). Eis a definição dada em entrevista:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões

regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos a do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. [...] Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudança de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (Foucault, 2009a, p. 244).

Esse conceito de dispositivo teve uma leitura feminista em De Lauretis (1994), que pensou num dispositivo de gênero. Ora, tanto em Foucault quanto em De Lauretis (1994), é preciso notar a heterogeneidade e, ainda, marcar as exigências históricas. Ainda, é preciso lembrar do princípio de sobre-determinação funcional possível para alguma força ou elemento. Isso interessa propriamente o debate do presente texto. Primeiro, porque vamos entender a problematização da vida nua, como corpo, e seu gendramento, na qualidade de estratégias centrais das práticas do dispositivo do litígio judicial e circunscrever um dispositivo de litígio judicial feminista na América Latina. Depois, porque vamos, ainda com Preciado (2008), tomar a ambiguidade da tecnobiopolítica que, ainda que produzida para normalização em controle, guarda como condição as possibilidades de invenção e deslocamento.

Como dispositivo numa tecnobiopolítica, e levando em conta a relação entre corpo e cidadania, além dos processos que envolvem desde o gênero até o Direito, desde a medicina até o uso de fármacos, desde a militância organizada até o ativismo nas redes, nossa proposta exige pensar o dispositivo relacional (Lemke, 2024), como *assemblage* de agentes humanos e não-humanos, de discursos e materialidades. Se, pois, aqui nos detemos no caráter discursivo do tema, é mister considerar que essa é só uma parte do emaranhado em que

nos encontramos. Discutir o dispositivo do litígio estratégico, no caso do aborto, é levar em conta uma distribuição de poder, de agência e de resistências que não redunda apenas em discursos e tampouco somente em seus efeitos, porque incide sobre os corpos e as vidas.

3 As estratégias do litígio

Ora, se o poder é sempre um litígio, uma agonística, é possível pensar o litígio estratégico como uma assunção da relação entre o campo do Direito e o campo da política. Dito de outra forma, na modalidade de um dispositivo, mas na ambiguidade que coloca, entre suas possibilidades, contracondutas, resistências e práticas de liberdade. Notadamente, o que entendemos por litígio estratégico carrega essa ambiguidade, já que perfaz um modo de enfrentamento que se dá no interior da letra jurídica. No limite, escrito na letra da exclusão inclusiva (Agamben, [1995] 2010), partiremos da possibilidade agonística de qualquer relação de poder, mesmo no campo normalizado e normatizado do Direito.

Ressalva feita, é preciso que apontemos para a história da invenção deste dispositivo. Segundo Silva (2023), os processos de “judicialização da política” não são novos, mas sua irrupção como questão é mais recente e data do início dos anos noventa, com a expansão da discussão das minorias de gênero e raça nos Estados Unidos, que teria como uma espécie de ponto de inflexão a publicação do livro *The Global Expansion of Judicial Power*, em 1992. Para Cardinalli (2017). O que está em jogo nessa invenção é a relação entre mobilização social e direito, que teria sido descrita por Epp, em 1998, no livro *The Rights Revolution*. O texto de Epp (1998) considerado uma das peças-chave para a descrição da *advocacy*, que teve impacto direto nas questões de gênero e sexualidade – do direito ao matrimônio à parentalidade, passando pelo aborto até os processos que envolviam o HIV/AIDS.

Centremo-nos nas organizações feministas, observadas por Epp (1998) e seu crescimento exponencial desde a década de setenta, nos Estados Unidos, contemporânea também do aumento de número de mulheres nas carreiras jurídicas daquele país. Epp (1998) mostra esses dois movimentos: o da luta e o

da profissionalização que, nos anos noventa, alcançam seu auge. Como dispositivo, esse funcionamento é descrito pelo autor como “estruturas de apoio”: a criação de financiamento, de assessorias jurídicas, de capacitação. É a partir dessas novas estruturas que se formula um dispositivo de litígio estratégico, cujas práticas são marcadas pelo crescente protagonismo das cortes constitucionais em decisões a respeito de temas que, tradicionalmente, se restringiam ao debate nos órgãos legislativos. Este processo, conhecido como judicialização, não apenas desloca conflitos da esfera política para a judicial, mas também se configura como um mecanismo pelo qual se busca que os tribunais se posicionem sobre questões muitas vezes entendidas como polêmicas pelas vias legislativas. A intervenção de juízes de tribunais superiores seja por um viés conservador (orientado a manter o *status quo*) seja por um viés progressista (favorecendo a mudança social através de interpretações amplas dos direitos), em cenários políticos controversos, permite que os tribunais se tornem espaços privilegiados para solucionar disputas sociais e políticas.

O discurso do “litígio” está na série da agonística que antes postulamos, porque temos litígio quando existe um conflito de interesses. Em linguagem jurídica, litígio é usado para caracterizar ações judiciais quando submetidas a uma autoridade judicial. O litígio pode ser iniciado tanto pela parte lesada quanto em nome dela, ou seja, o processo pode ser demandado pela própria vítima de uma injustiça legal, ou por uma organização que seja atuar em auxílio a vítima (Van Der Pas, 2021). Já o litígio estratégico – também chamado de “litígio de impacto”, ou “litígio paradigmático”, por alguns autores (Cardoso, 2012) – tem um impacto mais amplo, pois costuma ser levado a Tribunais Constitucionais ou esferas jurídicas internacionais, e tem por objetivo a interpretação constitucional ou internacional em temas de difícil consenso legislativo, ou a modificação ou revogação de uma lei. É um desdobramento do direito público, cuja definição trata de formas de ações individuais ou coletivas que buscam a transformação estrutural das instituições estatais no que tange aos direitos reconhecidos pela Constituição (Bergallo, 2005).

A expressão “litígio estratégico” possui diversas aplicações e definições, e por se tratar de tema ainda pouco estudado, carece de definições consensu-

ais. Ainda que não haja uma definição estabelecida de forma consensual, o que se tem em termos de aplicabilidade é quanto as matérias nas quais usualmente é utilizado, como ao tratar de direitos ambientais, direitos sexuais, migrações, gênero, e direitos reprodutivos (Van Der Pas, 2021). Contudo, para uma melhor compreensão desta ferramenta, Lucas Correa Montoya (2008) apresenta uma importante definição:

O exercício do litígio de alto impacto, como forma alternativa para ensinar e exercer o direito, consiste em uma estratégia de selecionar, analisar e pôr em prática o litígio em certos casos que permitam alcançar um efeito significativo nas políticas públicas, na legislação e na sociedade civil de um Estado ou região. É um processo de identificação, socialização, discussão e estruturação de problemáticas sociais e a partir delas promover casos concretos para conseguir soluções integrais a tais problemáticas sociais, para conseguir mudanças sociais substâncias (Montoya, 2008, p.149, tradução nossa).

Disso podemos depreender uma intenção estratégica de reivindicação política e transformação social em áreas sensíveis com o intuito de impulsar novas demandas para alcançar novos direitos ou ampliar os já existentes, a partir de uma nova interpretação. Neste caso, um de seus efeitos é a produção de discursos que colocam em xeque suas condições de verdade, como tem feito parte da ultradireita. Não obstante esses ataques, o litígio estratégico tem um caráter sem dúvida jurídico-normativo, mas também possui caráter dialógico entre as instituições e a sociedade civil. Assim, como afirmamos anteriormente, é nessa relação ambígua entre a norma que produz exceção e o exercício da resistência a partir da mobilização social diante da norma que iremos aventar a possibilidade de um dispositivo que, plástico, se presta aos deslocamentos das práticas.

Considerando essa leitura de um dispositivo, passemos ao México e a relação agonística entre Suprema Corte, GIRE e litígio estratégico.

4 No campo das lutas: o acesso ao aborto no México como urgência histórica

Segundo Birolli, Vaggione e Machado (2020), a incorporação do gênero e da diversidade sexual nos documentos e discussões da ONU teve, como um de seus efeitos, um recrudescimento das alianças como uma reação de atores religiosos e conservadores, destacadamente da América Latina, no que conhecemos como o “combate à ideologia de gênero” que, ao menos desde 1995, depois da *IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher*, produziu alianças entre a Igreja Católica, as vertentes pentecostais e neopentecostais e outros atores que colocaram no jogo político uma “nova temporalidade neoconservadora”, como aponta Faúndes (2019).

Nessa senda, como apontam Butturi Junior, Camozzato e Silva (2020):

[...] a negação do gênero e sua mistificação como ideologia vinham a reboque de uma estratégia de retorno ao que era fundamental: o papel da mulher como mãe, o papel do homem como pai, a união de ambos no interior da moralidade híbrida da família e do cuidado com as crianças (devidamente dessexualizadas) que aparecia na urgência do neoliberalismo. No Brasil, Miguel (2016) discorre sobre três estratégias dessa topologia governamental: o *libertarianismo* individualista já denunciado por Brown (2019) em seu voluntarismo; o *fundamentalismo religioso*, sua ocupação de espaços de poder institucionais e sua criação de inimigos, nos termos de Cowan (2014); e o *anticomunismo*, novamente erguido na condição de esvaziamento dos espaços de debate sobre a sociedade – que passam a ser ridicularizados ou inviabilizados (Butturi Junior; Camozzato; Silva, 2020).

Não nos deteremos nessa genealogia, mas indicamos que, como condições de produção para discursos e práticas, ela inaugura, também desde meados dos anos noventa, um recrudescimento moral de ultradireita que tem no corpo e na subjetividade da mulher cis um centro importante. Nesse caso,

num recorte estratégico de mulher no interior de um dispositivo da maternidade que coloca o aborto como o outro a se combater (Claudia).

No interior desses tensionamentos, a América Latina se torna uma topologia com legislações muito distintas entre si em relação ao aborto. Países como El Salvador possuem uma das legislações mais restritivas do mundo, com o aborto sendo ilegal em qualquer situação, inclusive em caso de risco de vida da pessoa com capacidade de gestar, ou estupro (El Salvador, 1997). Por outro lado, a Argentina aprovou em 2020 a Lei 27.610, que garante o acesso ao aborto pelo sistema público de saúde até as 14 semanas de gestação (Argentina, 2020), a Colômbia via Corte Constitucional em 2022 descriminalizou o aborto até as 24 semanas de gestação, se tornando o mais avançado do mundo no tema em matéria jurídica (Colômbia, 2022), e mais recentemente o México descriminalizou o aborto em nível federal, em decisão proferida pela Suprema Corte de Justiça do país (México, 2023).

Neste contexto regional amplo e complexo, com retrocessos e avanços, na modalidade agonística que vemos defendendo e tendo o corpo da mulher como questão, o México merece especial análise, pois apresentar um cenário em que se tem dentro do mesmo país iniquidades de acesso ao aborto motivadas pelas diferentes legislações estaduais que condicionam o acesso e a descriminalização ao estado onde a pessoa se encontra, e pela atuação feminista que percebeu no judiciário um caminho possível para avanços. O país possui um sistema legislativo descentralizado onde as trinta e duas entidades federativas, ou simplesmente estados, têm autonomia em matéria de crimes comuns (Capdevielle, 2025). Cada entidade pode legislar sobre o aborto em seu território, ou seja, pode penalizar ou não o aborto em seu código penal, ou determinar as causas pelas quais não se considera a prática um delito. Tal cenário gera discriminação jurídica, uma vez que condiciona o acesso a esse direito ao lugar de residência.

Ora, se é o corpo natural da mulher uma questão de política, é ele que aparece como problema a se enfrentar e como objeto de práticas que pretendem regular e disciplinar. Podemos falar que o aborto, no México, obedece à injunção da sexualidade, da qual se deve falar cada vez mais e com

mais minúcias (Foucault, [1976] 2009). Digamos que é um problema sempre no horizonte de uma tecnopbiopolítica em que o corpo das mulheres é colocado em questão. Na letra da lei da exceção inclusiva, o aborto é regulado pelo Código Penal Federal de 1931, e as leis estaduais especialmente vem passando por diferentes mudanças desde os anos 2000, quando na capital do país houve uma primeira reforma, chamada Lei Robles¹, com a qual se ampliou as causas para o aborto legal e se estabeleceu por primeira vez no país, normas e procedimentos para garantir o direito ao aborto legal em casos de violência sexual, inseminação artificial não consentida, grave risco para a saúde da pessoa gestante e alterações genéticas e congênitas graves.

Em um primeiro momento a reforma foi impugnada pelo partido Acción Nacional y Verde Ecologista, num enfrentamento que partiu da militância, portanto, mas a Suprema Corte de Justiça da Nação ratificou sua constitucionalidade em 2002 (GIRE, 2021). A estruturação de um serviço público que garantisse o aborto seguro se deu em sequência, e o governo local criou o *Programa Interrupción Legal del Embarazo* (ILE), que funciona desde então em centros de saúde e hospitais da Secretaria de Saúde da Cidade do México (Aguirre, 2024).

Com base neste antecedente, começou um forte trabalho de negociação política das organizações feministas e que resultou na promulgação da reforma pela descriminalização do aborto realizado durante as 12 semanas de gestação promulgada pela Assembleia Legislativa do Distrito Federal (Cidade do México). Tais mudanças que refletem diretamente no legislativo federal e nos legislativos estaduais. As diferentes formas com que cada estado trata do tema permite compreender em linhas gerais o panorama social e cultural do país, além de evocar os tensionamentos que persistem, ainda que se verifique avanços.

É interessante notar que a relação entre gênero, corpo e normalização, porém, permanece em pleno funcionamento, visto que o aborto se encontra criminalizado nos 33 códigos penais do país, sendo um federal e 32 estatais.

1 A lei levou este nome em homenagem a Rosario Robles, chefe de governo da Cidade do México naquele momento e que foi a responsável por apresentar o projeto (Ansolabehere, 2009).

Em cada estado existem determinadas causas que permitem a não criminalização, e destas a única que está presente em todos os códigos penais é a do aborto realizado em virtude de gravidez decorrente do crime de estupro. Outras causas passíveis de não penalização também aparecem em diversos códigos, como a que permite a realização do procedimento em casos em que vida da pessoa gestante esteja em risco (Human Rights Watch, 2024)².

Como dispositivo de gênero (De Lauretis, 1994) relacionado ao governo da população pelo Estado, na modalidade da segurança, em termos de regulação e de políticas públicas no nível federal, há ao menos três regulações em relação ao aborto. Uma trata de uma lei efetivamente, e as demais são uma norma oficial (Norma Oficial Mexicana ou NOM)³ e um guia. A Lei Geral de Vítimas (LGV), aprovada em 2013 pelo Congresso da Nação, estabelece os direitos das pessoas vítimas de crimes ou violações de direitos humanos. A lei determina de forma específica que todas as pessoas vítimas de violência sexual têm direito a acessar a um aborto e as autoridades devem presumir a boa-fé destas (México, 2013).

Essa norma e seus processo de normalização, como temos afirmado, permanecem cheios de tensões, que exigem deslocamentos específicos. Assim é que há também, em âmbito federal, a Norma Oficial Mexicana (NOM 046), que surge do contexto de uma denúncia apresentada ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por representantes de Paulina del Carmen Ramírez Jacinto, uma adolescente de 14 anos vítima de um crime de estupro a quem as autoridades do estado de Baja California negaram o di-

2 Até o presente momento, 24 estados despenalizaram o aborto, variando em relação as circunstâncias – se por reforma no código penal ou decisão judicial – e tempo de gestação (Alín, 2025). A maioria dos estados despenalizaram o aborto até as 12 semanas de gestação, a exceção do estado de Michoacán, onde o Congresso despenalizou até as 12,6 semanas, e o estado de Aguascalientes, que acendeu um alerta, tendo em vista que o Congresso voltou atrás da decisão anteriormente tomada e aprovou uma reforma que diminui a descriminalização do aborto que era até as 12 semanas, para até seis semanas de gestação, um retrocesso que contraria decisão da Suprema Corte do país (Conapo, 2025).

3 Uma Norma Oficial Mexicana (NOM) é um documento técnico que estabelece os requisitos mínimos a respeito de qualidade, segurança, eficiência e/ou especificações técnicas que devem cumprir os produtos, serviços, processos ou métodos de fabricação no México. As NOM são emitidas por autoridades competentes e são obrigatórias. Seu objetivo é proteger a saúde, segurança e o meio ambiente de consumidores e usuários, assim como promover a competitividade e o desenvolvimento do país (Human Rights Watch, 2024).

reito ao aborto legal, ainda que previsto no código penal do estado. Em 2009, em virtude do acordo de solução amistosa firmado pelo Estado mexicano, a Secretaria de Saúde federal publicou um novo regramento oficial, que regula a atenção médica em casos de violência familiar, sexual e de gênero contra mulheres (Human Rights Watch, 2024).

Os efeitos dessa norma se espriam no próprio *continuum* médico-ju-rídico. Por exemplo, ao exigir que profissionais de saúde pública e privada atendam casos de aborto que resultem de violência sexual. No entanto, o regulamento assim que foi implementado solicitava autorização prévia de uma autoridade competente – um juiz ou um fiscal – e, em se tratando de crianças e adolescentes, o consentimento dos cuidados, pai, mãe ou tutor. Em 2016, graças aos esforços empregados pela sociedade civil, a Secretaria da Saúde Federal modificou a NOM 046 para eliminar estes requisitos em caso de adolescentes que tenham pelo menos 12 anos (GIRE, 2022). De acordo com a versão atual da Norma, a pessoa que solicita um aborto deve apresentar uma declaração escrita sob juramento perante uma instituição de saúde, onde indique que a gestação é resultado de uma violência sexual e que a pessoa deseja realizar um aborto (México, 2016).

Além das normativas federais, há também a Orientação Técnica para atenção ao Aborto Seguro no México, este documento estabelece critérios básicos para o setor de saúde para que as pessoas com capacidade de gestar tenham acesso a uma atenção adequada, efetiva e integral que incorpore uma perspectiva de gênero e direitos humanos (México, 2022). A Orientação inclui obrigações éticas e profissionais dos profissionais da saúde, tais como: preservar a privacidade e confidencialidade; prestar informações pertinentes antes, durante e depois do atendimento; respeitar a decisão da pessoa de interromper ou não a gestação; buscar consentimento consciente, além de outras disposições médicas como as alternativas de tratamento disponíveis. Outro aspecto importante que a Orientação aborda é quanto à objeção de consciência, reiterando os limites estabelecidos pela Suprema Corte de Justiça da Nação em julgamento da Ação de Inconstitucionalidade 54/2018, que discutiremos a seguir, com a atenção voltada às disputas no México.

5 Constitucionalização do aborto e as lutas do GIRE na Suprema Corte mexicana

Nesta última seção, voltamo-nos mais detidamente para o funcionamento do litígio estratégico, tendo o GIRE e a Suprema Corte do México como atores centrais. Na primeira seção, apresentamos o GIRE e sua atuação, ainda que de forma panorâmica; na segunda, descrevemos algumas estratégias relevantes do dispositivo do litígio que o GIRE faz funcionar.

5.1 O GIRE como movimento

Nos últimos anos a Suprema Corte mexicana passou a ser a arena de debate em torno do direito ao aborto, e nesse contexto, surge a figura jurídica do litígio estratégico, que vem se consolidando como uma das principais ferramentas utilizadas por organizações feministas no México para promover mudanças concretas no campo dos direitos reprodutivos. Ao mobilizar o sistema judiciário com o objetivo de gerar precedentes legais e impulsionar transformações políticas e sociais mais amplas, essa estratégia jurídica se articula com os repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais, especialmente em contextos de retrocesso legislativo. Nesta seção exploraremos o litígio estratégico como mecanismo de reivindicação legal em torno da autonomia reprodutiva, debruçando-nos na atuação da organização GIRE (Grupo de Información en Reproducción Elegida), referência nesse campo no país. A análise parte de uma definição conceitual do litígio estratégico, seguida da apresentação da GIRE, e por fim, de uma análise discursiva de documentos produzidos por esta organização.

No contexto latino-americano, Flávia Piovesan (2016, p. 5), vê na abertura democrática, com a criação de Constituições que se tornaram marcos jurídicos de transições democráticas e de constitucionalização de direitos, e em decorrência disso, a abertura para um maior diálogo entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Interno, um ponto de favorecimento de ações de litígio estratégico. No México, o uso do litígio estratégico se verifica na atuação feminista frente ao direito ao aborto e aos direitos reprodutivos de forma mais ampla. Especialmente na atuação da GIRE e do uso da

ferramenta jurídica do amparo legal, por meio da qual se alcançou a descriminalização em 2023. Por sua vez, a respeito do uso do direito pelos movimentos feministas, Capdevielle (2025) trata da genealogia dos feminismos jurídicos evidenciando uma postura crítica e reflexiva em torno dos argumentos usados constantemente neste campo em torno das possibilidades emancipatórias de uma instituição que não se mostra historicamente receptiva a grupos marginalizados. Contudo, os feminismos jurídicos optaram por adotar o paradoxo como um caminho epistemológico (Costa, 2015).

Nesse sentido, a estratégia adotada pelos feminismos que atuam nessa perspectiva é a de que a crítica ao direito anda lado a lado com o diálogo e a utilização estratégica das ferramentas jurídicas. Não se renuncia ao Estado de direito e as possibilidades jurídicas e normativas, enquanto se mantém consciente das limitações insuficiências dele. No limite, tudo se passa no interior do dispositivo de normalização e no seu tensionamento – guardadas, portanto, também as limitações destas formas de luta.

Marta Lamas (2009, p.159) aponta como fator decisivo para a descriminalização do aborto no México o que a autora nomeia de “profissionalização do feminismo mexicano”, nos termos de Epp (1998), que permitiu a criação de uma plataforma de apoio para a mobilização legal, em especial, a criação do Grupo de Información en Reproducción Elegida (GIRE), associação civil que surge no ano de 1992, com o intuito inicial de introduzir uma nova perspectiva de análise, uma nova argumentação política e uma nova forma de advogar pela mudança legislativa a respeito do aborto. Naquele contexto, se partia da necessidade de contar com informação séria e analisada com rigor.

Considerando a pluralidade religiosa do México, a organização entendeu que a única alternativa democrática em uma sociedade diversa se tratava do direito de decidir. Nesse sentido, o desafio imposto era o de superar discursivamente o dilema entre ser a favor ou contra o aborto, e substituí-lo pela questão: quem deve tomar a decisão da interrupção de uma gestação?

Logo após o seu surgimento, uma das primeiras ações públicas da GIRE foi a apresentação da primeira pesquisa de opinião nacional sobre o aborto⁴. Frente a pergunta central a respeito de quem deveria decidir sobre o aborto, 78% das pessoas responderam que a decisão deveria ser da mulher, sozinha ou juntamente com seu companheiro. Em 1993 se realizou uma segunda pesquisa que trouxe resultados similares, e em 1994 a terceira, que confirmou a tendência de opinião de que a decisão deveria ser da mulher gestante. Além disso, a GIRE organizou conferência de imprensa, distribuiu pastas com informação especializada a deputados e jornalistas, junto dos quais realizou fóruns de discussão. Sabendo da atuação de outros grupos feministas já atuavam a respeito do tema em espaços de base, GIRE se concentrou em atuar junto a tomadores de decisão do campo midiático, nos espaços políticos institucionais e no Estado, e em razão disso, rapidamente se converteu em ponto de referência no debate sobre o aborto (Lamas, 2009, p. 160).

Em 1998 organizações feministas se reuniram na Campaña de Acceso a la Justicia para las Mujeres (CAJM) para propor reformas em cinco áreas: direitos das vítimas, violência doméstica, direitos das crianças e adolescentes, direito a não discriminação e aborto voluntário. Naquele momento, a GIRE ficou responsável de tratar a demanda do aborto, e uma de suas estratégias foi publicar inserções pagas nos meios de imprensa assinadas por personalidades de grande prestígio intelectual e científico. No dia 28 de maio de 1998, Día Internacional por la Salud de las Mujeres, publicou uma inserção intitulada “Por un cambio imprescindible”, assiando, entre outros, pelo Prêmio Nobel de Literatura, Octavio Paz. Essas ações geraram uma rede de apoio a descriminalização em diversos setores da sociedade mexicana (Lamas, 2009, p.162). Com a chegada dos anos 2000 e o debate em torno do aborto ganhando for-

4 Em uma amostra representativa da população mexicana (2.595 pessoas de localidades urbanas com mais de 50.000 habitantes), foram formuladas perguntas fechadas com respostas de múltipla escolha, e perguntas abertas que complementam as informações. Entrevistadores realizaram as entrevistas, conduzidas simultaneamente em diferentes cidades por meio de visitas domiciliares. A amostra foi selecionada em 36 localidades distribuídas aleatoriamente em estratos regionais. A pesquisa incluiu pessoas de ambos os sexos (50,7% homens e 49,2% mulheres), agrupadas por faixa etária, nível socioeconômico, seis zonas geográficas, três principais cidades e pessoas com ou sem filhos. Todos os estados da república foram incluídos, divididos em seis zonas conforme sua localização geográfica, sendo apresentados separadamente os dados correspondentes às três principais cidades do país: Distrito Federal, Guadalajara e Monterrey (Lamas, 2012).

ça a partir da Assembleia Legislativa da Cidade do México, a GIRE passou a atuar de forma ainda mais contundente, acompanhando caso a caso de aborto que era judicializado, além de levar a cabo demandas judiciais por meio dos amparos, instrumento que garantiu o litígio estratégico coletivo.

A importância da GIRE em termos de atuação em litígios estratégicos é fundamental uma vez que representa uma virada na disputa em torno dessa pauta no campo da judicialização, uma vez que os primeiros litígios que chegaram a Suprema Corte foram levados por setores conservadores, em uma tentativa de frear os avanços conquistados na Cidade do México. Com essa virada que se dá entre os anos 2000 e 2010, GIRE iniciou uma estratégia de registro, documentação e acompanhamento jurídico em casos de negativa de serviços de saúde reprodutiva e de criminalização por realizado de aborto, e logo passa então a recorrer ao instrumento do amparo, um instrumento concreto de controle de constitucionalidade de leis e que também pode ser acionado contra atos de autoridade que violem os direitos humanos. Além disso, sob determinadas circunstâncias o amparo pode estabelecer critérios vinculantes, ou seja, diretrizes ou decisões que devem ser seguidas por outras instâncias judiciais quando estiver tratando sobre o mesmo tema (Capdevielle, 2025).

Retomando a ideia de que o judiciário acaba por ser um campo de disputa na batalha pelo aborto, é importante pontuar que na região, não somente no México, a judicialização pela penalização ou despenalização do aborto, tem como protagonistas dois movimentos antagônicos: o movimento de mulheres, pela descriminalização, e os grupos denominados “Pró vida” pela penalização (Lamas, 2008).

Se antes a judicialização se dava pela reação conservadora, a série de eventos e decisões analisadas até aqui, que culminaram com a descriminalização a nível federal, representam uma mudança dos atores envolvidos na judicialização, que não mais reagem, mas propõe e provocam o judiciário, que se mostra coerente com a interpretação constitucional e com base em tratados internacionais dos direitos humanos, cumprindo um papel em certa medida progressista. O grupo GIRE representa a profissionalização do feminismo e o entendimento feminista de que o litígio estratégico permite, dentro de uma

noção de oportunidades legais e políticas (Ansolabehere, 2009) favorável, avanços no direito ao aborto, sem abandonar uma postura crítica às limitações da esfera jurídica e a sua própria insuficiência, ao reconhecerem que a descriminalização apenas não basta, sendo necessário reformar as legislações de cada estado e a própria legislação federal.

5.2 No campo do litígio

Como já afirmamos, na América Latina, as batalhas pelo aborto dizem respeito muito mais aos efeitos políticos diretos e indiretos – expansão da influência religiosa, alavancagem e alianças políticas, ganhos eleitorais e, em última instância, mudança de regime (Gloppen, 2021). Como consequência desse cenário, o judiciário, para além do legislativo e executivo, também se torna um espaço de disputa de poder e por vezes a via possível para avanços no campo dos direitos, conforme defendido pelas mulheres da militância.

Como prática do dispositivo do litígio estratégico, a trajetória de descriminalização do aborto no México não pode ser compreendida sem considerar o espaço estratégico da Suprema Corte de Justiça da Nação (SCJN) na mudança da interpretação constitucional voltada à proteção dos direitos sexuais e reprodutivos. Diante da persistente fragmentação normativa entre as entidades federativas e da resistência política a avanços legislativos, a SCJN tem atuado como arena estratégica para a afirmação do direito à autonomia reprodutiva, reinterpretando normas penais à luz dos princípios constitucionais e dos tratados internacionais de direitos humanos. Esse movimento tem contribuído para a constitucionalização do aborto, deslocando o debate do campo exclusivamente penal para o campo dos direitos fundamentais. Por meio de decisões emblemáticas, como a declaração de inconstitucionalidade da criminalização total do aborto no estado de Coahuila (2021) e a decisão que invalidou normas federais que qualificavam o aborto como delito no Código Penal Federal (2023), a SCJN tem firmado nos últimos anos uma interpretação constitucional lida como um discurso progressista. Ao observar as decisões da Suprema Corte no período entre 2000 e 2023, verificamos que houve uma mudança de entendimentos que permitiu avanços nos direitos reprodutivos, fenômeno

político e jurídico que emerge regionalmente e no México redefine as fronteiras entre as legislações estaduais e federal e a atuação do judiciário frente ao tema.

Remontemos à história, novamente. Em 2004, dez anos após os acordos adotados na Conferência do Cairo⁵ sobre População e Desenvolvimento, somente alguns tribunais constitucionais da América Latina haviam debatido a respeito de normas penais que tratavam do aborto. De acordo com Paola Bergallo e Agustina Ramón Michel (2018) nas poucas ocorrências, as decisões eram de caráter restritivo. Na última década os tribunais da região têm se manifestado de forma mais progressista sobre a constitucionalidade das normas penais que tratam do aborto. Para as autoras, essa mudança de entendimento aponta para um novo enquadre da discussão constitucional sobre os direitos reprodutivos⁶.

Bergallo e Michel (2018) apontam outra característica da constitucionalização do aborto no discurso judicial na América Latina: a interpretação de que os fundamentos constitucionais mais amplos não são suficientes para tratar do tema do aborto, portanto, é necessária uma regulamentação que garanta o acesso efetivo a um serviço de aborto legal. Decisões nesse sentido, destacam, aconteceram especialmente na Argentina e Colômbia. Outro ponto trazido pelas autoras e que demonstra esse “amadurecimento” da argumentação judicial nos tribunais na região refere-se a interpretações que relativizam a proteção constitucional na vida intrauterina e adotam uma concepção mais elaborada e ampla de dignidade, autonomia e igualdade de gênero (Bergallo; Michel, 2018). Estamos, pois, no campo do dispositivo do litígio, desde a interpretação de Epp (1998).

5 À época a comunidade internacional estabeleceu três metas quantitativas a serem atingidas até 2015: a redução da mortalidade infantil e materna; o fornecimento de acesso universal à educação, especialmente para as meninas; e o fornecimento de acesso universal a serviços de saúde reprodutiva, incluindo planejamento familiar (UNFPA, 1994).

6 É possível ainda identificar uma inflexão de posicionamentos entre o Norte e Sul Global. Enquanto nos Estados Unidos houve a reversão da decisão *Roe vs. Wade* – paradigma consolidado desde 1973 que estabeleceu o direito constitucional do aborto no país – pela Suprema Corte do país, representando um imenso retrocesso (Johnson, 2024), na América Latina tivemos importantes avanços nas cortes da Colômbia, como já mencionado, e igualmente no México.

Este movimento progressivo de constitucionalização do aborto na região tem se traduzido em uma modulação do uso do direito penal. Embora a penalização siga sendo a ferramenta utilizada pela maioria das políticas públicas a respeito do aborto, começou-se a delimitar alguns limites. A argumentação jurídica das Cortes constitucionais deixou de entender a penalização da prática como um mandato constitucional, e tem ido em direção a definição de situações nas quais não se criminaliza ou no sentido de indicar condições específicas em que o aborto pode ser realizado (Bergallo; Michel, 2018). Podemos aventar, pois, uma relação entre a criminalização e o litígio estratégico, inversamente proporcional, em curso.

Passemos à atuação da Suprema Corte mexicana, e inicialmente importa trazer algumas considerações quanto a sua competência e quem pode recorrer a esta instância máxima do país. Em linhas gerais, ela atua no controle da constitucionalidade de leis, se estas violam preceitos constitucionais ou não. As demandas endereçadas a Corte podem ser apresentadas por senadores e deputados federais e estaduais quando os autores da ação representarem pelo menos 33% da câmara em questão. O procurador-geral da República e os partidos políticos também podem apresentar ações de inconstitucionalidade (Sieder; Espinosa, 2021).

Além disso, a Corte também atua na resolução de controvérsias constitucionais quando uma lei, norma administrativa ou decreto, assume funções que seriam de outro órgão do governo; entretanto, essas controvérsias somente podem ser apresentadas por órgãos executivos e legislativos federais, judiciários, legislativo e executivos dos estados da federação e municípios (Sieder; Espinosa, 2021). Pessoas físicas podem apresentar a Suprema Corte os chamados mandados de amparo, meio jurídico de proteção dos direitos humanos estabelecidos na Constituição do país e nos tratados internacionais dos quais o México faz parte. Este mecanismo de proteção pode ser mobilizado:

Contra atos de autoridades que violem direitos humanos;
contra leis ou atos de autoridades federais que vulnerem
ou restrinjam a soberania dos Estados ou a esfera de com-
petência do Distrito Federal; contra leis ou atos dos Estados

ou do Distrito Federal que invadam a esfera da autoridade federal (México, [s.d.], tradução nossa).

Em agosto de 2000, frente a aprovação da Lei Robles pela Assembleia Legislativa da Cidade do México (ALDF), o Partido Acción Nacional (PAN) e o Partido Verde Ecologista (PVEM) em reação, apresentaram a SCJN uma ação de inconstitucionalidade, argumentando que a referida lei violava o direito à vida, e mais especificamente, o direito à vida intrauterina. Foi a primeira vez que a Suprema Corte recebeu um caso referente ao tema do aborto. Em sua sentença, afirmou que as mudanças no Código Penal geradas pela aprovação da lei na Cidade do México não atacavam o direito a vida, uma vez que não davam permissão para abortar, apenas afastavam a penalização, portanto, não se verificava a inconstitucionalidade (GIRE, 2022).

Naquela ocasião a Suprema Corte não se manifestou acerca do direito a saúde das mulheres ou qualquer outro direito que pudesse se violar ao não permitir o aborto, entretanto, houve um pequeno avanço em sua manifestação na matéria quando em determinado trecho da sentença apresenta a situação concreta na qual a pessoa gestante se vê:

[...] deve-se considerar que a situação descrita pelo preceito coloca a mulher grávida em uma situação de decisão muito difícil: a heroica de aceitar continuar com a gravidez e a de aceitar a interrupção da gravidez, com consequência de ser um crime e as consequências que podem advir. (México, 2000, tradução nossa).

A decisão proferida na Ação de Inconstitucionalidade 10/2000 sobre a “Lei Robles” ainda que moderada, foi importante ao inaugurar o debate em torno do aborto na Suprema Corte do país, e serviu de base para as novas decisões que viriam nos anos seguintes.

Em 2006, seis anos após a primeira sentença sobre aborto, e logo após as eleições presidenciais mais disputadas da história do país, o tema voltou a ser discutido na Assembleia Legislativa da Cidade do México através de uma

nova iniciativa de descriminalização. Em abril de 2007, se aprovou na ALDF a lei que descriminalizava o aborto até as 12 semanas de gestação. A reação conservadora, na arena *agonpística* de gênero, foi imediata e apresentou-se duas ações de inconstitucionalidade perante a Corte, contudo, diferentemente da primeira ação em 2000, dessa vez a iniciativa partiu da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), principal instituição de proteção dos direitos humanos do país, e Procuradoria Geral da República (PGR), representante jurídico do poder executivo. A intenção era a de tirar os efeitos de aplicação da legislação (Ansolabehere, 2009).

Conforme informação do GIRE (2023), grupo estratégico na formulação e na efetivação de estratégias de litígio, Frente às ações de Inconstitucionalidade número 146/2007 e 147/2007, a Suprema Corte assumia um papel inédito na América Latina, porque pela primeira vez competia a autoridade judicial máxima de um país da região a missão de decidir sobre o aborto ser um crime ou não durante as primeiras 12 semanas de gestação. Por esse ineditismo, a Corte recorreu a diversas fontes para debater o tema. Além disso, convocou seis audiências públicas para ouvir opiniões de pessoas interessadas, como autoridades, ativistas, figuras da política, tanto a favor quanto contra a descriminalização. Nessas audiências, estavam presentes os movimentos organizados das mulheres, como o GIRE.

Após todas estas consultas, a Suprema Corte decidiu em 2008 que a descriminalização do aborto durante as primeiras 12 semanas não era contrária a Constituição, e para além de revisar o texto constitucional, também recorreu a tratados internacionais de direitos humanos para fundamentar a sentença. Além disso, diferentemente de 2000, não argumentou que existe um direito à vida que se dá independente da etapa em que ela se encontra. Também pontuou que nem a Constituição ou tratados internacionais dos quais o México é signatário, tratam de uma definição de quando a vida inicia, muito menos de que se deve proteger a vida desde o momento da concepção (GIRE, 2023).

Karina Ansolabehere (2009) aponta que entre as decisões de 2000 e 2008, houve uma mudança e um aprendizado por parte da Suprema Corte, que se mostrou mais aberta a sociedade ao optar por abrir espaço para diálogo e tro-

ca de argumentos com a sociedade civil, se nutrindo de “outros saberes”. Essa mudança ocorre no marco de um processo de publicização de decisões, conforme afirma Ansolabehere (2009, p. 15), onde se estabeleceu um regulamento de transparência e acesso à informação, que exige a publicidade das sentenças e posteriormente, se inaugura um canal judicial e os debates se fazem públicos.

Podemos considerar este período entre 2000 e 2008 como um primeiro momento em que a Suprema Corte mexicana discute o aborto, com uma primeira sentença conservadora ainda que favorável a descriminalização do aborto naquele contexto específico, e restrita ao texto constitucional, e na segunda decisão, em 2008, já recorrendo a tratados internacionais, mais aberta ao diálogo, e com uma decisão mais contundente quanto à descriminalização, inclusive, abandonando o argumento da proteção à vida desde a concepção. Essa mudança se estabeleceu na relação com os grupos organizados. Seus deslocamentos também diziam respeito à mudança na composição da própria corte (Ansolabehere, 2009).

Um ponto de inflexão acontece nos anos seguintes. Assim é que, em 2018 e 2019 quando o tema volta a ser debatido na SCJN, muitas mudanças possibilitaram um novo momento da discussão no âmbito judicial. Uma delas diz respeito à reforma do amparo, transformando-o em um meio mais eficaz de proteção dos direitos humanos – antes denominados garantias individuais. Nesse sentido, se ampliou o âmbito de proteção do amparo, abrangendo para além da Constituição, tratados internacionais, e outra importante mudança, que impactou diretamente nas demandas relacionadas ao aborto, foi a introdução da figura do amparo coletivo, ou seja, passou a ser possível recorrer ao amparo a partir de um interesse coletivo legítimo, e em extensão a este, se ampliou o direito de ingressar perante a Corte mediante amparo, sendo possível ingressar não somente a pessoa diretamente afetada, mas também quem apresenta “interesse legítimo”, ou seja, a quem uma violação de direito não afete de maneira pessoal e direta (México, s.d.). Esta reforma altera dois cenários relacionado ao aborto: quem e por que pode recorrer a Suprema Corte a respeito do tema.

Nesse sentido, o aborto passa a ser judicializado não como reação conservadora a leis que descriminalizavam, mas como iniciativa de grupos e organizações da sociedade civil para garantir o avanço dos direitos reprodutivos. Esse novo momento se enquadra em um movimento de redefinição das relações entre sociedade e Estado, onde a sociedade civil recorre aos tribunais como um caminho para a concretização de demandas sociais, e gradualmente, o direito passa de uma ferramenta de manutenção do *status quo* a um instrumento de transformação social a serviço de grupos socialmente marginalizados (Domingo, 2009). Tudo se passa no interior de um dispositivo de litígio estratégico que, então, já se delineia como funcionamento da ordem jurídica.

As decisões proferidas pela Corte a partir de 2018 materializam essa nova fase de entendimentos em relação ao tema, inaugurando uma jurisprudência que reforça a obrigação do Estado em assegurar o acesso efetivo a serviços de saúde reprodutiva. Neste momento também temos o instrumento do litígio estratégico como impulsionador dessas mudanças, resultado da possibilidade de organizações civis acessarem de forma mais ampla e acessível, a Suprema Corte. Neste momento também organizações civis de mulheres passam a acessar a Supre Corte de forma reiterada e estratégica, uma destas organizações que passou a atuar amplamente nos amparos direcionados a SCJN é o Grupo de Información en Reproducción Elegida (GIRE). Vejamos duas de suas atuações.

Primeiro litígio estratégico: em 2018 os casos de Marimar e Fernanda chegam à Corte via amparo judicial por atuação da GIRE. Por se tratarem de casos individuais e que não tratam de casos de avaliação de constitucionalidade, que são sempre de competência da SCJN, era necessário demonstrar se tratar de casos de relevância nacional. Nos amparos argumentou-se que ao negar acesso ao aborto, as autoridades de saúde dos estados violaram os direitos humanos das mulheres envolvidas e que, por isso, elas deveriam ser reconhecidas como vítimas e ter garantido o direito à reparação integral (GIRE, 2023).

A Corte reconheceu a importância e relevância de resolvê-los, sendo a primeira vez que decidiria sobre a negativa de acesso ao aborto em casos

de estupro e a violação dos direitos humanos. Por fim, a SCJN reconheceu que Fernanda e Marimar foram vítimas de violações de direitos humanos e ordenou que lhes fosse garantida reparação integral pelos danos que foram causados. Estes casos foram extremamente relevantes pois se tratava da primeira vez que a Corte se pronunciava sobre o tema do aborto em casos concretos em que a vida das mulheres foi afetada (GIRE, 2023).

Em 2019, chega à Corte o caso Marisa, caso em que houve negativa de realizar o aborto, portanto, a Corte reconheceu que houve violação do seu direito a saúde, que se vinculava com seu direito a vida, a integridade pessoal, a não discriminação e autonomia reprodutiva, além de ressaltar que o direito a saúde não se restringe ao aspecto físico, mas também mental e social. A sentença reconheceu, a partir de uma perspectiva de gênero, que o direito a saúde inclui a possibilidade de interromper a gestação quando a saúde está em risco, e enfatizou a necessidade de garantir serviços de saúde reprodutiva para as mulheres (GIRE, 2023).

Segundo litígio estratégico: em 2021 houve o Caso Coahuila, um marco na jurisprudência mexicana sobre o aborto. Em setembro de 2021, a SCJN julgou a inconstitucionalidade de artigos do Código Penal do Estado de Coahuila que criminalizavam a interrupção voluntária da gestação (GIRE, 2023).

A decisão foi unânime e estabeleceu que penalizar o aborto é inconstitucional, pois viola os direitos das pessoas gestantes à autonomia, à liberdade e à igualdade. A decisão tem um caráter inédito e histórico porque pela primeira vez, a Corte declarou que nenhuma mulher pode ser criminalizada por abortar, criando um precedente vinculante para todos os tribunais do país, tendo efeito nacional, pois passou a obrigar juízes de todos os estados do país a deixar de aplicar leis que penalizem o aborto, ainda que os códigos penais locais não tenham sido reformados. A decisão consolida a atuação progressista da SCJN, a colocando como aliada na garantia dos direitos reprodutivos no México.

Por fim, podemos mencionar outra decisão proferida em 2023, Amparo 267/2023, que reafirma a posição da Corte já estabelecida no caso de Coahuila.

Ao analisar o amparo interposto pela GIRE, a SCJN que os artigos do Código Penal Federal que criminalizam o aborto já não têm mais efeitos. Nesse sentido, nenhuma pessoa gestante poderá ser criminalizada por abortar, e isso se estende às pessoas que as atendem. Além disso, a SCJN ordenou ao Congresso da União que derogue as normas que criminalizam o aborto voluntário. A Sentença também se estende a todas e todos os juízes locais e federais do país (GIRE, 2023). A decisão da Corte ainda não foi cumprida pelo Congresso Nacional, contudo, gerou um efeito de reformas em diversos estados.

Com esse apanhado histórica da atuação da Suprema Corte entre os anos 2000 e 2023, verificamos que a SCJN que historicamente era acionada por setores conservadores para frear avanços em direitos sexuais e reprodutivos, transformou-se, nos últimos anos, em um espaço estratégico de disputa jurídica protagonizada por organizações feministas. A partir da mobilização de casos emblemáticos e do uso do amparo como recurso litigioso estratégico, estas organizações – em especial a GIRE – passaram a ocupar o campo judicial não somente para reagir a retrocessos, mas para promover avanços normativos e consolidar o reconhecimento dos direitos reprodutivos como parte integrante dos direitos humanos. Esse deslocamento, mesmo na dobra da norma jurídica, evidencia a reconfiguração do papel do Judiciário na arena política mexicana, e a atuação feminista como força motora dessa mudança, o que nos coloca diante da ambiguidade constitutiva da tecnobiopolítica: inscrita como letra da exceção, ela, agonisticamente, pode produzir efeitos de deslocamento a partir das alianças feitas no e com o corpo das mulheres – como tem ensinado a história recente do México e de outros países da América Latina

6 Considerações finais

Este texto partiu de um acontecimento: a descriminalização do aborto no México a partir da atuação da Suprema Corte em relação à escuta dos movimentos sociais. Desse acontecimento, trouxemos nosso objetivo, qual seja, de descrever as estratégias de um dispositivo de litígio estratégico que, no interior da exceção da letra da lei e da tecnobiopolítica, inaugura formas de resistência feministas.

Para tanto, iniciamos o texto com uma discussão acerca do poder como agonística e da formulação da lei e da política como exceção para, então, estabelecermos o gênero e o corpo como questão axial no que chamamos dispositivo do litígio estratégico.

Depois disso, apresentamos a questão do litígio como estratégia que ganha espaço nos anos noventa do século XX. Então, passamos a descrever uma questão política relativa ao gênero na América Latina, marcado pelo inflacionamento das práticas conservadoras, e um itinerário da legislação sobre o aborto no México para, então dar a ver o funcionamento do litígio-so que envolve a Suprema Corte e os movimentos de direitos, notadamente o GIRE.

O capítulo, por certo, não exaure o tema. Nosso esforço foi o de abordar, no nível do discurso, como se formula o litígio estratégico. Por certo, a pesquisa ainda poderá pensar em aspectos materiais e dar centralidade a corporalidades e alianças que, como vemos, perfazem o emaranhado desse dispositivo.

Referências

AGAMBEN, G. **Homo sacer I**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, [1995] 2010.

AGUIRRE, Deyanira G. de L. El aborto en México: situación actual y retos. **Salud Problema**, Segunda Época, v. 18, n. 35 (jan. – jun. 2024), p. 31-44, 18 dez. 2024. Disponível em: <https://repositorio.xoc.uam.mx/jspui/handle/123456789/51510>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ALÍN, Paola. Mapa del aborto en México: qué estados han despenalizado la interrupción del embarazo. **El País**, 5 jun. 2025, México. Disponível em: <https://elpais.com/mexico/2025-06-06/mapa-del-aborto-en-mexico-que-estados-han-despenalizado-la-interrupcion-del-embarazo.html>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ANSOLABEHERE, Karina. Oportunidades y decisiones: la judicialización del aborto en perspectiva comparada. In: SEMINARIO EM LATINOAMERICA DE TEORÍA CONSTITUCIONAL Y POLÍTICA – SELA, 2009, Asunción. **Anais [...]**, Assunción: SELA, 2009, n.p.

ARGENTINA. **Ley N° 27.610**: Acceso a la interrupción voluntaria del embarazo (IVE). Governo da Argentina. 2020. Disponível em:

<https://www.argentina.gob.ar/noticias/ley-no-27610-acceso-la-interrupcion-voluntaria-del-embarazo-ive-obligatoriedad-de-brindar>. Acesso em: 2 jul. 2025.

BERGALLO, Paola. Justicia y experimentalismo: la función remedial del poder judicial en el litigio de derecho público en Argentina. In: SEMINARIO EM LATINOAMERICA DE TEORÍA CONSTITUCIONAL Y POLÍTICA – SELA, 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: SELA, 2005, p. 1.

BERGALLO, Paola; MICHEL, Agustina Ramón. La constitucionalización del aborto y sus encuadres en las altas cortes de América Latina. In: BERGALLO, Paola; MICHEL, Agustina Ramón (org.). **La reproducción en cuestión**: Investigaciones y argumentos jurídicos sobre aborto. Buenos Aires: Eudeba, 2018, p.527-553.

BIROLI, F.; VAGGIONE, R. M.; MACHADO, M. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. 20. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTTURI JUNIOR, Atilio. A polivalência tática como teoria da resistência em Michel Foucault. In: BRAGA, A.; SÁ, I. de. (org.). **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. Campinas: Pontes, 2020. p. 21-46.

BUTTURI JUNIOR, Atilio; CAMOZZATO, Nathalia Müller.; SILVA, Bianca Franchini da. M. Uma monstruosidade linguístico-moral: os discursos sobre a linguagem neutra nos projetos de lei do Brasil: the discourses on neutral language in Brazilian bills. **Calidoscópico**, v. 20, n. 1, p. 322-350, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/cld.2022.201.16> . Acesso em: 21 ago. 2025.

CAPDEVIELLE, Pauline. La judicialización del aborto en México: La construcción dialógica de un derecho a decidir. **Anales de la Cátedra Francisco Suárez**, v. 59, p. 215-241, 4 fev. 2025. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/acfs/article/view/31522>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CARDOSO, Evorah. **Litígio Estratégico e Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COAHUILA. **Código Penal do Estado de Coahuila de Zaragoza**. Periódico Oficial del Estado, Coahuila, 29 set. 1989. Última reforma publicada em 28 dez. 2022. Disponível em: <http://www.congresocoahuila.gob.mx/leyes/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

COLÔMBIA. Corte Constitucional Da Colômbia. **Sentença C-055/22. 2022**. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2022/c-055-22>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CONSEJO Nacional de Población – CONAPO. Grave retroceso en Aguascalientes. Gobierno de México, 2025. Disponível em: <https://www.gob.mx/conapo/articulos/grave-retroceso-en-aguascalientes>. Acesso em: 22 jun. 2025.

COSTA, Malena. Feminismos jurídicos. Propuestas y debates de una trama paradójal. **Daimon Revista Internacional de Filosofía**, v. 66, p. 153-161, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.6018/223841>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DE LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

DOMINGO, Pilar. Ciudadanía, derechos y justicia en América Latina: Ciudadanización-judicialización de la política. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 85, p. 33-52, 2009. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/view/130881>. Acesso em: 2 jun. 2025.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

EL SALVADOR. Decreto Legislativo nº 1030, de 26 de abril de 1997. Código Penal da República de El Salvador. Publicado no *Diario Oficial* nº 105, Tomo 335, 10 jun. 1997.

EPP, Charles R. **The rights revolution: Lawyers, activists, and Supreme Courts in Comparative perspective**. Chicago; London: The University of Chicago Pres, 1998.

FAÚNDES, J. M. M. The geopolitics of moral panic: The influence of Argentinian neo-conservatism in the genesis of the discourse of 'gender ideology'. **International Sociology**, v. 34, n. 4, p. 402-417, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0268580919856488>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2012.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade** – curso no Collège de France, 1975-1976. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1976] 2010b.

FOUCAULT, M. Entrevista de Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. (org.). **Ditos & escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p.238-250.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Tradução de Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, [1976] 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história do nascimento das prisões. Rio de Janeiro: Forense, 2013 [1975].

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 27. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009a. p. 243-276.

GRUPO DE INFORMACIÓN EN REPRODUCCIÓN ELEGIDA (GIRE). **El proceso de despenalización del aborto en la Ciudad de México**. Série Temas para el Debate. México: GIRE, 2008.

GRUPO DE INFORMACIÓN EN REPRODUCCIÓN ELEGIDA (GIRE). **Informe de actividades 2021**. Cidade do México: GIRE, 2021. Disponível em: <https://informe2021.gire.org.mx/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

GRUPO DE INFORMACIÓN EN REPRODUCCIÓN ELEGIDA (GIRE). Paso a paso: las sentencias de la Corte sobre aborto. 22 nov. 2022. Disponível em:

<https://gire.org.mx/publicaciones/step-by-step-mexicos-supreme-court-rulings-on-abortion/?lang=en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GLOPPEN, Siri. Conceptualizing abortion lawfare. Batalha pelo Direito ao Aborto na América Latina. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 3, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/7CV9SGHgDphL6L9TFTN6S8q/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

INSTITUTO Nacional de la Mujer. Lineamiento técnico para la atención de aborto seguro en México. **Gobierno de México**, 2022. Disponível em:

<https://www.gob.mx/inmujeres/documentos/lineamiento-tecnico-para-la-atencion-de-aborto-seguro-en-mexico-edicion2022>. Acesso em: 23 jul. 2025.

JOHNSON, Candance. Drafting injustice: overturning Roe v. Wade, spillover effects and reproductive rights in context. **Feminist Theory**, v. 25, n. 1, p. 122-127, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14647001221114611>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LAMAS, Marta. El aborto en la agenda del desarrollo en América Latina, **Perfiles Latinoamericanos**, v. 16, n.31, p. 65-94, 2008. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-76532008000100004. Acesso em: 06 jul. 2025

LAMAS, Marta. La despenalización del aborto en México. *Nueva Sociedad*, n. 220, mar./abr. 2009. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/la-despenalizacion-del-aborto-en-mexico/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LAMAS, Marta. Mujeres, aborto e Iglesia católica. **Revista de El Colegio de San Luis**, v. II, n. 3, p. 42-67, jan. – jun. 2012. Disponível em: redalyc.org/articulo.oa?id=426239575003. Acesso em: 29 jul. 2025.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução: o neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: n-1, 2019.

LEMKE, T. Emaranhados material-discursivos: entendendo o conceito de dispositivo. In: BUTTURI JUNIOR, A.; BUZATO, M. CAMOZZATO, N. M. (org.). **Pós-Humano, novos materialismos e linguagem**. Campinas: Pontes, 2024. p. 201-241.

MÉXICO. Decreto publicado em 14 de agosto de 1931. **Código Penal Federal**. México: Diario Oficial de la Federación, 14 ago. 1931. Texto vigente com última reforma em 16 jul. 2025.

MÉXICO. **Enmienda a la Norma Oficial Mexicana NOM-046-SSA2-2005**. Diario Oficial de la Federación, 16 abr. 2009. Disponível em:

https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5087256&fecha=16/04/2009#gsc.tab=0. Acesso em: 22 jul. 2025.

MÉXICO. **Ley General de Víctimas**. Cámara de Diputados del Honorable Congreso de la Nación, 9 jan. 2013. Disponível em:

<https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGV.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MÉXICO. Secretaría de Salud. **Lineamiento Técnico para la Atención del Aborto Seguro en México**. México: Secretaría de Salud / Centro Nacional de Equidad de Género y Salud Reproductiva, nov. 2022. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/779301/V2-FINAL_Interactivo_22NOV_22-Lineamiento_te_cnico_aborto.pdf. Acesso em: 09 jul. 2025.

MÉXICO. Secretaría de Salud. **Norma Oficial Mexicana NOM-046-SSA2-2005: Violencia familiar, sexual y contra las mujeres. Criterios para la prevención y atención**. México: Diario Oficial de la Federación, 16 mar. 2016. Disponível em: https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=7343145&fecha=16/03/2016. Acesso em: 10 jul. 2025.

MÉXICO. Suprema Corte de Justicia de la Nación. **Acción de Inconstitucionalidad 10/2000** (Pleno, Sentencia de 30 jan. 2002). México: SCJN. Disponível em: https://www2.scjn.gob.mx/juridica/engroses/3/2000/19/3_37867_0_firmado.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

MÉXICO. Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN). **Consulta temática – Expediente 148/2017**. México: SCJN, 2017. Disponível em:

<https://www2.scjn.gob.mx/consultatematica/paginaspub/DetallePub.aspx?AsuntoID=227921>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MÉXICO. Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN). **Consulta temática – Expediente 311450/ 2021**. México: SCJN, 2021. Disponível em:

<https://www2.scjn.gob.mx/ConsultaTematica/PaginasPub/DetallePub.aspx?AsuntoID=311450>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MÉXICO. Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN). **Amparo en revisión 267/2023 (delito de aborto no Código Penal Federal)**. Primera Sala. Relatora: Ministra Ana Margarita Ríos Farjat. México, 6 set. 2023. Disponível em: <https://www2.scjn.gob.mx/ConsultaTematica/PaginasPub/DetallePub.aspx?AsuntoID=311450>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MÉXICO. Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN). **Qué hace la SCJN**. México: SCJN s.d. Disponível em: <https://www.scjn.gob.mx/conoce-la-corte/que-hace-la-scjn>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MONTOYA, Lucas Correa. Litigio de alto impacto: Estrategias alternativas para enseñar y ejercer el Derecho. *Opin. Jurid*, v. 7, n. 14, p. 149-162, 2008. Universidade de Medellín. Disponível em:

<https://revistas.udem.edu.co/index.php/opinion/article/view/161/145>. Acesso em: 20 jun. 2025.

NAVEGANDO OBSTÁCULOS: acceso al aborto en el Estado de México. **Human Rights Watch**, 13 ago. 2024. Disponível em:

<https://www.hrw.org/es/report/2024/08/13/navegando-obstaculos/acceso-al-aborto-en-el-estado-de-mexico>. Acesso em: 13 jul. 2025.

OSÓRIO, Letícia Marques. Litigio Estratégico em Direitos Humanos: Desafios e Oportunidades para Organizações Litigantes. **Rev. Direito e Práx.**, v. 10, n.1, p. 571-592, mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/WHGgkzbtQYZJhLQgZHDtk8s/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2025.

PIOVESAN, Flavia. Direitos Humanos e Constitucionalismo Regional Transformador: O impacto do Sistema Interamericano. **Cadernos de Pós-Graduação em Direito**, p. 5, 2016. Disponível em: http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/cadernos/caderno_36_2016.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

PRECIADO, Paul. **Texto yonque**. Madrid: Espasa, 2008.

SIEDER, Rachel; ESPINOSA, Yacotzin Bravo. Abortion lawfare in Mexico's Supreme Court: Between the right to health and subnational autonomy. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 3, p. 1-29, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202138>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SILVA, O. S. G. **Contramobilização judicial e reação neoconservadora**: Um aspecto da crise democrática. 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/sd2ppgcpol/files/2023/09/Contramobilizacao-judicial-e-reacao-neoconservadora-Um-aspecto-da-crise-democratica-Otavio-Santiago-Gomes-da-Silva.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

UNHCR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Direito internacional dos direitos humanos**. ONU: 2002. Disponível em:

<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2002/1826.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **Programa de Ação (UNFPA)**: Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Cairo: ONU, 1994. Disponível em: <https://www.unfpa.org/icpd>. Acesso em: 2 jul. 2025.

VAN DER PAS, Kris. Conceptualising strategic litigation. **Oñati Socio-Legal Series**, v. 11, n. 6(S), p. S116-S145, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://opo.iisj.net/index.php/osls/article/view/1315>. Acesso em: 10 jul. 2025.

UMA AUTOETNOGRAFIA DAS AGENDAS TRANS

Keo Silva
Carmen Rial

Estou procurando ... estou tentando entender, o que é que tem em mim que tanto encomoda você? (Lin da quebrada – Pajubá¹)

A proposta desse artigo é reunir idéias de uma fala na Mesa feita no Programa *Move Gênero América Latina* em junho de 2025. Com o objetivo de apresentar uma autoetnografia das agendas trans, expus um panorama sobre agendas políticas desde uma perspectiva trans. O texto foi organizado desde a minha situacionalidade de um pesquisador transmasculino, observando esses percursos desde o campo de produção de conhecimento. Nesse sentido, compreendo esse exercício reflexivo como:

A autoantropologia, ou seja, a antropologia realizada em contexto social que a produziu, tem de fato distribuição limitada. [...] mas o que ele (ela) afinal escreve diz se há continuidade cultural entre os produtos de seu trabalho e o que as pessoas da sociedade estudada produzem em seus relatos sobre elas mesmas (Strathern, 2014, p. 144).

Como afirma Lili Ryan Silva (2008):

Estar atento a essa economia de trocas entre essas dimensões do trabalho é ainda estar aberto às sugestões que essas atividades podem influir. Pois, trata-se de pensar a etnografia

1 <https://youtu.be/Kfjhie6Y5Qc?si=yzyO-acN6GxcezWC>

como o relato de uma experiência conflituosa de um observador, condição para o entendimento do que foi observado (Silva, H. R. S. 2009, 187)

Com o intuito de concentrar alguns argumentos nos quais identifico momentos distintos dentro dos debates por reconhecimento, visibilidade, inteligibilidade, os impactos durante e pós-COVID-19 e temas que compõem as agendas trans. Desde uma análise da (de)codificação cultural da cisnormatividade por meio de políticas institucionais, produções midiáticas, notícias de jornal, produções audiovisuais e eventos aos quais participei durante a minha trajetória no Ensino Superior.

Em primeiro momento apresento as pautas políticas dos movimentos trans desde sua emergência junto aos movimentos de redemocratização nos 1990 até os debates mais recentes datados nas décadas dos anos 2000. Considerando também esse percurso como desdobramento das pautas políticas que ocorreram nas décadas anteriores ao processo de redemocratização (Quinalha, 2021; Veras, 2017).

Em um segundo momento, identifico algumas transformações políticas decorrentes da mudança de governabilidade e como as corporalidades trans tornam-se esse outro da formação da identidade nacional brasileira, no enquadramento de disputas ideológicas entre conservadorismo e o liberalismo progressista.

Cidadania, reconhecimento e acesso à direitos

Ao traçar um panorama das políticas para pessoas trans desde o processo de redemocratização, observamos elementos consideráveis que emergem a partir desse modelo político da democracia liberal, centrados na idéia do reconhecimento (Sempol, 2013).

Para entender essa decodificação complexa da cisnorma, desenvolvi uma narrativa a partir de uma etnografia feita na internet e em *sites* de casas legislativas para compreender como surgem os movimentos políticos por reconhecimento de pessoas trans em três países, Uruguai, Brasil e Argentina,

entendendo esse processo como uma etnografia que se movimenta entre reflexões sobre a ordem de gênero e as agendas políticas dos movimentos trans compreendendo seus aspectos políticos, jurídicos e sociais no enquadramento da luta por reconhecimento (Carvalho, 2017; Fraser, 2002; Honneth, 2003). Nessa relação podemos identificar o entrelaçamento entre os movimentos sociais, ordem de gênero e o estado.

Assim podemos partir de uma noção de que tanto o Brasil como Uruguai, executaram movimentos políticos similares em relação à gestão da população LGBTIA+ ao longo da primeira década dos anos 2000. De acordo com Pablo Santos (2019):

Con la llegada del FA al gobierno, el Estado cesó toda forma de control y persecución sobre toda la población trans, y se fueron aprobando progresivamente una batería de acciones que beneficiaban y reconocían importantes derechos de las personas no-heteroconformes y la diversidad sexual en general (Santos, 2019. p. 8).²

Ao observamos a construção desses movimentos sociais, identificamos uma hierarquia em termos de sexualidade (Rubin, [1984] 2017) dentro da própria comunidade LGBTIA+, onde as pessoas trans são vistas ao longo do processo de politização do movimento como coadjuvantes (Silva, 2021). Essa hierarquia remete também a uma noção de cisnormatividade manifestada pelo efeito dessa política que em certo sentido reproduzem uma lógica precária.

2 Com a chegada de FA ao governo, o Estado encerrou toda forma de controle e perseguição sobre toda a população trans, e forma aprovando progressivamente uma bateria de ações que beneficiavam e reconheciam importantes direitos das pessoas não-heteroconformes e a diversidade sexual em geral (Santos, 2019. p. 8).

No Brasil a ocupação do Congresso Nacional em 2004, por ativistas do movimento trans/travesti, por meio da campanha Travesti e Respeito³. Impulsionou a criação do Processo Transexualizador do SUS (Lionço, 2009), criado em 2008⁴. Também a produção teórica realizada por pesquisadores brasileiros na década de 2000 ocupava-se em compreender desde uma perspectiva desnaturalizada o debate social sobre transexualidade (Bento, 2008; Leite Júnior, 2011). Esses movimentos marcam uma agenda política governamental e dos movimentos sociais mais progressista e também indicam o debate desenvolvido por aspectos políticos locais, regionais e globais (Bachetta, 2021; Connell, 2016).

Desenhar esse trajeto político a partir de minha perspectiva como pesquisador e pessoa transmasculina que desenvolve sua trajetória acadêmica de maneira simultânea a transição de gênero, como um recurso político de compreensão de conceitos e elementos formativos em termos de noção de pessoa (Mauss, 2003). E como maneira de restituição dos embates gerados entre a comunidade trans e a comunidade acadêmica (Rial, 2016b), no intuito de refletir sobre as políticas sociais, seus amplos aspectos, seus embates e efeitos. Como defende Mauro Cabral:

Participar de um espaço cidadão de legitimar ... questiona a natureza mesma da noção e exercício de cidadania (...) sua proposição obriga a enfrentar, reformular e resolver questões imperativas planteadas em nossa vida em comum e sua organização institucional (Cabral, 2003, p. 6, tradução do autor).

3 A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, comemora, anualmente, o Dia Nacional da Visibilidade Trans, 29 de janeiro, data consagrada por marcar uma das primeiras iniciativas públicas em prol da população de travestis, mulheres transexuais e homens trans – a campanha – Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos||, lançada em 2004 pelo Ministério da Saúde. Disponível em: <https://justica.sp.gov.br/index.php/coordenacoes-e-programas/coordenacao-de-politicas-para-a-diversidade-sexual/atividades-e-acoes/> Visto: 01/06/2025 às 14:14

4 Portaria nº 457 de 19 de agosto de 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html Visto: 21/01/2024 às 14:58

Cabe reconhecer o caráter transnacional que se constrói em torno dessas agendas.

O tema da despatologização da transexualidade surge na comunidade trans como uma forma de resistir ao modo de subjetivação associado a ideia de uma “transexualidade verdadeira” (Bento, 2008). O tema ganha vigor na Espanha junto aos debates da lei de identidade de gênero que estava em votação em 2008 como mostra documentário *Test de la vida real* (2013)⁵. No Brasil, na primeira década de 2000 o debate girava em torno do campo médico e clínico, e as pesquisas no campo social sobre o tema objetivavam decodificá-lo. Como apresenta Barbieri Oliveira (2017) a transexualidade é uma categoria que movimenta o debate moral e jurídico. Transtorna sua normatividade.

A produção de um discurso jurídico sobre a transexualidade, gera uma noção padronizada da experiência transexual. O que resulta em uma economia jurídica da transexualidade, desenvolvida a partir da noção de princípio único de inteligibilidade⁶, a qual fundamenta um discurso possível de cidadania (Cabral, 2003). Nesse processo entendemos como a categoria transexual torna-se uma categoria política (Silva, 2019).

O trabalho etnográfico realizado pelo antropólogo Camilo Braz (2019), apresenta um comparativo entre os itinerários terapêuticos realizados por homens trans no Brasil e na Argentina, e observa a espera como uma questão pertinente para as trajetórias de seus interlocutores, ao demonstrar a relação entre o tempo e tais experiências, destacando duas diferenças significativas entre os dois países:

A questão da espera talvez seja fundamental para interpretar antropologicamente as experiências trans no Brasil contemporâneo, considerando a tensão entre o tempo dos sujeitos e o tempo protocolar, entre o tempo de cada um e o tempo

5 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yrgRZ0R_-3U Acesso: 28/06/2025

6 Isso pode ser entendido como um conjunto de prescrições normativas sobre a corporalidade sexuada, que acaba por não respeitar ou não reconhecer os direitos sexuais e reprodutivos de pessoas trans, em nome de uma normatização da experiência.

institucional, importante para interpretar expectativas relacionadas à transição e à atenção em saúde (Braz, 2019, p. 3).

As pesquisas etnográficas nos apresentam dados culturais importantes, em relação aos imaginários sociais no debate sobre a democracia liberal. Nos faz entender como as lutas por cidadania se aproximam das reivindicações por direito ao acesso à saúde. Mesmo que o debate sobre a despatologização seja uma agenda política desde o surgimento dos movimentos formados por pessoas trans (Bento; Pelúcio, 2012; Rodovalho, 2017).

Em 2017 no Brasil é aprovado o Provimento 73⁷ que é o dispositivo jurídico que apresenta a possibilidade de retificação de nome e gênero sem a necessidade de laudos médicos ou cirurgias. Os debates em torno da Lei trans no Uruguai também defendem essa posição. Indicando uma transformação na narrativa jurídica sobre a transexualidade nesses países.

Ao refletir sobre essa questão identificamos uma ambivalência desse processo, ancorada na noção de normatividade, onde o reconhecimento não precário da cidadania trans estaria relacionado a normalização dos documentos oficiais, ou seja, aos cidadãos que tem documentos. Como afirma Mariza Peirano:

Para que serve um documento? Tecnicamente, documentos facilitam o ato de contar, somar, agregar a população (e, assim, taxar riqueza e controlar a produção), ao mesmo tempo em que identificam o indivíduo para fins de conceder direitos e exigir deveres. [...] O documento, assim, legaliza e oficializa o cidadão e o torna passível de controle e legítimo para o Estado (Peirano, 2006, p. 27).

A ambivalência destacada por Peirano (2006), apresenta a dimensão do reconhecimento legal/jurídico, seu carácter biopolítico na construção do controle da cidadania e nos mostra um percurso para decodificar a cidadania trans a partir da noção de cisnormatividade jurídica (Alexandra Mawewu

7 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>. Acesso: 29/01/2024 às 20:39.

de Oliveira, 2021) e também podemos decodificá-lo a partir da noção de cidadania perversa (Ochoa, 2004), além dessa decodificação sobre o debate do reconhecimento legal da transexualidade. No curso dessa trajetória vemos emergir o debate sobre o reconhecimento na educação, principalmente sobre as reivindicações de reconhecimento a partir da política de nome social.

Nome social e o debate trans na educação

Como uma política gerada com intuito de reconhecer a identidade de gênero do usuário do SUS, o nome social passa a ser reivindicado no campo educacional, movimentando as agendas políticas institucionais na luta por reconhecimento trans.

Como primeiro elemento de uma agenda política, identificamos que a falta de reconhecimento gera exclusão escolar (Bento, 2011). A educação é terreno de disputa em termos de reconhecimento, acesso e políticas de inclusão. Esse é o primeiro panorama apresentado no campo educacional sobre as demandas trans.

A política de nome social foi desenvolvida primeiramente, nas universidades e posteriormente institucionalizada nas escolas de Ensino Básico no Brasil. Essa diferença temporal nos mostra uma situacionalidade em construir tal política no espaço universitário, e abre espaço para o debate como os de homotransfobia na escola. Assim como nos diz sobre a ampliação do Ensino Superior e seus efeitos (Silva e Vaz, 2019), mas que tem especificidades locais e ambiguidades. Em decorrência de seu limite institucional apresenta-se como política precária, por outro lado ela opera como um dispositivo de construção de subjetividades (Correa, 2017) e ainda pode ser pensada como uma estratégia de permanência de alunos e alunas trans nas universidades (Oliveira; Silva, 2017).

No ano de 2013 se desenvolveu um projeto de Lei 5002/2013⁸ que passou pela Câmara dos Deputados que visava à aprovação de uma lei de reconhecimento da identidade de gênero. No entanto no ano seguinte esse pro-

8 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>

jeto foi arquivado. No mesmo, o nome social pôde ser utilizado nas provas do ENEM⁹. Em 2016 foi aprovado o decreto nº 8.727¹⁰ que garante uso do nome social em todas as instituições públicas. Em 2018, o decreto nº 9.278¹¹ possibilita a inclusão do nome social no registro geral de identidade. Somente na segunda década dos anos 2000 é que essa política passa a ser uma política estabelecida no campo da Educação Básica após as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP nº14 de 2017)¹² e o (CNE/CP nº 1 de 2018)¹³.

Então nesse percurso observamos a transição do discurso sobre transexualidade, a relação da patologização com a precariedade. E a manutenção da ideia de uma cidadania precária por meio da política de nome social e os debates por reconhecimento de identidade de gênero na educação, como agendas políticas trans(nacionais), até chegarmos a ideia da cisnormatividade como fator de fracasso/sucesso escolar.

Ações afirmativas, educação e empregabilidade.

Nesse escopo surge também o debate sobre ações afirmativas para pessoas trans. No Brasil vemos que essa questão está localizada no campo educacional. Até 2019 apenas 12 das universidades públicas brasileiras tinham ações afirmativas para pessoa trans¹⁴. Em 2023 houve uma queda em relação às vagas de ações afirmativas para pessoas trans¹⁵.

9 Exame Nacional do Ensino Médio. Acesso: 29/01/2024 às 20:16.

10 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm Acesso: 30/01/2024 às 15:34.

11 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2018/decreto/D9278impresao.htm. Acesso: 29/01/2024. às 20:13.

12 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-72921-pcp014-17-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192)

[pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192) Acesso: 30/07/2024 às 14:11.

13 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-81001-rcp001-18-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192)

[pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192) Acesso: 30/07/2024

14 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml> Acesso: 18/05/2024 às 17:37

15 Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/universidades-publicas-cotas-trans-tra-vestis/>. Acesso em: 3/05/ 2023 às 11:43.

De acordo com a pesquisa realizada pela GEMAA¹⁶ em 2018¹⁷ são mais de 2000 alunos autodeclarados trans matriculados em cursos de graduação em instituições de ensino públicas federais em todo o país. Nesse sentido, a questão interseccional é fundamental para pensar a inserção educacional de pessoas trans nas universidades por meio de políticas afirmativas (Iazzetti, 2021). Assim como as pesquisas de cunho etnográfico das pessoas trans que adentraram o espaço acadêmico também são fundamentais para pensarmos o desenvolvimento dessas políticas (Andrade, 2015; Oliveira, 2020), pois existe diferenças entre a experiência de “uma pessoa que está se submetendo à transição de gênero dentro de uma situação de riqueza e segurança, ou numa situação de pobreza e vida precária” (Connel, 2016, p. 219).

Até aqui vimos como a luta por reconhecimento de pessoas trans chega ao campo educacional. Mas vemos também esse debate se estender para a arena da política institucional, com o aumento do número de candidaturas de pessoas trans a vereadores e prefeitos nas eleições de 2020¹⁸. Em outra perspectiva nos países vizinhos – Argentina e Uruguai – a questão volta-se mais ao campo laboral, a partir de leis de cupos laborales¹⁹ que visa à contratação de pessoas trans no funcionalismo público, reservando 1% das vagas para cargos públicos e incentiva a contratação de pessoas trans nas empresas privadas.

A empregabilidade é um tema que atravessa as agendas trans no Brasil e Argentina e no Uruguai após a aprovação da Ley Integral Trans²⁰ em 2018. Essa lei visa o reconhecimento de pessoas trans a partir do princípio de autodeterminação e envolve temas como empregabilidade e trabalho sexual.

16 Grupos de Estudos Multidisciplinar de Ações Afirmativas

17 Disponível em <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/> Acesso: 03/05/2023 12:59

18 Disponível em <https://antrabrazil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/> Acesso: 05/12/2022 às 06:01.

19 Disponível em <https://latfem.org/al-calabozo-nunca-mas-media-sancion-para-la-ley-de-cupo-laboral-travesti-trans/> Acesso: 22/12/2022 às 22:49.

20 Lei n. 19.684/2018. Adentrando diversos setores de cidadania para a população trans, A Lei Integral Para Pessoas Trans, defende o acesso ao sistema de saúde, a partir de um atendimento especializado, que acontece especificamente em um hospital de Montevideo; a facilitação para o processo de alteração de nome e gênero nos documentos oficiais; o acesso à educação; acesso ao mercado de trabalho; acesso a moradia e também a lei visa uma reparação às pessoas trans que viveram no período da ditadura militar no Uruguai entre 1973 e 1985.

Essa discussão envolve um debate moral e territorial, e também discussões internas nos estudos de gênero. No Uruguai, por exemplo, até 2008 era proibido o exercício do trabalho sexual. Os altos índices de transfeminicídio no Brasil também demandam pensar tal questão. Na Argentina, apenas 6% da população transgênero não vive de trabalho sexual. (Di Pietro, 2020). Nesses termos, políticas estatais favoráveis ou não à prostituição também estão relacionadas à ordem de gênero e a precarização das vidas trans. Essas reflexões possibilitam entender como opera a ordem de gênero em cada país em relação às políticas LGBTs e as políticas específicas para pessoas trans. Pois:

A transição ocorre dentro de uma estrutura profundamente institucionalizada de relações de gênero corporificadas. Isso é facilmente visto no impacto do estado de vida das mulheres e dos homens transexuais, mas envolve muitas outras instituições, desde a família até a economia (Connel, 2016, p. 216).

Visando mais demandas redistributivas do que de reconhecimento social dessa população.

Não fosse a mudança na ordem governamental que vive sob o espectro do conservadorismo, agenciando o pânico moral sob as políticas para pessoas trans, como caso do cancelamento do edital de vagas para pessoas trans no vestibular da UNILAB em 2019²¹ e a retirada da cartilha de homens trans no SUS²², o debate político sobre ações afirmativas para pessoas trans, poderia estar em outro patamar de discussão. Agora em 2025, ouve mais um tipo de manifestação de mesmo cunho relacionado ao tema de ações afirmativas para pessoas trans na UNICAMP²³, sob ataque presenciais e *on-line*, os conservadores buscam argumentos para deslegitimar a importância desse debate que se manifesta nos muros da universidade, em frases escritas nas pa-

21 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/pelo-twitter-bolsonaro-anuncia-suspensao-de-vestibular-para-pessoas-trans/> acesso: 29/06/2025 às 22:46

22 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/ministerio-da-saude-retira-do-ar-cartilha-voltada-para-saude-do-homens-trans.shtml> acesso: 04/07/2025 às 10:15.

23 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/04/unicamp-denuncia-ataques-no-campus-e-nas-redes-sociais-contra-cotas-trans.shtml> acesso: 30/06/2025 às 9:20.

redes e agiram rasgando cartazes, assim como proferindo discursos de ódio na internet.

O principal argumento dos conservadores é que cotas para pessoas trans fere o princípio de igualdade. Esse episódio demonstra o padrão discursivo do conservadorismo social, utilizando-se da cisnormatividade como recurso político contra pessoas trans. Mesmo uma política assimilacionista e de inclusão nos modelos liberais, as ações afirmativas são um caminho que possibilita a produção intelectual de outros sujeitos políticos.

Da homotrasfobia do estado para as cruzadas anti-gênero

Iniciada com o *impeachment* da então presidenta em 2017, como um golpe de gênero, afetando também as políticas voltadas a população LGBT, as disputas ideológicas no cenário político brasileiro começam a ganhar mais notoriedade na mídia, consolidando as cruzadas anti-gênero (Prado; Correa, 2018) e o momento do conservadorismo social (Nunes, 2022). O embate entre conservadores e progressistas vem ocorrendo principalmente no campo educacional, a respeito da sintagma “ideologia de gênero” (Junqueira, 2018). A linguagem torna-se um campo de disputas, e é agenciada como ferramenta política para criar pânico moral (Rubin, 1984). Podemos entender esse fenômeno como o momento político em que o medo torna-se um afeto político e discursos são proferidos em relação à determinada população.

Cabe destacar ainda, que tal disputa ideológica ganha proporções globais (Amorim, 2019; Rial, 2019) a exemplo de países como Hungria²⁴ e a França. E a internet se torna um artefato sociotécnico fundamental nessa disputa (Cezarino, 2022).

A estratégia de controle de conteúdo sobre gênero e sexualidade nas escolas tem sido uma tática comum em diversos países. Principalmente em relação a municipalização das decisões dos conteúdos difundidos nas escolas sobre o tema gênero e sexualidade. No entanto, sobre a recurso jurídico, após a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, em 24 de abril de 2020,

24 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/19/hungria-proibe-mudanca-de-sexo-no-registro-civil.ghtml> acesso: 27/06/2025 às 18:33

tornou-se inconstitucional que os municípios e os estados decidissem sobre os conteúdos ensinados nas escolas em relação a gênero e sexualidade, deixando que a decisão fosse da União.

Essa cruzada também se manifesta em outros campos, como nas artes²⁵. Esses movimentos configuram um tipo de codificação cultural da cis-norma como dispositivo da produção discursiva do conservadorismo social. Trazendo ao debate também a questão da infância, tanto agenciada pelo pânico, como o debate sobre infância trans, modificando o *lôcus* da discussão sobre transexualidade.

Em 2017 iniciou-se o debate sobre os discursos opositores a participação da jogadora Tiffany Abreu nas competições de vôlei profissional na categoria feminina. O fato da proibição mostra formas de como a cisnormatividade é codificada. Sobretudo na ideia de criar um terceiro espaço para pessoas trans – assim como ocorre no debate conservador sobre os banheiros. Esse tema também movimentou o campo legislativo, fazendo surgir vários projetos de lei que proibiam pessoas trans no esporte, como por exemplo o projeto de lei que proíbe a participação de pessoas trans no esporte no Estado de Santa Catarina²⁶.

Essa ideia remete a uma codificação cisgênera que pode ser interpretada pela dimensão da necropolítica como agenciamento da vida/morte trans no Brasil. “Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (Mbembe, 2018, p. 135). Nesse sentido, podemos pensar a relação entre necropolítica e cisnormatividade desde a compreensão de que a cisnorma é operacionalizada enquanto dispositivo ou código cultural do ocidente, na gestão da morte da população trans.

25 No Brasil, podemos observar outros *lôcus* da manifestação dessas cruzadas, na censura a peça *O evangelho segundo Jesus a Rainha do Céu* no festival de teatro no Estado de Pernambuco e também aos ataques a exposição artística *Queer Museum* no centro de arte Santander no Rio Grande do Sul no ano de 2018.

26 ALESC, Projeto de Lei nº 0016 de 9 de fevereiro de 2023. Delimita o sexo biológico como critério único de definição de gênero de competidores e atletas para fins de participação em partidas oficiais e práticas desportivas no âmbito do Estado de Santa Catarina. Disponível: <https://portalegis.alesc.sc.gov.br/processos/zVDo5/reunioes> Acesso em: 25/01/2024 às 17:54

Em 2019 houve ainda algumas vitórias para a população LGBTIA+, como por exemplo, a criação da lei anti-homotransfobia votada por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal, a ADO-26²⁷. Importante do ponto de vista de do país que mais mata pessoas LGBT no mundo²⁸. Essa lei também abre expoente para pensar as dinâmicas de governabilidades liberais. Ao mesmo tempo que entender como a ideia da criminalização da homotransfobia opera um desejo punitivista (Almeida, 2019; Mombaça, 2020).

Também em 2019, há uma importante mudança no campo da saúde, que versa sobre a alteração da Resolução 2.265 do CFM²⁹ no artigo que dispõe sobre a idade para as cirurgias e início do processo de hormonização para pessoas trans. Essa resolução foi vetada em 2025³⁰. Esse tema, assim como o debate moral sobre gênero e sexualidade na arena das artes, mostra novamente como a questão da infância aparece no debate público sobre transexualidade e sua relação com o conservadorismo (Preciado, 2019; Rubin, 2017). Mas ainda nesse curso, houveram outras políticas que também foram desenvolvidas no fervor das cruzadas antigênero que mediam o debate sobre corpo, biologia, parentesco e direitos sexuais e reprodutivos (Amorim, Silva, Nichnigs, 2021; Silva, 2021).

Os regimes de inteligibilidade: comentários sobre a COVID-19 e a codificação cultural necropolítica – trans.

A crise da pandemia da COVID-19, nos apresenta a relação entre necropolítica, performatividade e precariedade diante as corporalidades trans. Desde as mudanças do regime farmacopornográfico (Preciado, 2020) a manifestações

27 A ADO 26, ou Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, é uma ação movida ao Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a omissão do Congresso Nacional em criminalizar a homofobia e transfobia, equiparando-as ao crime de racismo na Lei nº 7.716/89. Essa decisão do STF, tomada em 2019, busca garantir a proteção dos direitos da comunidade LGBTQIA+ diante da falta de legislação específica

28 Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2312-a-transfobia-adoece-e-mata-temos-que-nos-comprometer-com-a-vida-diz-conselheiro-de-saude-no-dia-nacional-da-visibilidade-trans> Acesso em: 06/02/2023 às 14:07

29 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294> Acesso em 29/01/2024 às 20:39

30 Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/conselho-atualiza-regras-para-aperfeicoar-atendimento-medico-a-pessoas-com-incongruencia-de-genero>. Acesso em: 30/06/2025 às 19:33

performativas pelo direito a inteligibilidade como os atos do *Movimento Black Lives Matter*. Certo que o conceito de necropolítica trata da relação direta entre soberania e morte, o que nos ajuda a entender esses movimentos políticos performativos. Por isso é importante também compreendê-los a partir da noção codificação e decodificação cultural (Hall, 2013).

Para isso penso um primeiro exemplo sobre a codificação cultural da necropolítica e da cisnormatividade a partir do caso Dandara³¹ ocorrido antes da pandemia, mas nos ajuda a entender a relação entre esses conceitos. A forma que essa morte acontece exemplifica a ideia de uma vida que não é passível de luto, ao mesmo tempo enquadra-se na noção de autorização da violência contra determinados corpos no sentido de sua regulação. Assim, o conceito de necropolítica, possibilita decodificar a norma cisgênera, diante a idéia de espetacularização da morte (Silva, 2019).

Ao contrário do tanque ou míssil, que é claramente visível, a arma contida na forma do corpo é invisível (...) o corpo não esconde apenas uma arma. Ele é transformado em arma, não em sentido metafórico, mas no sentido verdadeiramente balístico (Mbembe, 2018, p. 143).

Esse tipo de codificação é também pensado por Paul Preciado (2008) em sua reflexão sobre o farmacocapitalismo, a partir do enquadramento do Sistema Snuff – como uma técnica política utilizada pelos meios de comunicação (TV, internet), que tem como recurso gravar a morte. Assim, a morte opera como um agente regulador da cisgeneridade, identificado no imaginário da mídia brasileira. A política se tornou Snuff: extermínio por e para representação (Preciado, 2008, p. 164).

Nos últimos anos identifiquei outro fator relevante para pensar a necropolítica – que é a questão do suicídio transmasculino. Tema sensível, tratado em silêncio. Assim, o suicídio de pessoas transmasculinas pode ser compreendido como uma codificação da cisnormatividade.

31 Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2017/03/10/artigo-dandara-foi-espancada-ate-a-morte-em-plena-luz-do-dia-e-seus-assassinos-riam/> acesso em: 04/07/2025 às 10:02

O corpo sitiado passa por duas fases: transformado em mera coisa; conduzido à morte – suicídio (...) o corpo se duplica e na morte escapa do estado de sítio e ocupação (Mbembe, 2018, p. 143).

Vide o caso mencionado de Demétrio Campos homem trans negro que morre durante a pandemia da COVID-19. Em 2020 é lançado na internet e em festivais de cinema o filme/documentário *Preciso dizer que te amo*³² – Produzido pelo cienasta transmasculino Ariel Nobre – que aborda o tema do suicídio transmasculino de uma maneira sensível, decodificando a cisnormatividade desde a idéia da produção audiovisual elaborada por pessoas trans. Essa ideia redimensiona a questão política para o espaço da produção e representação, na criação de espaço de inteligibilidade desses corpos, como filmes, novelas entre outros. Nesse sentido, podemos entender que a produção audiovisual produz determinada inteligibilidade quando trata-se de produções LGBTQIA+.

No entanto, o debate atual traz à público a necessidade de compreender outras co-produções de poder que emergem no espaço da representação, como a questão da branquitude e masculinidade (hooks, 2019), sobre o transfake (Favero; Maracci, 2018), assim como esse lugar do cômico que geralmente é atribuído a representação trans (Feinberg, 2015). Tema que fala sobre a hierarquia dos espaços discursivos e opera como um codificador da cisnormatividade.

O problema da representação trans e inteligibilidade é uma questão cotidianamente reproduzida no Brasil. O caso do Sr. Lourival Bezerra³³, nos afirma essa questão. Além de não ter sua identidade de gênero reconhecida no IML, esse o caso foi veiculado por um dos jornais mais assistidos no Brasil, o *Fantástico*. Em tom de curiosidade e revelação, a reportagem tratou seu Lorival no feminino, sem respeitar sua identidade de gênero.

32 <https://www.youtube.com/watch?v=ufITFLF7eHo> Acesso: 10/11/2025 às 14:22

33 Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/03/13/justica-determina-enterro-de-mulher-que-se-identificava-como-homem-corpo-esta-ha-158-dias-no-imol-em-ms.ghhtml> Acesso em: 30/06/2025 às 09:25.

Em 2017, é exibido pela *Rede Globo de Televisão* a novela *A força do querer*. A novela tinha como um dos protagonistas da trama Ivan um homem trans – que como boa parte das representações de pessoas trans no *media scape*, teve sua transição de gênero como narrativa principal do seu personagem. Tirando esse clichê, o que trouxe o debate sobre o personagem era de que ele era interpretado por uma atriz cisgênera.

Até aqui partimos da idéia de que a produção narrativa sobre transgeneridade, como histórias de pessoas trans em novelas, na literatura, na internet, geram determinada inteligibilidade desses corpos. No entanto, quando essa representação é feita por uma pessoa cis essa discussão ganha outro tom em termos de (de)codificação da cisnormatividade.

Em um primeiro enquadramento Ivan, enquanto personagem trans cria inteligibilidade a cerca da identidade transmasculina. Porém, também sabemos que na comunidade transmasculina temos diversos artistas que não podem ocupar o lugar da atriz que representou Ivan, por serem trans. Esse caso nos revela uma hierarquia no espaço discursivo e também uma dimensão de relações de trabalho no campo das artes codificado pela cisnorma.

Além disso, podemos observar como há uma produção de um fetiche sobre um personagem trans, no sentido de uma identidade consumível no campo do espetáculo/indústria cultural, que gera audiência e espetacularização. Podemos observar um fenômeno semelhante sobre a espetacularização da transição como um fenômeno midiático comum nas redes sociais (Missé, 2018).

Missé (2018) observa como essa imagem produzida pela midiaticização da transição de gênero é apropriada em prol de campanhas políticas conservadoras, como no caso de Caytlin Jenner que se posiciona publicamente através de redes sociais seu apoio ao presidente republicano conservador dos EUA, Donald Trump. Assim, o código cultural da cisnormatividade está relacionado ao consumo dessa transição de gênero enquanto discurso produtor de certa inteligibilidade do corpo trans, que desperta maior visibilidade em campanhas publicitárias e na internet.

Ao decodificarmos a cisnormatividade presente nesses enquadramentos produzidos pela mídia, podemos aproximar esse fenômeno ao conceito de orientalismo (Said, 1990). Para Said o Ocidente se constrói ao exotificar o Oriente, como forma de o inferiorizar culturalmente. Na mídia, o *blackface* mostra a codificação cultural do racismo. O *transfake* mostra como a cisnormatividade é operacionalizada como código cultural a partir de outras co-produções de poder, como relações de colonialidade em termos de acesso aos espaços de representação, e de orientalismo em termos de representação, além dos precessos coloniais das relações de trabalho. Por fim, podemos dizer que essas práticas podem ser lidas como epistemicídio da representação, ou ainda, se o orientalismo é a codificação cultural do ocidente, o racismo e transfobia, são respectivamente codificações da branquitude e da cisgeneridade.

No curso desse debate e no contexto pós-COVID-19 também encontramos questões como outras produções discursivas como as apresentadas na 35ª Bienal da Arte de São Paulo construída desde uma poética trans e preta – criando outros caminhos políticos como decodificação cultural.

Até aqui procurei desenvolver um caminho explicativo com o objetivo de compreender como a cisnormatividade funciona como código cultural nos espaços políticos de representação e como é agenciada em termos de necropolítica. Decodificar esses códigos culturais da dominação e da modernidade nos ajuda a compreender certo caminho performativo produtor de inteligibilidade tanto da norma como das corporalidades que escapam dela.

Referências

ANGONESE, M.; LAGO, M. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Articles Saude soc.**, v. 26, n.1, p. 256-270, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017157712>.

ALMEIDA, G. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista de Estudos Feministas** v. 20 n. 2, p. 513-523, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200012>.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019.

AMORIM, Anna C. H. Entre calçadas, pixações e parentesco: a cidade como campo de batalha em torno das lesbo/homoparentalidades e do acesso à PMA na França. Artigos • Horiz. antropol. 25 (55) • Sep-Dec 2019 •

AMORIM, A.; NICHNIG, C.; SILVA, K. Quem é o pai e quem é a mãe? Uma reflexão sobre reprodução, parentesco e heterociscentrismo. **Revista Nanduty**, v. 8, n.12, p. 73 – 94, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/15310>.

ANDRADE, D. Artigo: Dandara foi espancada até a morte em plena luz do dia e seus assassinos riam. **Brasil de Fato**, 10 mar. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/10/artigo-dandara-foi-espancada-ate-a-morte-em-plena-luz-do-dia-e-seus-assassinos> acesso: 04/07/2025.

ANDRADE, L. N. Trans(I)Legalidade: Direitos Lgbt+ no Brasil e em Portugal. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v.6, n. 4, p. 100-124, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/43511>.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Organização de Bruna G. Benevides. Brasília, DF: ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota técnica sobre direitos humanos e o direito dos banheiros**: Vencendo a narrativa do apartheid de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero. Brasil: ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/08/nota-tecnica-wc-antra-final.pdf>.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Brasil: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>.

ARENDT, H. Trabalho, obra, ação. **Cadernos de ética e filosofia política**, v. 2, n. 7, p. 175-202, 2005. Disponível em:

<https://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2019/01/arendt-trabalho-obra-acao.pdf>.

ÁVILA, S. FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BHABHA, H. Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse. *Discipleship: A Special Issue on Psychoanalysis*. **October**, v. 28, p. 125-133, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/778467>.

BACCHETTA, P. Circulações anzálduanas na ilha da tartaruga e na frança: alguns elementos para uma historiografia densa e uma contextualidade-histórica densa. *In: MARIM, Caroline; CASTRO, Susana de (org.). Estudos em decolonialidade de gênero*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2021. Pp. 93 – 112.

BACCHETTA, P.; JIVRAJ, S.; BAKSHI, S. Decolonial sexualities: Paola Bacchetta in conversation with Suhraiya Jivraj and Sandeep Bakshi. **Interventions**, v. 22, n. 4, p. 574-585, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369801X.2020.1749710>.

BASILIO, A.L. Pelo Twitter, Bolsonaro anuncia suspensão de vestibular para pessoas trans. **Carta Capital**, 16 jul. 2019. Educação. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/pelo-twitter-bolsonaro-anuncia-suspensao-de-vestibular-para-pessoas-trans/>. Acesso em: 29/06/2025 às 22:46.

BECKER, H. S. **Outsiders: Estudo de Sociologia do Desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENEVIDES, B. G.; LEE, D. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes de travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista latinoamericana de geografia e gênero**, v. 9, n. 2, p. 252 -255, 2018. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12858/pdf_12

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense. 2008.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de Estudos Feministas**, v.19, n. 2, p. 548-559, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>.

BENTO, B. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: Editora da UFBA, 2016. p.43-68.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: A politização das identidades abjetas. **Revista de Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio/ago. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200017>.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192

BRASIL, Conselho Nacional da Educação. Portaria nº 33, publicada no D.O.U. de 18/1/2018, Seção 1, Pág. 10. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-ppc014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 5002/2013**. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei n. 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso: 29/01/2024 às 20:16.

BRASIL. Corregedoria Nacional de Justiça. **Provimento n. 73, de 28 de junho de 2018**. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais. Brasília, DF: CNJ, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cn/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>. Acesso: 30/07/2024 às 14:24.

BRASIL. **Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso: 31/01/2024. às 15:43

BRASIL. **Decreto n. 9.278, de 5 de fevereiro de 2018**. Regulamenta a Lei n. 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura a validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Geral,

Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9278impresao.htm

BRASIL. **Portaria n. 457, de 19 de agosto de 2008**. Define as Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS, a serem implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html Acesso: 21/01/2024 às 14:58

BRAZ, C. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cad. Saúde Pública**, v.35, n.4, p.1-13, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SWPVbsZqNBshQgBV6kqLZVg/?format=pdf&lang=pt>.

BRITO, M. Apontamentos sobre a crítica de Judith Butler à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Kínesis**, v.12, n. 32, ed. esp., p.58-71, jul. 2020. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/10640#:~:text=%20Início%20/%20*%20Acervo%20/%20*,Política%20e%20do%20Direito%20/%20*%20Artigos.

BUTIERREZ, M. J. Al calabozo nunca más: media sanción para la Ley de Cupo Laboral Transvesti-Trans. **Latfem**, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://latfem.org/al-calabozo-nunca-mas-media-sancion-para-la-ley-de-cupo-laboral-transvesti-trans/>. Acesso em: 22/12/2022.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Minguens; rev. téc. de Carla Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 266.

BUTLER, J. **Corpos que importam**. São Paulo: n-1; Crocodilo, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, M. Artículo sobre tesis premiada. Proyecto Sexualidades, Salud Y Derechos Humanos En América Latina. 2003. Disponível em: <https://josefaruiztagle.cl/wp-content/uploads/2020/09/Ciudadania-transexual-Mauro-Cabral-.pdf>

CANCIAN, N. Ministério da Saúde retira do ar cartilha voltada para saúde de homem trans. **Folha de São Paulo**, 4 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com>.

br/cotidiano/2019/01/ministerio-da-saude-retira-do-ar-cartilha-voltada-para-saude-do-homens-trans.shtml. acesso em: 04/07/2025 às 10:15

CANDIDATURAS TRANS FORAM ELEITAS EM 2020. **Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais**. 16 nov. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/> acesso: 05/12/2022.

CARDENAS, M. Dark Shimmers: The Rhythm of Necropolitical Affect in Digital Media. In: GOSSETT, Reina; STANLEY Eric A.; BURTON, Johanna (ed.). **Trap Door**. Transcultural production and the politics of visibility. Massachusetts: Massachusetts of Technology, 2017. Pp. 161- 182.

CARDOZO, F. Da vitimização às lutas por reconhecimento: uma reflexão acerca dos conflitos sociais envolvendo travestis e a construção de identidades coletivas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8, 2008, Florianópolis. **Anais eletrônico [...]**, Florianópolis: UFSC, 2008.

CARVALHO, M. F. de L. Muito prazer, eu existo!": visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. 263f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, M. F. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n.1, p. 347-364, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p347>.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KfwSdvDGNG4q7DQvmg4N9pG/?format=pdf&lang=pt>.

CESARINO, L. A máquina de ressonância populista-conspiracionista. In: CESARINO, L. (org.). **O mundo do avesso** – verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022. Pp – 204 – 269.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa factal. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530-557. 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/165232>.

CONNEL, R. **Gênero em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016.

CONNELL, R. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, v.4, n. 2, p.11-48, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236672517033>.

CONNELL, R. Usando A Teoria do Sul: Descolonizando O Pensamento Social na Teoria, na Pesquisa e na Prática. **Epistemologias Do Sul**, v.1, n. 1, p. 87-109, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/783>.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Conselho atualiza regras para aperfeiçoar atendimento médico a pessoas com incongruência de gênero. **Portal do CFM**, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/conselho-atualiza-regras-para-aperfeiçoar-atendimento-medico-a-pessoas-com-incongruencia-de-genero>.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução Nº 2.265, de 20 de setembro de 2019**. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. Brasília, DF: CFM, 2019. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265>.

CORREA, C. M. de A. Subjetividades em Trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil. 2017. 379f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CORRÊA, S. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. **Horizontes antropológicos**, v. 12, n. 26, p. 101-121, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000200005>.

DI PIETRO, P.J. Ni humanos, ni animales, ni monstruos: la decolonización del cuerpo transgénero. **Eidos**, n. 34, p. 254-291, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7651849>.

DÍAZ, B. M. E. Vidas negras: pensamento radical e pretitude. In: BARZAGHI, Clara; PATINIANI, Stella Z.; ARIAS, André (org.). **Pensamento Negro Radical**. São Paulo: Crocodilo; n-1 edições, 2021.

FAINBERG, L. Liberación Transgénero: Un Movimiento Cuyo Tiempo ha Llegado. In: GALOFRE, Pol; MISSÉ, Miquel (org.). **Políticas Trans: Una antología**. Madrid: Egales, 2015. (posição kindle – 787 -1342)

FAVERO, S.; MARACCI, J. G. Transfake e a busca pela verdade na representação de travestis e pessoas trans. **Revista REBEH**, v. 1, n. 4, p. 18-39, out./ dez. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9186>.

FERNANDES, F. B. M. A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010) 2011. 422f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERREIRA da SILVA, D. **A Dívida Impagável**. Edição: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, São Paulo: 2019.

FERREIRA da SILVA, D. À brasileira: racialidade e a escritade um desejo destrutivo. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n.1, p. 336, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100005>.

FISCHER PACHECO, M. A Reconhecibilidade Precede O Reconhecimento? Acerca Das Críticas De Judith Butler A Axel Honneth. *Dissertatio*. 203-221. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/13647>

FONSECA, C. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p.58-78.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Aula de 17 de março de 1976. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCE PRESSE. Hungria proíbe mudança de sexo no registro civil. **G1**, 19 maio 2020. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/19/hungria-proibe-mudanca-de-sexo-no-registro-civil.ghtml>. 27/06/2025 às 18:33

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 7-20, 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>.

GASPODINI, I.; NERY, J. W. Transhomens no ciberespaço: articulação e visibilidade. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO*, 7. 2014, Rio Grande. **Anais eletrônico[...]**, Rio Grande: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2014.

GOSSETT, C. Blackness and the Trouble of Trans Visibility. *In*: GOSSETT, Reina; STANLEY Eric A.; BURTON, Johanna (ed.). **Trap Door**. Transcultural production and the politics of visibility. Massachusetts: Massachusetts of Technology, 2017. Pp. 183 -190.

GUIMARÃES, G. Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres. **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, e0107, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0107>.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4. ed. Editora DP&A. Rio de Janeiro: 2000.

HALL, S. Codificação/Decodificação. *In*: SOVIK, Lic (org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013. Pp. 387 – 404.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. 1.ed. São Paulo: 34, 2003. p. 296.

hooks, bell. Reconstruindo a masculinidade negra. *In*: hooks, bell (org.). **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019. Pp. 145- 181.

IAZZETTI, B. D. **Existe ‘universidade’ em pajubá?** Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. Campinas: [s.n.], 2021.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe ‘universidade’ em pajubá?**: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. 2021. 1 recurso online (311 p.) Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1641814. Acesso em: 10 nov. 2025.

IRINEU, B. A; OLIVEIRA, B. A. Um Balanço das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda Para a População LGBT no Brasil e na Argentina (2004- 2014). **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 8, n. 16, p. 40-55, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/7298>.

JUNQUEIRA, R. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p 449-502, set./dez. 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004.

LEITE JR, J. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.

LE MOS, K. S.; MEDEIROS, J. L. de. O nome que sou: Práticas e experiências de pessoas trans na educação. *In*: TORRES, Antônia *et al.* (org.). **Direitos humanos para a diversidade**: diálogos transdisciplinares em educação. 1. ed. Campinas: Pontes, 2020. Pp. 179 – 190.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100004>.

LONGUINI, G. D. N.; SILVA, K. Banheiros como tecnologia de gênero: (des) construções materiais e simbólicas. *In*: **A força da situação de campo**: ensaios sobre antropologia e teoria queer. Miriam Pillar Grossi, Felipe Bruno Fernandes, organização. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

MAIA, D. Ao menos 12 universidades federais do país tem cotas para alunos trans. **Folha de São Paulo**, 29 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>

MASSA, J. M. Nomes que importam: lutas pelo reconhecimento das identidades trans na UFSC. *In*: **A força da situação de campo**: ensaios sobre antropologia e teoria queer. Miriam Pillar Grossi, Felipe Bruno Fernandes, organização. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. p 179-198.

MATTOS, L. Unicamp denuncia ataques no campus e nas redes sociais contra cotas trans. **Folha de São Paulo**, 8 abr. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/04/unicamp-denuncia-ataques-no-campus-e-nas-redes-sociais-contracotas-trans.shtml>.

MAUSS, M. Uma categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a de “Eu”. Tradução de Paulo Neves. *In*: MAUSS, M. (org.). **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.367 – 398.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1. 2018.

MISSÉ, M. **A la conquista del cuerpo equivocado** (conquering the wrong body). Barcelona: Egales, 2018.

MOMBAÇA, J. **A plantação cognitiva**. São Paulo: MASP; Afterall, 2020.b

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MORGENSEN, S. L. Theorising Gender, Sexuality and Settler Colonialism: An Introduction, **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 2, p. 2-22, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/2201473X.2012.10648839>.

MUNANGA, K. Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/515/464>.

NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, J. W.; MARANHÃO, E. M. A. Deslocamentos Subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. **Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 280-299, maio/out. 2017.

NOBRE, Ariel. Documentário: Preciso Dizer que Te Amo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uflTFLF7eHo>

NUNES, R. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022.

OCHOA, M. Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la localización. In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Faces; Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 239-256.

ODARA, T. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. 1. ed. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, A. A quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade. **Realis**, v.10, n. 1, p. 193-203, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/247623>.

OLIVEIRA, A.; SILVA, K. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no Ensino Superior. **Revista Educação e Emancipação**, v. 10, n. 4, p.11-31, Dossiê Temático 2017. Disponível em: <https://periodicoselectronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/8211>.

OLIVEIRA, A. M. D. Narrativas Transviadas: silenciamento, colonialismo jurídico e a busca por ancestralidade travesti. In: MORTARI, Claudia; WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Diálogos sensíveis**: produção e circulação de saberes diversos. Florianópolis: Rocha, 2020, p. 369-385.

OLIVEIRA, J. P. de. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Desafios antropológicos**. Brasília: ABA, 2013. p. 47-74.

OLIVEIRA, M. B. **Trans tornando o campo do direito: uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos**. 2017. 357f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **Nem ao centro nem a margem!** Corpos que escapam às normas de raça e de gênero. 1. ed. Salvador: Devires, 2020.

PARAMO, M. **Transphobia is a white supremacist legacy of colonialism**. Medium, 2018. Disponível: https://medium.com/@Michael_Paramo/transphobia-is-a-white-supremacist-legacy-of-colonialism-e50f57240650

PEIRANO, M. De que serve um documento? *In*: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (org). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: NuAP; Relume Dumará, 2006. p. 25-50.

PINTO, C. R. J. Nota sobre a controvérsia Fraser – Honneth informada pelo cenário brasileiro. **Lua Nova**, v. 74, p. 35-58, 2008.

PISCITELLI, A. Tensões: tráfico de pessoas, prostituição e feminismos no Brasil. *In*: FELDMAN- BIANCO, Bela (org). **Desafios antropológicos**. Brasília: ABA, 2013. p. 47-74.

PORTELA, P.; FERES JR. Pessoas trans nas universidades federais do Brasil. **Gemaa – GrupodeEstudosMultidisciplinaresdaAçãoAfirmativa**. 2018. Disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/>.

PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43. p. 444-448, set./dez. 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003.

PRECIADO, P. **Dysphoria Mundi**. Barcelona: Anagrama, 2023.

P PRECIADO., Aprendiendo del vírus. *In*: AGAMBEN, G. *et al.* (org.). **Sopa de Wuhan**. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. 1. ed. Buenos Aires: ASPO, 2020 pp. 163.

PRECIADO, P. **Manifesto Contrasexual**. São Paulo: n-1, 2014.

PRECIADO, P. Me chame pelo meu outro nome. **Rede Universidade Nômade**, 12 jan. 2019. Disponível em: <https://uninomade.net/me-chame-pelo-meu-outro-nome/> acesso em: 01/12/2023 às 18:35.

PRECIADO, P. Paul B. Preciado en cuatentena: La conjura de los perdedores. **Página12**, 3 abr. 2020b, Secciones y suplementos.

Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/256540-paul-b-preciado-en-cuatentena-la-conjura-de-los-perdedores>. acesso em: 29/12/2023 às 15:32

PRECIADO, P. ¿Quién defiende a l niño queer?. In: **Un apartamento en Urano**. Crônicas del cruce. Anagrama, Barcelona. 2019. Pp.62- 66.

PRECIADO, P. **Testo Yonqui**. 1.ed. Barcelona: Espasa Calpe, 2008.

QUINALHA, R. Lampião da Esquina. In: QUINALHA, Renan (org.). **Contra a moral e os bons costumes**. A ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. (Coleção de Arquivos da Repressão no Brasil). Pp. 196 -245.

REZENDE, G. Justiça determina enterro de mulher que se identificava como homem; corpo está há 158 dias no Imol em MS. **G1**, 13 mar. 2019, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/03/13/justica-determina-enterro-de-mulher-que-se-identificava-como-homem-corpo-esta-ha-158-dias-no-imol-em-ms.ghtml>. acesso em: 30/06/2025 às 09:25.

RIAL, C. Guerra de imagens, imagens da guerra. **Cadernos Pagu**, n. 47, p. 324-350, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647265/0>

RIAL, C. Hacia dónde van las antropologías del mundo: una visión desde el World Council of Anthropological Associations. In: ENCUESTRO MEXICANO-BRASILEÑO DE ANTROPOLOGÍA, 5, 18 – 20 nov. 2019, Ciudad de México. **Anais eletrônico [...]**, Ciudad de México: EMBRA, 2019.

RIAL, C. Mídia e sexualidade: breve panorama dos estudos de mídia. In: GROSSI, Miriam Pillar *et al.* (org.). **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 107-136

RIAL, C. Roubar a alma – ou as dificuldades da restituição. In: VAILATI, Alex; GODIO, Matias; RIAL, Carmen (org.). **Antropologia audiovisual na prática** 1. ed. Desterro, [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, 2016b. pp. 131 – 146

RIBEIRO, J.; NASCIMENTO, V. Apenas cinco universidades públicas destinam vagas a pessoas trans. **Gênero Número**, 20 abr. 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/universidades-publicas-cotas-trans-travestis/>. Acesso em: 3 maio 2023.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(1): 365-373, janeiro-abril/2017.

RUBIN, G. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. In: RUBIN, Gayle (org.). **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, [1984] 2017.

SAFATLE, V. Bem-vindo ao Estado Suicidário. 2020. Disponível em:

<https://n-1edicoes.org/pandemia-critica/pandemia-critica-004-bem-vindo-ao-estado-suicidario/>

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. **PL 0016/2023**. Delimita o sexo biológico como critério único de definição de gênero de competidores e atletas para fins de participação em partidas e práticas desportivas no âmbito do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: ALESC, 2023. Disponível em: <https://portalegis.alesc.sc.gov.br/proposicoes/zVDo5/reunioes>. Acesso em: 25/01/2024 às 17:52.

SANTOS, P. Diversidad en movimiento: una aproximación a las demandas del movimiento trans y su relación con el Estado. In: JORNADAS DE INVESTIGACIÓN DE LA FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES – UDELAR, 18, 2019, Montevideo. **Anais eletrônico[...]**, Montevideo: Universidad de la República, 2019.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia** v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pco.2017.113972>.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312>.

SEGATA, J. Dos cibernautas às redesll. In: SEGATA Jean; RIFIOTIS, Theophilos (org.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA, 2016, p. 91-114.

SEMPOL, D. **De los baños a la calle**: historia del movimiento lésbico, gay, trans uruguayo. (1984-2013). Montevideo: Sudamérica Uruguay, 2013.

SILVA, B. C. de S. L. e; OLIVEIRA, J. F. Z. C. de. Lei de identidade de gênero: uma análise comparativa da lei argentina e o PL 5002/2013 do Brasil. **Libertas**, v. 2, n. 1, p. 226-244, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/libertas/article/view/300>.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: Andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/qg3G8GrBsYz7H56nCzJWymx/?format=pdf&lang=pt>.

SILVA, K. Autoetnografias: reflexões sobre a cisnormatividade como um dispositivo de colonialidade de gênero. 2024. 256f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

SILVA, K. Disputas ideológicas e pânico moral: uma análise dos ataques às políticas de cidadania da população trans no cenário político nacional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12, 19-30 jul. 2021. **Anais eletrônico [...]**, Florianópolis: UFSC, 2021.

SILVA, K. **Dos saberes e outros trânsitos**: percursos de alunos e alunas trans*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social. 2019. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2019.

SILVA, K. Governabilidades conservadoras e as questões de gênero. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33, 28 ago.-3 set. 2022, Curitiba. **Anais eletrônico [...]**, Curitiba: ABANT, 2022.

SILVA, K. Pânico moral, disputas ideológicas e efeitos nas vidas das minorias: um olhar crítico à cisgeneridade e os atuais tempos sombrios. **Contemporânea** (uma quase revista). jan. 2019b. Disponível em: <https://viewer.joomag.com/contempor%C3%A2nea-contempor%C3%A2nea-9/0841839001582830496?short&>

SILVA, K.; VAZ, A. F. Brasil: agenciamentos da violência, necrobiopolítica e conservadorismo frente à população trans. In: LUCAS, Carlos Henrique de, SANTOS, Terezinha Oliveira (org.). **Temas contemporâneos em ciências humanas e sociais**, 2021. Pp. 87 – 98.

SILVA, K.; VAZ, A. F. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: comentários acerca de sua implementação. **Poléd – Políticas**

Educativas, v. 13, n. 2, p. 51-62, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/107363>.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre F. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). In: R. crít. cult., Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina. v. 14, n. 2 (2019)

STRATHERN, Ann Marilyn. Os limites da autoantropologia. In: O efeito etnográfico e outros ensaios. Tradução: Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576 pp, 11ils.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TEST DE LA VIDA REAL. **Mini série documentário** (7 episódios). Produtora: Television do Spain. 2009. (51 min.) YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yrgrZ0R_-3U.

URUGUAI. **Censo Nacional de Personas Trans** – Derecho a La educacion. Montevideo, 2017. Disponível em: <http://dspace.mides.gub.uy:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1891/Censo%20nacional%20de%20personas%20trans%20->

URUGUAI. **Ley n. 19684 de 25 de outubro de 2018**. Ley integral para personas trans. Montevideo: Centro de Información Oficial, 2018. Disponível em: <http://www.impo.com.uy/bases/leyes/19684-2018>.

VAZ, A. *et al.* De Bruce a Caitlyn Jenner: esporte, celebridade, transgeneridade. **Revista Gênero**, v. 21, n.1, p. 167-189, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46979>.

VERAS, E. **Travestis**: carne, tinta e papel. Curitiba: Prismas, 2017.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244f. Dissertação (Mestrado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2015.

WOLFE, P. Settler colonialism and the elimination of the native. **Journal of genocide research**, v. 8, n. 4, p. 387-409. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14623520601056240>.

ENTRE-TRAMAS: POLÍTICAS TRANS EM SAÚDE NO BRASIL

Ale Mujica Rodriguez¹
Luciana Patrícia Zucco

Introdução

Discutimos, no presente capítulo, as políticas públicas trans no Brasil e os efeitos dos processos de manutenção da endo-cis-hetero-norma branco-colonial² (Rodriguez; Barone, 2024; Rodriguez; Medeiros, 2024; Vergueiro, 2016), a partir dos movimentos antitrans/antigênero. Trazer à cena as políticas públicas trans no território nomeado como Brasil, permite explicitar os caminhos construídos e as conquistas dos diferentes movimentos LGBTQIAPN+, que rompe(ra)m com as fronteiras normativas de gênero, sexualidade e território — entendidos aqui tanto como corpos quanto como espaços geográficos — por meio de enfrentamentos políticos e práticas de resistência.

Para tanto, recorreremos aos conceitos de fronteiras coloniais (impostas pela colonialidade) (Lugones, 2014) e ciscolonialidade (Vergueiro, 2016) para refletir sobre as fronteiras trans/não-binárias e os influxos de uma política transnacional que reatualiza normas sexo-corporais e reposiciona sujeitos em lugares subalternizados. Tal política promove exclusão, reforça preconceitos e desmonta estruturas públicas que asseguram direitos e acesso à população trans. A justificativa para essa investida baseia-se na suposta diferença da “natureza humana” e na necessidade de “proteger” a sociedade — argumentos

1 Este capítulo de livro fez parte das atividades do projeto de pós-doutorado no programa interdisciplinar em ciências humanas (PPGICH) – UFSC, apoiado e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 20/2024.

2 Essa junção – endo-cis-hetero-normatividade branco colonial – vem sendo usada/elaborada pelo autor Ale Mujica Rodriguez em diálogo com outras pessoas ativistas, pensadoras, pesquisadoras do e com o feminismo decolonial, os estudos sapatransviados, os estudos sobre racismo e colonialidade, gênero e colonialidade, entre outros.

vocalizados por movimentos antitrans/antigênero. Esses discursos estão ancorados em uma ideologia moral cisheteronormativa, que compreende os gêneros feminino e masculino de forma essencialista, instituindo formas rígidas de ser e estar no mundo, bem como uma ordem sexual naturalizada.

Nesse sentido, para os movimentos antitrans/antigênero — e para as pessoas que têm sido seduzidas por seus discursos — há uma compreensão de que a gramática política, as legislações e as políticas públicas instituídas ao longo do século XXI representam uma ameaça à família. Sua preservação, portanto, dependeria do combate a políticas voltadas ao reconhecimento da diversidade e pluralidade social, sexual e de gênero da população (Brandão; Lopes, 2018).

De modo geral, esses movimentos congregam sujeitos branco-coloniais, religiosos/as, ultraconservadores/as ou ligados/as à extrema direita, bem como mulheres cisgênero Feministas Radicais Transexcludentes (TERFs) — e, portanto, operam segundo uma lógica endo-cis-hetero-normativa em relação ao gênero, às atribuições de gênero e aos corpos. Frases como “mulheres de verdade” ou “fêmeas humanas adultas” integram suas narrativas sobre si e são utilizadas para justificar as violências direcionadas às pessoas trans e/ou não-binárias.

Quando se trata de pessoas transmasculinas e/ou homens trans, são frequentemente tratadas como “traidores”, “alienados” ou acusadas de “buscarem privilégios”. Enquanto isso, travestis e/ou pessoas transfemininas são retratadas como “homens fantasiados” ou “homens que desejam protagonismo feminista”. As pessoas não-binárias, por sua vez, são frequentemente invisibilizadas, quando não consideradas como inexistentes.

Os efeitos desses discursos são múltiplos e atravessam fronteiras, impactando tanto a construção subjetiva das identidades trans e/ou não binárias quanto às formas, individuais e coletivas, de vivência cotidiana e de elaboração de políticas públicas em áreas como a saúde, entre outras. Como iremos elaborar e discutir neste texto.

No Brasil, organizações como o Observatório de Sexualidade e Política (SPW, na sigla em inglês) (SPW, 2024), o Instituto Brasileiro

de Transmasculinidades (IBRAT), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (Benevides, 2025) e diversas outras vozes do movimento social, da academia e do ativismo vêm alertando e dando visibilidade às ações dos movimentos antitrans/antigênero, bem como às suas múltiplas estratégias de produção de alianças, narrativas e “verdades”. Destacam-se, entre essas estratégias, os apelos aos afetos — especialmente os discursos centrados na maternidade, na família e na infância³ — embora não se limitem a essas dimensões da vida.

Em outros países de Abya Yala, ainda que as conquistas dos direitos sociais pelos movimentos LGBTQIAPN+ estejam fortemente vinculadas à sua capacidade de articulação e resistência, o *modus operandi* dos movimentos antitrans/antigênero se reproduz, com argumentos similares⁴. As conexões transnacionais se fazem presentes e as narrativas sobre as “aberrações” se associam às realidades e demandas locais. Alguns exemplos são: na Colômbia, em 2024, circularam *fake news* sobre as infâncias trans depois do lançamento de uma circular nacional sobre saúde integral das pessoas trans (Volcánicas, 2024), nesse mesmo ano o presidente da Argentina (Javier Milei), proíbe a linguagem transinclusiva na administração pública argentina (Agência Presentes, 2024); na Bolívia, em 2017, um ano depois de aprovada a Lei de Identidade de Gênero (Lei nº 807), que permite a retificação do sexo no registro civil, o Tribunal Constitucional anulou o artigo 11 da lei, que garantia às pessoas trans os mesmos direitos fundamentais associados ao novo sexo/gênero registrado. Com isso, a identidade das pessoas trans ficou dividida entre a legal e a autopercebida (Diário Constitucional, 2017).

3 “Sou contra e estou aqui para dizer (...) a família é milenar, homem, mulher e sua prole. (...) Tenho o direito de preservar macho e fêmea, porque essa é a história da civilização humana”. Fala de Silas Malafaia contra anúncio da Boticário de Dia dos Namorados, em 2015. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2015/06/1637093-silas-malafaia-fala-contr-a-anuncio-da-boticario-e-compara-homossexuais-a-pedofilos.shtml>. Acesso em: 14 set. 2025.

4 Em 2010, a igreja define a aprovação do casamento entre homossexuais como “um projeto do demônio”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/senado-da-argentina-aprova-o-casamento-gay.html>. Acesso em: 1 ago. 2025. Pastor Fabricio Alvarado vai para o segundo turno nas eleições presidenciais da Costa Rica, em 2018, defendendo os “mais básicos valores cristãos, aos quais a imensa maioria dos costarriquenhos adere, como a defesa da vida e do casamento entre um homem e uma mulher”. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/78-noticias/575951-um-pastor-evangelico-a-frente-da-costa-rica>. Acesso em: 1 ago. 2025.

Não pretendemos esgotar a complexidade do tema e suas imbricações, mas sim tecer panoramas sobre os processos em curso no nosso território. Fazer essas costuras nos permite complexificar os movimentos de repressão e opressão, ao mesmo tempo em que impulsiona a criação de estratégias coletivas e transfronteiras de resistência e cuidado.

Ao longo do texto, buscamos trazer à cena os principais debates, avanços e formas de resistência dos movimentos trans, não-binários e LGBTQIAPN+ como um todo, bem como as ofensivas locais dos movimentos antitrans/anti-gênero e suas interconexões transnacionais.

Rizomas (entre)tempos das políticas trans

A partir de uma leitura temporal-espiralar, pautamos algumas das políticas trans na América Latina, sobretudo aquelas voltadas à saúde, bem como suas inter-relações com outras políticas sociais e seus desdobramentos. Cabe destacar que essas políticas estão profundamente enraizadas nas relações de poder globais, nas dinâmicas regionais e nos interesses políticos, econômicos e ideológicos que estruturam nosso continente.

No entanto, o ativismo/artivismo — dentro e fora da academia, dos movimentos sociais/ONGs LGBTIAQPN+, das parcerias institucionais e do controle social —, além de pautar essas políticas sociais como direitos, posicionou-se como força política para sua regulamentação, partindo das realidades locais e fronteiriças. São pessoas, coletivos, núcleos de pesquisa e ONGs que tencionam dentro e fora das instituições públicas e governamentais.

Ressalta-se, ainda, que a política institucional não é o único caminho (nunca foi), e que pensar/sonhar outras formas de construir cuidado e bem-viver é indispensável. Ochy Curiel (2013) nos alerta, assim como outras pensadoras da decolonialidade e/ou do feminismo decolonial (Lugones, 2008; Segato, 2021), que o Estado foi e continua sendo um projeto colonial, branco-patriarcal, endo-cis-hetero-normativo — e, como dizem por aí, *‘no da punta-da sin dedal’*⁵.

5 Em português seria: ‘não dá ponto sem nó’.

Na América Latina, na virada do século XX para o XXI, a saúde integral das pessoas trans e/ou não-binárias foi sendo construída de forma fragmentada, de acordo com os influxos regionais, a partir da patologização dessas existências e da concepção do cuidado como “cura” ou “tratamento” da “doença”. Nesse sentido, a marca histórica das políticas trans se assenta no poder de uma profissão, que informa sua leitura preponderante e exerce uma hegemonia epistemológica e política na formulação e operacionalização dessas políticas, em que pese as conquistas no acesso às ações de saúde. Com centralidade na genitália, as primeiras resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) estão relacionadas às cirurgias de modificação genital. A Resolução nº 1.482, de 1997, autoriza, de forma experimental, a realização dessas cirurgias em mulheres e homens trans. Posteriormente, a Resolução nº 1.652, de 2002, retirou o caráter experimental da neocolpovulvoplastia e/ou de procedimentos sobre gônadas e caracteres sexuais secundários para mulheres trans.

A resolução de 1997 representa um marco histórico na institucionalização do acesso à saúde das pessoas trans no Brasil — ainda que sob a tutela do controle biomédico e de seus saberes normativos sobre os corpos trans. Somente em 2010, como resultado de uma crescente demanda pelo reconhecimento do direito à saúde integral das pessoas trans e da judicialização do acesso a esses procedimentos — com decisões favoráveis baseadas em laudos médicos e pareceres técnicos —, as cirurgias sobre gônadas e caracteres sexuais secundários em homens trans deixaram de ser consideradas experimentais (CFM, Resolução nº 1.955/2010).

Nessas três resoluções, a avaliação multidisciplinar estava condicionada a um diagnóstico de “transgenitalismo” e a uma série de critérios que definem o que seria o “transexualismo”. A Resolução nº 2.265, de 2019, que revoga a de 2010, institui mudanças na linguagem e nas formas de nomeação e categorização, introduzindo novos termos e reposicionando outros. Nesse momento, a *Política Nacional de Saúde Integral LGBT* já estava instituída no SUS (Brasil, 2012), o que abriu espaço para outras narrativas sobre cuidado e saúde voltadas às pessoas sexo-gênero dissidentes.

Assim, a Resolução de 2019 passa a assegurar uma atenção integral pautada no acolhimento e não apenas na intervenção técnico-cirúrgica. Nesse novo enquadramento categórico, ganha destaque o termo “incongruência de gênero” e o conceito de “transgenitalização”, embora ainda permaneça, em menor grau, a terminologia “transexualismo”. A novidade dessa Resolução é a inclusão de diretrizes de cuidado voltadas a crianças e adolescentes trans. Em 2025, o CFM publica a atualização da resolução anterior, com a Resolução nº 2.427, que gerou diversas polêmicas, resistências e objeções, as quais discutiremos mais adiante.

Após uma década da primeira resolução do CFM, uma Ação Civil Pública (2007), ajuizada em 2001 pelo Ministério Público Federal (MPF) em Porto Alegre (RS), determinou judicialmente que o Ministério da Saúde (MS) instituisse o *processo transexualizador*, viabilizado por meio das Portarias GM/MS 1.707/2008 e SAS/MS 457/2008. Nesse mesmo ano (2008), ocorreu a *I Conferência Nacional LGBT* e nesta é lançada a versão preliminar da *Política Nacional de Saúde Integral LGBT*. E, em 2013, após sentença judicial, o MS redefiniu e ampliou o *processo transexualizador*, por meio da Portaria GM/MS 2.803.

A primeira Portaria do *processo transexualizador*, em parte baseada na Resolução do CFM de 2002, adotou a mesma linguagem, com palavras e definições vinculadas à patologização. Na atualização de 2013, a linguagem utilizada era outra, mas conservava a narrativa homogeneizadora das identidades e cuidados trans, segundo uma perspectiva cis-espelhada⁶. De modo subliminar, as cirurgias figuravam como objetivo primordial de toda experiência trans, mantendo uma linearidade e binaridade nos movimentos de cuidado. Uma perspectiva cis-espelhada informa quais são as referências consideradas para pensar o cuidado, as corporalidades e os desejos. Nesse caso, a cisgeneridade atua em associação a outros sistemas de opressão para elaborar uma imagem de desejo de outrem, plasmada nos protocolos de atendimento e nas expectativas que profissionais da saúde têm sobre o que pessoas trans “deve-

6 Este é um termo ainda em elaboração por parte da pessoa autora Ale Mujica Rodriguez. Está inspirado em diálogos entre psicanálise, decolonialidade e estudos sapatransviados/transviados/CUIr.

riam” desejar para si. Cabe ressaltar que a última portaria (Brasil, 2013) reflete as atualizações realizadas na resolução nº 1.955 do CFM, de 2010, relacionadas às demandas de alguns procedimentos destinados a homens trans. Para estes, em 2022, após sentença judicial, o MS incluiu o procedimento de metoidioplastia na Portaria GM/MS nº 4.700/2022

A patologização de corpos, identidades e pessoas — bem como de práticas, estéticas e outras expressões — que escapam ao território da endo-cis-hetero-norma branco colonial constitui uma das estratégias de (auto)proteção e manutenção dessa norma. A linguagem é parte desse processo, operando por meio da nomeação baseada em conceitos biomédicos patologizantes, frequentemente acionados pela via da saúde mental. Entre as forças que constituem e atravessam essa via está a presença do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* — *Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), elaborado pela *American Psychiatric Association* (APA) e distribuído em formato físico e eletrônico. Em 1980, a travestilidade e a transexualidade foram incluídas no DSM-III; apenas em 1994 o DSM-IV substituiu o termo “transexualismo” por “Transtorno de Identidade de Gênero” (TIG) e, finalmente, em 2013, o TIG foi substituído por “Disforia de Gênero” (DG).

Segundo Zowie Davy e Michael Toze (2018), o termo TIG representou uma oportunidade de, por meio da linguagem, ampliar as possibilidades de detecção de pessoas com um “desvio de gênero”. Mesmo com a mudança terminológica ocorrida em 2013, as características diagnósticas descritas mantiveram-se próximas às utilizadas para o TIG.

Por sua vez, a *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde* (CID) estabelece a classificação e a codificação das doenças, bem como de uma ampla variedade de sinais, sintomas, circunstâncias sociais e condições de saúde. Publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é utilizada na elaboração de análises estatísticas variadas — especialmente sobre morbidade e mortalidade — e, em alguns países, serve como base para a reorganização da gestão dos serviços de saúde. Apenas em 2019 a OMS anunciou a retirada da transexualidade da classificação de doenças mentais no CID-11, ressignificando-a para a categoria “condições rela-

cionadas à saúde sexual”. Em vigor desde 2022, a previsão é de que essa atualização seja implementada nos sistemas brasileiros até 2027.

Essa mudança representa um avanço importante para as pessoas trans e/ou não-binárias, refletindo esforços de diferentes movimentos, instituições e pessoas que lutam pela despatologização das identidades trans, não-binárias e intersexo. Contudo, nas entrelinhas do comunicado publicado na página da OMS (*WHO*, versão em inglês), percebe-se ainda a permanência de uma leitura patologizante que atravessa a categoria “condições relacionadas à saúde sexual”, a saber:

*A incongruência de gênero, por sua vez, também foi removida da seção de transtornos mentais na CID e transferida para as condições de saúde sexual. A justificativa é que, **embora as evidências agora sejam claras de que não se trata de um transtorno mental** — e que classificá-la dessa forma pode causar enorme estigma para pessoas transgênero — **ainda existem necessidades significativas de cuidados de saúde que podem ser melhor atendidas se a condição estiver codificada na CID.** (WHO, 2018, n.p. grifo da autoria, tradução nossa)⁷.*

É evidente que, por parte de organizações como a OMS, há uma preocupação com o estigma, a discriminação e as violências decorrentes da classificação e do diagnóstico das identidades trans como doença mental. No entanto, ainda é necessário questionar a norma — neste caso, a cisgeneridade — que mantém seu *status quo*.

Com relação ao nome social, a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS (Brasil, 2007), em seu terceiro princípio, já previa o campo para o preenchimento do nome social nos documentos de identificação do sistema de saúde, como o Cartão do SUS. Em 2009, esse direito foi reafirmado pela Portaria nº 1.820/2009, que dispõe sobre os direitos e deveres das pessoas usuárias

⁷ “Gender incongruence, meanwhile, has also been moved out of mental disorders in the ICD, into sexual health conditions. The rationale being that **while evidence is now clear that it is not a mental disorder**, and indeed classifying it in this can cause enormous stigma for people who are transgender, **there remain significant health care needs that can best be met if the condition is coded under the ICD**”

dos serviços de saúde. Posteriormente, o Decreto Presidencial nº 8.727 de 2016 regulamentou o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal e, em 2018, a Resolução CNE/CP nº 1 estabeleceu o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

Embora tais dispositivos legais e normativos representem avanços significativos para as pessoas trans — somados a estratégias de divulgação promovidas, à época, pelo governo em parceria com movimentos sociais e a iniciativas de comunicação não institucionais —, o desrespeito ao nome social e aos pronomes permanece, ainda hoje, como uma das principais formas de violência nos espaços de cuidado (Rodriguez, 2019). No caso de crianças e adolescentes trans e/ou dissidentes de gênero, a questão se torna ainda mais complexa pelas dissonâncias entre o desejo dessa criança e adolescente e o desejo familiar/parental e escolar.

Cabe reafirmar que as conquistas no país relacionadas à pauta política envolvendo às pessoas trans e/ou não-binárias são marcadas por uma dinâmica permanente de avanços e recuos, explicitando uma ordem estrutural que mantém as exclusões e promove violências. No caso da rede escolar, em 2011, é inventado por segmentos da sociedade o “*kit gay*” e são feitas narrativas de ameaça de (homo/trans)sexualização das crianças nas escolas e a destruição da família.

Tal invenção é uma forma de deslegitimar o projeto *Escola sem Homofobia*, financiado pelo Ministério de Educação, no governo da então presidenta Dilma Rousseff. Do conjunto dos objetivos do Projeto, destaca-se a promoção dos direitos humanos, bem como do acesso à informação sobre diversidade sexual e formas de combate à LGBTfobia. Para tanto foram criados kits educativos⁸ com materiais informativos, cadernos e afins. Este projeto estava atrelado a uma das recomendações do plano do *Programa Brasil sem Homofobia* – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, lançado pelo governo federal

8 O kit era composto por: um Caderno, uma série de seis boletins (Boleshs), três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação.

em 2004, a partir de diferentes reivindicações e lutas dos movimentos sociais sexo/gênero dissidentes da época.

O “*kit gay*” vai reaparecendo ao longo dos debates sobre educação, políticas públicas LGBTIAQPN+ e gênero. Bárbara Araújo Trotti e Laura Lowenkron (2023) analisaram como o “*kit gay*”, entendido pelas pessoas autoras como um ‘artefato político’, foi utilizado para a reprodução de um pânico moral (Maracci; Machado, 2022), aplicado estrategicamente nas eleições presidenciais de 2018. Como ‘artefato político’, promoveu a organização da sociedade e projetou determinados discursos eleitorais, que apontavam para quem é incluído e quem pode ser excluído da dinâmica social, quem é protegido e quem pode ser violentado.

É importante ressaltar que a invenção do “*kit gay*” conversa com o “combate” à chamada “Ideologia de gênero” (Ubieto; Henriques; Toldy, 2017; Zucco; Silva, 2019), entendida por Junqueira (2017), como uma invenção vaticana polêmica, um sintagma forjado para operar como uma “arma política”, enquanto dispositivo retórico, metadiscursivo, paródico e reacionário. A partir de 2013, tal “arma política” se intensifica no Brasil, por conta das discussões sobre o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, em nome de uma luta contra a inclusão da educação sexual nas escolas, a promoção de uma cultura antifamília, o debate sobre a descriminalização do aborto e o reconhecimento de casais do mesmo sexo, ou seja, contra uma ideologia da morte (Junqueira, 2017).

A partir do fantasma da “ideologia de gênero” são feitas as “marchas pela família” [cristã] no Brasil, mas também em outros territórios da chamada América Latina, como forma de resistência aos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos. Os discursos e narrativas do “*rayo homosexualizador*” (Colômbia) são atreladas, principalmente, às tentativas de levar à temática de gênero e diversidade para as escolas.

No caso da Colômbia, em 2016, a então Ministra da Educação, Gina Parody, abertamente lésbica, em parceria com a fundação *Colombia Diversa*, elaborou a cartilha informativa ‘*Ambientes escolares libres de discriminación*’. Esta era voltada para a rede escolar, com o objetivo de serem trabalhados te-

mas relacionados ao respeito às pessoas sexo/gênero dissidentes. A elaboração dessa cartilha, entre outras atividades, se dá a partir do caso do jovem Sergio Urrego, quem suicidou-se em Bogotá no dia 4 de agosto de 2014, devido à rejeição e violências sofridas na escola por ser homossexual. No dia 3 de agosto de 2015, o Tribunal Constitucional emite uma sentença (T-478/15), ordenando ao governo que efetuassem uma pedagogia contra a discriminação escolar baseada na orientação sexual. Antes de a cartilha se tornar pública, começaram a circular notícias e cartilhas falsas contendo material classificado como pornô-erótico: homens nus na cama e outras imagens; não muito diferente das *fake news* no Brasil relacionadas ao “*kit gay*” e à “ideologia de gênero”.

Diante desses cenários, no Brasil, em 2018 o Conselho Federal da Psicologia (CFP), lança a Resolução nº 01/2018, que prevê recomendações sobre cuidado, acolhimento e não discriminação, enfatizando a proibição no país das terapias de reorientação sexual e/ou de gênero e/ou qualquer tipo de cuidado que considere as identidades trans como doença. Anteriormente a essa resolução, o CFP já tinha lançado em 1999 a Resolução nº 001/1999 que estabelece as normas de atuação com relação à orientação sexual. Vale lembrar que somente em 1987 o DSM retira a homossexualidade da condição de patologia e, em 1990, a OMS a retira da sua lista de doenças ou transtornos mentais.

Desta forma, esses movimentos de patologização são acompanhados por tentativas de “cura”, como a chamada “cura gay”, as “terapias de conversão” e o estupro “corretivo”, entre outras práticas. Tais iniciativas não afetam apenas pessoas com sexualidades dissidentes, mas também aquelas com identidades de gênero dissidentes, conforme já discutido ao longo do texto.

Embora a maioria das políticas públicas em saúde trans (e LGBTQIAPN+) não mencione expressamente as categorias *pessoas não binárias* e/ou *transmasculinas*, entende-se que seu escopo abrange essas identidades e diversidades. Até o momento, foram localizados três documentos oficiais de saúde — normas ou portarias — que nomeiam explicitamente a categoria *não-binária*, sendo que um deles também inclui *pessoas transmasculinas*. Entre esses, há uma

nota técnica de âmbito federal e duas portarias municipais de São Paulo, apresentadas no Quadro I.

Quadro I – Documentos oficiais de saúde que incorporam as categorias não-binária e pessoas transmaculinas

Localidade	Norma/portaria	Nomeia pessoas transmasculina	Nomeia pessoas não-binaries	Observações
Federal	Nota técnica nº 21/2024 – CAEQ/CGESCO/DESCO/SAPS/MS	Não	Sim	Informa a atualização e a qualificação dos campos de preenchimento para a coleta de dados de “orientação sexual” e de “identidade de gênero” pela “Ficha de Cadastro do Cidadão” (PEC Cidadão) e pela “Ficha de Cadastro Individual” (FCI), referente ao Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab) no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS).
São Paulo	Portaria SMS-540/2023	Sim	Sim	Dispõe sobre a Política Pública de Saúde Integral da População LGBTIA+ do Município de São Paulo no âmbito da rede de atenção à saúde e dá outras providências.
São Paulo	Portaria SMS-347/2021	Não	Sim	Institui o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e demais pessoas contidas na sigla LGBTIA+.

Fonte: Informações organizadas pelas pessoas autoras.

A categoria *homens trans* aparece com maior frequência nos documentos analisados, mas observa-se que as políticas específicas voltadas a esse grupo seguem temporalidades próprias. Ainda que a não-binaridade e a transmasculinidade sejam categorias emergentes no Brasil e na América Latina, isso não significa que tais pessoas não existissem antes dessas nomenclaturas se tornarem mais “conhecidas”, nem que estivessem — e continuem — invisibilizadas/apagadas nos espaços de luta, reconhecimento e reivindicações em saúde. Convém ressaltar que o gênero binário é um produto e efeito do processo de colonização branco-patriarcal (Núñez, 2023).

É necessário atentar para a linguagem e para as formas como se nomeiam — ou deixam de nomear — as pluralidades no campo das identidades não cisgêneras, sobretudo quando se busca demarcar singularidades dentro da própria coletividade. Ademais, certas designações, ainda que historicamente existentes, permanecem pouco difundidas no imaginário social, como é o caso de *homens trans*, *pessoas transmasculinas*, *não-binárias* e pessoas intersexo atribuídas, pelo poder biomédico-jurídico, ao sexo/gênero “menina/mulher” no nascimento.

Com relação aos movimentos destas categorias, no primeiro *Encontro Nacional de Homens Trans e Pessoas Transmasculinas* (I ENATH), realizado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) em 2015 em São Paulo, foram discutidas as transmasculinidades e não-binaridades. Ressalta-se que nem toda pessoa atribuída, pelo poder biomédico-jurídico, ao sexo/gênero menina/mulher ao nascer, se reconhecia dentro da categoria “homem” (Revista Estudos transviades; Race and Equality, 2021).

Em convergência, na sua dissertação de mestrado, o pesquisador Morgan F. Caetano (2024) realizou um mapeamento das produções textuais brasileiras sobre não-binaridade. O autor aponta que entre os anos de 2015 até 2019 foram identificadas 15 publicações, e, no recorte mais amplo, de 2000 a 2024 foram identificadas 90 produções.

As discussões sobre não-binaridade trouxeram para o debate o uso da linguagem não-binária (também sendo chamada de linguagem neutra),

um campo que, ainda hoje, suscita intensos conflitos e resistência por parte de pessoas/coletivos que alegam tratar-se de uma “destruição da língua brasileira”, concebendo a língua como uma entidade culta, pura e intocável (Barbosa, 2024).

A língua/linguagem também é saúde. Como mencionado anteriormente, o desrespeito ao nome e aos pronomes faz com que pessoas trans e/ou não-binárias deixem de acessar os serviços de saúde, ou o façam apenas em situações emergenciais. As políticas e práticas que recusam o uso da linguagem não-binária produzem efeitos diretos na saúde mental e física dessas pessoas, precarizando o cuidado e expondo-as a situações de risco, que podem se intensificar de acordo com os marcadores sociais da diferença. Racismo e transfobia caminham juntos, reforçando uma necropolítica transviada (Gregori; Vaccari; Nepomuceno, 2022).

Resistências trans e recuos estatais: a marca da construção das políticas públicas para as pessoas trans e/ou não-binárias

O Brasil não tem uma lei trans, mas já teve tentativa, o Projeto de Lei de Identidade de Gênero (PL 5002/2013)⁹, que foi *enclosetada* ou dito na linguagem da Câmara dos Deputados: arquivado. *Enclosetada*¹⁰, usada como metáfora, para indicar um movimento político de silenciamento do reconhecimento e da legitimidade das existências trans e/ou não-binárias e de suas pautas políticas. Atualmente (2025), estamos vivendo a tentativa de mais uma *enclosetada* de um programa que busca atualizar a portaria do Processo Transexualizador de 2013 — uma portaria que, diante do tempo já passado e das transformações ocorridas no Brasil, precisa urgentemente ser renovada e (re)pensada.

9 Projeto de Lei de Identidade de Gênero, ou “Lei João Nery” (PL 5002/2013), proposto pelo deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) em conjunto com a deputada Érika Kokay (PT-DF).

10 É uma palavra em espanhol, que está relacionada com alguém/algo estar/ser colocado dentro do “armário” da endo-cis-hetero-norma, por questões de LGTBfobia e suas encruzilhadas com outros sistemas de opressão.

Em 22 de junho de 2025, a *Folha de S.Paulo*¹¹ publicou uma notícia informando que o governo Lula havia engavetado o Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (PAESPopTrans)¹². A decisão foi celebrada por um dos movimentos antitrans/antigênero denominado de MATRIA (Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil)¹³, que, em sua página no *Instagram*, atribuiu a suspensão do programa à própria atuação. Tal comemoração explicita a influência das agendas reacionárias nas políticas de recuo institucional, reafirmando que a construção das políticas públicas voltadas às pessoas trans e/ou não-binárias é marcada por avanços e recuos históricos.

O PAESPopTrans propõe a atualização da tabela de procedimentos do processo transexualizador do SUS, excluindo 14 e incluindo 34 novos procedimentos — 21 ambulatoriais e 13 hospitalares. A previsão para 2025 é de 36 serviços ambulatoriais e 23 serviços cirúrgicos, com expansão para 153 e 41, respectivamente, até 2028 (Brasil, 2024).

Início de 2024, foi apresentado e pactuado o PAESPopTrans na primeira reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), com reserva orçamentária e novos critérios de habilitação para os serviços de atendimento às pessoas trans e/ou não-binárias. Esperava-se que logo depois dessa pausa, o projeto fosse assinado pela pessoa ministra da Saúde. Mas o tempo foi passando e a possibilidade de assinatura do projeto tornou-se mais distante. Diante dessa espera, foram apresentados vários requerimentos de informações sobre o PAESPopTrans à então ministra Nísia Trindade, como uma tentativa de pressionar o Ministério da Saúde para se manifestar e informar sobre o andamento da assinatura do projeto.

11 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/06/governo-lula-engaveta-politica-para-populacao-trans-apos-apresenta-la-duas-vezes.shtml>. Acesso em: 5 ago. 2025.

12 O PAESPopTrans foi elaborado por um grupo de trabalho montado em 2023, composto por pessoas pesquisadoras, pessoas do movimento social, pessoas profissionais da saúde, entre outras. Uma das pessoas autoras, Ale Mujica Rodriguez, fez parte desse grupo de trabalho, enquanto pesquisadora da saúde trans/não-binária e ativista.

13 Para mais informações ver Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 (Benevides, 2025, p. 123).

Ao mesmo tempo foram se criando espaços de confluência (virtual e presencial) entre diferentes coletivas, movimentos sociais, núcleos de pesquisa, pessoas pesquisadoras, ativistas, entre outros, com o intuito de construir e organizar estratégias e ações de contestação, resistência e cobrança institucional.

Entre esses momentos, ocorreu a substituição da ministra Nísia pelo ministro Alexandre Padilha. Algumas análises interpretam essa mudança como resultado de pressões internas e externas relacionadas à possível assinatura do programa, bem como aos posicionamentos de escuta das demandas trans e não-binárias da ex-ministra, que demonstrava um reconhecimento das pautas destas pessoas.

Cabe sinalizar que, ao mesmo tempo em que ocorria a defesa e a cobrança pela assinatura do Programa, movimentos antitrans/antigênero também se articulavam para impedir sua assinatura, associados à extrema direita, que disseminavam *fake news* envolvendo crianças e adolescentes. Os argumentos mobilizados combinavam a retórica da chamada “ideologia de gênero” com a suposta “proteção” de crianças e adolescentes, narrativas utilizadas não apenas pela extrema direita, mas também por grupos antitrans/antigênero, como a MATRIA (2024).

Nesse cenário de espera, marcado por embates políticos e desinformação, em 8 de abril de 2025, o CFM publica a Resolução 2.427/2025. Esta “Revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com **incongruência e/ou disforia de gênero** e dá outras providências” (grifo das pessoas autoras), revogando a Resolução 2.265/2019.

Com a nova resolução, o bloqueio puberal está proibido para as crianças e adolescentes, exceto em situações de puberdade precoce ou outras doenças endócrinas. De igual modo, a hormonização está vedada antes dos 18 anos, sendo autorizada após acompanhamento psiquiátrico e endocrinológico por, no mínimo, um ano, com avaliação cardiovascular e metabólica e parecer médico favorável. Além disso, a pessoa deve “não apresentar doença **psiquiátrica grave, além da disforia**, ou qualquer outra doença que contraindique a terapia hormonal cruzada” (grifo das pessoas autoras). Anteriormente, a hor-

monização era permitida a partir dos 16 anos, e o bloqueio puberal a partir do estágio puberal Tanner II, em caráter experimental, por meio de protocolos de pesquisa em hospitais universitários e/ou de referência para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora a Resolução de 2019 tivesse uma proposta de viés despatologizante, é necessário lembrar que a biomedicina hegemônica foi — e continua sendo — um dos pilares de legitimação, produção e manutenção da norma(l) branco colonial. Soma-se a esse contexto, o papel do racismo científico, o uso de corpos negros escravizados para a produção de saberes gineco-obstétricos (Sowemimo, 2021) e o capacitismo como forma de “cuidado” voltado às pessoas com deficiência, entre outras.

No entanto, a Resolução de 2025 retoma a disforia como uma doença psiquiátrica — o que conversa com o *status quo* da cisgeneridade diante das suas narrativas de despatologização das identidades trans e/ou não-binárias, como exemplificamos com relação ao CID-11 e a justificativa da OMS — e traz à cena a “destransição”, utilizando-a como argumento para justificar o não-cuidado de crianças e adolescentes trans e/ou gênero dissidentes, bem como para questionar a transição social e o uso de bloqueadores nessas pessoas. A narrativa sobre a “destransição” recorre a pesquisas e relatos de arrependimentos tornados públicos por algumas pessoas sobre sua “decisão de transição”. A ênfase nessas pesquisas e narrativas dialoga com a lógica cis-normativa da congruência, a certeza fixa e inquestionável de uma narrativa sobre si e uma tutela ancorada na perspectiva cis-espelhada, conforme discutido anteriormente.

Além disso, a norma anterior permitia a realização de procedimentos cirúrgicos a partir dos 18 anos. Com a nova resolução, cirurgias que impliquem potencial efeito esterilizador ficam vedadas antes dos 21 anos, e somente poderão ser realizadas após acompanhamento prévio, por no mínimo um ano, por equipe médica (ver quadro 2). O potencial efeito esterilizador está descrito da seguinte forma na resolução:

1. Com efeito esterilizador

- Neovulvovaginoplastia (masculino → feminino): inclui a orquiectomia bilateral (remoção dos testículos), ocasionando perda irreversível da capacidade reprodutiva.
- Histerectomia e ooforectomia bilateral (feminino → masculino): consiste na remoção do útero e dos ovários, resultando em esterilidade permanente (CFM, 2025)

É possível supor que o CFM estivesse interessado na saúde reprodutiva das pessoas trans e não-binárias; contudo, a Resolução de 2025 não apresenta qualquer menção a tecnologias e/ou formas de cuidado voltadas a essa dimensão. Diante das inúmeras implicações para o acesso das pessoas ao processo transexualizador, as alterações na normativa foram amplamente contestada pelos movimentos sociais, como o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat), a Associação Nacional de Travestis e transexuais (Antra), Instituto Nacional de Mulheres Redesignadas (Inamur), Mães pela Diversidade, etc., por pessoas e núcleos de pesquisa, como a Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH), por entidades de profissionais da saúde, como a Associação Brasileira Profissional pela Saúde Integral de Pessoas Travestis, Transexuais e Intersexo (Abrasitti), Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD), entre outros (Rodriguez *et al.*, 2025).

Quadro 2 – Comparativo das resoluções do CFM sobre saúde trans

Resolução (Ano)	Título	Cirurgias Autorizadas / Reguladas	Idade Mínima	Hormonização	Outras Terapias / Procedimentos	Observações/ Relevância Histórica
CFM 1.482 (1997)	Autoriza a título experimental a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia	Introdução inicial ao conceito de cirurgia de redesignação, sem detalhamento técnico	—	Não mencionada	Diagnóstico de “transtorno de identidade de gênero”	Conceito patologizante, linguagem transfóbica
CFM 1.652 (2002)	Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.482/97	Neocolpovulvoplastia permitida; neofaloplastia experimental	≥ 21 anos + 2 anos de acompanhamento	Não regulamentada (não prevista)	Avaliação multidisciplinar exigida	Formaliza acesso público com critérios rigorosos
CFM 1.955 (2010)	Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02.	Mantém cirurgias da 1.652; critérios semelhantes	≥ 21 anos + 2 anos acompanhamento	Não especificada	Equipe com psiquiatra, psicólogo, endocrinologista	Estrutura similar à anterior, com atualizações formais
CFM 2.265 (2019)	Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010	Cirurgias permitidas a partir dos 18 anos (com acompanhamento)	Bloqueio: a partir do estágio puberal Tanner II Hormonal: ≥ 16 anos Cirurgia: ≥ 18 anos	Permitida a partir dos 16 anos com acompanhamento de 1 ano	Inclui bloqueio hormonal, acompanhamento multiprofissional, consentimento	Linguagem numa tentativa despatologizante, foco em autonomia e cuidado integral
CFM 2.427 (2025)	Revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras providências	Cirurgia com potencial efeito esterilização: ≥ 21 anos + 1 ano de acompanhamento Outras cirurgias: ≥ 18 anos	Bloqueio: proibido Hormonal: somente ≥ 18 anos Cirurgia: ≥ 18 ou 21 anos	Proibida para menores de 18 anos; somente ≥ 18 com avaliação psiquiátrica e endocrinológica	Projeto Terapêutico Singular obrigatório; exigência de documentação, explicitação de riscos	Contestada por restringir direitos; suspensa judicialmente em várias instâncias

Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras.

As restrições e proibições previstas na resolução afetam o cuidado integral das pessoas trans e/ou não-binárias, impactando de forma mais intensa crianças e adolescentes trans e/ou gênero dissidentes. Essas medidas podem provocar ou agravar o isolamento social, aumentar a evasão escolar, elevar os índices de depressão refratária, intensificar a ideação suicida e, em casos extremos, levar à consumação do ato de autoextermínio, bem como à automutilação (Grupo dignidade; UNAIDS Brasil, 2021)¹⁴. Além disso, podem promover práticas de automedicação e autocuidado inadequadas, realizadas sem informação adequada e com a compra de medicamentos e afins em mercados paralelos. Somam-se a isso a vigilância e punição direcionadas às pessoas profissionais da saúde que faze(re)m a aposta de continuar cuidando e/ou acompanhando as pessoas trans e/ou não-binárias que buscam acolhimento.

Importante ressaltar que os movimentos proibitivos contra a saúde de crianças e adolescentes trans e/ou gênero dissidentes já estavam em curso muito antes da publicação da Resolução de 2025 do CFM. Em 16 de dezembro de 2024, o deputado Hélio Lopes (PL-RJ) apresentou um Projeto de Lei (PL) que propõe alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para proibir, em todo o território nacional, terapias hormonais ou procedimentos médicos que “afetem o desenvolvimento biológico ou psicológico que comprometam o desenvolvimento biológico ou psicológico [...], incluindo mastectomia, cirurgia de redesignação sexual, uso de bloqueadores de puberdade e terapias hormonais de transição” a menores de 21 anos. O PL também sugere modificar o Código Penal para criminalizar tais práticas quando realizadas fora dos limites legais.

A partir de 2024, houve uma aceleração sistemática da agenda antitrans/ antigênero. A Observatória¹⁵ reportou 655 projetos de lei pró-LGBTQIA+

14 Para maiores informações ver: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2842420&filename=PL%204906/2024. Acesso em: 5 ago. 2025. A situação desta PL é: aguardando Designação de Relator(a) na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR).

15 Plataforma brasileira que monitora projetos de lei relacionados à população LGBTQIA+ do país. A ferramenta foi criada pela Agência Diadorim. A criação da Observatória tem apoio do Fundo Brasil dos Direitos Humanos, por meio do edital Mobilização em Defesa dos Espaços Cívicos e da Democracia, de 2023. Disponível em: <https://observatoria.org/>.

e 510 anti-LGBTQIA+, propostos por parlamentares no Brasil, desde 2019, em assembleias estaduais e no Congresso Nacional (dados atualizados em junho de 2025). Na Assembleia Legislativa os três temas com mais PLs foram: linguagem neutra (80); censura escolar (65); banheiros (58). Congresso nacional: linguagem neutra (29); censura escolar (19); atletas (18). Senado: atletas (2); banheiro (2); definição de gênero (2). Entre outubro de 2024 e o primeiro semestre de 2025, segundo a Observatória uma nova frente ganhou força: o avanço de projetos que tentam barrar cotas trans.

Esta agenda antitrans/antigênero está acompanhada pelo aumento das violências contra as pessoas trans e/ou não-binárias, de acordo com dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, 2024 teve 1.713 denúncias e 22.293 violações. Um aumento de 45% nas denúncias e de 73% nas violações (Altino, 2025).

A própria *enclosetada* do PAESPopTrans está diretamente relacionada aos cuidados de crianças e adolescentes trans e/ou gênero dissidentes, visto que este programa ampliava o acesso e a qualidade desses atendimentos. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, o ministro Alexandre Padilha afirmou que há uma “pendência” jurídica sobre o tema, ao se referir às demandas encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) que questiona a resolução do CFM, observando que “esse fato cria uma situação que traz obstáculo para qualquer política mais integral sobre esse tema” (Padilha, 2025).

No dia 16 de junho de 2025, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, para suspender os efeitos da Resolução nº 2.427/2025 do CFM. De acordo com o órgão, a resolução apresenta interpretação equivocada de referências científicas e desconsidera a jurisprudência do STF.

Conclusões

Os movimentos antitrans/antigênero, fortalecidos por agendas conservadoras e ultradireitistas, vêm exercendo impactos significativos nas políticas de saúde pública voltadas a pessoas trans e/ou não-binárias no Brasil e na América Latina. Esses impactos demonstram que as ofensivas não se restrin-

gem a ações pontuais, mas integram um projeto político mais amplo de manutenção da endo-cis-hetero-norma branco-colonial. Manifestam-se, sobretudo, por meio de discursos essencialistas sobre gênero e sexualidade e pela proliferação de projetos de lei similares e coordenados em diferentes regiões do país e em outros países da região, afetando de maneira especialmente prejudicial crianças e adolescentes trans e/ou dissidentes de gênero.

Esses movimentos buscam fragilizar conquistas históricas dos movimentos LGBTQIAPN+, desmontar estruturas de proteção social e reinstalar fronteiras rígidas entre corpos e identidades. Ao mesmo tempo, a resistência transnacional e as articulações coletivas têm demonstrado força, confrontando tais ofensivas e reafirmando o direito à diversidade, à autodeterminação e às construções de sociedades verdadeiramente plurais e emancipatórias.

O silêncio do Ministério da Saúde acerca do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Trans (PAESPopTrans) e da Resolução nº 2.427/2025 do CFM revela uma grave omissão institucional, comprometendo a efetivação dos direitos à saúde das pessoas trans e/ou não-binárias do Brasil. Essa ausência de posicionamento oficial e ação efetiva cria um vácuo político que favorece o avanço de agendas conservadoras e restritivas, enfraquecendo políticas públicas essenciais para garantir o acesso/uso integral e livre de discriminação aos serviços de saúde. Nesse contexto, o silêncio estatal não apenas inviabiliza o avanço dessas políticas, mas também contribui para a perpetuar a precarização, a vulnerabilização e a exclusão social de pessoas trans e/ou não-binárias, especialmente das crianças e adolescentes trans e/ou gênero dissidentes.

Referências

A POLÍTICA SEXUAL DE JANEIRO A JUNHO DE 2024. Boletim da Política Sexual. (Parte 2). **Sexuality Policy Watch – Observatório de Sexualidade e Política**, 2024. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/politica-sexual-de-janeiro-a-junho-de-2024-parte-2/13781>. Acesso em: 1 ago. 2025.

AL PROHIBIR EL LENGUAJE INCLUSIVO EN EL ESTADO, el gobierno argentino incumple la Ley de Identidad de género. **Agencia Presentes**, 27 fev. 2024. Disponível

em: <https://agenciapresentes.org/2024/02/27/al-prohibir-el-lenguaje-inclusivo-en-el-estado-el-gobierno-argentino-incumple-la-ley-de-identidad-de-genero/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

ALTINO, Lucas. Denúncias de violência contra pessoas trans aumentaram 45% em 2024: “Precisamos de respostas urgentes”, diz ativista. Agência Patrícia Galvão, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/lgbt/denuncias-de-violencia-contr-pessoas-trans-aumentaram-45-em-2024-precisamos-de-respostas-urgentes-diz-ativista/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

APA. American Psychiatric Association. **DSM-5 Development**. Disponível em: <http://www.dsm5.org/Pages/Default.aspx>. 2013.

APÓS 14 HORAS DE DEBATE, Senado da Argentina aprova casamento gay. **G1**, 15 jul. 2010. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/senado-da-argentina-aprova-o-casamento-gay.html>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BARBOSA, Ianê Iabel. Analisando argumentos antilinguagem não binária: cisnormatividade, colonialidade e capacitismo. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 20, p. 21 – 44, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/54804>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BENEVIDES, Bruna G; ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais (org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018**. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica. Diário Oficial da União, Seção 1, p. xx – yy. Brasília, DF, 22 jan. 2018. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray. “Não é competência do professor ser sexólogo”. O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 8. Brasília, DF, 29 abr. 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727 .htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm). Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_direitos_usuarios_sus.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/387>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 ago. 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009**. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, na utilização dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Seção 1, p. 38. Brasília, DF, 14 ago. 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 nov. 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 5002, de 2013**. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei n.º 6.015/1973. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 4.700, de 29 de dezembro de 2022**. Inclui e altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2022. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt4700_30_12_2022.html. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria SAS/MS nº 457, de 17 de dezembro de 2008**. Institui a regulamentação do processo transexualizador no SUS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (PAES-PopTrans)**. Brasília, DF: MS, 1 fev. 2024. Disponível em: [https://conasems-ava-prod.s3.sa-east-1.amazonaws.com/institucional/orientacoes/3-1-1-pop-trans-1706821636 .pdf](https://conasems-ava-prod.s3.sa-east-1.amazonaws.com/institucional/orientacoes/3-1-1-pop-trans-1706821636.pdf). Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Justiça atende pedido do MPF e suspende norma do CFM que restringia atendimento médico a pessoas trans**. Brasília, DF: MPF, 16 jun. 2025. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ac/sala-de-imprensa/noticias-ac/justica-atende-pedido-do-mpf-e-suspende-norma-do-cfm-que-restringia-atendimento-medico-a-pessoas-trans> . Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.mds.gov.br/bib/2719> . Acesso em: 12 ago. 2025.

CAETANO, Morgan Franzoni. **Estudos não-binários**: mapeamento de uma década de publicações sobre não-binariedade de gênero no Brasil. 2024. 189f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Acesso em: 20 jul. 2025.

CARTA ABERTA PELA MUDANÇA DE GESTÃO NO MINISTÉRIO DAS MULHERES. **MATRIA** – Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil, 2025. Disponível em: <https://associacaomatria.com/informe-se/carta-aberta-pela-mudanca-de-gestao-no-ministerio-das-mulheres/> . Acesso em: 20 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1.482, de 10 de setembro de 1997**. Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. Diário Oficial da União, Seção I, p. 20944. Brasília, DF, 19 set. 1997. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1997/1482_1997.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1.652, de 6 de novembro de 2002**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.482, de 1997. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 80 – 81. Brasília, DF, 2 dez. 2002. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2002/1652_2002.pdf . Acesso em: 20 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1.955, de 12 de agosto de 2010.** Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/2002. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 109 – 110. Brasília, DF, 3 set. 2010. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2010/1955_2010.pdf . Acesso em: 20 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.265, de 9 de janeiro de 2019.** Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 96. Brasília, DF, 9 jan. 2020. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2019/2265_2019.pdf . Acesso em: 20 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.427, de 8 de abril de 2025.** Estabelece diretrizes atualizadas para o atendimento médico a pessoas com incongruência de gênero ou disforia de gênero. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 98 – 100. Brasília, DF, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2025/2427> . Acesso em: 20 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01/1999, de 22 de março de 1999.** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, DF: CFP, 1999. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1 .pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em: 20 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01/2018, de 29 de janeiro de 2018.** Diretrizes e normas de atuação para psicólogas(os) em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF: CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf> . Acesso em: 20 jul. 2025.

COLOMBIA. Corte Constitucional. **Sentencia T-478/15, de 3 de agosto de 2015.** Protege los derechos a la dignidad, honra, buen nombre, intimidad, memoria e imagen del fallecido en acción de tutela promovida por sus padres, determinando responsabilidades de instituciones educativas frente a la discriminación por identidad de género y orientación sexual. Bogotá, 3 ago. 2015. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2015/t-478-15.htm> . Acesso em: 20 jul. 2025.

COLOMBIA. Ministerio de Educación Nacional; Fondo de Población de las Naciones Unidas – UNFPA; Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo – PNUD; Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia – UNICEF. **Ambientes escolares libres de discriminación: orientaciones sexuales e identidades de género no hegemónicas en la escuela.** Aspectos para la reflexión. Bogotá, 2016. Disponível em: <https://www.>

semcucuta.gov.co/wp-content/uploads/2015/09/CARTILLA-MEN-AMBIENTES-ESCOLARES-LIBRES-DE-DISCRIMINACION .pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual**: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. 1. ed. Bogotá: Desde Abajo, 2013.

DECLARAÇÃO DOS MÉDICOS PROTEGENDO AS CRIANÇAS. **MATRIA** – Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil, 2024. Disponível em: <https://associacaomatria.com/informe-se/declaracao-dos-medicos-protectendo-as-criancas/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DIADORIM. Observatória – Monitor de PLs LGBTQIA+. Disponível em: <https://observatoria.org/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

GREGORI, Juciane de; VACCARI, Jade Mariam; NEPOMUCENO, Margarete Almeida. Transfobia e necropolítica: encruzilhadas do contexto brasileiro contemporâneo. **Revista Extraprensa**, v. 15, n. especial, p. 739 – 754, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/195362>. Acesso em: 5 ago. 2025.

GRUPO DIGNIDADE; UNAIDS BRASIL. **Vivências de crianças trans na educação**: 2021. Brasília: UNAIDS Brasil; Grupo Dignidade, 2021. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2022/01/2021_GrupoDignidade_VivenciasCriançasTransEducacao.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMASCULINIDADES – IBRAT. Encontro Nacional de Homens Trans. São Paulo: USP, fev. 2015. Disponível em: <https://encontronacionaldehomenstrans.blogspot.com/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ameaça à “família natural”? In: Ribeiro, Paula R. C.; Magalhães, Joanalira C. (ed.). Debates contemporâneos sobre a educação para a sexualidade Rio Grande, Editora da FURG, 2017, pp.25-52.

LAS CONFUSIONES Y DESINFORMACIÓN SOBRE LAS INFANCIAS TRANS EN COLOMBIA. **Volcánicas**, 3 dez. 2024. Disponível em: <https://volcanicas.com/las-confusiones-y-desinformacion-sobre-las-infancias-trans-en-colombia/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

RODRIGUEZ, Mujica Ale; BARONE, Maria Antonella. **Serviços de Aborto Transinclusivos**. Um manual sobre a operacionalização de políticas e práticas trans-inclusivas para os serviços de aborto e suas equipes, entre outras pessoas/instituições que ofereçam esse cuidado. Adaptado de Lowik, A.J., Trans-Inclusive Abortion Care:

A Manual for Operationalizing Trans-Inclusive Policies and Practices in an Abortion Setting. [S.l.]: Juntas, 2024. Disponível em: [https://coletivofeminista.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Servicos-de-aborto-trans-inclusivos .pdf](https://coletivofeminista.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Servicos-de-aborto-trans-inclusivos.pdf). Acesso em 17 set. 2025.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá , n. 9, p. 73-102, Dec. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 set. 2025.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Rosaura; OCHOA MUÑOZ, Karina (org.). **Tejiendo de lo fino: saberes y haceres feministas de Abya Yala**. Popayán: Universidad del Cauca, 2014. p. 91 – 105.

MARACCI, João Gabriel; MACHADO, Paula Sandrine. Kit gay: mapeando controvérsias nas redes de uma ofensiva antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 22, n. 53, jan./abr. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000100004. Acesso em 17 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Nota Técnica nº 21/2024 CAEQ/CGESCO/DESCO/SAPS/MS: atualização e qualificação dos campos de preenchimento para a coleta de dados de “orientação sexual” e “identidade de gênero” pela PEC Cidadão e pela FCI no Sisab (APS). Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-21-2024-caeq-cgesco-desco-saps-ms.pdf/view>. Acesso em: 2 ago. 2025.

NÚÑEZ, Geni. Perspectivas guarani sobre binarismos da colonização: caminhos para além das monoculturas. **Revista Tempo e Argumento**, v. 15, n. 40, e0101, dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315402023e0101>. Acesso em: 2 ago. 2025.

PADILHA, Alexandre. Governo Lula engaveta política para população trans após apresentá-la duas vezes. [Entrevista concedida a] Mateus Vargas. **Folha de São Paulo**, 18 jun. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/06/governo-lula-engaveta-politica-para-populacao-trans-apos-apresenta-la-duas-vezes.shtml>. Acesso em: 2 ago. 2025.

PFEIL, Bruno; LEMOS, Kaio (org.). **A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil**: das invisibilidades às demandas. Rio de Janeiro: Revista Estudos Transviados; Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021. Disponível em: https://raceandequality.org/wp-content/uploads/2021/10/TRANSMASCULINIDADES-BRASIL_FINAL.pdf. Acesso em: 2 ago. 2025.

PORTINARI, Natália. Silas Malafaia fala contra anúncio da Boticário e compara homossexuais a pedófilos. **Folha de São Paulo**, 2 jun. 2015. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2015/06/1637093-silas-malafaia-fala-contr-a-anuncio-da-boticario-e-compara-homossexuais-a-pedofilos.shtml>. Acesso em: 14 set. 2025.

RODRIGUEZ, Ale Mujica. **Cartografias de cuidados à saúde trans na Atenção Primária do município de Florianópolis, 2017 – 2018**. 2019. 145f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

RODRIGUEZ, Ale Mujica *et al.* Saúde de pessoas trans: um direito humano, não ideologia. **Sexuality Policy Watch -Observatório de Sexualidade e Política**, 29 jan. 2025. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/recomendamos/noticias-e-analises/saude-de-pessoas-trans-um-direito-humano-nao-ideologia/26520>. Acesso em: 2 ago. 2025.

RODRIGUEZ, Ale Mujica; MEDEIROS, Raiz Policarpo. **Justiça reprodutiva para todes**: saúde, gestação e parentalidades dissidentes [cartilha]. Florianópolis, SC: [s.n.], 2024. Disponível em: <https://coletivofeminista.org.br/wp-content/uploads/2024/12/cartilha-justica-reprodutivos-para-todesfinal.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. Portaria SMS-G n.º 347, de 30 de julho de 2021. Institui o Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBTIA+. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 31 jul. 2021. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-saude-sms-347-de-30-de-julho-de-2021>. Acesso em: 5 ago. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. Portaria SMS-G n.º 540, de 14 de agosto de 2023. Dispõe sobre a Política Pública de Saúde Integral da População LGBTIA+ do Município de São Paulo no âmbito da rede de atenção à saúde e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 16 ago. 2023. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-saude-sms-540-de-14-de-agosto-de-2023/detalhe>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Bazar do tempo, 2021.

SOWEMIMO, Annabel. As origens racistas e antiéticas da ginecologia moderna. **Clue**, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://hellocue.com/pt/artigos/cultura/as-origens-racistas-e-antiéticas-da-ginecologia-moderna>. Acesso em: 1 ago. 2025.

TC PLURINACIONAL DE BOLÍVIA DECLARÓ INCONSTITUCIONAL partes de la ley de Identidad de Género que permite al colectivo transexual contraer matrimonios tras cambiar datos en sus documentos oficiales. **Diario Constitucional**, 20 nov. 2017. Disponível em: <https://www.diarioconstitucional.cl/2017/11/20/tc-plurinacional-de-bolivia-declaro-inconstitucional-partes-de-la-ley-de-identidad-de-genero-que-permite-al-colectivo-transexual-contraer-matrimonios-tras-cambiar-datos-en-sus-documentos-oficiales/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

TROTTI, Bárbara Araújo; LOWENKRON, Laura. Pânicos morais, sexualidade e infância: A fabricação do “kit gay” como artefato político na disputa presidencial de 2018 a partir da rede social Twitter. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 39, p. e22315, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/q5rrcnY5bDHDLTf7qFk4BRL/abstract/?lang=en>. Acesso em: 3 ago. 2025.

UBIETA, Carmen Bernab; HENRIQUES, Fernanda; TOLDY, Teresa A “Ideologia de Gênero” da Igreja Católica. **Ex.aequo**, v. 37, p. 9-17, 2018. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/a-ideologia-de-genero-da-igreja-catolica>. Acesso em: 2 ago. 2025.

UM PASTOR EVANGÉLICO À FRENTE DA COSTA RICA? **Instituto Humanitas Unisinos; Adital**, 9 fev. 2018. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/78-noticias/575951-um-pastor-evangelico-a-frente-da-costa-rica>. Acesso em: 1 ago. 2025.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (org.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero**. Salvador: Editora da UFBA, 2016. p. 249 – 270.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **International Classification of Diseases (ICD)**. 2018. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/spotlight/international-classification-of-diseases>.

ZOWIE, Davy; TOZE, Michael. What Is Gender Dysphoria? A Critical Systematic Narrative Review. **Transgender Health**, v. 3.1, p. 159-169, 2018. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC622591/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

ZUCCO, Luciana Patrícia; SILVA, Emilly Joyce Oliveira Lopes. Ideologia de Gênero. In: SANTOS, Vera Márcia Marques *et al.* (org.). **Dicionário de educação sexual, sexualidade, gênero e interseccionalidades**. 1. ed. Florianópolis: Editora da UDESC, 2019, p. 175-179.

O SUPER-HERÓI ESTADUNIDENSE QUE MELHOR REPRESENTA O HOMEM BRASILEIRO

Guilherme “Smee” Sfredo Miorando
Adriano Beiras

Introdução

Este estudo se desenvolve através do comportamento do consumidor e de opiniões sobre a masculinidade dos super-heróis estadunidenses pelos homens brasileiros. Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais extensa sobre os perfis de consumidores brasileiros de quadrinhos. Temos como objetivo desta análise entender qual é o super-herói estadunidense que melhor representa o homem brasileiro segundo eles mesmos. Para tanto, os resultados desta pesquisa se originam de uma pesquisa quantitativa realizada através de um formulário estruturado veiculado na internet através da plataforma *Google Formulários*.

Este questionário recebeu mais de 500 respostas, entre agosto e outubro de 2024. Foi desenvolvido em quatro partes: 1) perfil dos respondentes; 2) comportamento de consumo e hábitos dos respondentes; 3) relações entre 15 personagens, entre super-heróis e anti-heróis e 30 características relacionadas ao masculino; 4) identificação dos super-heróis através de associações com tratos da masculinidade. Este capítulo tem como base a última pergunta da quarta parte do questionário: “Qual desses super-heróis você acredita que representa melhor o homem brasileiro?”. Contudo, isso não quer dizer que outros resultados obtidos por esse questionário serão deixados de lado. Pelo contrário, ajudarão a chegar a uma conclusão para nossa indagação. Os 15 personagens e as 30 características associadas foram escolhidos levando

em conta maiores possibilidades de diferenciação de características e também a popularidade e significado desses super-heróis entre o grande público.

Sobre o perfil dos entrevistados, desenvolvemos o quadro abaixo traçando um comparativo com resultados de pesquisas que projetam categorias semelhantes referentes ao total de homens no Brasil, como o censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Em primeiro lugar, portanto, é preciso levar em conta que os homens perfazem 48,5% da população brasileira (98,5 milhões de pessoas).

Quadro 1 – Comparativo entre o universo da pesquisa e a totalidade masculina brasileira

Universo da pesquisa	População masculina brasileira
59,6% têm entre 26 a 45 anos de idade	15,15% dos homens brasileiros têm entre 26 e 45 anos
74,2% moram nas regiões Sul e Sudeste do Brasil	52,5% dos homens brasileiros moram nas regiões Sul e Sudeste
72,4% possuem Ensino Superior completo	18,6% dos homens brasileiros possuem Ensino Superior completo
69% não têm filhos	1,31 é a taxa de natalidade do Brasil em 2023
42,2% são casados	69% é a taxa de casamentos no Brasil em 2022
77,8% se consideram heterossexuais	94,8% dos homens brasileiros se consideram heterossexuais
63,2% se consideram brancos	43,5% dos homens brasileiros se consideram brancos
49% possuem uma renda entre 2 a 5 salários mínimos	A renda per capita dos brasileiros em 2023 foi de 1,3 salários mínimo
37,6% se consideram acima do peso ideal	48,5% dos brasileiros se consideram acima do peso ideal

Fonte: Pesquisa dos autores e IBGE (2022).

Dessa forma, pode-se depreender que os homens do universo da pesquisa, ou seja, os consumidores brasileiros de super-heróis alcançados pela pesquisa, são mais velhos, mais instruídos, mais solteiros, mais brancos, mais ricos do que a média brasileira. Por outro lado, se identificam menos como heterossexuais, têm menos filhos e se consideram menos acima do peso do que a média brasileira. Tendo isso em vista, é possível afirmar que o consumidor de super-heróis masculino brasileiro se encontra em uma posição de relativo privilégio social, informada por posições vantajosas de gênero, classe, raça, poder aquisitivo, idade, sexualidade, forma física e escolaridade. Esse grupo, por sua capacidade de consumo, tende a ser o público-alvo para as empresas que produzem conteúdo midiático de super-heróis e produtos relacionados.

A fim de entender os resultados da pergunta estipulada, passaremos agora a uma contextualização de algumas características relevantes na constituição do homem brasileiro, para em seguida pensar a relação dos habitantes masculinos do país com os super-heróis. Em seguida, munidos desse plano de fundo, partiremos para a análise dos resultados obtidos. Dados estes, não apenas com a pergunta específica do questionário, mas também cruzando estes resultados com outras maneiras de medir a popularidade destes super-heróis no Brasil. Não deixaremos de lado outros resultados obtidos pela pesquisa do formulário, que ajudam a compreender e a dar base para as percepções dos respondentes.

Masculinidades brasileiras contemporâneas

O *report* da pesquisa realizada pelo Instituto PdH (2019) revelou que 37% dos homens brasileiros consultados nunca tiveram uma conversa sobre o que significa ser homem. Seis entre cada dez lida com distúrbios psicológicos, mas apenas um em cada dez consulta um profissional de saúde mental. Dois em cada dez homens dizem terem tido exemplos práticos de como lidar com suas emoções. Entre os ensinamentos que os homens brasileiros consultados pela pesquisa tiveram com mais frequência durante a infância e adolescência foram elencados: a) ser bem sucedido profissionalmente (85%); b) não se comportar de modos que pareçam femininos (78%); c) ser fisicamente

forte (73%); d) ser o responsável pelo sustento financeiro da família (67%); e) não expressar minhas emoções (57%); f) dar em cima das mulheres sempre que possível (48%) (Instituto PdH, 2019).

Ao estudar o comportamento sexual do brasileiro, o antropólogo francês Jérôme Souty (2019) entendeu que as masculinidades brasileiras além de se construírem, como no resto do mundo, em oposição ao feminino, elas também se formam através de um rol de personagens arquetípicos que sevem de modelo, de antimodelo ou figura mediador: sobretudo o macho (o machão hiperviril, mas também o malandro sedutor, canalha simpático), o corno, e o veado ou bicha.

Segundo Stella Danna (2019), o termo “viado” ou “veado” teria duas possíveis origens. Ou viria de uma abreviatura dos termos “desviado” ou “transviado” e por isso a grafia com a letra “i”. Ou então se referiria ao animal com o mesmo nome, cuja denominação teria se popularizado com o filme *Bambi*, de Walt Disney, lançado em 1942. Da mesma forma teria surgido o termo “bicha” para se referir ao homossexual masculino, que viria do nome da fêmea do veado, a corça, em francês, *biche*. Segundo Danna (2019), o termo como algo pejorativo teria se popularizado na década de 1960 no Brasil.

Daniel Borrillo (2010) entende que a homofobia é, no atual contexto brasileiro e ocidental, um elemento constitutivo da identidade masculina. Isso porque a masculinidade deve ser produzida, fabricada, mais ainda, ela deve ser conquistada. A maior falha do mecanismo da masculinidade, portanto, seria fabricar um “viado”, este seria um risco que ameaçaria todo e qualquer homem. “A homofobia parece ser necessária à construção de cada indivíduo. Ela está tão arraigada na educação que, para superá-la, impõe-se um verdadeiro exercício de desconstrução das nossas categorias cognitivas” (Borrillo, 2010, p. 87). Nesse sentido, para Daniel Welzer-Lang (2001, p. 465), a homofobia pode ser definida “como a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero. A homofobia engessa as fronteiras do gênero”. Borrillo (2016, p. 17) acrescenta que a homofobia é manifestada “pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual”.

Já o corno, masculinidade brasileira de dissidência, de humilhação e de subalternidade, precisa lidar com seu oposto complementar, o Ricardão, o paquerador inveterado e amante de mulheres casadas. Enquanto que na Europa o estereótipo do *latin lover* traz conotações diversas, no Brasil, a figura do Ricardão é laudatória, enquanto o cônjuge enganado, o corno, é motivo de chacotas, o Ricardão estaria associado à imagem da malandragem que forma o modo de ser brasileiro, com “jogo de cintura” e o “jeitinho brasileiro” para enganar os cornos e se gabar de sua masculinidade.

Souty (2019) percebeu em sua pesquisa que os estilos de gênero são condensados em uma oposição binária entre atividade e passividade, em que quem penetra é o ativo e quem é penetrado é o passivo. Entendo, portanto, que a bicha e o corno seriam figuras da passividade, enquanto que o Ricardão e o macho hiperviril heterossexual seriam figuras da atividade. Essa visão se dá não por seu papel na sexualidade, mas pelo espaço periférico ou central que é conferido a essas representações e que estabelece seu valor e atuação na sociedade.

A partir dessa dicotomia ativo/passivo, pode-se também interpretar, por exemplo, a hipervalorização do sexo anal nas práticas sexuais do Brasil em comparação a outros países. prova de masculinidade, a prática anal pode revelar a natureza dominador das relações de gênero no Brasil. Para os heterossexuais masculinos, declarar ou comentar a prática anal muitas vezes faz parte do imaginário da masculinidade (Souty, 2019, p. 245).

No contexto brasileiro, conforme coloca Souty (2019), a prova da masculinidade está em trazer à tona que não se é homossexual e, principalmente, que não se é um homossexual passivo. No Brasil existe a concepção de que o homem que “come”, que penetra o outro homem, é mais macho que aquele e, portanto, pode ser assumido como heterossexual.

Souty (2019) ilustra que existe uma ideia de que o homem brasileiro e, mais amplamente, o homem latino-americano está permanentemente in-

interessado em praticar sexo. “Se o Brasil é identificado com a imagem de um ‘gigante pela própria natureza’, este induz a pensar que o corpo do brasileiro está abaixo do grandioso elemento natural e tem, como dever, representá-lo” (De Sant’anna, 2014, p. 179). O antropólogo acredita que a “voracidade sexual” é um estereótipo do brasileiro, uma vez que a sexualidade sempre teve um papel central em movimentos que tentaram explicar o caráter nacional. Essas concepções entendem que a dimensão sexual e erótica atravessa o cotidiano do país. Entretanto, o pesquisador alerta que as aparências enganam e que o Brasil não é assim tão liberal nos costumes, porque detrás do mito da voracidade sexual se esconde uma sociedade violenta e desigual também na pauta do comportamento.

O livro de Richard Miskolci (2012), *O desejo da nação*, aponta que no Brasil recém tornado República, tal vontade era a de tornar este um país de brancos, preenchendo os espaços dos campos, da cidades e dos valores culturais com levas de imigrantes vindos da Europa, mas também através de discursos políticos, médicos e literários. Tal estratégia eugenista tinha a ver com os ideais positivistas de “ordem e progresso” encravados na bandeira brasileira.

A tela reproduzida abaixo, na Figura 1, é de autoria do espanhol radicado no Brasil Modesto Brocos, chama-se *A Redenção de Cam* (1895). Ela trata do desejo da nação brasileira, a partir dos ideais difundidos pela doutrina positivista de branqueamento da população do país. Cam é um dos filhos de Noé, que foi amaldiçoado por zombar da nudez de seu pai e condenou sua descendência a se tornarem “servos dos servos”. Interpreta-se que a descendência de Cam seriam os negros, uma forma da cristandade do início da Idade Moderna de justificar o escravagismo realizado com os habitantes do continente africano à sua religião. *A Redenção de Cam* seria, portanto, a miscigenação que, ao misturar gerações de pessoas pretas com genes brancos, livraria a descendência de Cam da maldição servil. Percebe-se também que as pessoas negras representadas aqui são mulheres, enquanto os homens são brancos, numa relação de combinação de sentidos centrais e periféricos. *A Redenção de Cam* é uma pintura que reflete uma preocupação brasileira de origem positivista que se perpetua até hoje nessa sociedade.

Figura 1 – Tela A Redenção de Cam, de Modesto Brocos (1985)



Fonte: *Arteologie* (2013)¹

Esse apelo que se espalha para além das fronteiras de classe, trazendo aquilo que Patricia de Santana Pinho (2021) denominou branquitude injuriada, referente à classe média tradicional, e a branquitude aspiracional, que se refere às classes mais baixas. A branquitude injuriada se refere ao vitimismo e ao ressentimento que levou à eleição de Jair Bolsonaro. “Semelhante ao conceito de masculinidade frágil, a branquitude injuriada resulta da crise do modelo dominante devido a uma mudança no status que é uma perda real ou imaginada de poder e privilégio do grupo dominante” (Pinho, 2021, p. 131). Já a branquitude aspiracional diz respeito ao desejo de ascensão de classe e de capital simbólico das classes mais baixas, como aconteceu durante a ascensão da classe C durante os dois primeiros governos Lula. Pinho acredita que o desejo pela branquitude atua em conjunto com o medo na negritude. Durante o governo da extrema direita no Brasil, esse “desejo da nação” pode ser comprovado nas palavras do então candidato a vice-presidente do Brasil, o General

1 Disponível em: <https://journals.openedition.org/artelogie/5242>

Hamilton Mourão, quando afirmou que seu neto era bonito por ser resultado do “branqueamento da raça” (Temóteo, 2018).

Lia Vainer Schucman (2014) acrescenta que, na sociedade brasileira, os brancos se apropriam da categoria raça e do racismo para a construção de suas subjetividades. Ao entrevistar membros da sociedade paulistana, a pesquisadora entendeu que ser branco determina características morais, estéticas e intelectuais dos indivíduos. Isso faz com que grande parte da sociedade brasileira usufrua de privilégios que muitas vezes não percebe. Maria Aparecida Bento (2022) trouxe à luz o conceito do “pacto narcísico da branquitude”, uma aliança inconsciente é feita por meio de grupos que fazem com que os privilégios de uma classe social, como a da branquitude, se perpetuem e definam determinadas relações entre os membros desta sociedade.

O antropólogo Roberto DaMatta (1997) resumiu o dilema do brasileiro como um país em constante tensão entre dois tipos de comportamento: o impulso da liberdade e a obrigação de seguir regras, representadas, respectivamente, pelo malandro e pelo Caxias. Estes dois tipos humanos brasileiros oscilam entre a transgressão e a obediência, de forma que o brasileiro ora age como Caxias, ora como malandro. O malandro foge das regras sociais para sobreviver, vive de golpes, de biscates e de improvisos. Por sua vez, o Caxias, alcunha emprestada ao General Caxias, grande figura militar brasileira, é aquele que se submete às regras, às estruturas sociais e quer manter a ordem e a estabilidade. Além destas duas figuras, DaMatta (1997) apresenta uma terceira efígie que escapa desta dualidade: o renunciador. Este tipo humano seria uma espécie de santo, que se sacrifica pelos outros, se afastando das lógicas de poder e de competição, como uma resposta às tensões sociais.

O Carnaval é uma das principais festas brasileiras e também empresta sua fama à imagem que se tem do país no exterior. Durante o Carnaval, os valores são invertidos, homens se vestem de mulheres e os ricos e pobres ocupam o mesmo patamar. O comportamento relacionado à malandragem e ao Carnaval pode ser associado à cultura da zoeira. Este movimento é definido por Gabriela Monteiro Lunardi e Jean Burgess (2020) como uma forma tipicamente brasileira de quebrar barreiras sociais por meio do humor. Tal compor-

tamento se aproxima do conceito de carnavalização de Bakhtin (1999), em que as culturas das classes baixas são enaltecidas durante esse intervalo do tempo e podem ser equiparadas às elites através de piadas e brincadeiras.

As hierarquias masculinas também encontram eco na definição de masculinidade hegemônica cunhada por Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013). Assim como a virilidade, a masculinidade hegemônica é aquele modelo de masculinidade impossível de ser alcançado ou alcançado por apenas alguns homens. Afirmar que existe uma hegemonia, uma categoria que está acima de outra ou de outras, pressupõe uma estratificação. Connell e Messerschmidt (2013) então supôs que existem também a) as masculinidades cúmplices, que buscam estar no lugar ou próximas do hegemônico, buscando esse modelo como o ideal; b) as masculinidades subordinadas, como os homossexuais, que são inferiorizados pela hegemonia e também evitados e estigmatizados; e c) as masculinidades marginalizadas, que são excluídas da hegemonia em função de sua raça, etnia, casta ou classe social, como pessoas negras, nordestinas e pobres no Brasil, por exemplo.

Representações de masculinidades dos super-heróis estadunidenses no Brasil

Ao analisarmos as representações de masculinidades através dos super-heróis estadunidenses e suas repercussões no Brasil, percebemos um discurso de “remasculinização” nessas narrativas, como aponta Gabriel de Mesquita Faccini (2023) em sua análise do super-herói brasileiro *O Doutrinador, personagem* que o pesquisador inclui neste tipo de movimento. Ele chega a essa conclusão comparando a reação à hegemonia da centro-esquerda do Brasil de 2003 a 2016 com os Estados Unidos pós-Vietnã, no final dos anos 1980. Sobre essa época, Douglas Kellner (2001) chama atenção para a criação de filmes como *Rambo* e *Exterminador do Futuro 2*, reacionários e conservadores, com a promessa de trazer novos modelos viris para a reconstrução da sociedade.

Os filmes hollywoodianos têm sido um fator de influência persistente na cultura ocidental. Segundo Maria José Cumplido (2013), foi o desejo de comprar produtos para igualar na América Latina um estilo de vida esta-

dunidense como mostrado em seus filmes, algo que se refletiu mundialmente. A influência dos Estados Unidos sobre modelos de vida e comportamento no Brasil e na América Latina pode ser percebida desde as primeiras décadas do século XX, com a ascensão de Hollywood, fortalecendo-se após a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. David Harvey (2003) denomina esse movimento de “imperialismo cultural”, a promoção do modo de vida estadunidense como uma forma de influenciar outros países não apenas culturalmente, mas também nas esferas política e econômica no contexto da Guerra Fria. Esse projeto de dominação da superpotência americana se relaciona com a projeção de masculinidades em figuras relacionadas com o poder, como militares, políticos, heróis, e claro, os super-heróis. Estes discursos, que também glorificavam a luta armada, influenciavam as noções de masculinidade, relacionando a virilidade com a violência.

Por outro lado, no Brasil dos anos 1950, segundo uma tendência iniciada nos próprios Estados Unidos, passou a existir uma campanha contra a influência dos quadrinhos, fossem eles de super-heróis ou não. Essas campanhas eram fundamentadas em críticas que afirmavam que os quadrinhos exerciam más influências nos meninos leitores, desvirtuando padrões morais e de conduta. Além disso, os quadrinhos eram acusados de desnacionalizar, desvirtuar a cultura, imbecilizar, ensinar o crime, a violência e a perversão para as crianças (Irschlinger; Wruck, 2021).

Essa reação se deve aos modelos de masculinidades adotados pelo Brasil entre os séculos XVIII e XIX, importados da cultura europeia, em especial da França, que exercia muita influência cultural no nosso país desde a chegada de Dom João VI e a instauração da corte portuguesa na então colônia. Neste contexto, o tipo de homem ideal era aquele valorizado por sua capacidade intelectual e apurado senso estético, como apresentavam as publicações da época (Irschlinger; Wruck, 2021). Postura, vestuário, vocabulário e gestuais deveriam estar em consonância com as aspirações da elite europeia, que se refletiam na elite brasileira. Vale destacar que esses eram ideais que circulavam entre as elites, não estando relacionados com aspirações masculinas de outras classes sociais.

Por isso, ao se depararem com outros modelos de comportamentos para o gênero, vindos de outras camadas sociais e da lógica estadunidense, em que o *cowboy* era uma das figuras masculinas primordiais, foi provocada uma polêmica na elite brasileira. O mito da conquista da fronteira, que desempenhou papel fundamental no ideário expansionista dos Estados Unidos, continha a necessidade de ser selvagem, duro e grosseiro para driblar as adversidades impostas pela natureza e pelo homem. Esse mito forjou o modelo de masculinidade do *cowboy* e de outros aventureiros que faziam sucesso nas páginas dos quadrinhos. Essas narrativas traziam “personagens femininos e masculinos vestindo apenas diminutos pedaços de pano, arremedos de roupas, deixando pernas, braços, abdômen e até traseiros expostos”, expõem Irschlinger e Wruck (2021, p. 193), “corpos masculinos cobertos de músculos imensos e silhuetas femininas exalando sensualidade”, afirmando que, para as elites conservadoras, os quadrinhos viraram símbolo de uma espécie de educação midiática que ensinava aos meninos o que frações das classes dominantes nas sociedade daquele contexto queriam evitar.

Sólon Borges dos Reis, professor e presidente da União Paulista de Educação, apontava, nos anos 1950, os quadrinhos como ocasionadores dos “desvios do homem”. “Desvio sugere distanciamento de uma norma. Havia, portanto, um modelo de ‘homem’, de personalidade masculina, que estaria sendo deturpado pelos *comics*; receava-se que o padrão da masculinidade estivesse ameaçado” (Irschlinger; Wruck, 2021, p. 195).

O estranhamento inicial logo foi atenuado com as ações da Política de Boa Vizinhança do governo dos Estados Unidos (tendo Zé Carioca como figura de proa nas animações e nos quadrinhos do Brasil). Durante a Guerra do Vietnã, em que os Estados Unidos saíram derrotados, e se viram surgir novos modelos de masculinidades com a geração paz e amor, aquele país se viu necessitado de uma remasculinização. Assim, não apenas *Rambo* e *Exterminador do Futuro 2* lançaram projetos de hipervirilidade nos cinemas, como nos quadrinhos surgiram heróis traumatizados pela guerra como Wolverine e Justiceiro. A partir de 1986, a produção de quadrinhos de super-heróis sofreu a influência de obras como *Watchmen*, de Alan Moore e Dave

Gibbons, e *Batman: O Cavaleiro das Trevas*, de Frank Miller e Lynn Varley, que forjaram a onda dos quadrinhos “grim’n’gritty”, que numa tradução livre poderia ser lido como “cruel e durão”.

Tanto *Watchmen* quanto *Batman: O Cavaleiro das Trevas* traçaram duras críticas ao “estado policial” e à masculinização das administrações neoliberais de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, ideário refletido e potencializado nas ditaduras da América Latina. Miller e Moore tiveram influência no Brasil a ponto de instigar uma onda de publicações de “quadrinhos adultos” no país e, segundo Chris Benjamim Natal (2002), também aprimoraram sua qualidade e suas vendas. Entre 1988 e 2014, de acordo com o *site Guia dos Quadrinhos* (2024), *Watchmen* foi reeditada 10 vezes no Brasil e *Cavaleiro das Trevas*, 15 vezes.

As duas obras traziam como protagonistas heróis dilacerados por traumas e neuróticos pela imposição da ordem. Contudo, as obras foram mal interpretadas – não como uma crítica, mas um elogio à violência -, e esses (anti-) heróis, por serem protagonistas, foram tidos como modelos não apenas de masculinidade, como de conduta. O mesmo fenômeno ocorreu com Wolverine e Justiceiro que usam do subterfúgio do assassinato violento como catarse para suas frustrações e desajustes sociais.

A influência dos super-heróis no Brasil e no mundo se tornou mais intensa nas primeiras décadas do século XXI, com a onda de adaptações de filmes para o cinema baseados nas histórias dos super-heróis dos quadrinhos. Essa popularidade pode ser comprovada nos números das bilheterias, já que 40% das 10 maiores bilheterias mundiais do cinema em 2023 eram performadas por filmes de super-heróis. No Brasil, esse número mais que duplica: 70% das maiores bilheterias são de filmes super-heróicos (Miorando, 2024).

Análise e resultados da pesquisa

O questionário aplicado perguntava aos respondentes “Qual destes super-heróis melhor representa o homem brasileiro?”. As opções de resposta eram Superman, Batman, Homem-Aranha, Capitão América, Hulk, Robin, Thor, Pantera Negra, Super Choque, Demolidor, Justiceiro, Deadpool,

Wolverine, Homem de Ferro e John Constantine. Outras perguntas foram feitas, por exemplo, “Qual o super-herói mais parecido com você?”; “Qual super-herói tem o visual mais parecido com o seu?”; “Qual super-herói é o melhor exemplo do que um homem deve ser?”; “Qual destes super-heróis você gostaria de ser?”; “Com qual destes super-heróis você gostaria de parecer fisicamente?”; “Qual destes super-heróis você considera o mais popular entre os homens que você conhece?”. Estas questões também ajudam a avaliar a popularidade de alguns super-heróis estadunidenses entre os brasileiros. Como explicita o Quadro 2, abaixo, o Homem-Aranha figura como primeiro lugar em três dessas perguntas e em segundo lugar em outras três. Ele apenas não é um dos três principais resultados na pergunta sobre a aparência física.

Quadro 2 – Respostas ao questionário aplicado sobre super-heróis e masculinidade segundo o homem brasileiro

<i>Qual o super-herói mais parecido com você?</i>	<i>Qual super-herói tem o visual mais parecido com o seu?</i>	<i>Qual super-herói é o melhor exemplo do que um homem deve ser?</i>	<i>Qual destes super-heróis você gostaria de ser?</i>	<i>Com qual destes super-heróis você gostaria de parecer fisicamente?</i>	<i>Qual destes super-heróis você considera o mais popular entre os homens que você conhece?</i>	<i>Qual destes super-heróis melhor representa o homem brasileiro?</i>
Homem-Aranha (191 / 38,2%)	Homem-Aranha (190 / 38%)	<i>Superman</i> (229 / 45,8%)	<i>Superman</i> (164 / 32,8%)	<i>Superman</i> (116 / 23,2%)	Batman (272 / 54,4%)	Homem-Aranha (177 / 35,4%)
Demolidor (60 / 12%)	John Constantine (48 / 9,6%)	Homem-Aranha (79 / 15,8%)	Homem-Aranha (81 / 16,2%)	Batman (63 / 12,6%)	Homem-Aranha (75 / 15%)	Justiceiro (68 / 13,6%)
<i>Superman</i> (51 / 10,2%)	Wolverine (44 / 8,8%)	Capitão América (43 / 8,6%)	Batman (53 / 10,6%)	Thor (63 / 12,6%)	<i>Superman</i> (51 / 10,2%)	Deadpool (59 / 11,8%)

Fonte: Pesquisa dos autores.

Para corroborar as relações de popularidade do super-herói estadunidense Homem-Aranha, fomos buscar outras formas de medir esse sucesso entre os homens brasileiros. Portanto, conforme demonstra o Quadro 3, trouxemos outros dados que se relacionam com sua escolha entre os brasileiros. No *site Guia dos Quadrinhos* colhemos o número total de edições de quadrinhos publicados no Brasil. Nesta contagem, o Homem-Aranha fica em quarto lugar, uma vez que ele aportou no nosso país no final dos anos 1960, enquanto que os personagens acima dele no ranking, Superman, Batman e Capitão América, vieram para o país entre os anos 1930 e 1940, tendo uma vantagem de pelo menos vinte anos de publicações com o Aranha.

Contudo, o Homem-Aranha se destaca sendo o super-herói mais buscado na internet brasileira, tendo o filme com maior bilheteria no Brasil e também tendo sua figura esculpida nas *action figures* mais vendidas no *site* de compras *on-line*, *Amazon*, em sua versão que distribui produtos no território brasileiro. Dessa forma, os números que poderiam ser relacionados ao marketing do personagem Homem-Aranha também estão coadunados com as percepções do homem brasileiro colhidas através de nosso questionário online.

Ainda, segundo Gustavo Vícola (2025), a revista do Homem-Aranha, na Editora Brasil-América (EBAL), entre os anos 1960 e 1980 vendia mais do que a maioria dos super-heróis, numa circulação de 100 mil exemplares contra uma média de 75 mil exemplares dos outros heróis. Segundo o *site PubliPanini*, já extinto, no ano de 2004, a revista do Homem-Aranha tinha uma tiragem de 50 mil exemplares contra 20 mil exemplares das demais publicações (com exceção de Batman e X-Men). Vale dizer que este é o número de unidades impressas e não o de unidades vendidas.

Quadro 3 – Análise dos dados colhidos sobre a popularidade dos heróis

Total de edições de quadrinhos publicados no Brasil ²	Super-heróis mais buscados na internet ³	Maiores bilheteiras nos cinemas do Brasil ⁴	Action figures mais compradas na Amazon Brasil ⁵
Superman (4273)	Homem-Aranha (3350000)	Homem-Aranha (US\$ 323 mi)	Homem-Aranha
Batman (4212)	Hulk (1000000)	D e a d p o l / Wolverine (US\$ 157 mi)	Capitão América
Capitão América (2057)	Batman (673000)	Capitão América (US\$ 144 mi)	Homem de Ferro
Homem-Aranha (2342)	Superman/ Thor (368000)	Pantera Negra (US\$ 135 mi)	Hulk
Hulk (1321)	Homem de Ferro (301000)	Superman (US\$ 133 mi)	Batman

Fonte: Pesquisa dos autores.

A pesquisa a respeito do super-herói estadunidense que melhor representa o homem brasileiro trouxe três resultados principais. Pode-se perceber no Quadro 4 que em primeiro lugar está o Homem-Aranha (35,4% das respostas), superando de longe o segundo e terceiro lugar. O Homem-Aranha se relaciona com o estilo de brasilidade estipulado por DaMatta (1997) como o renunciador, uma vez que ele deixa de lado suas necessidades para resolver os problemas alheios, e com a masculinidade marginalizada (e até mesmo com a subalterna), já que o personagem está sempre endividado e, portanto, é um homem pobre.

2 Conforme o site *Guia dos Quadrinhos*: www.guiadosquadrinhos.com.br. Acesso em: 4 maio 2025.

3 Conforme o mecanismo de verificação de buscas *Wordstream Free Keyword Tool* <https://www.wordstream.com/keywords>, um serviço de melhoria de SEO (Search Engine Optimization). Acesso em: 23 mar. 2023.

4 Conforme números colhidos nas páginas da *Wikipédia* referentes aos últimos filmes de cada super-herói até 4 de maio de 2025.

5 Conforme o site www.amazon.com.br. Acesso em: 4 maio 2025.

O fato de lidar com as dívidas também é encontrado em um personagem relacionado com o brasileiro, o Zé Carioca (Miorando, 2025, no prelo). Contudo, o modelo damatiano do papagaio da Disney se relaciona essencialmente com o arquétipo do malandro. Essa forma de lidar com as poses materiais, essa dependência econômica de um modelo superior também se reflete na marginalização da masculinidade, que é estratificada, deixando, assim como no modelo econômico, também no modelo masculino, o brasileiro na base desta pirâmide. Entrevistamos por *e-mail* especialistas brasileiros em super-heróis para corroborar estas suposições. Toni Rodrigues, publicitário, professor e pesquisador, autor do livro *Splash!: Uma história da publicidade em quadrinhos!* (2025a), trouxe o seguinte depoimento:

Por que ele se tornou popular? Primeiro, o desenho animado (que teve 3 temporadas, num total de 52 episódios) foi um grande alavancador do personagem por aqui. Segundo, as histórias eram boas. Você vê nas seções de cartas das revistas da Ebal, gente reclamando dos desenhos, mas nunca das histórias. Além disso, creio que boa parte do sucesso vem do fato de Aranha ser realmente o personagem da Marvel mais humanizado de todos na época. Tony Stark era cardíaco, mas era milionário. Cientista com superpoderes, mesmo que virasse monstro, não era novidade. Namor era um príncipe. Thor era um deus. O Capitão América era um homem fora do seu tempo, mas era um grandalhão bonitão. Ou seja, mesmo com suas falhas, todos eram, no fundo, super. Peter Parker era um estudante POBRE, que se ferrava o tempo todo nas histórias. Nenhum herói era assim. Nenhum (Rodrigues, 2025b).

Também foi entrevistado pelos autores deste artigo através de *e-mail*, Gustavo Vícola (2025a), que foi editor-chefe da primeira e única revista periódica dedicada aos super-heróis no Brasil, a *Mundo dos Super-Heróis* (2006-2023), da Editora Europa. Ele também acredita que a predileção do brasileiro pelo Homem-Aranha tenha a ver com a forma bem-humorada com que ele lida com suas dificuldades sociais, e que usaria, nas suas histórias, uma es-

pécie de “jeitinho brasileiro”. Vícola (2025b) adiciona que enquanto o Homem-Aranha estampou doze capas da Revista *Mundo dos Super-Heróis*, tornando-se uma aposta certa, o Justiceiro só figurou uma vez na capa, enquanto o Deadpool emplacou duas capas da publicação apenas.

Quadro 4 – Relações entre os principais super-heróis relacionados com o homem brasileiro e seus estilos de masculinidades

Super-Herói	Homem-Aranha (177) 35,4%	Justiceiro (68) 13,6%	Deadpool (59) 11,8%
Principais características masculinas associadas a pelos respondentes da pesquisa aos personagens	Trabalhador Sensível Emotivo Corajoso Carinhoso	Agressivo Cruel Desequilibrado Determinado Arrogante	Fanfarrão Desequilibrado Competitivo Agressivo Infantil
Tipos condensados de homem brasileiro, segundo Roberto DaMatta	Homem batalhador que se sacrifica pelos demais e ainda assim está sempre devendo. O santo, o renunciador.	Homem durão e reacionário associado às figuras-modelo regionais. Segue a ordem. O Caxias.	O bufão e o malandro, produtos da cultura da zoeira brasileira, aquele que tudo pode porque está no reino do humor
Hierarquia masculina segundo Raewyn Connell e James Messerschmidt	Marginalizada	Hegemônica	Subalterna

Fonte: Pesquisa dos autores.

Acreditamos que o Justiceiro, que segue uma moral e uma ética questionáveis, que se alinha a uma masculinidade hegemônica e que se revela como, apesar de seus desvios, um homem que pensa na lei do “olho por olho, dente por dente”, um Caxias, que pretende levar a cabo sua missão, sem medir as consequências. O Justiceiro é um personagem muito popular com a extrema di-

reita brasileira, tendo inspirado personagens como O Doutrinador. É possível que ele tenha sido escolhido tendo em mente o indivíduo alinhado com os valores dessa “guinada à extrema direita” que o Brasil sofreu nas eleições de 2018, onde um dos lemas do candidato então eleito presidente, Jair Bolsonaro, era “bandido bom é bandido morto”, nada longe do *modus operandi* do Justiceiro.

Já o Deadpool, que é um personagem que quebra as regras da própria narrativa, extrapolando a “quarta parede”, que está sempre fazendo piadas e que não leva nada a sério, se relaciona com a zoeira, o Carnaval e a ma-landragem. Ele apresenta um modelo de masculinidade subalterna, segundo Connell e Messerschmidt (2013), flertando com traços de homossexualidade, mas nunca se assumindo como tal. Tanto Deadpool quanto Justiceiro se apoiam na hiperviolência, mas a feiura de Deadpool, cheio de cicatrizes de batalha e de um câncer incurável, o aproxima de um diálogo com elementos *queer*, quebrando as lógicas hegemônicas de idealização de beleza, sociais e masculinas. Deadpool se relaciona com o brasileiro em sua zoeira, na carnavalização da vida como uma alternativa para o sofrimento.

Já para o Justiceiro, Vícola (2025a) acredita que ele foi identificado graças à corrupção e à inação do Estado e das leis que, na falta de uma atitude mais contundente, é substituído pela ação dos indivíduos, para fazer uma espécie de justiça, como nas milícias espalhadas pelo país. Quanto ao Deadpool, Vícola (2025a) acredita que seja um resultado das ações de marketing do filme *Deadpool & Wolverine* (2024) que fizeram com que o personagem estivesse em voga. O editor completa que “Portanto, enquanto o Homem-Aranha representa uma forma bem-humorada, cívica e mais humana em lidar com as dificuldades, o Justiceiro representa o lado escuso de lidar com as mesmas situações. De certa forma, eles são lados opostos da mesma moeda” (Vícola, 2025a).

Contudo, ainda cabe um adendo. O Homem-Aranha também pode ser identificado, apropriado e traduzido como uma figura da extrema direita e do bolsonarismo. Prova disso é a presença de um “Homem-Aranha Verde e Amarelo” nas manifestações na Avenida Paulista, em 25 de fevereiro de 2024, depois da posse de Luiz Inácio Lula da Silva em seu terceiro mandato, como

demonstra a Figura 2. Isso demonstra que, apesar do “vermelho” e da classe trabalhadora, o personagem também faz sucesso com os opostos destes sentidos.

Figura 2 – Homem-Aranha verde e amarelo nas manifestações de 24 de fevereiro de 2024



Fonte: *Diário do Brasil* (2024).⁶

Considerações finais

Os resultados do questionário da internet aplicado aos mais de quinhentos respondentes renderam e vêm rendendo diversos artigos acadêmicos pensando a relação dos brasileiros com os super-heróis estadunidenses através de diferentes vieses. Neste artigo pudemos apresentar como o brasileiro enxerga a si mesmo e os outros que formam sua nação através do reflexo dos super-heróis estadunidenses. É curioso como para entender as expectativas de masculinidades que se relacionam ao brasileiro, o respondente precisa não apenas pensar na sua própria masculinidade, mas também naquela exercida pelos demais homens que o circundam. Portanto, temos ao mesmo tempo uma reflexão sobre identidade e sobre alteridade quando os homens brasilei-

6 Disponível em: https://diariodobrasilnoticias.com.br/noticia/homem-aranha-vermelho-no-ato-realizado-na-paulista-no-ultimo-domingo-25-personagem-chamou-atencao-pelas-cores-que-fo-gem-do-padrao-do-tradicional-veja-video-65dc701022e45#google_vignette. Acesso em 12 nov. 2025.

ros precisam escolher um super-herói. Levando isso em conta, acreditamos que o Homem-Aranha foi um herói escolhido no sentido do que o brasileiro pensa sobre si mesmo e o Justiceiro e o Deadpool como aquilo que o brasileiro pensa dos seus concidadãos.

Por acaso esses três personagens trazem três modelos bem diferentes de masculinidade que se relacionam com os três tipos de brasileiros (homens, mulheres ou não) elencados pelo antropólogo Roberto DaMatta (1997) (abnegado, caxias e malandro). As características relacionadas com eles, também resultado da mesma pesquisa, revelam que estão também relacionados a três tipos de masculinidades trazidos pela teoria de Connell e Messerschmidt (2013) (marginalizado, hegemônico e subalterno). Este resultado, mescla de identidade e alteridade, bem como de reflexão sobre as características nacionais, é outra corroboração de como o Brasil é um país feito de complexidades e de contradições.

Estudos posteriores a este artigo poderão se utilizar destes dados para pensar como o imperialismo cultural estadunidense influencia nas nossas noções de brasilidade e de masculinidades brasileiras. Também poderão pensar como o brasileiro se relaciona com as masculinidades apresentadas pelos super-heróis através do viés da “síndrome do vira-lata”, também desenvolvida por Roberto DaMatta (1997). Esperamos ter munido pesquisadores futuros de dados e reflexões que gerem novos trabalhos relacionando masculinidades, super-heróis e a identidade do homem brasileiro.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAMBI. Direção: David Hand et al. Burbank, California, EUA: Walt Disney Productions, 1942. 1 filme (aprox. 70 min), son., color.

BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um pensamento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014> . Acesso em: 12 nov. 2025.

CUMPLIDO, María José. American way of life: cambios de las masculinidades en Chile a partir de la influencia norteamericana 1920-1935. **Revista Punto Género**, n. 3, p. 9-25, nov. 2013. Disponível em: <https://revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/30264>. Acesso em: 12 nov. 2025.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANNA, Stela. Sapatao, bicha, viado: os possíveis motivos para chamarem LGBTs assim. [Entrevista cedida a] Marcelo Testoni. **UOL**. 24 abr. 2019, Universa. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/24/sapatao-bicha-viado-os-motivos-possiveis-para-chamarem-lgbts-assim.htm>. Acesso em: 30 jun. 2025.

DE SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

DEADPOOL & WOLVERINE. Direção: Shawn Levy. Burbank, CA: Marvel Studios; 20th Century Fox; Maximum Effort; TSG Entertainment; 21 Laps Entertainment, 2024. Filme (128 Min.).

DOUTINADOR, O. Direção: Gustavo Bonafé e Fabio Barreto. São Paulo: Paris Filmes; Downtown Filmes, 2018. Filme (108 Min.).

FACCHINI, Gabriel de Mesquita. Virilidade vigilante: a HQ O doutrinador e a insurgência do masculinismo brasileiro. **Iberical: revue d'études ibériques et ibéro-américaines**, n. 23, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/iberical/1083#bodyftn22>. Acesso em: 12 nov. 2025.

GUIA DOS QUADRINHOS. Disponível em: <https://www.guiadosquadrinhos.com.br>. Acesso em: 23 dez. 2024.

HARVEY, David. **El nuevo imperialismo**. Madrid: Akal, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO PDH. **O silêncio dos homens**: uma pesquisa com mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil. São Paulo: Instituto PdH, 2019.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar; WRUCK, Jefferson. Os temíveis homens de papel: histórias em quadrinhos e masculinidades no Brasil (1900-1960). **Akrópolis: Revista de Ciências Humanas**, v. 29, n. 2, p. 185-200, 2021. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/8503/4173>. Acesso em: 12 nov. 2025.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. São Paulo: Editora da USC, 2001.

LOTIERZO, Tatiana; SCHWARCZ, Lilia. Raça, gênero e projeto branqueador: a redenção de Cam” de Modesto Brocos. **Artelogie**, n.5, n. p., 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/artelogie/5242>. Acesso em: 12 nov. 2025.

LUNARDI, Gabriela Monteiro, BURGESS, Joan. “É zoeira”: as dinâmicas culturais do humor brasileiro na internet. In: CHAGAS, Viktor. (org.). **A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital**. Salvador: Editora da UFBA, 2020, p. 427-458.

MIORANDO, Guilherme Sfredo. Malandro é malandro e o Zé é o Zé: a malandragem de Zé Carioca como representante do homem do Rio de Janeiro e do Brasil “para inglês ver”. **Revista Cajueiro**, v. 5, n. 1, p. 1-34, 2025.

MIORANDO, Guilherme Sfredo. **Mitos, messias e salvadores da pátria: sentidos de masculinidade em memes de super-heróis usados no bolsonarismo**. 2024. 322f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2024.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

NATAL, Benjamin Chris. Literatura visual: influências qualitativas e quantitativas de Moore e Miller no quadrinho adulto publicado no Brasil. In: INTERCOM. CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO. 25, 2002, Salvador. **Anais eletrônicos [...]**, Salvador: 2002.

PINHO, Patrícia de Santana. “A casa grande surta quando a senzala aprende a ler”. Resistência antirracista e o desvendamento da branquitude injuriada no Brasil. **Confluente: Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 13, n. 1, p. 32-55, 2021. Disponível em: <https://confluenze.unibo.it/article/view/13085>. Acesso em: 12 nov. 2025.

RODRIGUES, Toni. **Entrevista sobre super-heróis no Brasil**. Destinatário: Guilherme Smee Miorando, 24 jun. 2025b. [mensagem eletrônica].

RODRIGUES, Toni. **Splash! Uma História da Publicidade em Quadrinhos!** São Paulo: Ucha Editorial, 2025a.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SOUTY, Jérôme. **Motel Brasil: uma antropologia contemporânea**. Rio de Janeiro: Telha, 2019.

TEMÓTEO, Antonio. General Mourão cita “branqueamento da raça” ao falar que seu neto é bonito. **UOL**, 6 out. 2018, Eleições. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/06/mourao-cita-branqueamento-da-raca-ao-falar-que-seu-neto-e-bonito.htm>. Acesso em: 30 jun. 2025.

VÍCOLA, Gustavo. **Entrevista sobre o Homem-Aranha no Brasil**. Destinatário: Guilherme Smee Miorando, 30 jun. 2025a. [mensagem eletrônica]

VÍCOLA, Gustavo. Na teia (brasileira) do Aranha. **Soc Tum Pow**, 16 jun. 2025b. Disponível em: <https://gustavovicola.substack.com/p/na-teia-brasileira-do-aranha>. Acesso em: 30 jun. 2025.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>. Acesso em: 12 nov. 2025.

RESISTÊNCIAS E (RE) EXISTÊNCIAS QUEER

José Augusto Simões de Miranda
Débora de Carvalho Figueiredo

“Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito desviante — homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ e muito menos ‘tolerado’. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro nem o quer como referência; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre lugares’, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina”

(Louro, 2004, p. 8).

Palavras de convite

Quando falamos em movimentos sociais, é importante entendermos questões históricas que nos ajudam a contextualizar o surgimento desses movimentos e suas relações com outros movimentos e eventos históricos. Na década de 1960, surgiram formas significativas de resistência às violências contra a comunidade LGBT, como o grupo *Nuestro Mundo*, fundado em 1967 na Argentina; a rebelião de *Stonewall*, ocorrida na cidade de Nova York (EUA), em 28 de junho de 1969 — esse evento serviu de base para o movimento LGBTQIAPN+ no mundo inteiro, gerando o que chamamos hoje

de Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+¹ —; a *Frente de Liberación Homossexual* em 1971, no México, entre outras.

No Brasil, o ano de 1978 representou um marco fundamental na história do movimento LGBTQIAPN+ com a criação do ‘Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)’ e o coletivo ‘Somos — Grupo de Afirmação Homossexual’, além do ‘*Lampião da Esquina*’, primeira publicação de um jornal de abrangência nacional, conduzida pela imprensa alternativa e produzida por homossexuais para homossexuais (Quinalha, 2018).

Em 1979, lésbicas feministas criaram um subgrupo dentro do ‘Somos’, intitulado ‘Grupo de Ação Lésbico-Feministas’ (ou LF) a fim de ter independência sobre o poder masculino exercido por homossexuais na época e, mais tarde, em 1980, retiraram-se de forma definitiva do coletivo e mudaram o nome do LF para ‘Grupo de Ação Lésbica Feminista — Galf’, tudo no feminino (Fernandes, 2018).

De acordo com Fernandes (2018), em 1981, o ‘*Chanacomchana*’, primeiro boletim lésbico no Brasil, foi lançado pelo Galf e circulou até 1987. A autora relata que, em 23 de julho de 1983, integrantes do grupo vendiam o boletim no Ferro’s Bar, no Centro de São Paulo, mas foram expulsas e proibidas de frequentar o local, que era um dos principais pontos de encontro de lésbicas da cidade. Fernandes (2018) explica que, diante desse autoritarismo, em 19 de agosto do mesmo ano, as lésbicas invadiram o bar em protesto, em um episódio que ficou conhecido como o ‘pequeno *Stonewall* brasileiro’. Ainda, segundo a autora, esse ato político foi coordenado por Rosely Roth, que mobilizou a imprensa, gays, lésbicas, feministas, políticos e defensores dos direitos humanos, e levou o dono do Ferro’s Bar a recuar e permitir a venda do boletim, caracterizando uma vitória para o movimento lésbico no país.

Nos anos 1980, a epidemia do HIV/AIDS entrou em cena no mundo e o Brasil não ficou imune a ela. Ironicamente, como Quinalha (2018) argumenta,

1 Neste trabalho, apesar de fazermos uso da sigla LGBTQIAPN+, é importante estarmos atentos/as ao tempo histórico. Por exemplo, por muito tempo esse grupo social foi representado por homossexuais/gays, e esse termo era frequentemente recorrido. Conforme avanços ocorreram, outras pessoas disidentes de gênero e sexualidades ganharam visibilidade e os termos mudam, acompanhando esses avanços.

a população LGBTQIAPN+ ganhou maior visibilidade (em nível ‘identitário’) de forma positiva — pela atenção pública a esse grupo social, pois ninguém mais poderia negar sua existência — e negativa — com a reprodução do estigma, associando homossexuais ao HIV/ AIDS.

Nos anos 1990, Quinalha (2018) aponta o surgimento de novas frentes de integração (e cooptação) relacionadas à população LGBTQIAPN+. Por exemplo, surge um nicho de mercado e uma suposta respeitabilidade para uma parcela dessa população — homossexuais economicamente privilegiados, quando o *pink money* é destacado.

No entanto, a população LGBTQIAPN+ não se reduz/ia a homens gays, cis, brancos, de uma classe social privilegiada. E essa mesma ‘respeitabilidade’, observada como uma ‘moeda de troca’, não se estendia a outros corpos dissidentes, como LGBTs pobres, pretos, mulheres, transexuais. Uma prova disso é o alarmante número de assassinatos desses grupos sociais por crimes de ódio, fazendo do Brasil o país que mais mata a população LGBTQIA+ no mundo (Grupo Gay da Bahia, 2022).

Desse modo, com a introdução de conceitos como ‘transexualidade’ e ‘transgeneridade’ no contexto brasileiro, e a disseminação da teoria *queer* [assim como a própria epidemia do HIV/AIDS] durante as últimas décadas do século XX, vê-se um outro olhar para os movimentos e lutas que envolvem a população LGBTQIAPN+ (Jesus, 2018). Esse olhar se destaca por atravessar desde a contestação de identidades fixas e essencializantes até a tentativa de redução de força do Estado para decisões de ordem subjetiva, por exemplo.

Quando falamos em *queer* dentro das esferas social, política e intelectual, podemos pensar em uma apropriação e ressignificação de um termo pejorativo comumente utilizado para ofender pessoas dissidentes de gênero e sexualidades, que é transformado em diferentes formas de resistências. Em outras palavras, a população LGBTQIAPN+ e pesquisadores/as da teoria *queer* mantiveram o termo e criaram significativas potências com suas pautas e propósitos.

Louro (2004) argumenta que, em um primeiro momento, o termo *queer* funcionou como uma espécie de expressão guarda-chuva, utilizada para acomodar todas as pessoas dissidentes de gênero e sexualidades. No entanto, dentro desses grupos havia divisões que criavam identidades fixas sobre o que é ser homossexual, por exemplo, legitimando determinados modos de ser gay e, consequentemente, deslegitimando outros. Ou seja, havia relações de poder dentro dessas divisões. Assim, Louro (2004) afirma que o termo *queer* pode ser compreendido como um espaço da diferença que não deseja se adaptar para ter aceitação social e que contesta qualquer tipo de normatização, seja dentro ou fora do mundo heterossexual e, portanto, pode ser compreendido como tudo que é estranho, subversivo, fora da norma e dissidente.

Portanto, enquanto os movimentos LGBTQIAPN+ esperavam que as pessoas se adaptassem a um ‘viés essencialista’ de identidade para que fossem aceitas (Moita Lopes *et al.*, 2022), em que há uma busca de ideais atravessados pelos campos estético, psicológico (de felicidade), da saúde, de comportamentos, de relacionamentos, se estendendo ao vestuário e a outras materialidades produzidas por sociedades capitalistas avançadas, os movimentos *queer* estavam muito mais interessados na crítica às exigências sociais, aos valores hegemônicos do que e como se caracterizam a abjeção, a vergonha e o estigma, assim como as convenções culturais — dessa forma, buscando o desafio da mudança social. Como afirma Miskolci (2015, p. 17), “[...] é assim que surge o *queer*, como reação e resistência a um novo momento biopolítico instaurado pela AIDS”. Os movimentos *queer* também criticaram uma parte da comunidade gay que seguia os ideais do capitalismo estadunidense pois, supostamente, pertencia a grupos sociais heteronormativos, compostos por pessoas brancas de uma classe social privilegiada, e que excluía discussões sobre gênero e sexualidades (Lima, 2021).

Assim, apesar das diversas conquistas realizadas por movimentos LGBTQIAPN+ ao longo da história, com o intuito de conquistar o respeito para esse grupo social, muitas dessas pessoas eram marcadas por valores de uma classe média branca e letrada (Miskolci, 2015) e os movimentos *queer* vieram para mostrar que o gay padrão, de classe média alta e com emprego

estável — que acreditava compor a sociedade cis-heteronormativa —, logo foi visto como abjeto com o surgimento da epidemia do HIV/AIDS (Lima, 2021).

No final dos anos 1980 e com maior força no início dos anos 1990, os estudos *queer* buscaram teorizar todas essas questões e problematizar ideais de corpos dissidentes de gênero e sexualidades aliados ao neoliberalismo, assim como identidades vistas como ‘naturais’ e fixas de quaisquer corpos. Dessa forma, tanto os movimentos como a teoria *queer* se caracterizam por se oporem a ‘legislação’ de identidades essencializantes, assim como por contestarem o regime político da heterossexualidade (Butler, 2022).

Diante do exposto, essa pesquisa² tem como objetivo problematizar discursos de comentários a uma postagem do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) no *Instagram*, referente ao orgulho LGBTQIAPN+. Após apresentarmos alguns movimentos (sociais) contemporâneos e a chegada dos movimentos e da teoria *queer* como uma proposta de lutas política, social e intelectual, na próxima seção abordamos alguns conceitos discutidos por pesquisadores/as da teoria *queer*, assim como problematizamos o regime político da heterossexualidade, que exclui corpos que não podem viver de acordo com esses ideais. Posteriormente, analisamos seis comentários sobre uma postagem, onde há um vídeo explicativo, do MDHC no *Instagram*³, referente ao orgulho LGBTQIAPN+. Na sequência, discutimos formas de resistências que são alinhadas aos movimentos e a teoria *queer*. E por fim apresentamos as considerações finais do presente estudo.

Por uma sociedade ‘pós-sexo’

Quando falamos em sexo, o senso comum rapidamente remete à biologia e aos órgãos genitais (de nascimento) de uma pessoa. A partir dessa pers-

2 Na presente pesquisa, recorremos a teorias originalmente do norte global, como a Teoria *queer* e a Análise Crítica do Discurso, que repercutem em contextos latino-americanos, particularmente no Brasil, impulsionando discussões a partir dessas referências e trazendo problematizações relacionadas ao contexto social, político e cultural local.

3 O link da postagem se encontra no seguinte endereço eletrônico: <https://www.instagram.com/reel/DKKCRr7Oea4/>. Data de acesso: 12/11/2025.

pectiva, ao longo da história comumente observamos duas opções — masculino *ou* feminino. Percebam que aqui colocamos uma conjunção *alternativa* em vez de uma conjunção *aditiva*. Desse modo, destacamos uma dualidade e um binarismo que estão relacionados a categorias de identidade que serão exploradas ao longo deste texto.

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo dentro da perspectiva do discurso biomédico, há outros grupos de pessoas, como pessoas intersexo, por exemplo, que não se encaixam no binarismo masculino *ou* feminino. Aqui já vemos ansiedades emergirem, e uma prova disso são as diversas violências, seja por meio de cirurgias ou de práticas psicológicas, que pessoas pertencentes a esse grupo social foram submetidas ao longo da história. Ou seja, nossa sociedade mostra uma necessidade de binarismos que atravessam diferentes esferas, uma delas relacionada ao gênero e às sexualidades.

Apesar de sua diferença constitutiva, os sexos são desenvolvidos a partir de categorias pertencentes à ordem natural, não levando em conta as relações sociais (Wittig, 2022). A autora argumenta que esse pensamento esconde a perspectiva política e compulsória da categoria sexo, como se essa categoria de dominância existisse antes da sociedade, enquanto o que acontece é o contrário. Desse modo, essa categoria é de dominância social e não natural, assim como o discurso hegemônico que a permeia. Em outras palavras, dentro dos discursos que governam a categoria sexo, vemos pressuposições (invisíveis) que não contestam suas relações de poder, pois estamos falando em ‘saberes científicos’, e o discurso biomédico é protagonista na condução de ‘verdades’ relacionadas à categoria sexo.

Partilhamos dos argumentos de Wittig (2022) quando ela afirma que, por mais que haja diferenças entre os sexos, essas diferenças não deveriam ser reproduzidas discursivamente com o intuito de manter relações assimétricas de poder. Em vez disso, Wittig (2022) sustenta que é preciso imaginar ‘os sexos’ como ‘relações horizontais’, sem qualquer tipo de representação discursiva.

Ao observarmos o mundo social (ocidental e contemporâneo), não há um olhar neutro para uma pessoa que nasce do ‘sexo masculino’, e sobre o que isso significa nesse mundo social, por exemplo. Rapidamente, a categoria sexo é remetida à categoria gênero (que discutiremos a seguir) e às sexualidades e isso tem impactos profundos ao longo da vida social de pessoas que estão do lado desprivilegiado dessas relações assimétricas de poder, como mulheres. Além disso, há divergências e incoerências com relação ao que o discurso biomédico apresentou (e ainda apresenta em alguns contextos) ao longo da história como verdadeiro, e que afeta a população LGBTQIAPN+. Por exemplo, apenas em 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) deixou de ver a homossexualidade como doença e apenas muito recentemente, em 2018, houve a resolução da retirada da transexualidade como doença pela OMS.

Ainda, a categoria sexo é fundada dentro da heterossexualidade, pois ela determina o ‘natural’ a partir da sociedade heterossexual (Wittig, 2022). Nesse sentido, a autora argumenta que essa categoria é totalitária, uma vez que a partir de suas inquisições, tribunais, terrores, torturas, mutilações e execuções, a heterossexualidade regula toda uma sociedade, seu modo de pensar, assim como outras categorias que são criadas a partir dela e ligadas a ela. Para a autora, a única forma de pensar fora da categoria sexo — a fim de que retiramos certos corpos de um lugar de abjeção e violência — é a partir de sua destruição de caráter sociológico. Ou seja, ao destruir a categoria sexo, a categoria gênero deixa de existir e todos os atributos sociais, políticos, ideológicos, e culturais relacionados ao regime político da heterossexualidade também são extintos. Após essa destruição, poderemos então imaginá-la sem suas atribuições linguísticas, discursivas e semióticas, e recriá-la a partir de outro local discursivo, quando rearticulamos novas hegemonias discursivas (Fairclough, 2019).

O gênero e o fantasma da cultura

Como mostramos anteriormente, há uma linha tênue entre as categorias sexo e gênero, uma vez que estão inter-relacionadas. Em outros termos, ao falarmos de uma pessoa que nasce do sexo masculino, essa pessoa já é discursivamente associada ao gênero fixo (e essencializante) masculino (Butler,

2003), mesmo antes de nascer. Nesse sentido, há todo um repertório discursivo, enraizado ao longo de anos de história, com expectativas de que esse corpo ‘masculino’ siga determinados atributos culturais relacionados a comportamentos, relacionamentos, vestuário, e tantas outras semioses internalizadas ao longo de sua vida social.

De acordo com Wittig (2022), o gênero é o indexador linguístico da oposição política entre os sexos, ou seja, é a imposição do sexo na linguagem, e se constitui dentro do regime político da heterossexualidade. Essa imposição não só oprime a população LGBTQIAPN+, mas também mulheres e algumas categorias de homens heterossexuais, como homens pretos, pobres, imigrantes, deficientes, entre outras identidades marginalizadas.

Percebemos que o fundamento da sociedade heterossexual pressupõe determinadas práticas sociais discriminatórias e/ou conservadoras, como a reprodução do machismo, da LGBTfobia, da misoginia, da defesa da família, do combate à ‘ideologia de gênero’, entre outras violências observadas no mundo contemporâneo. E todos esses discursos muitas vezes são reproduzidos por meio de pressuposições [invisíveis] (Fairclough, 2003). Desse modo, esses discursos falam sobre nós — assim como nos impedem de falar, por meio de opressões — e pressupõem ‘verdades’ a partir de um campo apolítico, como se a linguagem pudesse escapar do político (Wittig, 2022).

Segundo Wittig (2022), o regime político da heterossexualidade reforça a busca pela ‘verdade’ sobre o gênero, com todas suas atribuições culturais e reproduções discursivas. Além de seu caráter opressor, esse regime se destaca pelo desenvolvimento de uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, dos relacionamentos, além de universalizar conceitos particulares e legislar em diferentes níveis sobre os corpos.

Portanto, a tentativa de eliminação de possibilidades criativas é primordial para a sobrevivência da heterossexualidade como regime político. Em outras palavras, mesmo que uma pessoa não seja heterossexual, há expectativas sociais, culturais e discursivas que a fazem se aproximar da heterossexualidade e de suas normas, que podemos chamar de heteronormatividade. Por exemplo,

a construção da família — por meio de relacionamentos afetivos e monogâmicos, exclusivamente entre duas pessoas —; a forma de se vestir — com peças e cores pré-estabelecidas: vestidos, saias, ternos, cores azul, rosa, roxo etc. —; brincadeiras e jogos — carrinho, boneca etc. —; entre tantas outras semioses observadas no mundo social (ocidental e contemporâneo). Assim, espera-se que todas as pessoas sejam héteros em alguma medida, e quanto mais as pessoas se afastam da heteronormatividade, mais estarão em um lugar de abjeção, onde são ‘deixadas ou feitas’ para morrer (Foucault, 2010; Mbembe, 2018), seja de forma material ou social.

Ainda nessa linha de argumentação, é importante destacar que a definição da heterossexualidade como única sexualidade reprodutiva normal, com características patriarcais de paternidade e biopolíticas de maternidade, mostra-se ultrapassada diante de uma multiplicidade de técnicas de gestão de reprodução: paternidade trans, pílula contraceptiva, do dia seguinte etc. (Preciado, 2022). Portanto, o regime político da heterossexualidade é um anacronismo oportunista, provindo de ressentimentos e discursos de ódio, com o intuito de invisibilizar corpos dissidentes de gênero e sexualidades, permitindo que uma sociedade ou cultura decida o que é verdadeiro ou falso para a ‘humanidade’.

Com relação a essas ‘verdades’, podemos pensar na ordem do discurso vigente. Por exemplo, discursos que são produzidos em determinadas épocas e sociedades são rapidamente legitimados e trazidos para o campo da verdade (muitas vezes com o respaldo da ciência), enquanto outros são rapidamente silenciados por meio de diferentes estratégias, que vão desde deboches até outros tipos de violências, como foi o caso do termo *queer* apresentado no início do texto. Esse termo foi usado, inicialmente, para mostrar que determinadas vidas existiam, mas não eram dignas de serem vividas, eram menos ou não humanas, marcando a entrada em cena da biopolítica e da necropolítica (Foucault, 2010; Mbembe, 2018). Assim, diferentes semioses a que a comunidade LGBTQIAPN+ recorre para se expressar, foram/são constantemente silenciadas e, novamente, o deboche e a ridicularização são estratégias para apa-

gar outros modos de ser, com base em pressuposições [invisíveis] (Fairclough, 2003), por exemplo.

Quando falamos em gênero, é importante ressaltar que estamos falando em cultura em vez de ‘natureza’. Butler (2003) argumenta que a cultura trabalha como um conjunto de ‘leis’ e regras fixas, fazendo com o que o gênero seja concebido de forma determinista, com um destino tão fixo como o sexo, o destino biológico.

Nesse sentido, podemos pensar nas culturas ocidentais. Por exemplo, por muito tempo ser LGBTQIAPN+ foi considerado um crime em muitos países que hoje são vistos como desenvolvidos. Esse grupo social era visto como perigoso, devendo ser isolado da sociedade. Voltando para os dias atuais, nesses mesmos países que até o século passado criminalizavam homossexuais, leis específicas foram criadas para proteção desse grupo social.

Portanto, como discutimos anteriormente, até muito recentemente na história discursos biomédicos e jurídicos retratavam e enquadravam diferentes membros da população LGBTQIAPN+ como doentes mentais e criminosos. Isso evidencia como tanto a ciência quanto a justiça são afetadas pela cultura e, portanto, são parciais, provisórias e carecem de neutralidade. Ou seja, leis são criadas por pessoas, por pressão popular ou política, como resultado de políticas públicas, assim como as ciências, em determinados contextos, são financiadas por organizações com interesses políticos e econômicos particulares. Um exemplo de relativização e erro cometido pela ciência até o século passado foi a legitimação da eugenia.

Assim, é importante estarmos cientes de quanto a cultura — e seus discursos hegemônicos — é protagonista nas esferas jurídica e científica, afetando dramaticamente o que é ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ em questões de gênero e sexualidades.

Violências contra a comunidade LGBTQIAPN+

É importante ressaltar que no Brasil a lei protege, em alguma medida, a população LGBTQIAPN+. No entanto, a lei sozinha não muda estruturas so-

ciais, e o preconceito contra esse grupo continua sendo reproduzido. Em função da criminalização da LGBTfobia no Brasil, discursos preconceituosos tornaram-se mais sofisticados. Visto que muitas dessas práticas discursivas estão escondidas atrás de pressuposições que o senso comum sustenta e aprova, é difícil criminalizar determinados discursos (velados) por falta de elementos jurídicos que comprovem a LGBTfobia.

Como afirmamos no início do texto, essa pesquisa tem como objetivo problematizar discursos de comentários a uma postagem do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) no *Instagram*, referente ao orgulho LGBTQIAPN+. Desse modo, trazemos abaixo alguns exemplos de pessoas que comentaram, de forma pública, a uma postagem no *Instagram* do MDHC, ocorrida no dia 27 de maio de 2025.

Analisamos essas passagens por meio da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003). Essa postagem foi realizada com o intuito de mostrar a ‘linguagem do leque’, nos dias de hoje, como símbolo de representação e resistência da população LGBTQIAPN+. Há um vídeo explicativo de como o leque era usado em outros tempos, desde seu surgimento na China até sua chegada às Américas, com três mil anos de história no mundo como forma de comunicação em diferentes contextos, até chegar às mãos da população LGBTQIAPN+.

Como discutimos anteriormente, o regime político da heterossexualidade tenta determinar e controlar diferentes semioses do mundo social, entre elas a linguagem. Por exemplo, o pensamento hétero cria expectativas de uma linguagem masculinizada do homem heterossexual e feminizada da mulher heterossexual. Nesse sentido, não há espaço para divergências e ‘incoerências’ com relação ao que esse pensamento propaga. Qualquer incoerência se caracteriza como algo estranho, bizarro, fora da norma, subversivo e ameaçador.

Por muito tempo a população LGBTQIAPN+ era representada apenas por gays; posteriormente, houve avanços que visibilizaram outros grupos da sigla. A linguagem do leque, como demonstrado no próprio vídeo, remete especialmente a homens gays. Desse modo, apesar da divergência de orienta-

ção sexual, o pensamento hétero ainda espera que gays (assim como a população LGBTQIAPN+ de modo geral) não escapem de outras semioses de seu regime político, como comportamentos masculinizados, por exemplo.

Os comentários analisados a seguir foram selecionados por apresentarem críticas à postagem do MDHC, em ordem cronológica decrescente. Destacamos, em negrito, passagens que julgamos relevantes sinalizar.

1- É sério que o trabalhador é explorado até a alma pagando impostos e é pra pagar **isso? É o fim mesmo**.

2- Antigamente a esquerda era apegada à pauta que **realmente representava bem**: lutas trabalhistas. Hoje em dia: **leque e pautas neoliberais**. O trabalhador? **Que trabalhe até desencarnar, em relações vulnerabilizadas e mal podendo comprar o pão de cada dia**. Difícil entender esse governo, viu?

Nos dois primeiros comentários percebemos regularidades discursivas, com a presença de discursos conservadores e heteronormativos, que desqualificam temas e pautas relacionadas à população LGBTQIAPN+. Por exemplo, no primeiro comentário, a história da linguagem do leque é referida através do pronome *isso* e a postagem é avaliada como *é o fim*, o que desqualifica essa forma de expressão, não havendo espaço para outras vozes participarem. Nesse exemplo vemos uma pressuposição de valor (Fairclough, 2003), que atribui à linguagem do leque a falta de seriedade e relevância social e política, uma vez que o/a autor/a relaciona a delimitação de término (do diálogo) — *é o fim mesmo* — com a exploração do trabalhador. Por meio dessa pressuposição, vemos que o/a autor/a tenta universalizar ideologias particulares, apresentando como verdadeiro o que é ou não ‘o fim’ de algo que deva ou não ser discutido.

Quando o/a autor/a do segundo comentário afirma que no passado a esquerda era apegada a pautas que *realmente representava bem*, há uma pressuposição de valor (Fairclough, 2003) sobre o que é importante para a população de modo geral — as pautas trabalhistas, e não as pautas tidas como ‘identitárias’. Ou seja, aqui, novamente, ideologias particulares são apresentadas como universais. Na continuidade do mesmo comentário há uma tentativa de asso-

ciar o *leque a pautas neoliberais*. O neoliberalismo é um sistema econômico, social e político que tem como características o individualismo, a desigualdade social e a competição desenfreada. Assim, percebemos que essa associação tenta manipular, por meio de pressuposição, o quanto o leque é ruim para a sociedade (e para as esquerdas). Quando o/a autor/a afirma *O trabalhador? Que trabalhe até desencarnar, em relações vulnerabilizadas e mal podendo comprar o pão de cada dia*, vemos uma culpabilização da visibilidade de uma linguagem não normativa pela precarização do trabalhador, que o aproxima da fome. Além da pressuposição ideológica observada nessa passagem, que tenta universalizar ideologias particulares por meio da desqualificação e do desprezo de uma linguagem não heteronormativa reproduzida pela população LGBTQIAPN+, ainda vemos desonestidade intelectual. Ou seja, a pessoa relaciona a causa da vulnerabilidade social de um grupo marginalizado — pessoas pobres — a outro grupo marginalizado — a população LGBTQIAPN+, muitas delas também pobres.

3- **Estudos comprovam** que a cada batida de leque, 15 pessoas em situação de rua recebem assistência, 1 mulher é salva do feminicídio e 20 pessoas tem a carteira assinada.

4- Depois do banco vermelho, vem aí **o leque LGBTQYZ. Só ladeira abaixo**.

5- Depois do banco vermelho do Ministério das Mulheres (?) para combater o feminicídio, temos aí o leque político do MDHC. Porque **o fundo do poço** tem um alçapão.

Nos três comentários acima, percebemos o uso de linguagem conotativa, como o deboche, para desqualificar a linguagem do leque apresentada no vídeo. Quando o/a autor/a do terceiro comentário afirma que *estudos comprovam*, notamos a presença da figura de linguagem ironia, ou seja, um efeito contrário do que se quis dizer. O apelo à tentativa de ridicularização também aparece na sequência, quando há comparativos entre o uso do leque e a assistência a pessoas em situação de rua, o salvamento de uma mulher vítima de feminicídio e postos de trabalho para 20 pessoas. Aqui percebemos, por meio de uma pressuposição ideológica, a tentativa de desqualificação de outras se-

mioses a que a população LGBTQIAPN+ pode recorrer. Novamente, o discurso heteronormativo se mostra hegemônico e toda forma de expressão caracterizada pela presença de divergência em relação ao regime político (e fixo) da heterossexualidade é vista com desprezo, zombaria e se torna alvo de desqualificação.

No quarto comentário, primeiramente o/a autor/a desqualifica uma ação desenvolvida conjuntamente pelos MDHC e pelo Ministério das Mulheres (MMulheres), um projeto que visa combater a violência contra as mulheres. Nesse projeto há a instalação de um banco vermelho, com informações de canais de denúncia, em locais de grande circulação de pessoas, como escolas, universidades, estação de ônibus etc. Posteriormente, vemos que o/a autor/a também recorre ao deboche quando afirma *vem aí o leque LGBTQYZ*. Por meio desse recurso linguístico-discursivo, percebemos pressuposições existenciais e ideológicas que inter-relacionam a existência de algo — a linguagem do leque — com o deboche e a desqualificação de seu significado e representação. Um exemplo disso é a forma que o autor termina seu comentário: *só ladeira abaixo*. Quando o/a autor/a sinaliza a queda, há outra pressuposição ideológica que indica que discussões e lutas relacionadas ao combate da violência contra a mulher e a LGBTfobia desqualificam o debate sobre direitos humanos e fazem seu nível cair. Assim, nesse comentário percebemos a presença de discursos machista, misógino e LGBTfóbico.

Com relação ao quinto comentário, o/a autor também faz um comparativo entre o banco vermelho e o leque político, associando ambas as lutas a um alçapão (armadilha para capturar aves com uma tampa que fecha imediatamente). Antes disso, o/a autor/a afirma, por meio de uma pressuposição de valor, onde essas lutas estavam — *no fundo do poço* — e que desceram ainda mais ao tratarem de temas relacionados à comunidade LGBTQIAPN+. Nessa pressuposição há a tentativa de associar discussões e projetos como esses com um lugar escuro e sujo, que o senso comum percebe como difícil de sair. Ou seja, o/a autor/a tenta mostrar, novamente, ideologias particulares como se fossem universais. Desse modo, aqui também percebemos a presença de discursos machista, misógino e LGBTfóbico.

Resistências *queer*

6- Tem 50 vídeos falando de outros assuntos nesse perfil, **mas 1 falando sobre a comunidade LGBTQIAPN+ incomoda muita gente**, aprendam a ser PLURAIS. O inimigo não é a diversidade.

Apresentamos esse comentário para mostrar um contraponto com relação aos comentários anteriores. Aqui, diferentemente dos outros comentários, o/a autor/a mostra um discurso progressista e pró-diversidade. No momento em que selecionamos esses comentários, o MDHC não tinha apenas 50 vídeos, mas 2.615 publicações, em diferentes formatos. Quando o/a autor afirma *mas 1 falando sobre a comunidade LGBTQIAPN+ incomoda muita gente*, vemos uma pressuposição existencial — a presença do incômodo. Esse incômodo causado pela população LGBTQIAPN+ é fruto de uma estrutura social que foi sedimentada pelo regime político da heterossexualidade. Dito de outro modo, as pessoas autoras dos comentários 1 a 5 encontram divergências e incoerências no conteúdo da postagem produzida pelo MDHC. Essas divergências e incoerências rompem expectativas provindas desse regime político. Por conta disso, as pessoas que fizeram comentários lançaram mão de diferentes estratégias discursivas a fim conquistar apoio e legitimação para suas ideologias particulares.

Ressaltamos que o regime político da heterossexualidade vai muito além de um relacionamento sexual e/ou romântico com uma pessoa do ‘sexo’ oposto, por exemplo. Como Wittig (2022) argumenta, o pensamento hétero reproduz uma versão totalizante da história, e a linguagem e os discursos utilizados para criar esses corpos ficcionais, assim como a tentativa de opressão e censura de formas alternativas de expressão, fazem parte desse projeto fascista.

Palavras (nunca) finais

Esse artigo teve como tema o *queer* a partir de um projeto social, político e intelectual. Para que essa discussão fosse possível, iniciamos o texto apresentando alguns movimentos LGBTQIAPN+ da segunda metade do século

XX que tiveram como propósito o combate às violências causadas contra esse grupo social. Também mostramos as limitações desses movimentos, especialmente no que concerne a valorização de determinadas identidades (essencializantes) e a exclusão de outras. Posteriormente, discutimos conceitos da teoria *queer*, seguidos de nossa análise, que teve como objetivo problematizar discursos de comentários a uma postagem do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) no *Instagram*, referente ao orgulho LGBTQIAPN+.

Para que as análises fossem realizadas, recorremos à Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003) e, por meio da categoria analítica das pressuposições, percebemos regularidades discursivas com a intenção de desqualificar a ‘linguagem do leque’. Vimos a presença dos seguintes discursos: conservador, heteronormativo, machista, misógino e LGBTQifóbico.

Ressaltamos que esses discursos são convergentes com o regime político da heterossexualidade. Nesse sentido, como discutido anteriormente, a cultura sedimenta estruturas sociais com acordos científicos, religiosos, jurídicos, ideológicos, entre outros, que fizeram parte da história e ainda permitem uma sociedade dizer o que é verdadeiro e falso. Por exemplo, por muito tempo ser dissidente de gênero e sexualidades foi considerado um crime (em diferentes nações) e uma doença. Houve toda uma produção discursiva e semiótica para desqualificar esses grupos dissidentes, assim como para fortalecer a heterossexualidade. No entanto, avanços e conquistas aconteceram — a lei e as ciências mudam de perspectivas, afetando diretamente a população LGBTQIAPN+, como a descriminalização e a despatologização desse grupo social em algumas sociedades contemporâneas.

Assim, ser heterossexual não é mais uma orientação sexual compulsória esperada pelas esferas jurídica e biomédica em países como o Brasil, por exemplo. Apesar disso, como discutimos anteriormente, esse regime não diz respeito apenas a relações sexuais e afetivas com uma pessoa do ‘sexo’ oposto, mas, por ser um pilar estrutural que continua sedimentado, há normas que são (re) produzidas, discursivamente por toda uma sociedade — compostas por pessoas que são ou não heterossexuais. Essas práticas discursivas são muitas vezes acionadas por meio de pressuposições (invisíveis), tanto para estabelecer

as normas como para censurar outras possibilidades criativas, como discutimos ao longo do texto. Nesse sentido, resistências e (re)existências *queer* contribuem para que possamos reconstruir um mundo social mais solidário, ético e justo.

Referências

BUTLER, J. **Desfazendo gênero**. Tradução de Aléxia Bretas *et al.* Coordenação da tradução por Carla Rodrigues. São Paulo: Editora da Unesp, 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2019.

FERNANDES, M. Desejo transformador e revolucionário: o movimento das lésbicas feministas no Brasil. **Revista Cult**, São Paulo, ano 21, n. 235, p. 28-31, jun. 2018.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade** – curso no Collège de France, 1975-1976. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório anual de mortes LGBT no Brasil**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2022.

JESUS, J. G. Uma nova pauta política: notas sobre as travessias da população trans na história. **Revista Cult**, São Paulo, ano 21, n. 235, p. 32-35, jun. 2018.

LIMA, V. M. A. A subversão pelos dejetos: o movimento queer interrogou o ideal de normalização que permitira a incorporação de parte da comunidade gay aos padrões estadunidenses. **Revista Cult**, São Paulo, ano 24, n. 270, p. 19-23, jun. 2021.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **A refrescância da diversidade**. Brasília, 2025. Instagram: @mdhcbrasil. Disponível em:

<https://www.instagram.com/reel/DKKCRr7Oea4/>. Data de acesso: 12/11/2025.

MISKOLCI, R. **Teoria queer**: Um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2015.

MOITA LOPES, L. P. *et al.* **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar**: gênero, sexualidade, raça e classe social. São Paulo: Parábola, 2022.

PRECIADO, P. B. **Eu sou o monstro que vos fala**: Relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução de Carla Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022.

QUINALHA, R. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. **Revista Cult**, São Paulo, ano 21, n. 235, p. 20-23, jun. 2018.

WITTIG, M. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução de Maíra Mendes Galvão. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PARTE 2

MULHERES E PODER NO ENSINO SUPERIOR

REVOLTAS: DISCIPLINA ACADÊMICA, EMOÇÕES E SENTIRES DE DOCENTES UNIVERSITÁRIAS¹

Cecilia Arrarte-Arzola

Atilio Butturi Junior

Tradução de Nelly Andrea Guerrero Bautista

1 Introdução

A ciência, como instituição social (Merton, 1977), possui padrões de organização, avaliação e normas próprias, moldadas pelos contextos histórico, cultural, social, político e econômico. Ela reproduz os padrões e valores dos sistemas de gênero predominantes em seus contextos e culturas (Tomassini, 2020). O modo de fazer ciência se apoia em um modelo essencialmente androcêntrico, no qual o peso da cultura com predominância masculina naturaliza os papéis de gênero, distinguindo qualidades femininas e masculinas (Rietti; Maffía, 2005). Essa concepção hegemônica, historicamente invisibilizou corpos, emoções e afetos, associando-os ao feminino e, portanto, deslegitimando-os como parte da produção de saber.

Nesse contexto, a universidade, e em particular o fazer científico, tem sido tradicionalmente concebida como um campo em que a razão, a objetividade e a neutralidade são pilares. Essa concepção da ciência como instituição responde a uma construção histórica de exclusão, tanto de saberes quanto de experiências, e, especialmente, à rejeição das mulheres – cis ou trans. A ciência também se torna um empreendimento que separa sujeito e saber, desde o que Foucault chamou de “corte cartesiano” e que, atualmente, tem sido percebida em seu afã colonizador, cujo resultado é a perda do co-

1 Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) por meio de bolsa do Programa *Move la America*.

mun entre humanos, não-humanos e a especulação possível (Stengers, 2017). Pensar a ciência como pessoas racializadas e latino-americanas, entendendo o gênero como uma relação de poder na universidade, sugere que coloquemos em xeque tanto os modos coloniais quanto os androcentrados de conceber o conhecimento e os saberes, desde outros corpos e outras geografias (Lugones, 2014; Quijano, 2005). No caso deste texto, estamos pensando no “fazer história” a partir de Despret e Stengers (2011), que exigem uma retomada dos itinerários das mulheres e daquilo que, nesse percurso, foi separado como “apenas narrativa”.

Assim, embora as mulheres sempre tenham representado a metade ou mais da população mundial (Lerner, 2021), a ciência histórica tem se ocupado principalmente na vida pública, em que as mulheres não são a maioria, sustentando a crença de que o modelo ideal de ser humano é o homem. Essa humanidade dita neutra, na verdade, alude à sua parte masculina.

Este trabalho propõe uma análise crítica da carreira acadêmica a partir das contribuições de Michel Foucault (1988, 2008) sobre corpos dóceis, disciplina e poder, além de uma discussão sobre o saber aletúrgico em diálogo com o feminismo dos afetos e dos sentires (Ahmed, 2012; Hemmings, 2005; López, 2014; Maffia, 2007; Scheibe Wolff, 2021). Essa abordagem busca dar visibilidade à tensão existente com a normalização e com as práticas institucionalmente organizadas e exigidas, que operam como dispositivos e costumes regulatórios das trajetórias acadêmicas. Ao mesmo tempo, busca resgatar as resistências daquelas que ousam desobedecer a mandatos e reconhecer, nas emoções e nos afetos, elementos fundamentais do desenvolvimento pessoal e da ordem social.

Este escrito integra a pesquisa de doutorado que busca, entre outros objetivos, explorar e identificar os principais vieses cognitivos e sociais que influenciam a tomada de decisões das docentes em relação à sua vida pessoal e ao desenvolvimento da carreira acadêmica e profissional, no marco da descentralização da Universidade da República, no Uruguai.

2 Marco teórico: aleturgia e normalização

Nesta seção, votamo-nos para a construção de uma rede de conceitos e perspectivas teóricas que balizarão nossas análises na seção 3. Primeiramente, abordamos o problema da separação entre sujeito e verdade e solicitamos uma teoria localizada; depois, discutimos a normalização e a disciplina de uma perspectiva gendrada; por fim, voltamo-nos à discussão de uma teoria dos afectos, na medida em que ela responde à presença das corporeidades e subjetividades em todos os processos de saber e de conhecimento.

2.1 Aleturgia, coragem e saberes localizados

Em *A Hermenêutica do sujeito*, Michel Foucault (2013) descreve as tecnologias de si que permitiram, na Antiguidade, valorizar não apenas o conhecido adágio “conhece-te a ti mesmo”, mas também um menos difundido: “cuida de ti mesmo”, a *epiméleia heautoû*. Percorrendo textos gregos e latinos, o filósofo faz notar que desses discursos de formaram duas séries: a primeira, a de uma epistemologia que suspende o sujeito para pensar nas relações de verdade; a segunda, a do cuidado, que coloca o sujeito e sua transformação como questão.

Ora, Foucault assinala em Descartes um corte: ao se questionar sobre as relações de verdade baseadas em um critério racional universal, Descartes teria sobrepujado o cuidado de si e separado, no conhecimento, uma série epistemológica. O século XVII, apoiando-se, por um lado, na racionalização agostiniana anterior sobre a existência de Deus e, por outro, no regime cartesiano e galilaico, teria sido o responsável por expulsar o cuidado de si como questão relevante, cindindo o pensamento entre a *espiritualidade* – que questiona os limites do conhecimento sob a égide da problematização da subjetividade – e o *conhecimento* moderno, que não relaciona o conhecimento “à estrutura do sujeito como tal” (Foucault, 2013, p. 23).

No entanto, como aponta Foucault, seria possível observar a continuidade de um tipo de saber e de busca da verdade que modifica o sujeito que conhece, que o coloca em questão. Essa modalidade de saber está inscrita desde Kant até Nietzsche, passando pela psicanálise e pelas formas de incluir o su-

jeito e suas afecções como questão de produção da verdade (Butturi Junior, 2015). Em *A coragem da verdade*, Foucault (2011) retoma o problema da separação entre formas epistemológicas e aletúrgicas ao descrever a parrêsia, o franco falar:

Não se trata, de modo algum, de analisar quais são as formas do discurso tais como ele é reconhecido como verdadeiro, mas sim: sob que forma, em seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui e é constituído pelos outros como sujeito que pronuncia um discurso de verdade, sob que forma ele se apresenta, a seus próprios olhos e aos olhos dos outros [...] A análise desse domínio poderia ser chamada, em oposição à das estruturas epistemológicas, o estudo das formas “aletúrgicas” (Foucault, 2011, p. 4).

Não nos deteremos nos pormenores da descrição histórica foucaultiana. Gostaríamos, porém, de destacar a importância dessas formas aletúrgicas como modo de vincular sujeito e verdade e, no caso do pensamento contemporâneo, pensar segundo a ordem do “pensamento localizado”. Na perspectiva foucaultiana, *a espiritualidade* como ação transformadora permite outra forma de forjar subjetividades, de nos construirmos como sujeitos. Trata-se de uma tecnologia do cuidado de si, que busca uma relação reflexiva entre o sujeito e si mesmo, orientada para a transformação de seu modo de ser. Foucault afirma: [...] “quando falo de espiritualidade, não falo de religião [...] Penso que é essa prática pela qual o homem é deslocado, transformado, abalado, ao ponto de renunciar à sua própria individualidade, à sua própria posição de sujeito” (Foucault, caixa 50 *apud* Galantin, 2019, p. 161).

Esse “ser transformado”, na condição de um saber que demanda um sujeito, pode ser aproximado de um saber localizado, que aparece tanto como uma questão decolonial (Lugones, 2014; Quijano, 2005), que diz respeito a habitar o Sul Global, existir nas relações de raça e de gênero, no interior de dispositivos, mas que também exige que pensemos não-dicotomicamente no par natureza e cultura. Ser localizado, assim, aqui será tomado como existir como um corpo entre os discursos e os dispositivos. Haraway (1995) solicitava essa

nova posição contra o construcionismo e contra o pensamento totalizador, como uma prática sempre parcial:

Estou argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo (Haraway 1995, p. 30).

Entendemos que investigar gênero e poder acadêmico exige pensar nesses corpos gendrados e racializados funcionando em dispositivos. É deles, e a normalização, que se ocupa a seção a seguir.

2.2 Ciência como normalização gendrada

Para Foucault (2008), a normalização constitui um mecanismo de poder disciplinar, organizado pela construção de normas e pela categorização de indivíduos em relação a essas normas. Ela opera como uma tecnologia política que molda corpos e subjetividades por meio de sua inscrição em dispositivos organizacionais, como a universidade e a ciência acadêmica enquanto instituição. As práticas disciplinares produzem realidades, campos de objetos e rituais de verdade, configurando uma anatomia política do detalhe que transforma o exercício do poder em um mecanismo sutil e calculado (Foucault, 2008).

Neste texto, entenderemos as formas de normalização a partir de práticas discursivas e não discursivas que, minuciosas e ubíquas, produzem formas de subjetividades mais ou menos adequadas. Para tanto, nos recorreremos ao conceito foucaultiano de dispositivo, desde sua leitura realizada por De Lauretis (2016). Não nos interessa a precisão da tradução de De Lauretis, mas sim dar conta daquilo que, sendo heterogêneo, produz subjetividades marcadas pelo gênero.

Então, vejamos. Foucault discutiu o conceito de dispositivo em poucas ocasiões, mas nele destacou: a heterogeneidade das práticas discursivas e não-discursivas; a função estratégica; a plasticidade; e a temporalidade (Butturi Junior, 2020). Conforme Negri (2016, p.101), “o dispositivo é uma operação não apenas epistemológica, mas também ontológica, que reconstrói o real a partir de baixo, em situação, segundo uma pragmática orientada”. Nessa pragmática orientada, De Lauretis (2016) faz notar, apoiando-se tanto em Foucault quanto em Althusser, que o gênero, notadamente “as mulheres”, é produzido em séries de práticas discursivas e não-discursivas, de acordo com estratégias específicas que, via de regra, apontam para fragilidade, “feminilidade” etc., como no cinema. Enquanto construção, o sistema gendrado forja uma cisão entre “masculino” e “feminino”, como prejuízos para a segunda categoria.

Ora, se tomarmos essa tecnologia de gendramento e pensarmos no poder acadêmico, é preciso levantar a questão acerca do próprio dispositivo acadêmico, produzido historicamente em séries de cisão: conhecimento e sujeito, ciência e experiência, branquitude e racialização, cisheteronorma e gênero-dissidência. A ciência acadêmica, enquanto instituição, exige formas de obediência que se manifestam em normas epistemológicas dominantes: a maneira como apreendemos o conhecimento, a subordinação à meritocracia, as exigências de produtividade, a organização hierárquica e os hábitos e normas institucionais, tanto formais quanto informais. Como mencionamos anteriormente, emoções, afetividade e subjetividades não ocupam um lugar central nesse campo.

A ciência acadêmica vem moldando, há centenas de anos, a maneira como produzimos conhecimento e o dever-ser do relacionamento, e os acostumamos com essa organização. Justificada pelo argumento de que “sempre foi feito assim” e, portanto, é algo natural, trata-se do que, segundo La Boétie, chamamos de hábito (Sargentini, 2021). Refletindo sobre esse costume e retomando as ideias de Foucault (2008), entendemos que a obediência não é simplesmente imposta, mas faz parte de uma produção mais complexa de subjetividades moldadas pelo contexto por meio de práticas institucionais. Além disso, a obediência na ciência acadêmica não é necessariamente explícita,

mas foi internalizada como norma e prática. Nas palavras de Foucault (2008), as e os cientistas são *disciplinados* pela instituição.

Como veremos, é esse funcionamento de dispositivo, calcado em uma normalização de gênero voltada à norma andro-heterocis, que poderá ser lido nas análises que empreendemos nas seções seguintes. Nesse sentido, tudo que não é “masculino” é tomado com desconfiança, em várias formas de anormalização.

2.3 O uso dos afetos² como ferramentas de análise

Essa espiritualidade foucaultiana não busca a descoberta de uma verdade oculta do sujeito, mas a criação de novas formas de subjetividade por meio de práticas de liberdade que permitam resistir aos processos de subjetivação impostos pelos dispositivos de poder contemporâneos. As universidades, e a ciência acadêmica em particular, são instituições onde a construção do conhecimento reivindica objetividade, neutralidade e isenção de vieses. No entanto, nelas se reproduzem, se questionam e se subvertem as próprias experiências afetivas das pessoas na produção de subjetividades (Bagnato; Losiggio, 2022). Como assinala Carolina Martínez Pulido (2015), “a ciência não é neutra, nem objetiva, nem asséptica; ela é carregada de valores”.

A objetividade é um ideal com uma longa história de identificação com a masculinidade (Fox Keller, 1991). A carreira científica exige a objetividade que o positivismo compreendeu como distanciamento e supressão das emoções e, por isso, historicamente expulsou as mulheres do mundo da ciência (Harding, 1996; Maffia, 2007). A subjetividade do emocional, associada ao irracional, ao feminino e ao corpo, não tinha lugar na pesquisa científica (García Dauder; Ruiz Trejo, 2021). Em contrapartida, a epistemologia feminista buscou dar visibilidade e transformar essa condição patriarcal e androcêntrica da produção e validação do conhecimento científico (Kiefer, 2024).

Os sujeitos, enquanto seres emocionais e localizados (Haraway, 1995), afetam e são afetados por diferentes circunstâncias e em diferentes graus.

2 Os termos emoções, afetos e sentimentos são utilizados aqui em sentido amplo. Reconhece-se a existência de uma vasta literatura sobre suas diferenças, mas não é intenção deste trabalho discuti-las.

Assim, é plausível propor que, contrariamente ao ideal de neutralidade e objetividade, as emoções das pesquisadoras afetam diretamente o processo de pesquisa, ao mesmo tempo em que a própria pesquisa exerce um impacto emocional sobre elas (García Dauder; Ruiz Trejo, 2021). Pesquisar, conhecer, decidir e agir são processos inevitavelmente afetivos, situados em contextos sociais, culturais e políticos específicos. Portanto, as emoções são ferramentas cognitivas e recursos interpretativos e, como tais, é necessário reconhecer o lugar que ocupam.

Localizar as emoções como objeto de análise das pessoas e das relações sociais é algo relativamente recente na história (Damasio, 2009; Maturana; Varela, 2007; Medina, 2015; Rosenwein, 2011; Spinoza, 2007). No pensamento ocidental, com as obras de Platão e Descartes, e consolidado durante o Iluminismo, a construção social privilegiou o conhecimento por meio da razão, marginalizando e apaziguando deliberadamente as emoções. O positivismo lógico postulou a objetividade como distanciamento do emocional (García Dauder; Ruiz Trejo, 2021). Atualmente, o reconhecimento da tríade, mente, corpo e emoções ganhou protagonismo, enquadrado em condições políticas e afetivas contextualizadas (Ahmed, 2012). Afetos e emoções são elementos que estruturam os campos social, político e cultural e, como tais, vêm sendo estudados em diferentes ramos do conhecimento, desde a neurociência, filosofia, antropologia, sociologia, história, economia até as ciências políticas.

O afeto, retomando a ideia de Spinoza (2007), é entendido como a capacidade de afetar e ser afetado; aponta para a experiência sensorial e os vínculos com o ambiente, e incorpora uma perspectiva diferente à análise da cultura e ao estudo das formas de dominação associadas à organização (Moraña, 2012). Evocando Foucault³ e o uso da caixa de ferramentas, Moraña (2012) propõe incorporar a dimensão afetiva à teoria crítica e à perspectiva histórica, de modo a enriquecer a análise nas ciências sociais e humanas. A autora sustenta que o estudo da afetividade, em qualquer de suas manifestações (paixões,

3 Michel Foucault afirmou, em entrevista ao *Le Monde* em 1975 (Brossat, 2014; Frieria, 2004): “Todos os meus livros são pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas quiserem abri-los, usar uma determinada frase ou tal análise como uma chave de fenda ou uma pinça para provocar um curto-circuito, desacreditar ou quebrar os sistemas de poder... muito melhor.”

emoções, sentimentos), molda relações sociais que resistem ao controle disciplinar do Estado e de suas instituições. Recuperar os sentimentos e as emoções e reconhecer sua implicação na construção do sujeito e do social é o que evidencia a chamada “virada afetiva” (Clough; Halley, 2007) como perspectiva teórica e crítica (Ahmed, 2012; Hemmings, 2005; López, 2014; Rosenwein, 2011; Scheibe Wolff, 2021; Solana; Vacarezza, 2020). Além disso, o estudo das emoções, consideradas construções culturais, e dos processos conscientes que delas emergem deve ser complementado pela experiência situada, uma vez que discursos sociais, estruturas de poder e interpretações culturais moldam o que as pessoas sentem e como o expressam (Scott, 2001; Zaragoza; Moscoso, 2017).

Aprofundando no aspecto social, alguns grupos de pessoas compartilham normas semelhantes sobre como expressar emoções e valorizam ou deslegitimam emoções comuns ou afins. Esses grupos são chamados de comunidades emocionais, expressão desenvolvida pela historiadora Bárbara Rosenwein (Medina, 2015) como ferramenta teórico-metodológica. Além disso, a construção da identidade individual moderna mostra como as mulheres foram socializadas de forma relacional, enquanto os homens foram socializados na individualidade e na autonomia (Hernando, 2018). Essa diferença e complexidade nos processos afetivos influenciam diretamente as formas relacionais de exercer poder, de se relacionar e construir comunidade, uma vez que as redes emocionais orientam a possibilidade de ação.

Por outro lado, Frédéric Gros (2019) apresenta a desobediência como uma forma de retomar a autonomia individual, desobedecer como uma prática de liberdade, uma forma de cuidar de si e dos outros. Seguindo Foucault, essa desobediência se torna *revolta* quando expressa uma rejeição ética e afetiva a formas que desumanizam, silenciam ou disciplinam corpos e emoções. Nesse sentido, desobedecer a partir da academia não é simplesmente resistir a uma regra ou a um desacordo metodológico, mas reivindicar outras formas de habitar o campo do saber, reconhecendo e integrando a afetividade à prática acadêmica, tecendo redes de cuidado entre colegas e priorizando outras atividades em detrimento das publicações. Como sugere Hemmings (2005),

trata-se de pensar os afetos em sua dimensão de agência política, como modos de narrar, resistir e construir comunidade.

3 Desenho metodológico e análises

Adota-se uma abordagem qualitativa com alcance exploratório que permite conhecer em profundidade as vivências e práticas das docentes do Centro Universitário Regional do Leste da Universidade da República, Uruguai (CURE), em relação às emoções e aos afetos em suas vidas como acadêmicas, tensionando o modelo racionalista, objetivo e neutro da ciência acadêmica. Além disso, espera-se contribuir para a visibilidade e a legitimação dos afetos como dimensões constitutivas do trabalho universitário e como ferramentas para a reflexividade crítica. O objetivo é “Analisar as experiências emocionais e afetivas que emergem na prática docente universitária a partir da perspectiva das próprias mulheres docentes”.

Um grupo focal foi organizado para incentivar o diálogo coletivo e a troca de experiências com docentes mulheres do CURE. Essa técnica implica uma discussão informal entre um grupo de indivíduos deliberadamente selecionados, que permite captar informações mais profundas e identificar discursos compartilhados, experiências, crenças dos participantes e estratégias coletivas (Prieto Rodríguez; March Cerdá, 2002). Seu propósito é obter informações detalhadas sobre o que as pessoas pensam e fazem, explorando os porquês e os comos de suas opiniões e ações.

A população-alvo foi composta por docentes científicas do CURE, provenientes de diferentes áreas do conhecimento e com trajetórias institucionais distintas, mas complementares. Do mesmo modo, procurou-se que essas docentes compartilhassem alguns elementos em comum: pertencem à mesma instituição e localidade, ocupam cargos de nível médio, suas carreiras ainda não estão consolidadas e suas linhas de pensamento são semelhantes. Como resultado de uma amostragem intencional e teoricamente orientada, participaram sete mulheres das ciências sociais e naturais. O encontro teve duração de duas horas e meia e foi gravado com consentimento informado.

Por outro lado, foram incorporadas algumas das narrativas obtidas em entrevistas semiestruturadas com professoras referência do Instituto de Estudos de Gênero⁴ da UFSC, por complementarem e aprofundarem as dimensões de gênero, poder e afetividade apresentadas. As entrevistadas foram com a historiadora Dra. Cristina Scheibe Wolff e a antropóloga Dra. Miriam Grossi.

3.1 A carreira acadêmica como dispositivo disciplinar

O desenvolvimento da carreira acadêmica implica, como surgiu no grupo focal, “*jogar segundo certas regras do jogo*”. Nesse campo meritocrático, a produtividade científica se impõe como um valor fundamental da ciência acadêmica. Isso exige um forte comprometimento com a vida científica e a convivência com a pressão para atender aos parâmetros do ideal de racionalidade científica. Várias participantes reconhecem a exigência de produtividade; no entanto, acreditam que esses requisitos não estão necessariamente vinculados à qualidade ou à relevância social do conhecimento produzido: “Para mim, salta como muito óbvio a produtividade, veja, do ponto de vista de *papers*, traduzido em artigos”, “Sim, sim, né? [...] sem dúvida o *paper* é, né?”, “Essa questão quantitativa da produtividade está muito presente, importa muito mais o número do que a qualidade [...] por todo um sistema cienciométrico de periódicos de alto impacto”⁵.

A maioria das participantes percebe que as ciências sociais e humanas não são valorizadas da mesma forma que as ciências naturais. Elas compartilham a visão de uma hierarquia entre disciplinas, metodologias utilizadas e o conhecimento produzido: “[...] é como se você faz ciência só quando tem um resultado que é um número, né? dá para tocar, se materializa. Hum (...) nós que viemos mais da área mais social, tipo, como que nisso você deixa um final aberto, não é conclusivo. [...] tudo isso faz com que você seja catalogado dentro do grupo que não faz ciência ou que não faz ciência, ciência séria, porque a gente não trabalha com leis. A gente não acaba fazendo leis”. “[...] vir aqui

4 Ver em: <https://ieg.ufsc.br/>

5 A tradução desta fala e das que aparecem do grupo focal nesse texto é nossa.

e ficar tipo, sei lá, hum (...) as que vêm brincar. As que vêm organizar as oficinas, basicamente. Te chamam para a entrevista [...] então isso foi meio pesado, né?”. “Bom, já me disseram que eu não faço ciência, por exemplo. Porque eu sou da área social”.

Linsalata (2023) reconhece uma prática acadêmica que privilegia a produção e a transmissão de conhecimentos predominantemente abstratos e metateóricos (de difícil compreensão para a maioria), desprezando outras formas de produção de conhecimento ou de ensinamentos considerados feminizados, rotulados como excessivamente empíricos e pouco acadêmicos. Esse mandato acadêmico, baseado em critérios positivistas, torna evidente que eles operam como elementos de distanciamento dentro da comunidade docente: “Há uma crítica ao olhar tão racionalista, positivista e cortante. Objetiva. Lá está, o laboratório, a distância, a coisa, né?”.

O espaço acadêmico é percebido como um ambiente completamente competitivo no nível individual, no qual a expressão emocional é associada à fraqueza: “É uma competição; estamos competindo o tempo todo. Essa é a marca registrada do nosso espaço de trabalho”, “[...] não é um espaço, digamos, [...] em que predominem outros valores, né?”, “Temos que estar sempre mostrando que somos fortes e que podemos estar nesse espaço competitivo e estar à altura disso”, “Produzir e competir. Ambos”. Isso leva a repensar a interdisciplinaridade como fonte de integração nas pesquisas e na possibilidade de colaboração entre diferentes áreas do conhecimento. Para a maioria deste grupo focal, as dinâmicas colaborativas aparecem como ferramentas necessárias para a competição: “Difícil, a cooperação, na verdade, é para competir com os outros”.

Em relação à dedicação exigida pela carreira, surgiram, em diferentes momentos da troca, tensões entre a disciplina demandada pela ciência acadêmica e o tempo para se dedicar à vida pessoal e familiar. O valor do tempo como recurso escasso é destacado, quebrando o estereótipo de que o sucesso na carreira exige dedicação em tempo integral: “Como você faz para que isso não te absorva?” (pergunta um participante a outra) [...] “Eu não faço isso porque racionalizo e digo: não me permito fazer isso, se eu me deixar levar, sinto

que se eu não colocar esse limite, me absorve”. “É como uma luta contínua, quer dizer, né?, até aqui ela e depois daqui eu”. “[...] Eu posso passar dias ligada [...] minha cabeça não para de pensar no que eu tenho a oferecer para isso, e é pesado”.

A carreira acadêmica impõe requisitos rígidos, intimamente ligados, sequenciais e com prazos determinados, e justamente o maior capital acadêmico que temos atualmente é a gestão do tempo. As histórias relatadas revelam, em sua maioria, uma luta constante para equilibrar as demandas do trabalho e o tempo vital: “E você acaba nunca se desconectando [...] talvez obrigada pelo sistema, por cumprir, por fazer isso, aquilo, aquilo outro. Não consigo dizer não a isso. Tenho que me entregar, tenho que terminar [...] você fica querendo fazer tudo, mas não consegue fazer nada”. “Isso você consegue fazer se conseguir se alienar, digamos, do mundo”. “Às vezes a gente faz isso porque não tem escolha, né? É a esperança de que depois acabe”.

Embora em minoria, também apareceram outras opiniões contrárias em relação à exigência e à dedicação total: “[...] eu curto muito o que faço, adoro que faça parte da minha vida, né? [...] mas minha cabeça não está totalmente entregue à ciência, e menos ainda neste momento da minha vida”, “eu acho que também somos como uma geração meio de transição nisso, né?”.

3.2 Afetividade, emoções e resistências

Nesta seção, as participantes concordam, em geral, que a ciência acadêmica não é um espaço no qual as emoções e os sentimentos de seus membros tenham a possibilidades de desempenhar um papel significativo, particularmente em espaços formais e de tomada de decisões: “Eu sinto que é um espaço onde existe um terrível controle das emoções no qual trabalhamos [...] passamos muito mais tempo nos cuidando para não expressar essas coisas que sentimos do que realmente mostrando [...] porque isso nos faz sentir vulneráveis e temos que ser fortes [...] entende?”, “não há espaço para as emoções [...] há espaço entre colegas, amigos, mas depois nada [...]”.

Por um lado, a sala de aula é reconhecida como um lugar onde é possível expressar as emoções: “Eu, na aula, vivo muito emocionalmente e desfruto

disso emocionalmente [...] é o espaço onde eu sou mais eu”. Por outro lado, descrevem-se situações de regulação emocional ou autocontrole para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, tanto em sala de aula quanto em outros espaços institucionais: “Eu sou toda emoção [...] quando sou aula sinto que tenho que fazer uma transformação ali... tenho que me transformar, assumir esse outro papel mais racional”, “mas, para mim aí você não está deixando de lado as emoções, e sim administrando-as”, “Bom, eu tenho que ser racional, tenho que ser profissional, tenho que ficar de boca calada”.

As participantes compartilham a importância do reconhecimento das emoções e da dicotomia mente-corpo como algo indissolúvel. Elas transitam no conflito entre a racionalidade acadêmica e as vivências afetivo-corporais: “Todo esse mandato de separar a mente do corpo [...] essa racionalidade não envolve os nossos corpos”, “Você está ali dentro, é como se você se transformasse [...] numa espécie de máquina”, “[...] para mim é muito difícil separar o racional do emocional, ou seja, eu não consigo separar, me parece que é tudo uma coisa só”.

Diante dessa norma de racionalidade, diversos mecanismos, ideias e atividades foram propostos para superar a divisão entre razão e coração exigida pela neutralidade científica, como formas de promover o bem-estar pessoal e o autocuidado. Essa busca por espaços alternativos ocorre principalmente fora da academia: “Ter que começar a suprir fora coisas que dentro da instituição não encontro. Não sei... yoga, terapia, essas coisas, né? Como que para tentar juntar fora o que eu teria que encontrar dentro”, “Eu adoro o que eu faço e tudo, mas estou sempre pensando em alternativas para me sentir melhor”, “[...] criar esse espaço que não é valorizado [...] é a luta constante”.

Essas estratégias de apoio emocional não são apenas individuais, mas também podem se tornar práticas simbólicas e coletivas: “Pensando em criar esses espaços onde a gente possa [...] conversar ou não, ou simplesmente estar”. Elas percebem como uma oportunidade integrar racionalidade e emocionalidade: “É como uma mão com cinco dedos [...] quanto mais você conseguir exercitar todas, melhor você fica para fazer o que o sistema pede”, “Eu

preciso estar fazendo coisas manuais... e aí tenho grandes ideias”, “Você fica como em um estado melhor de saúde mental, que te permite pensar melhor”.

Durante a discussão em grupo, emergiu a relação entre emoções, demonstração de vulnerabilidade e poder. A expressão emocional pode ser tanto interpretada como sinal de fraqueza na competência acadêmica quanto, paradoxalmente, utilizada como instrumento de manipulação e poder em certos contextos. O choro, em particular, aparece como um significante-chave dessas tensões. Pode ser visto como fraqueza, como ferramenta de manipulação ou como um ato político, dependendo do contexto e da posição de quem o expressa: “Muitas vezes, a figura que exerce o poder o faz através do choro”. Outra participante concorda e acrescenta: “Com certeza, manipulação total”.

O choro aparece com uma das emoções mais complexas, intensamente regulada e simbolicamente poderosa. Chorar é interpretado como sinal de vulnerabilidade, mas também como ato de resistência: “Deixa eu chorar, é o que eu sinto”, “Por que temos que fazer isso escondidas?”, “Temos que estar o tempo todo mostrando que somos fortes (...) Chorar é muito libertador, mas aí eu me sinto julgada”.

As participantes coincidem em que o choro gera desconforto em quem observa e desestabiliza as normas acadêmicas: “O choro questiona muito mais em um espaço acadêmico do que todas as outras normas violentas que recebemos diariamente”, “Não sabem o que fazer. Não sabem se você vai se desmanchar, se têm que te bater, tá louca?, o que está acontecendo com ela?”. Reconhece-se também sua dimensão íntima e relacional: “Não gosto que quase ninguém me veja chorar”, “Chora. O que foi? Por que você está chorando?” Posso te ajudar em algo?”, “Como o choro é tão negado (...) não sabemos identificar por que você está chorando”.

As docentes dedicaram grande parte do grupo focal discutindo sentimentos e a tensão que vivenciam ao reconhecer, expressar e administrar emoções em ambientes acadêmicos. Elas também identificaram que existem espaços públicos e privados dentro da instituição e que os indivíduos têm diferentes sensibilidades, independentemente do nível de aceitação que possam

ter dentro de seu grupo principal. Para a Dra. Scheibe Wolff, “A gente tem uma experiência que eu acho que é legal, [...] porque o Laboratório de Estudos de Gênero é um lugar de conhecimento, mas ele acaba sendo também um lugar de apoio”.

3.3 Instituições, corpos e disciplina

Foram discutidas no grupo focal a existência de normas implícitas e explícitas de convivência institucional que moldam os comportamentos de suas integrantes: “É pensada para pessoas padrão [...] a universidade é muito pensada para o modelo heterossexual e o padrão [...] com a vestimenta também [...] a gente imaginaria que, estando aqui do lado da praia, as pessoas estariam mais de chinelo e bermuda, mas não”, “É assim que tem que ser feito, e assim que tem que agir [...] todo o coletivo assume isso, é implícito”, “Sempre que acontece algo fora disso que todos entendemos como o mecanismo do normal, todo mundo fica sabendo”.

Ao falar de diversidade, uma participante relatou: “[...] a primeira vez que vi uma pessoa, eh... transsexual no CURE foi no CEIFEM⁶ [...] as pessoas que têm orientações sexuais não... hegemônicas, digamos, que chances também têm de habitar esse espaço? De fazer parte da instituição como docentes, como estudantes, ou se já são”. Não conversaram apenas sobre diversidade sexual, mas também sobre aquelas que fogem do *padrão considerado normal*. “Pessoas que tenham algum tipo de capacidade diferente, em princípio não estavam contempladas ou estão mais ou menos contempladas”.

Na conversa, surgiram aspectos vinculados a normas implícitas de comportamento: “Esses modelos, sabe?, implícitos, que a gente segue mesmo que não estejam escritos; não falar certas coisas é um deles”. Também apareceram referências aos mecanismos invisíveis de controle: “O filtro é bastante [...] não sei, tem mecanismos que não sei, não temos muita consciência de como eles são invisíveis, mas eles estão operando”. E até mesmo à liberdade condicionada: “Embora eu sinta livre para dar uma aula no CURE [...] há outras coisas

6 Refere-se às Jornadas In[ter]disciplinares de Estudos Feministas realizadas nos dias 27 e 28 de outubro de 2023, no CURE, Campus Rocha, organizado conjuntamente pelo CURE e pelo Centro de Estudos Interdisciplinares Feministas (CEIFEM) da Udelar.

em que não me sinto tão livre”, “E nisso de falar, de se sentir livre [...] não sei se teria conseguido manter essa conversa no CURE neste momento”.

Também se percebe a dificuldade da mudança, porque a reprodução dos mecanismos implícitos de poder determina as condições de convivência acadêmica. “Se as regras não mudam, o jogo vai continuar sendo assim [...] a interação vai se dar sempre do mesmo jeito [...] e essas coisas de bom, colocar... são remendos, são remendos, remendinhos, mas a regra do jogo continua intacta”, “tem um tema sobre o qual é difícil a gente falar [...] que nunca se fala na universidade, que é o poder”. Essas normas não escritas estruturam a vida institucional, naturalizando certas práticas e excluindo outras.

A universidade é um espaço marcado por relações hierárquicas determinadas por seu desenho organizacional característico. Contudo, nas trocas de ideias entre as participantes, emergiram preocupações que vão além das estruturas formais e estão ligadas à produção de conhecimento como fonte de poder institucional: “o poder da palavra e o poder da academia acima de tudo”. Por outro lado, denuncia-se o perigo da arrogância da academia em relação a outras instituições, aos saberes populares e aos seus próprios subordinados, “isso gera uma atitude de certa arrogância por parte da instituição [...], legitimando práticas de extrativismo acadêmico”, o conhecimento acadêmico aparece, assim, como fonte legítima de dominação.

O cuidado aparece como forma de resistência à lógica hierárquica e produtivista, mas também como uma tarefa feminizada, nem sempre reconhecida ou distribuída de forma equitativa. “Há muito trabalho intelectual, mas também há muito trabalho de cuidado doméstico [...] a parte docente, de funcionárias e estudantil é feminizada”, “[...] sempre falamos dessa coisa do cuidado como a pessoa ao seu lado [...] aquela com quem você trabalha, aquela que está perto.” A Dra. Grossi, ao falar sobre o cuidado na academia, relata: “Eu acho que essa coisa do cuidado [...] às mulheres professoras têm muito mais preocupação, mais cuidado com os alunos [...] Uma professora dificilmente vai estar orientando um aluno sem saber dessas questões [...] tem um cuidado também, né, nessas relações no interior da vida acadêmica”.

Por fim, diversas experiências refletem como o ambiente institucional reproduz uma precariedade afetiva que impacta o bem-estar psicológico e relacional, dificultando a permanência e o desenvolvimento pleno das pessoas: “E num processo de autocuidado também, tomar distância [...] quando você toma distância fica cada vez mais difícil retornar”, “Horas chorando e pensando nisso e dizer o que está acontecendo comigo? [...] Eu adorava estar aqui, organizando isso, aquilo, participando disso e daquilo. De um dia para o outro eu entro e sinto como se o prédio branco, aquele [...] estivesse caindo em cima de mim”, “Eu adoraria não dar a mínima, mas não consigo [...] pelo menos tentar mudar alguma coisa”.

3.4 Violência simbólica e *genderwashing*

A maioria das participantes relatou situações de violência simbólica ao longo de suas vidas, tanto como estudantes quanto como acadêmicas. Nas entrevistas, também surgiu o tema da violência na academia. A Dra. Grossi afirma que “o espaço acadêmico é, digamos assim, o espaço de extrema violência simbólica, às vezes até quase real, mas, né? são outras questões” e a Dra. Scheibe Wolff acrescenta: “Esse bater na mesa, essa coisa assim, a agressividade [...] é difícil para a gente lidar. A gente não é ensinada a lidar com a agressividade”.

Surgiram reflexões de forma horizontal e honesta, a ponto de questionar: o que podemos fazer para termos um espaço em que possamos identificar e eliminar com clareza um conjunto de violências que geralmente nem conseguimos nomear? “A violência simbólica é muito comum”, “Uma pessoa me mandou calar a boca de forma engraçada: Cala a boca, já te ouvi falar muito”, outra participante acrescenta: “E ninguém disse nada. Ninguém mais disse nada [...]”, ao que ela responde “Eu não consegui [...] naquele momento eu não me mexi, entende?”. “De uma forma ou de outra, nós fazemos parte de certas situações que ocorrem por ação ou omissão [...] entender e perceber a violência não é nada fácil [...]. Não é que não exista, é que eles não a veem”, “Somos ignorantes sobre o que interpretamos ou não como violência” e “Quando alguém denuncia algo, já faz horas que está acontecendo”.

Embora não tenham sido explicitamente mencionadas, diferentes formas de violência foram identificadas. Por exemplo, violência epistêmica: “Você está fazendo e vê parte da sua pesquisa em um trabalho publicado por outra pessoa que não te cita [...] é antiético, mas é uma violência”. Violência institucional: “Não há perspectiva de gênero em nenhum instrumento institucional” e “A universidade não prevê um protocolo para pessoas em situação de violência doméstica”. Violência relacional: “Aqueles que tiram a vontade de ir ao escritório [...] deixam as xícaras de café para você como se assumissem que você vai lavá-las”, e também formas mais sutis e difíceis de detectar: “[...] de alguma forma você valida outros comportamentos que acabam [...] gritando com você, né?”, “Mas antes disso, aconteceu de te calarem a boca quando você está falando, de te interromperem [...] anote isso porque você é boa nisso.” A Dra. Scheibe Wolff também falou sobre violência epistêmica: “Numa reunião a gente fala uma coisa, aí um colega pega e fala a mesma coisa, aí todo mundo começa a dizer: “Ah, eu gostei da proposta do fulano...”, mas foi a mesma que eu dei antes”. Por outro lado, a violência entre mulheres é identificada como sutil, mas com uma carga afetiva muito forte: “Eu já sofri violência sutil de mulheres, que de repente nos machuca mais porque é aquela que você não espera [...] você busca primeiro a cumplicidade ou a contenção”.

Uma dimensão muito forte, compartilhada por todas as participantes, foi a lacuna identificada entre o discurso institucional e as práticas reais, reconhecendo e exigindo a falta de diálogo, troca e discussões coletivas: “Uma coisa é o discurso da construção coletiva, outra são os fatos da construção coletiva”, “Dizemos uma coisa e fazemos outra”, “[...] isso não é só um assunto nosso, das mulheres, né? [...] temos que falar sobre essas coisas”, “Não existem políticas acadêmicas e institucionais para realizar ações que diminuam a lacuna de gênero”. Sara Ahmed (2022) defende que as políticas podem funcionar como evidência do fracasso institucional, ela recomenda “*prestar atenção à lacuna*” entre o que deveria acontecer de acordo com as políticas e procedimentos e o que de fato acaba acontecendo (Ahmed, 2022, p. 67). Por fim, ao falar sobre políticas de gênero, fica evidente, para além das diferenças entre discurso e prática, uma falta de crença na legitimidade das ações institucio-

nais: “O que acontece é que a questão de gênero agora é uma ISO9000 [...] a Universidade entrou assim”, “Dizemos uma coisa e fazemos outra”, “Eu acho que tudo isso é uma saudação à bandeira”.

As relações de poder são preocupantes e como estas podem afetar o desenvolvimento de suas carreiras: “[...] quando há relações de poder, você fica exposta e depois não sabe disso, sabe? [...] Quanto você fala? Quanto você denuncia? Quanto você diz? [...] e quanto isso vai render depois... na sua carreira”, “Porque as pessoas não falam porque têm medo das consequências” e “Quando você pede apoio, bom, quem vai se juntar a você? Você fica sozinha”.

Algumas participantes denunciaram que as políticas de gênero da Universidade são meramente formais e incompletas. “A Universidade só processa denúncias de uma pessoa dentro da instituição [...], mas se você está em situação de violência doméstica, não existe um mecanismo institucional de apoio [...] não somos apenas sujeitos da Universidade”, “não podemos falar de uma Universidade antirracista, com igualdade de gênero, na... na... na..., porque ministramos um curso virtual”. O discurso de gênero torna-se uma espécie de selo institucional, por vezes contraditório, que limita a possibilidade de implementação de mudanças.

As participantes relatam como, na ausência de políticas integrais efetivas com perspectiva de gênero, precisam e valorizam redes relacionais de apoio alternativas como espaços afetivos, sustentados pelo reconhecimento mútuo como marco de sobrevivência simbólica no espaço acadêmico. “[...] não temos consciência de quantas somos, quem somos e o lugar que ocupamos na Universidade”, “[...] começar a buscar outras redes ou outros espaços para se sustentar, porque há coisas que não são mais tão cativantes como antes, principalmente isso do projeto mais coletivo”. Essa dimensão foi central no relato da Dra. Grossi: “Essa solidariedade entre as mulheres foi uma coisa muito importante [...] um espaço muito importante de sobrevivência”, e também para a Dra. Scheibe Wolff: “A cooperação entre colegas [...] te deixa mais forte. [...] Isso nos deu uma força frente aos nossos próprios departamentos”.

Por fim, apresenta-se, como síntese, a nuvem de palavras obtida no grupo focal. Nela, as palavras mais tratadas aparecem em tamanho maior: *estou*, *estamos*, *sinto*, *poder*, *violência*, *universidade*. Elas refletem os temas abordados em relação à experiência pessoal (*estou*, *sinto*), à experiência coletiva (*somos*, *estamos*), à localização (*instituição*, *ciência*, *CURE*, *universidade*), à orientação para a ação (*fazer*, *estar*, *trabalho*) e a outros temas destacados, como *violência*, *gênero* e *poder*.

A forte presença de verbos na primeira pessoa sugere uma apropriação emocional do discurso, em particular, *estou* e *sinto* refletem que as docentes falaram sobre sua afetividade. Por outro lado, palavras como *estamos*, *universidade*, *violência*, *poder* e *gênero*, embora menos frequentes, representam o tom íntimo, comprometido e coletivo que havia na conversa.

4 Discussão e conclusões

Como seres sociais, afetamos e somos afetados, mas não todos pelas mesmas coisas ou na mesma intensidade. Assim, nossas emoções se fundamentam em um conjunto de crenças e construções baseadas em nossas experiências como indivíduos e como membros de diferentes comunidades, também determinadas por processos políticos, sociais e culturais. As emoções estão inextricavelmente ligadas à pessoa que as sente, por meio de todo o seu arcabouço de crenças e vivências.

Nas palavras de Humberto Maturana, “não agimos de acordo com o que pensamos, agimos como sentimos”, e, nesse sentido, a transformação pessoal e social ocorre quando as emoções são transformadas, não quando pensamentos ou ideias são impostos. A exclusão da emoção e do corpo na ciência acadêmica não é acidental, mas parte de uma estrutura de poder que busca manter certas hierarquias e formas de dominação. A afetividade, em todas as suas manifestações, incomoda no âmbito científico porque, longe de ser uma distração, é uma experiência social significativa e uma ferramenta cognitiva (García Dauder; Ruiz Trejo, 2021).

Temos uma ciência acadêmica que, por herança e costume, se concentra mais no poder e na política do que na complexidade da vida emocional de seus

membros. Reconhecer, interpretar e administrar as emoções daqueles de quem fazemos parte, valorizar as paixões e os sentimentos, implica ter competências emocionais. E, muitas vezes, desenvolver a inteligência emocional exige romper crenças e estereótipos nos quais nos sentimos confortáveis e seguros, para reconhecer que também podemos dar espaço à vulnerabilidade e ser afetados pelos nossos próprios sentimentos e pelos dos outros.

Por essas razões, recuperar e reconhecer emoções e afetos na prática da ciência acadêmica não apenas enriquece o conhecimento, mas também desafia os fundamentos de um sistema que há muito perpetua desigualdades e exclusões. É necessário adotar uma estratégia reflexiva nesse sentido; não devemos deixar a validação das emoções restrita a conversas de café, de corredor, trancadas em um escritório ou a reuniões sociais privadas. Como argumentam Garcia Dauder e Ruiz Trejo (2021), é imperativo criar uma cultura institucional de reflexividade coletiva para o uso das emoções como fonte de conhecimento para a transformação social.

Este estudo se enquadra nas ciências sociais e humanas; não produz resultados aritméticos, exatos ou tangíveis, e sabemos que tradicionalmente pode gerar alguma desconfiança quanto à sua validade ou legitimidade. Por ter como fio condutor a afetividade de um grupo de mulheres docentes que nomeia seus desconfortos⁷ e vivências no exercício da profissão, entendemos que o produto é mais rico do que mera informação para uma gestão mais humana das relações sociais. É um convite a nos reconhecermos como seres afetivos, a nos valorizarmos em nossos acertos e erros, e a cultivarmos nossas comunidades emocionais, pois outras formas de existência coletiva podem ser imaginadas.

7 Parafraseando Betty Friedan (2024) “A mística da feminilidade e o mal-estar que não tem nome” (Tradução nossa).

Referências

- AHMED, Sara. **¡Denuncia!** El activismo de la queja frente a la violencia institucional. 1. ed. Buenos Aires: Caja Negra, 2022.
- AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. Ciudad de México: UNAM, 2012.
- BAGNATO, María Laura; LOSIGGIO, Daniela. “Nos pasa de todo”: Políticas de género, universidades y afectos. 2022.
- BROSSAT, Alain. Boîte à outils ou supermarché aux idées ? *In*: BERT, Jean-François; LAMY, Jérôme (org.). **Michel Foucault, un héritage critique**. Paris: CNRS, 2014. p. 263-268.
- BUTTURI JUNIOR, Atilio. Foucault: a crítica como aleturgia. *In*: VOJNIAK, Fernando. (org.). **História e linguagens**: memória e política. Jundiaí: Paco, 2015. p. 65-88.
- BUTTURI JUNIOR, Atilio. Uma filosofia política na dispersão: as formações discursivas e o não-discursivo. *In*: BARONAS, Roberto Leiser. (org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020. v. 1. p. 210-234.
- CLOUGH, Patricia Ticineto; HALLEY, Jean (org.). **The Affective Turn: Theorizing the Social**. Durham: Duke University Press, 2007.
- DAMASIO, Antonio. **En busca de Spinoza**. Neurobiología de la emoción y los sentimientos. 6. ed. Barcelona: Crítica, 2009.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica cultural Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.
- FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II – Curso no Collège de France (1983-1984). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, Michel. El sujeto y el poder. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 50, n. 3, p. 3-20, 1988. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/catedras/wp-content/uploads/sites/96/2020/03/T-FOUCAULT-El-sujeto-y-el-poder.pdf>.
- FOUCAULT, Michel. **Las palabras y las cosas**. Una arqueología de las ciencias humanas. Buenos Aires: Siglo XXI, 1997.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros** – cursos no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigilar y castigar**. Nacimiento de la prisión. Argentina: Siglo XXI, 2008.

FOX KELLER, Evelyn. **Reflexiones sobre género y ciencia**. Tradução de Ana Sánchez Torres. 1. ed. Valência: Institució Alfons el Magnànim, 1991.

FRIEDAN, Betty. **La Mística de la feminidad**. 10. ed. Madrid: Cátedra, 2024.

FRIERA, Silvina. Aquel filósofo que escribía cajas llenas de herramientas. **Página 12**, 25 jun. 2004, Cultura. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/cultura/7-37176-2004-06-25.html>. Acesso em 27 abr. 2025.

GALANTIN, Daniel. Experiência, espiritualidade e práticas de liberdade em Foucault. In: BUTTURI JUNIOR, Atilio *et al.* (org.). Foucault e as práticas de liberdade II: topologias políticas e heterologias. Campinas: Pontes, 2019. p. 159-173.

GARCÍA DAUDER, Dau; RUIZ TREJO, Marisa G. Un viaje por las emociones en procesos de investigación feminista. **Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales**, n. 50, p. 21, 5 abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/view/30370>.

GROS, Frederic. **Desobedecer**. Ciudad de México: Taurus, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Morata, 1996.

HEMMINGS, Clare. Invoking Affect: Cultural theory and the ontological turn. **Cultural Studies**, v. 19, n. 5, p. 548-567, set. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09502380500365473>.

HERNANDO, Almudena. **La fantasía de la individualidad**. Sobre la construcción sociohistórica del sujeto moderno. Madrid: Traficante de sueños, 2018.

KIEFER, Renata. Aportes de la epistemología feminista en la teoría crítica: diálogos entre Jürgen Habermas y Nancy Fraser. **Scientia interfluvius**, v. 15, n. 2, p. 52-66, 2024. Disponível em: <https://revista.uader.edu.ar/index.php/aasif/article/view/273>.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Pamplona: Katakarak, 2021.

LINSALATA, Lucia. La academia patriarcal daña a todxs, pero no de la misma forma. Mapas-relatos de nuestras cuerpas dañadas. **Debate Feminista**, v. 66, p. 293-325, jun. 2023. Disponível em: https://debatefeminista.cieg.unam.mx/index.php/debate_feminista/article/view/2412.

LÓPEZ, Helena. Emociones, afectividad, feminismo. *In*: CUERPO Y AFECTIVIDAD EN LA SOCIEDAD CONTEMPORÁNEA: ALGUNAS RUTAS DEL AMOR Y LA EXPERIENCIA SENSIBLE EN LAS CIENCIAS SOCIALES, 2014, México. **Anais [...]**, México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2014, p. 257-276.

LUGONES, María. Rumo ao feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n.3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

MAFFIA, Diana. Epistemología feminista: La subversión semiótica de las mujeres en la ciencia. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, v. 12, n. 28, p. 63-98, jun. 2007. Disponível em: https://perio.unlp.edu.ar/catedras/tpm/wpcontent/uploads/sites/197/2021/05/maffia_-_epistemologia_feminista_la_subversion_semiotica_de_las_mujeres_en_la_ciencia.pdf.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. El árbol del conocimiento. Las bases biológicas del entendimiento humano. Buenos Aires: Lumen Humanitas, 2007.

MEDINA, Larisa. Comunidades emocionales: hacia la apertura de la historia de las emociones. **Historia y Grafía**, n. 45, p. 203-214, 14 jul. 2015. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-09272015000200203.

MERTON, Robert. **La sociología de la ciencia**: investigaciones teóricas y empíricas. Madrid: Alianza, 1977. v. 2.

MORAÑA, Mabel. El afecto en la caja de herramientas. *In*: MORAÑA, Mabel (org.). **El lenguaje de las emociones**. Afecto y cultura en América Latina. Madrid: Iberoamericana, 2012. p. 313-336.

PRIETO RODRÍGUEZ, M. A.; MARCH CERDÁ, J. C. Paso a paso en el diseño de un estudio mediante grupos focales. **Atención Primaria**, v. 29, n. 6, p. 366-373, 2002. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0212-6567\(02\)70585-4](https://doi.org/10.1016/S0212-6567(02)70585-4).

NEGRI, A. **Quando e como eu li Foucault**. Tradução de Mario A. Mariano. São Paulo: N-1, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIETTI, Sara; MAFFÍA, Diana. Género, ciencia y ciudadanía. **Arbor**, v. 181, n. 716, p. 539-544, 30 dez. 2005. Disponível em: <https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/411>.

ROSENWEIN, Barbara. **História das emoções: Problemas e métodos**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SARGENTINI, Vanice. Obedecer e insurgir: as raízes e as asas da (des) obediência política. **Fórum Linguístico**, v. 18, n. 2, p. 6265 – 6272, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/80591>.

SCHEIBE WOLFF, Cristina (org.). **Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

SCOTT, Joan. Experiencia. **Revista de Estudios de Género, La Ventana**, v. 2, n. 13, p. 42 – 74, 2001. Disponível em: <https://revistalaventana.cucsh.udg.mx/index.php/LV/article/view/551>.

SOLANA, Mariela; VACAREZZA, Nayla Luz. Relecturas feministas del giro afectivo. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e72448, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n272448>.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Tratado Teológico-Político. 8. ed. México: Porrúa, 2007.

STADLER, Marta Macho. Carolina Martínez Pulido: “La ciencia no es neutra, ni objetiva, está cargada de valores”. **Mujeres con ciencia**, 26 ago. 2015. Disponível em: <https://mujeresconciencia.com/2015/08/26/carolina-martinez-pulido-la-ciencia-no-es-neutra-ni-objetiva-esta-cargada-de-valores>. Acesso em: 22 maio. 2025.

TOMASSINI, Cecilia. **Brechas de género en la ciencia**. Revisión de la literatura especializada y propuesta de análisis. Montevideo: CSIC, 2020 . Disponível em: <https://www.csic.edu.uy/content/brechas-de-g%C3%A9nero-en-la-ciencia-revisi%C3%B3n-de-la-literatura-especializada-y-propuesta-de>. Acesso em: 29 maio. 2023.

ZARAGOZA, Juan Manuel; MOSCOSO, Javier. Presentación: Comunidades emocionales y cambio social*. **Revista de Estudios Sociales**, n. 62, p. 2 – 9, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/936>.

REITORAS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: MOTIVAÇÕES, ALIANÇAS FAMILIARES E O CUIDADO COMO POLÍTICA¹

Carolina Giordano Bergmann
Miriam Grossi
Joana Maria Pedro

Quando fui convidada a participar do Seminário *Move o Gênero América Latina*, integrando a Mesa Redonda *Mulheres e Poder no Ensino Superior*, confesso ter experimentado sentimentos paradoxais: honra pela oportunidade, mas também certa intimidação. Seria minha primeira vez compartilhando publicamente os achados de minha tese de doutorado – recentemente concluída – ao lado de pesquisadoras e colegas mais experientes. Não obstante, aceitei o desafio de compartilhar um pouco do que aprendi nesse processo de pesquisa, consciente de que o frio na barriga seria parte inerente do processo de divulgação científica.

O assunto da mesa redonda foi o tema da minha pesquisa de doutorado, em que eu busquei entender o que motivava as reitoras das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) a se candidatarem ao cargo de reitora, bem como as razões pelas quais um número significativo delas conseguir ocupá-lo (inclusive se reelegendo, em alguns casos), mesmo em um contexto em que ainda são minoria, proporcionalmente, nos altos cargos da política acadêmica, da ciência e da política em geral.

1 Texto derivado de apresentação oral no Seminário Internacional “*Move o Gênero América Latina*”, em 23 de maio de 2025, em que apresentei partes de minha tese “*Eu nunca pedi licença para estar nesses espaços. Eu só fui ocupando*”. Reitoras na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A Rede Federal (RFEPCT), conforme dados do MEC (2018a), compreende 661 unidades vinculadas a 38 Institutos Federais (IFs), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas universitárias e ao Colégio Pedro II. Na minha pesquisa o foco foi nos 38 IFs, os 2 CEFETs e o Colégio Pedro II, totalizando 41 instituições da Rede Federal.

Durante esse trabalho eu tive oportunidade de entrar em contato com depoimentos de várias reitoras. Esses depoimentos foram coletados em eventos científicos e acadêmicos que assisti na minha pesquisa de campo, no livro *Institutos Federais dos Brasileiros: A história contada por quem fez*² (Silva *et al.* 2023) e em entrevistas presenciais que conduzi com algumas das reitoras em exercício e também com ex-reitoras. Dentre as várias reflexões que esses depoimentos me proporcionaram, selecionei três eixos principais para organizar a minha fala.

O primeiro eixo abordou as motivações que levaram essas mulheres quererem ser reitoras e, algumas delas a tentarem a reeleição. O relato das reitoras me permitiu aprofundar reflexões sobre as interseções entre gênero, ciência, política, carreiras e poder, de forma a entender como se articulam para contribuir, ou não, para que mais mulheres ocupem esses espaços. Já o segundo eixo tratou do apoio da família neste processo de eleição e os depoimentos mostraram que para as reitoras a família não foi necessariamente um dificultador, mas um motivador para elas concorrerem ao cargo. Por fim, a terceira parte desta fala abordou a questão do poder usado, pelas mulheres, como forma de cuidado. Considero importante destacar que, entendendo o cuidado como uma preocupação com o outro, um interesse em melhorar a vida das pessoas, processo esse que pode acontecer de forma mais ampla quando se está em um cargo de poder.

Estes três eixos auxiliam na compreensão de como as mulheres na Rede Federal estão se articulando para tomar os espaços e cargos de poder. Eles também oferecem lentes para decifrar como mulheres na RFEPCT estão reconfi-

2 Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/2023/11_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf.

gurando as gramáticas do poder acadêmico. Nas seções seguintes, desdobrarei cada uma dessas perspectivas.

As motivações para ser reitora

Ao serem questionadas a respeito das suas motivações para concorrerem à reitoria, as reitoras entrevistadas destacaram que sua motivação inicial para concorrer ao cargo veio de grupos que as incentivaram e não de uma ambição individual. Seis das sete reitoras entrevistadas foram convencidas por grupos a concorrer. Uma delas disse: “Meu nome circulou antes que eu soubesse que seria candidata”.

As conversas com as reitoras me mostraram que a escolha dos grupos por elas foi influenciada pelos trabalhos que elas já desenvolviam na instituição, bem como por suas experiências ocupando outros cargos e/ou em outras instituições, além da sua formação acadêmica. Isso me levou a refletir sobre como a cobrança por competência e qualificação recai, de forma mais intensa, sobre as mulheres e as reitoras também percebem isso. Essa situação evidencia que as mulheres estão habituadas à exigência de superqualificação, a qual, em geral, é imposta aos grupos subalternizados, marginalizados que conseguem ingressar em espaços de poder (Miguel; Biroli, 2010). Uma das entrevistadas exemplificou essa situação quando lembrou que

ainda a exigência sempre vai ser maior do que a ideia dos homens. Porque os homens quando se colocam parece que alguns não questionam se tem conhecimento científico, se tem conhecimento legal, se tem... Experiência você acumula, uma hora você vai ter que ser, mas a experiência também conta. É um conjunto de elementos que compõem a suposta condição, mas **a principal é a disponibilidade para briga** e dizer assim: ‘olha, aqui tu não estás falando com qualquer um’. Não no sentido da arrogância, mas dizer: eu conheço, eu sei o que eu estou falando, então baixa a bola. É um pouco nesse sentido. (...) Penso que a formação conta porque **tu tens que te colocar como autoridade, não como autori-**

tário. Para ser uma autoridade, passa pelo conhecimento na área de formação, obviamente.

A Rede Federal é reconhecida por ser formada por instituições que atuam nas áreas *hard* da ciência: as ciências exatas e da natureza. Essas “ciências” seriam consideradas as ciências “verdadeiras”, visto que elas atendem aos critérios definidos para o que se deve considerar ciência ou não: ser racional, objetiva, neutra, não defender lados, ser feita de coisas que são possíveis de medir e de experimentos que são possíveis de se replicar obtendo sempre os mesmos resultados. Esses critérios que definiriam o que seria ou não ciência não são neutros e foram estabelecidos por aqueles que sempre ocuparam um lugar de privilégio dentro desse campo: os homens. É preciso destacar, porém, que não é qualquer homem. Margareth Rago (1998) define quem são eles ao afirmar que “pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual- civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência” (Rago, 1998, p. 25). Por homem, então, não podemos entender qualquer um: ele é branco, cisgênero, heterossexual, ocidental e tem prestígio e poder (capital social, cultural e econômico). Por ser um “espaço” pouco frequentado por mulheres, as perspectivas valorizadas por esses homens acabaram ditando as características “universais” que uma ciência séria e verdadeira deveria ter.

Há também o conceito de *soft sciences*, que seriam as ciências sociais e humanas. Essas áreas, de acordo com os critérios estabelecidos pelos homens para uma ciência séria, não seriam tão científicas assim e, por isso, consideradas um campo mais feminino. Isso impacta diretamente no prestígio e no financiamento das áreas de conhecimento: as áreas mais masculinizadas são aquelas que contam com maior prestígio e financiamento.

Sendo a Rede Federal reconhecida por atuar nas áreas tecnológicas e de tecnologia (consideradas mais masculinas), poderia-se pensar que para gerir essas instituições se pensaria em pessoas com formação também nas áreas *hard*. No caso das reitoras, apesar da formação acadêmica ser uma das categorias usadas por elas durante a campanha e também no cargo, a forma-

ção em áreas *soft* me pareceu ser valorizada. Analisando as áreas de formação dessas mulheres, a que mais apareceu foi a Licenciatura em Letras seguida das Engenharias (em seus diversos tipos). Em terceiro veio a área de Pedagogia. Se fizermos uma comparação entre as reitoras formadas na área de Humanas e na área de *STEM*³, os números ficam próximos: doze reitoras de Humanas e dez de *STEM* (e duas da área de Administração).

O conhecimento técnico das reitoras, especialmente na área de educação, licenciaturas e gestão educacional contribuiu para que elas tivessem suas experiências reconhecidas e fossem vistas como profissionais que teriam condições de gerir instituições que tiveram que ampliar sua oferta de cursos. Esta necessidade de ampliação foi uma consequência direta da lei que criou a Rede Federal e os Institutos Federais, que estabeleceu que um mínimo, 20% das vagas sejam destinadas a cursos para formação docente (Brasil, 2008a). Isso foi uma novidade para algumas dessas instituições, visto que muitas delas só ofertavam Educação Básica. A oferta de cursos superiores passou a ser uma preocupação, bem como todos os processos que vêm junto com essa oferta, como por exemplo, a avaliação dos cursos de graduação e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A competência técnica foi, então, uma justificativa para a escolha dessas mulheres como gestoras das suas instituições, porém não se observa essa cobrança acontecendo com a mesma intensidade com os candidatos homens. Como aponta Alinne Bonetti (2009), ter conhecimento a respeito de determinado tema confere uma distinção, uma autoridade neste campo, tanto para grupos com notório saber, quanto para militantes. O que parece é que quando se quer eleger uma mulher, é necessário apresentar várias justificativas para isso e o conhecimento técnico é uma delas. A ideia que está por trás é: ela é mulher, mas tem conhecimento e competência. No caso dos homens, pode-se até discutir sua competência, mas ela não está vinculada ao seu gênero. Ao falar da sua candidatura e do uso da sua formação na campanha, uma das reitoras mencionou que, embora houvesse um “suposto risco” em ser mulher, pedagoga e sem experiência prévia como diretora ou pró-reitora, sua trajetória justamente a qualificava para

3 *STEM: Science, Technology, Engineering, and Math* (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

trazer uma nova perspectiva à instituição, alinhada às demandas da legislação que criou os Institutos Federais:

Tinha o suposto risco que era ser mulher, pedagoga e não ter sido diretora e nem Pró-reitora. Essa era uma questão que eu lembro que avaliavam, mas a outra era: exatamente por não ter isso que poderia ser alguém que trouxesse realmente aquilo que a legislação dessa nova institucionalidade requeria pela lei de criação dos Institutos.

A escolha que os grupos fizeram por lançar essas mulheres como candidatas está diretamente relacionada com as suas experiências profissionais, formação e o trabalho que já desenvolviam nas suas respectivas instituições antes das candidaturas. As entrevistas mostraram que para a maioria das reitoras a motivação inicial para concorrer ao cargo foi coletiva, surgindo de um grupo, e não fruto de ambição individual. Isso sinaliza que para essas mulheres o poder, o acesso a esses cargos seria um projeto conjunto, a construção de um grupo, associando, de certa forma, a liderança feminina à colaboração, ao coletivo. Essa percepção de que uma candidatura feminina e coletiva e que representa o desejo de um grupo de certa forma reforça o estereótipo da mulher sem ambição (porque ser ambiciosa, no caso das mulheres, é um defeito), sem tanta autonomia, além de relacionar a liderança feminina a uma postura mais colaborativa e menos individualista. Isso não significa que as mulheres não tenham ambição ou desejo de ocupar altos cargos de liderança e poder. Como exemplo, algumas reitoras falaram do seu desejo em estar nessas posições e uma delas relatou:

Mas, eu continuo com aquele pensamento que um dia vi o Lula falar e que usei na minha fala: ‘quem quer faz, quem não quer manda’. E do mesmo jeito que se eu vejo um político que não estou gostando de como tá sendo feito a coisa, se eu não me posicionar, ou seja, se eu não me candidatar para fazer o contraponto daquilo que eu não estou gostando, vou deixar que aquilo que está acontecendo de ruim se sobreponha.

Os relatos revelaram, então, que a decisão de concorrer à reitoria raramente partiu de ambição individual. Predominou um padrão de **convocação coletiva** – grupos institucionais que identificaram nelas potenciais de liderança e as impulsionaram à candidatura. Porém, como a professora Joana Pedro sempre fala, atrelar sua candidatura a um desejo coletivo pode ser uma forma dessas mulheres “disfarçarem” sua ambição, já que ser ambiciosa não é uma qualidade bem vista nas mulheres. O fato de colocarem a “responsabilidade” da sua candidatura em um grupo mostra como mulheres precisam **mascarar a ambição** para serem aceitas e atribuindo a decisão ao coletivo, elas contornam o estigma da “mulher ambiciosa”. Essa situação também revela a força dos estereótipos de gênero que atravessam mulheres com diferentes trajetórias.

Quando a motivação vem da família

No caso das mulheres, a esfera **familiar foi decisiva** tanto para a entrada quanto para a permanência no cargo. Tanto para a primeira eleição, quanto para a reeleição, as mulheres sempre voltam à família para terem apoio e para negociarem acordos de como tocar a vida dentro de casa. Um dos exemplos foi uma reitora que só aceitou concorrer após o marido assumir as tarefas domésticas. No seu relato ela falou que o seu marido disse: “olha, se você quiser vá que eu seguro as responsabilidades com tudo’. E assim eu fui”. O mais interessante deste caso é que essa “inversão de papéis” na sua dinâmica familiar com o homem responsável pelo trabalho doméstico e a mulher pelo trabalho fora de casa, fez ela ser rotulada como uma mulher machista: “(...) na época eu fui considerada diferente, entendeu? Isso foi usado contra mim como se eu fosse mulher machista”.

Foi também nessa conversa que percebi o quanto a desvalorização do trabalho doméstico é estrutural em nossa sociedade: ela está tão enraizada que muitas vezes a reproduzimos sem perceber. Ora, sou pesquisadora da área de gênero e, por isso, tenho consciência das muitas problemáticas associadas ao trabalho doméstico (e também ao trabalho de cuidado), principalmente a desvalorização, o apagamento e a falta de reconhecimento deste trabalho

que move o mundo. Na teoria eu sei como tudo isso opera, mas nem mesmo eu escapei de reproduzir esta desvalorização. Durante a entrevista eu quis confirmar que a situação de ser considerada uma mulher machista era porque o marido da reitora estava em casa fazendo o trabalho doméstico no lugar dela. E aí aconteceu o seguinte diálogo:

“Pesquisadora: *Por que o seu marido estava em casa?*

Entrevistada: *Estava em casa.*

Pesquisadora: *Ele não estava trabalhando à época.*

Entrevistada: *Isso. O trabalho existe, mas não um trabalho de carteira assinada.*

Pesquisadora: *Sim.*

Entrevistada: *Se for contabilizar, talvez ele trabalhe mais do que eu, né? Mas, isso foi. Hoje é tranquilo, foi superado. Eu vejo, inclusive, que até nas relações com as nossas amizades. Muitos dos nossos amigos percebem o quanto é importante essa parceria que a gente tem. Aí a gente está há 23 anos juntos. Foi um projeto e isso eu estou trazendo pelas dificuldades que foram enfrentadas, as minhas ausências dessas viagens e tudo. Eu saio tranquilíssima, tranquilíssima. Tanto que fui à reeleição de novo. Sentei, conversei e disse: ‘e aí, vamos de novo?’. E ele disse: ‘vamos’”.*

No momento em que eu disse que o marido dela não estava trabalhando, e a entrevistada me corrigiu, percebi meu equívoco. Eu havia reproduzido a ideia de que o trabalho doméstico não tem valor, de que seria um “não trabalho”. Reforcei também o estereótipo de que esse tipo de atividade deve ser atribuição feminina. Confesso que fiquei extremamente sem graça com minha colocação e, na hora, nem soube direito como reagir. Depois da entrevista, refleti muito sobre essa situação. O que levou uma feminista, pesquisadora do tema, crítica de um sistema que condiciona as mulheres ao espaço doméstico e de cuidado e que se sustenta do trabalho não remunerado feito por elas, a repetir um pensamento tão estereotipado? A única hipótese que levantei foi a de que estamos tão imersas nessas concepções estereotipadas, muitas vezes interna-

lizadas desde a infância, que romper com elas exige uma vigilância constante. E essa vigilância, naquele momento da entrevista, me faltou.

A acusação feita à reitora de ser uma mulher machista por ter o marido como responsável pelo trabalho doméstico evidencia o quanto essas atividades ainda são socialmente atribuídas ao feminino. Esse depoimento, no qual ela relatou ter sido julgada uma *mulher machista* por essa dinâmica familiar, ilustra o que Luís Miguel e Flávia Biroli (2014, p. 35-36) apontam sobre o trabalho doméstico: “(...) o mundo do trabalho se estruturou com o pressuposto de que ‘os trabalhadores’ têm esposas em casa”. Quando é uma mulher a responsável pelo trabalho dentro do lar, não há qualquer estranhamento; e o homem cuja companheira assume essa função não é rotulado como machista. Porém, quando essa lógica se inverte e a mulher trabalha fora enquanto o homem cuida do lar, surgem questionamentos e desconfortos sociais. Na continuidade do depoimento, a reitora reconheceu que, se ela fosse a responsável pelo trabalho doméstico, isso teria sido um dificultador, ou mesmo um impeditivo, para conquistar e se manter no cargo. Ao contrário, o fato de seu marido assumir essa função foi, segundo ela, um dos principais fatores que possibilitaram sua atuação profissional “fora de casa”. Ao final da entrevista, fiquei me questionando: quantos homens de fato reconhecem o trabalho doméstico realizado por suas companheiras? Será que têm real dimensão do quanto esse trabalho é essencial para que possam desenvolver suas carreiras?

Ainda no eixo da motivação familiar, a negociação em torno do trabalho doméstico aparece como uma exigência constante para as mulheres. Uma das entrevistadas relatou que combinou, previamente, com filhos e marido como as tarefas da casa seriam distribuídas, pois não seria possível que ela fosse a responsável por elas enquanto estivesse no cargo. Já outra reitora só decidiu concorrer após ser questionada por sua filha: “por que você seria reitora? O que você faria?”. A pergunta provocou uma reflexão que a levou a aceitar o desafio de disputar o cargo.

Esses relatos nos mostram que a família funciona como um filtro de permissão para que as reitoras ocupem o cargo com tranquilidade. Para isso, são necessários alguns acordos, principalmente em relação às questões

familiares, do trabalho de doméstico, de cuidado, de reprodução e da divisão sexual do trabalho. As entrevistas também mostraram que a família não precisa ser apenas um dificultador, pois no caso de algumas reitoras, ela foi um motivador para elas concorrerem ao cargo. De qualquer forma, as mulheres precisam negociar seu espaço público dentro do privado, algo que não vemos homens fazendo. Além disso, essa negociação pode ser também uma forma de se evitar cobranças posteriores, conforme uma das reitoras falou: “(...) porque eu disse assim: ‘você não vão poder me cobrar a presença’. Não vão poder me cobrar muitas coisas nesse período, porque senão a vida da gente vira um inferno e não dá certo”. Assim, os acordos resguardam as reitoras de cobranças posteriores por parte dos familiares por elas não se dedicarem ao trabalho doméstico e de cuidado na proporção que eles consideram adequadas para uma mulher. Luís Miguel e Flávia Biroli (2014) falam sobre essa negociação ao afirmarem que exercer o poder paritariamente exige várias ações e uma delas seria a divisão das tarefas domésticas. Um outro aspecto da negociação é que ela talvez tire dos ombros dessas mulheres uma suposta culpa por não se dedicarem às tarefas domésticas e de cuidado na intensidade que elas consideram que deveriam.

O poder para cuidar

Para iniciar este tópico, sinto a necessidade compartilhar a minha concepção de cuidado. Ele seria uma preocupação com o outro, um real interesse em melhorar a vida das pessoas. As reitoras muitas vezes associaram suas gestões ao cuidado e àquilo que Sonia Alvarez (1988) chama de *maternidade militante*, que é quando mulheres levam papéis tradicionalmente privados para o espaço público, quando elas se envolvem em causas políticas ou sociais motivadas por uma extensão de seus papéis de cuidadoras e protetoras, aplicando esses atributos ao espaço público.

Algumas vezes, as próprias reitoras atribuíram a si esta questão da maternidade e do cuidado, usando estas categorias para, de certa forma, valorizar as suas gestões. Especificamente sobre maternidade, uma das reitoras disse: “Sou daquelas reitoras que parece que eu estou falando dos meus filhos. Como

as pessoas me vêem: como uma mãe. Eu adotei essa postura mesmo, de mãe, mas uma mãe dura. Uma mãe, mas não aquela que passa a mão. As pessoas adoram vir conversar comigo, contar as coisas para mim (...).” Essa dimensão do cuidado se faz muito presente no cotidiano dessas mulheres e do que elas levam desta experiência na alta gestão. Assim, ao mesmo **tempo que** o cuidado é tido como uma atribuição inata do “feminino”, as reitoras o transformaram em **ferramenta política**.

Socialmente o trabalho de cuidado é naturalmente imputado à mulher. O sexo biológico define como se espera que homens e mulheres se comportem ao longo da vida e define também as responsabilidades de cada um. Por conta dessas diferenças, as mulheres aprendem desde pequenas que são responsáveis pelos cuidados da casa, da família e até de outras pessoas se este trabalho se fizer necessário. Assim, a divisão sexual do trabalho atribui historicamente às mulheres o papel de cuidadoras, conforme destacam Monique Menezes, Olivia Perez, Lizandra Serafim e Dolores Silva (2020). Essa construção social associa o cuidado (doméstico, familiar e emocional) ao universo feminino, enquanto os homens são direcionados para reflexões sobre poder político e econômico. Desde a infância, mulheres são socializadas para assumir responsabilidades afetivas e práticas de cuidado, reforçando a ideia de que traços como sensibilidade e paciência seriam “naturais” ao sexo feminino. Luís Miguel e Flávia Biroli (2014) complementam que essa hierarquia se baseia na falsa premissa de diferenças biológicas determinantes de aptidões.

Essa lógica também estabelece uma separação entre espaços público (masculino) e privado (feminino), gerando estereótipos de personalidade: mulheres seriam “naturalmente” emotivas e os homens, racionais. Como consequência, mulheres que desafiam esses papéis são estigmatizadas como “agressivas” ou “descontroladas” (Ghiorzi, 2021). A entrada das mulheres no espaço público, contudo, tem desestabilizado essa dicotomia, ainda que elas permaneçam reduzidas a essências estereotipadas que naturalizam sua subalternidade, negando a pluralidade de suas experiências (Miguel; Biroli, 2014).

Não é meu objetivo essencializar essa discussão afirmando que todas as mulheres e homens são de um determinado jeito. Essas diferenças não são

inatas, mas aprendidas e construídas socialmente. Porém, não se pode negar que essas diferenciações geram uma expectativa de como homens e mulheres devem se comportar. De forma geral, as pessoas esperam que determinados grupos se comportem de forma específica e se um ambiente é mais frequentado por homens, por exemplo, é considerado natural que ali estejam presentes as características imputadas àquele grupo (Miguel; Biroli, 2014). Isso nos leva a enxergar os espaços de poder como um ambiente masculino e o lar como um ambiente feminino. O contraponto que faço é que essas diferenças podem e devem ser questionadas, subvertidas e transformadas, pois são construções sociais. Nesse processo definiu-se que seriam as mulheres as responsáveis pelo trabalho de cuidado e desde pequenas aprendemos que essa é uma responsabilidade nossa. É fato que as mulheres não são obrigadas a tomar para si este trabalho e que homens também são capazes de exercer o cuidado. O ponto é que não se espera este comportamento dos homens, mas das mulheres e como nós mulheres fomos criadas dentro dessa lógica, às vezes incorporamos esses papéis e reforçamos estereótipos. As reitoras sinalizaram isso em suas entrevistas, seja quando associaram a presença das mulheres na gestão com a valorização e ampliação das dimensões sócio afetivas dos alunos (Silva *et al.*, 2023), quando manifestaram o desejo de ajudar e fazer a diferença na vida dos(as) estudantes e servidores(as) ou quando se preocupam em tornar o ambiente físico institucional mais aconchegante para servidores(as) e estudantes, por exemplo.

Eu gostaria, porém, de compartilhar duas situações que reforçaram para mim esta questão do cuidado atrelado às mulheres no ambiente de trabalho. Fiz todo o meu doutorado com afastamento do trabalho e após o término, ao retomar minhas atividades laborais, uma das minhas primeiras atividades foi a de auxiliar na organização de um evento que teria palestrantes externos à instituição. Não era um evento grande e nem muito longo (apenas dois dias), porém, a organização requereu bastante trabalho e organização e observei que todas as pessoas envolvidas nessa atividade eram mulheres. Como seria a estrutura do palco? Onde ficariam os sofás? Todos que estariam no palco teriam um lugar confortável para sentar? Como decorar o palco? Seria pos-

sível usar vasos de plantas na decoração? Tapete? Como fazer a sonorização do evento? Quem organizará o *coffee break*? Onde passar um café? Onde lavar e cortar as frutas do *coffee break*? Onde servir os salgadinhos? Todos esses detalhes, que parecem pequenos, mas que fazem muita diferença quando o evento está acontecendo, estavam sendo pensados e organizados por mulheres.

A segunda situação aconteceu durante a organização deste evento que acabei de citar. Uma das servidoras que estava na organização falava da diferença que ela percebia no seu campus com relação a questão de infraestrutura, comparando uma gestão masculina e uma gestão feminina. O seu campus sempre teve diretores homens e pela primeira vez, naquele momento, elegeu uma diretora. Ela contava que percebia diferença entre as gestões e deu três exemplos. O primeiro deles foi a instalação das cortinas em uma determinada sala que pegava muito sol e, por isso, era pouco utilizada, pois o excesso de luz solar causava grande desconforto a quem estava usando aquele espaço. Esse problema só foi resolvido com a eleição da diretora, que solicitou a instalação das cortinas. O segundo exemplo foi o da sala de acolhimento criada para atender os(as) estudantes e seus familiares. A diretora trouxe poltronas, tapetes e objetos de decoração particulares para montar essa sala e criar um espaço mais acolhedor do que uma sala de aula ou de trabalho comum. O terceiro exemplo foi a reforma que a nova gestão realizou no auditório e que mudou completamente a cara do ambiente para melhor. Segundo essa servidora, “quando tem um homem na direção do campus, as coisas são um pouco mais ‘jogadas’, não se dá tanta atenção a essas coisas que geram um bem-estar nas pessoas”.

Confesso que esta situação me incomoda um pouco porque parece um tanto paradoxal. Ao mesmo tempo que traz para a esfera do poder características que são socialmente atribuídas ao feminino, como o cuidado e a sensibilidade, há também o risco de reforçar estereótipos. Uma das reitoras entrevistadas levantou uma questão sobre as perguntas que normalmente são feitas às mulheres em cargos de gestão: “como que uma mulher na gestão é diferente de um homem?”. Para ela esse tipo de pergunta reforça a ideia de que mulheres devem justificar sua presença com base em características femininas,

reforçando os estereótipos. Isso também se refletiu na trajetória das reitoras, cujo conhecimento técnico e experiência em áreas tradicionalmente associadas ao cuidado e à gestão cotidiana, como assistência estudantil e coordenação pedagógica, foi crucial para que fossem percebidas como capazes de liderar.

As mulheres são socialmente cobradas para desempenhar papéis tradicionais, como a maternidade e a manutenção de relações afetivas, ao mesmo tempo em que são desencorajadas a buscar ascensão profissional. As reitoras mostram, porém, que essas cobranças sociais, esses estereótipos podem ser utilizados a seu favor. Não quero reforçar estereótipos, mas observo que às vezes eles são utilizados pelas mulheres para reafirmar as suas competências e contribuir, desta forma, para que elas consigam se eleger (ou ocupar os altos cargos que desejam).

Conclusão

As reitoras entrevistadas ensinam que, para elas, o poder nas Instituições de Ensino Superiores é uma responsabilidade coletiva, e o desejo inicial também é motivado por um coletivo. Se a ideia inicial de se candidatar ao cargo não partiu delas, isso não significa dizer que essas mulheres não tenham ambição. Entendo que para aceitar a ideia de concorrer a uma reitoria, de passar por essa experiência do processo eleitoral e, caso bem sucedida, de assumir o cargo com todas as responsabilidades, ônus e bônus que são intrínsecos a ele, é necessário ter ambição, adjetivo esse tão mal visto quando o substantivo que ele acompanha é feminino.

A família entra como elemento fundamental de apoio nesse processo. Nenhuma das entrevistadas foi a frente com seus planos para conquistar a reitoria sem antes conversar com sua família, seja para ter apoio, para organizar a dinâmica doméstica e para negociar o que esperar de cada uma das partes (reitora e família) durante o período da campanha/eleição e depois no cargo, quando eleitas. As reitoras mostraram que para estar e se manter nessa posição é preciso negociar espaços e fazer alianças – nas IES e em casa – e questionar estereótipos, mesmo quando precisam usá-los estrategicamente. Como disse uma reitora: “A gente não chega lá sozinho, a gente precisa de aliança”.

O poder para as reitoras é uma ferramenta que possibilita cuidar do outro. A preocupação com estudantes e servidores(as), o desejo de fazer mais pela comunidade onde estão inseridas são sentimentos que as reitoras expressaram durante suas conversas comigo. Entendo que vincular poder a cuidado é traçar uma linha tênue entre reforçar estereótipos e ressignificá-los. A grande maioria das mulheres foi socializada de forma a internalizar que elas são as responsáveis pelo trabalho de cuidado das pessoas que estão à sua volta. Mesmo com todas as discussões que os feminismos fazem a respeito do tema, questionando a imposição desse papel de cuidadora às mulheres, é muito difícil romper totalmente com isso. A questão que me faço, após conversar com essas mulheres, é se o caminho desejado é de total rompimento. Porque se as mulheres aprenderam que são responsáveis pelo cuidado, isso significa que isso não é inato e, neste caso, os homens também poderiam aprender e compartilhar com as mulheres as responsabilidades por este trabalho.

A questão de ter mais mulheres em cargos de poder não se trata apenas de incluir mulheres em estruturas e espaços masculinizados buscando a equidade. Isso é um movimento importante e necessário, mas ao incluirmos mais mulheres nesses espaços, novas discussões se apresentam. Ter mais mulheres no poder pode ser uma forma de começarmos a **repensar o conceito de poder**. Como os homens sempre ocuparam esse espaço, o poder sempre se apresentou com características masculinas: firme, racional, lógico, ambicioso. As mulheres, ao adentrarem nessa esfera, tensionam a relação com o poder e levam as pessoas a esperarem que elas tragam para esse espaço as características femininas, como sensibilidade, amorosidade, intuição, empatia, cuidado. Quando elas não atendem a essa expectativa, existem alguns caminhos. O primeiro deles é comparar a gestão dessa mulher com a dos outros homens: “ela é uma gestora tão boa, parece até um homem no poder”. Ela só seria boa porque traria para sua gestão as características esperadas para um gestor homem. O outro caminho é o da cobrança: por ser mulher ela precisa se comportar como é esperado que uma mulher se comporte e só assim ela fará uma boa gestão. O terceiro caminho é aquele em que a mulher reproduz todos os estereóti-

pos associados ao feminino e, justamente por isso, ela não é uma boa gestora. “Mulher não serve para liderar/administrar/gerir.

No caso das reitoras, elas souberam usar nas suas campanhas e nas suas gestões as características entendidas como femininas, usualmente desvalorizadas. Com isso, elas me fazem refletir se seria possível repensar o poder a partir de valores como empatia, escuta, coletividade e cuidado, rompendo com a ideia masculina de poder e construindo uma nova forma de estar nesses espaços.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. *In*: STEPAN, A. (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-380.

BERGMANN, Carolina Giordano. “**Eu nunca pedi licença para estar nesses espaços**. Eu só fui ocupando”. Reitoras na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2025. 371f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

BONETTI, Alinne De Lima. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 105, 2009.

BRASIL. **Lei N. 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. Brasília, DF: MEC, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 11 ago. 2022.

GHIORZI, Alessandra Caroline. **Gênero e poder nas políticas públicas**: Um estudo sobre o processo de implementação da política de financiamento público de campanha para as candidatas às eleições de 2020 em Porto Alegre (RS). 2021. 91f. Projeto de Pesquisa de Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MENEZES, Monique *et al.* Trajetória profissional das mulheres da ciência política nas regiões norte e nordeste do Brasil. *In*: BIROLI, F. *et al.* (ed.). **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 275 – 300.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653 – 679, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300003>.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. *In*: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Masculino, Feminino, Plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41.

SILVA, Jesué Graciliano da *et al.* (org.). **Institutos Federais dos Brasileiros**: A história contada por quem fez. São Paulo: Artliber, 2023.

OBSERVATÓRIO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA CIÊNCIA: INDICADORES E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS

Morgani Guzzo
Joana Maria Pedro

Introdução

A violência de gênero tem sido um tema de grande destaque nas políticas públicas e pesquisas acadêmicas, especialmente a partir das Conferências da ONU dos anos 1990¹. Apesar de mais de três décadas colocando foco sobre essa problemática, nem todas as esferas da sociedade têm abordado com a mesma atenção o enfrentamento a esse tipo de violência.

No Brasil, a visibilidade de casos de assédio e outras formas de violência de gênero no ambiente acadêmico² tem crescido a partir dos anos 2000, sendo um marco desse processo a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito apelidada de “CPI dos Trotes”, em 2014, pela Assembleia Legislativa de São Paulo. Naquele ano, denúncias envolvendo estupros em festas e “rituais de acolhimento” de estudantes em universidades de São Paulo chocaram a opinião

1 Destaca-se a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”) de 1994.

2 Este capítulo é um dos resultados da pesquisa de Pós-Doutorado Junior (PDJ/CNPq) realizada junto ao INCT Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas múltiplas insurgências (Processo 157701/2025-5), cujo título é: “Mapeamento, troca de experiências e divulgação científica: estratégias de circulação das boas práticas, formação e articulação em rede para o enfrentamento às violências de gênero e suas interseccionalidades nas universidades”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (Processo: 202402733), com supervisão da professora Dra. Joana Maria Pedro. Também é resultado do projeto “Impasses para a presença de mulheres em espaços de poder: assédio nas universidades e violência política de gênero (estudo comparado entre América Latina e França)”, coordenado pela professora Dra. Janine Gomes da Silva (Processo 406634/2023-8).

pública, demonstrando o silêncio e a omissão das instituições diante de fatos que, por sua recorrência, pareciam fazer parte da cultura universitária.

As denúncias de violência em espaços acadêmicos se somam a inúmeras outras barreiras que mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, especialmente negras, quilombolas, indígenas e com deficiência, enfrentam no decorrer de sua carreira. No âmbito científico, a desigualdade de gênero tem sido estudada e analisada em diversas áreas do conhecimento (Costa, 2006; Keller, 1991; Leta, 2003), demonstrando a imbricação entre as iniquidades e violências de gênero na sociedade e o apagamento do trabalho das mulheres na história da ciência, os obstáculos impostos para o seu desenvolvimento científico e o preconceito que ainda as exclui de várias carreiras com base em estereótipos de gênero.

Apesar de contarmos com alguns indicadores de violência, de empregabilidade, de salário, de acesso à educação, saúde, cultura, entre outros, ainda são incipientes pesquisas e estudos que cruzem a presença das mulheres nas universidades (em diferentes áreas) e na carreira acadêmica (especializações e docência) com as suas experiências de violência, as dificuldades estruturais encontradas e o tempo até a sua colocação no mercado de trabalho em vagas relacionadas às suas áreas de formação.

Temos como objetivo, com base nesse contexto, apresentar discussões que envolvem o trabalho do Observatório do INCT Caleidoscópio – Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas múltiplas insurgências. Proposto como um Observatório nacional, as ações vêm sendo desenvolvidas em nucleações regionais e interinstitucionais, visando cumprir com as seguintes metas: a) produzir e divulgar indicadores sobre a participação das mulheres na Ciência e Tecnologia, com um mapeamento histórico e atual; b) levantar as iniciativas institucionais pioneiras em Direitos Humanos e justiça social nas Instituições de Ensino Superior (IES); c) criar conteúdos para sensibilização do público (especialmente das IES) e recomendações para subsidiar políticas públicas.

A partir de 2023, com a aprovação do projeto do INCT pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), começamos

a estruturar um Observatório-piloto, envolvendo pesquisadoras das regiões Sul e Sudeste do país³. O trabalho desenvolvido nesta nucleação está focado especialmente em três grandes frentes: 1) a análise estatística da presença de mulheres em diferentes áreas da Ciência e a divulgação de trajetórias das cientistas pioneiras (agrupada no que chamamos de Nucleação 1); 2) o mapeamento de equipamentos de enfrentamento ao assédio e outras violências nas universidades (Nucleação 2); e 3) a elaboração de produtos de divulgação científica. As ações também envolvem o acompanhamento e a análise de indicadores de violências e vulnerabilidades que atingem as mulheres na ciência, em uma perspectiva interseccional, a partir da colaboração entre grupos de pesquisa nacionais e internacionais.

Assim, as primeiras ações envolveram um esforço de mapear e contatar dezenas de pesquisadoras das duas regiões que estivessem trabalhando com as temáticas de interesse do INCT. Esse esforço resultou na formação e no fortalecimento de uma importante rede de pesquisadoras/es/us⁴ que, atualmente, extrapola os limites regionais e, mesmo, nacionais, contemplando mais de cem pessoas de várias regiões do Brasil, da América Latina e, também, de Portugal.

Seguindo a ordem das “frentes” de trabalho, o texto está organizado em três tópicos. Primeiro, apresentamos alguns indicadores sobre a presença das mulheres em diversas áreas da ciência e dos principais perfis de pesquisadoras/es contemplados com bolsas do CNPq – estes últimos, a partir da análise realizada pela própria equipe do Observatório Sul-Sudeste. Em seguida, ao abordarmos as barreiras vivenciadas por mulheres e diversidades durante suas trajetórias acadêmicas, focamos a incidência do debate sobre assédio e demais violências de gênero nas universidades brasileiras e das inci-

3 A equipe fixa do Observatório é composta por pesquisadoras da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). À frente da sua coordenação estão Karla Adriana Martins Bessa, Joana Maria Pedro e Maria Margaret Lopes, e, na equipe, atuam duas pós-doutorandas, sendo Rebeca Feltrin e Morgani Guzzo entre 2023-2024; e Lia Gomes da Silva e Morgani Guzzo, a partir de 2024 até o momento.

4 O próprio projeto do INCT Caleidoscópio é resultado da criação de uma rede de pesquisadoras/es/us, em 2021: a Caleidoscópio – Rede Nacional de Estudos e Pesquisas Feministas, Transfeministas, Antirracistas, Interdisciplinares e Decoloniais. Ver mais informações sobre isso em: <https://caleidoscopio.unb.br/acessorapido2>. Acesso em: 12 ago. 2025.

pientes e crescentes iniciativas no enfrentamento às violências interseccionais nas Instituições de Ensino Superior no país.

Ao apresentarmos o que o Observatório Caleidoscópio tem alcançado até o momento e as potencialidades abertas para o futuro, evidenciando os trabalhos em andamento e as estratégias de comunicação desses trabalhos em formatos diversos, finalizamos apontando os desafios, ainda evidentes, no enfrentamento às desigualdades na ciência, especialmente relacionados às análises das políticas implementadas pelas instituições para enfrentar as violências em suas estruturas.

Indicadores sobre gênero e ciência a partir da perspectiva feminista interseccional

A ainda evidente desigualdade de gênero em diversas áreas da ciência, que reflete no afunilamento da presença das mulheres nos cargos mais altos da hierarquia científica e nos salários mais baixos quando estão no mercado de trabalho – mesmo com formação equivalente e ocupando cargos similares –, demonstra uma lacuna persistente nas políticas sociais ligadas ao combate às violências e à ampliação do acesso à educação superior de mulheres cis e trans, especialmente negras, quilombolas, indígenas, com deficiência e pertencentes a camadas mais empobrecidas da sociedade.

Segundo dados publicados pela ONU Mulheres Brasil em 2017, apesar do dinamismo do mercado mundial de tecnologias de informação e comunicação (TIC), as mulheres representam somente 25% da força de trabalho da indústria digital. No Brasil, elas representam somente 20% dos mais de 580 mil profissionais que trabalham nesta área; e quase 80% das ingressantes em carreiras tecnológicas optam por desistir dos estudos logo no primeiro ano (Frabasil, 2018). Do total de programadores, elas somam 17%, e representam apenas 17,8% das pessoas matriculadas em cursos de graduação em TIC – ambiente percebido por elas como hostil, competitivo e solitário (Souza *et al.*, 2025). Segundo o Censo da Educação Superior de 2023 (Inep, 2024), apenas

17,5% das pessoas concluintes de cursos de graduação na área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são mulheres⁵.

No que se refere à produção científica, apenas 28,4% da pesquisa científica no mundo são feitas por mulheres. No Brasil, elas representam 33,1% dos graduados em carreiras STEM (ciências, tecnologia e matemática) e 29,5% dos formados em engenharia. A representação das mulheres cai conforme sobe a pirâmide da vida acadêmica: em física, elas representam 30% dos graduados, 20% dos que terminam mestrado e doutorado, 15% dos professores universitários e 5% dos membros da Academia Brasileira de Ciências.

Uma análise das publicações científicas realizada pela editora Elsevier (2022) aponta que o Brasil está em terceiro lugar, dentre os 15 países pesquisados entre 2014 e 2018, no número de artigos publicados por mulheres comparativamente ao número de artigos publicados por homens (cerca de 0,8 mulher por homem), o que representa uma melhora no equilíbrio da produção em comparação ao período anterior, que foi de 0,55 mulher por homem de 1999 a 2003. Com relação às áreas onde houve maior crescimento, a participação das mulheres foi menor nas ciências físicas do que nas ciências da vida e da saúde. Em enfermagem e psicologia, a presença das mulheres suplantou a de homens na maioria dos países. Já matemática, física e ciências da computação mantiveram-se como espaços predominantemente masculinos. O Brasil apresenta peculiaridades em relação aos demais países, com presença majoritária de mulheres em áreas como farmácia, neurociência e odontologia.

Em pesquisa realizada em 2003, Jacqueline Leta demonstrou que “a proporção de bolsistas mulheres cresce nas diferentes modalidades, mas diminui na medida em que cresce o nível hierárquico da bolsa” (Leta, 2003, p. 276), argumentando que este é um indicativo de que uma parcela das mulheres que passam pelos primeiros estágios da formação científica “se perde” ao longo do caminho ou simplesmente não ganha o reconhecimento dos pares por meio da concessão de bolsas. Segundo a pesquisadora, dados de 2002

5 Além da área de TIC, as mulheres também são minoria nos cursos de Engenharia, produção e construção, representando 33,78% das concluintes. Nas demais oito áreas, elas são a maioria de concluintes, chegando a 76,3% das concluintes na área de Educação (Inep, 2024).

do CNPq mostravam que, para cada pesquisador, havia 0,84 pesquisadora cadastrada no Diretório de Grupo de Pesquisa, e essa relação diminuía para 0,48 pesquisadora por pesquisador quando analisada a concessão de bolsa de produtividade (o nível mais alto de bolsa concedida pelo CNPq).

Como parte dos trabalhos do Observatório Caleidoscópico, as pesquisadoras Rebeca Buzzo Feltrin, Karla Bessa e Margaret Lopes (2024) atualizaram a análise sobre os perfis das pessoas a quem foi concedida alguma modalidade de bolsa do CNPq (iniciação científica, mestrado, doutorado, doutorado no exterior, pós-doutorado, pós-doutorado no exterior e produtividade em pesquisa), nos anos de 2005 e 2023, com base nos dados apresentados no Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), lançado em setembro de 2023 pela Diretoria de Análise de Resultados e Soluções Digitais (DASD). Segundo explicam, o tratamento dos dados coletados foi realizado com auxílio do *software* de Análise Interseccional de Perfil – AIP, adaptado na linguagem *Phyton* para o uso no projeto⁶.

O programa é capaz de operacionalizar as variáveis de diferenças sociais de forma interseccional, através da análise das linhas da planilha em formato Excel® com os dados desagregados dos bolsistas da base de fomento do CNPq (como sexo/gênero, cor/raça, região etc.) e atribui um “perfil” a cada bolsista, de acordo com as variáveis de interesse selecionadas. Em seguida, o *software* agrupa os perfis idênticos e os contabiliza, apresentando a frequência absoluta de cada grupo de perfil (número absoluto) e relativa (percentual com relação à amostra total). O AIP apresenta uma listagem em que classifica os perfis, ordenando do mais frequente para o menos frequente em cada dimensão analisada (Feltrin; Bessa; Lopes, 2024, p. 161).

Na análise realizada, as pesquisadoras evidenciaram que, entre os principais perfis de pesquisadoras/es contemplados com bolsa produtividade,

6 O *software* foi adaptado durante a pesquisa de pós-doutorado de Rebeca Buzzo Feltrin, em colaboração com o professor do IFSP, Diego Ferreira dos Santos. O programa recebeu registro no INPI em junho de 2024, sob número BR 51 2024 001931-6.

tanto em 2005 quanto em 2023, repete-se um padrão interseccional: homens, brancos, com predomínio das áreas de Exatas. Dentre os bolsistas que declararam o marcador social de raça/cor, 70,15% deles são brancos, 10,35% pardos, 1,64% se declararam de cor preta, 1,72% amarela e apenas 0,26% se declararam indígenas (Feltrin; Bessa; Lopes, 2024, p. 168). As pesquisadoras chamam a atenção para apenas uma mudança nesse perfil, referente à região contemplada pelas bolsas.

[...] nesses quase 20 anos, houve uma redistribuição de bolsas para outras regiões do país fora do Sudeste, mas os beneficiários continuaram os mesmos. Eles são, em sua maioria, homens brancos das áreas de Exatas que, embora estejam no Nordeste ou Centro-Oeste, podem não ser originários dessas regiões, já que mantém o perfil idêntico aos pesquisadores do Sudeste. Além disso, a ascensão desse grupo particular em outras áreas do país só ampliou seus privilégios no território, fazendo com que fossem maioria também em outras regiões do país (Feltrin; Bessa; Lopes, 2024, p. 170).

A análise de perfil de bolsistas do CNPq também demonstra aquilo que muitas pesquisas que enfocam a questão de gênero na progressão das carreiras científicas já vêm identificando: que a presença de mulheres e pessoas negras é mais frequente nos níveis iniciais (bolsistas de iniciação científica) do que nos níveis mais elevados da carreira, corroborando a evidência da existência do “efeito-tesoura”, isto é, a inversão da proporção de mulheres desde sua entrada até os níveis mais altos da vida acadêmica.

Em relação às Instituições de Ensino Superior (IES), observa-se o crescimento da presença de mulheres jovens nas universidades. No entanto, embora sejam a maioria de ingressantes nos vestibulares em várias áreas do conhecimento, na medida em que a carreira acadêmica progride, ou seja, na passagem do mestrado ao doutorado ou do doutorado à ocupação de cargo docente estável, a presença delas diminui. Segundo o Censo da Educação Superior de 2023 (Inep, 2024), na década 2013-2023, o percentual de mulheres matriculadas na educação superior aumentou 138,6% – de 4,2 milhões para cerca

de 10 milhões apurados na última edição da pesquisa. Elas são 59,1% do total de matrículas e 59,4% do total de ingressantes. Para além das alunas, o Censo da Educação Superior 2023 registrou 157.680 professoras, o equivalente a 47,6% do corpo docente desse nível educacional, que conta com 331.326 profissionais ao todo.

Apesar do processo de pluralização dos quadros discentes e docentes nas universidades – lento, mas em curso –, o cenário não significa a diminuição nas barreiras de acesso e permanência no Ensino Superior e nem na continuidade das carreiras científicas das ingressantes. Ao contrário, ao longo da sua jornada de formação, as dificuldades enfrentadas por mulheres são bem mais amplas e distintas das dos seus colegas homens. A razão disso é que o problema é social e cultural, marcado por construções simbólicas e materiais que limitaram historicamente os espaços e os tipos de atividades que poderiam ser desempenhados pelas pessoas de acordo com seu gênero.

Na perspectiva feminista, os motivos para a menor presença de mulheres em algumas áreas da ciência encontram-se na história da construção das relações de gênero e na determinação, a partir de uma visão binária, de lugares e papéis sociais diferentes a serem ocupados e desempenhados por mulheres e homens nas sociedades ocidentais. Com a diferenciação, está imposta a hierarquização, sendo os papéis ligados à reprodução da vida, cuidado e ao âmbito doméstico menos valorizados (e, na maior parte das vezes, não pagos) do que os trabalhos ditos “produtivos” e realizados no espaço público.

Nas diferentes áreas da ciência, esse dualismo tem sustentado a exclusão das mulheres, especialmente nas chamadas ciências exatas e experimentais, campos que, segundo Grossi e Rea (2020), teriam acesso

a um modelo supostamente mais alto e certo de cientificidade, ou seja, de racionalidade, de objetividade, de neutralidade e, então, de perfeição epistemológica. A evocação desta suposta diversidade de estatutos epistemológicos entre as ciências exatas e da natureza (as ditas ciências duras) e as ciências humanas e sociais foi utilizada para afastar as mulheres

da produção de conhecimento racional e objetivo (Grossi; Rea, 2020, p. 2).

Assim, pesquisadoras feministas têm elaborado análises e críticas sobre o campo da ciência como um campo de relações de poder, de hierarquias e desigualdades socialmente definidas, composto por instituições e suas regras, onde os critérios de objetividade “são sapientemente orquestrados e produzidos em base de acordos ao mesmo tempo políticos e cognitivos” (Grossi; Rea, 2020, p. 3).

O desenvolvimento do campo voltado aos estudos de gênero e ciência no Brasil tem se desenvolvido especialmente a partir dos anos 1970, ganhando destaque e importância entre as/os acadêmicas/os, principalmente, a partir dos anos de 1980 (Leta, 2003). Destaca-se, nesse sentido, a importância do papel de órgãos internacionais, como a Unesco, que “desde a década de 1990, vem realizando estudos, pesquisas e, também, atividades, tal como conferências, que visam a discutir e a propor ações para a maior inclusão das mulheres nas atividades de ciência e tecnologia (C&T)” (Leta, 2003, p. 272).

As tensões com a entrada de mulheres nas universidades e em diversas carreiras científicas têm demonstrado que a desigualdade de gênero é reflexo de um ambiente ainda hostil à diversidade – tanto de corpos quanto de epistemologias. Os desejos e projetos de vida das cientistas ainda esbarram nas desigualdades interseccionais de gênero, perceptíveis em todos os setores da sociedade, e nas violências enfrentadas nas relações hierárquicas do ambiente universitário.

Nesse sentido, destacam-se iniciativas recentes, como a *Parent in Science*, que, desde 2016, vem reunindo jovens docentes e pesquisadoras que tentavam conciliar a carreira acadêmica e o cuidado com os filhos para defender a implementação de políticas públicas que estimulem a permanência e a reentrada de mães na carreira acadêmica. O exercício da parentalidade, assim como algumas das violências, afeta mais as mulheres do que os homens no desenvolvimento da carreira. Resultado da demanda protocolada pelo *Parent in Science* – em parceria com a Rede de Mulheres nas Ciências e a Rede Andorinhas,

da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – , em 2021, o CNPq realizou uma alteração na Plataforma do Currículo Lattes, passando a permitir o registro dos períodos de licença-maternidade. Segundo o órgão, no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP), “50% do total de pesquisadores cadastrados são mulheres. Nos últimos 15 anos, o percentual de mulheres aumentou 7 pontos percentuais” (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2021).⁷

A perspectiva feminista, ao mesmo tempo que visa romper com o mito da ciência como neutra e um espaço de ideias puras ou “fatos e fenômenos naturais diretamente acessíveis em si mesmos” (Grossi; Rea, 2020, p. 3), permite evidenciar hierarquias, desigualdades e barreiras impostas com base no gênero, identificando a incidência e a permanência de violências diversas durante toda a trajetória acadêmica de mulheres, especialmente se forem negras, indígenas, trans, com deficiência, empobrecidas, ou atravessadas por outros marcadores sociais da diferença. Assim, um elemento importante na análise da desigualdade de gênero na ciência, e também o foco do trabalho do Observatório do INCT Caleidoscópio, é mapear as iniciativas, políticas, mecanismos e instrumentos de enfrentamento às diversas violências que atravessam as suas carreiras.

Tirando o véu que (en)cobre as violências nas universidades

A crescente entrada de pessoas negras e provenientes de escolas públicas a partir das políticas afirmativas (cotas em vestibulares, entre outras) nas universidades brasileiras tem demonstrado que o ambiente universitário, como parte de uma sociedade culturalmente marcada por valores e práticas racistas, misóginas, patriarcais e elitistas, reproduz as mesmas hierarquias,

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>. Acesso em: 12 ago. 2025.

preconceitos e violências⁸. Entre os efeitos dessas violências estão a desistência dos cursos, as mudanças de turmas ou turnos, o impacto na saúde mental, na confiança e no sentimento de pertencimento dessas pessoas à comunidade e à carreira, entre outros.

As violências de gênero (na política, nas universidades, na vida social como um todo) colocam o Brasil em destaque negativo em diversos rankings internacionais. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, com dados de 2024, demonstrou que a taxa de feminicídio cresceu 0,7% em relação a 2023, assim como houve crescimento no número de registros de violência doméstica, sendo dois chamados feitos a cada minuto à Polícia Militar, e aumento de 6,6% na concessão de medidas protetivas de urgência (MPU). Quanto à violência sexual, o Anuário registrou o maior número de estupros e estupros de vulneráveis da história, sendo mais de 87 mil vítimas em 2024, taxa de 41,2 por 100 mil habitantes – sendo que 76,8% das vítimas eram vulneráveis; 87,7% do sexo feminino e 55,6% negras (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

Demonstrar o cenário geral das violências contra as mulheres no Brasil nos permite dimensionar aspectos sociais que envolvem as relações de gênero. O diagnóstico do crescimento das violências direcionadas às mulheres deve ser lido como prática disseminada não só nas relações interpessoais, mas nas relações de convivência em diversos outros espaços, como de estudo e trabalho, em setores públicos e privados.

Assim, como parte da mesma sociedade, o espaço universitário – assim como qualquer outra instituição – também é cenário de múltiplas violências de gênero, muitas vezes interseccionadas ao racismo, classismo, capacitismo,

8 A problematização das estruturas hierárquicas, desiguais e violentas das universidades ocorre concomitantemente ao avanço nas políticas de inclusão e permanência na educação superior no Brasil. A abertura de novas universidades públicas, de mais vagas em universidades federais já existentes, a criação e ampliação de programas de financiamento estudantil para que estudantes de baixa renda possam frequentar universidades particulares (FIES), a criação de programas de acesso a estudantes de escolas públicas e políticas afirmativas de cotas para pessoas negras, indígenas e de baixa renda (PROUNI, PAA), a ampliação de políticas de permanência estudantil nas universidades públicas, entre outras ações, foram implementadas e levadas adiante nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016). Uma abordagem da trajetória dessas políticas foi feita por Santos e Cerqueira (2009).

LGBTfobia etc. De acordo com Melina Moreira Campos Lima e Eleonora Mesquita Ceia (2022), “desde o seu ingresso tardio às universidades, seja como docentes, seja como estudantes, as mulheres defrontam até hoje formas de violência física, sexual e psicológica nos seus diversos ambientes (salas de aula, laboratórios, alojamentos, festas dentro do campus etc.)” (Lima; Ceia, 2022, p. 5).

Trotes violentos, assédios, estupros e desqualificação intelectual são exemplos de violências perpetradas por homens – membros ou não da comunidade – as quais estudantes, docentes, servidoras e trabalhadoras terceirizadas enfrentam no cotidiano universitário. Tais violências geram não apenas consequências negativas sobre a formação acadêmica, a carreira profissional e saúde mental das mulheres, como também, em casos gravíssimos, podem ultimar na morte da vítima. No Brasil há registros de feminicídio cometido dentro de universidade e suicídio de estudante em razão de assédio sexual praticado por professor e supervisor de estágio (Almeida, 2017) (Lima; Ceia, 2022, p. 6).

Nas últimas duas décadas, esse tema tem ganhado destaque em congressos, conferências e na definição das políticas institucionais da ciência e das universidades. A pesquisa pioneira de Vilma Zotareli *et al.* (2012) com estudantes de uma universidade pública do Estado de São Paulo revelou que, entre as jovens universitárias, 56,3% foram submetidas a algum tipo de violência e 9,4% foram submetidas à violência sexual desde a entrada na universidade. Esse estudo confirmou ainda que 29,9% dos homens relataram ter cometido algum tipo de violência, sexual ou outra (Cavaleiro; Lizzi, 2024, p. 8).

Apesar de seu impacto, a produção científica sobre a violência de gênero contra as mulheres nos espaços universitários e as iniciativas institucionais para o seu enfrentamento é, ainda, incipiente, segundo mapeamento feito por Furlin, Tessaro e Bido (2024), que buscaram estudos em três bases de dados no período de 2011 a 2021. As autoras identificam um aumento das publicações entre 2018 e 2020, que pode estar associado à emergência deste pro-

blema no espaço público, à ação de órgãos internacionais e latino-americanos, aos incentivos à pesquisa, produção e publicação acerca da violência de gênero (Monteiro; Silva; Ribeiro, 2020), e, ainda, ao aumento das denúncias de abuso e assédio sexual em espaços universitários, sobretudo a partir do ano de 2015, quando, em algumas universidades, as mulheres começaram a denunciar as violências vividas (Furlin; Tessaro; Bido, 2024; Porto, 2017).

O ano de 2015 é efetivamente importante na história do movimento feminista brasileiro. Foi este ano que ficou marcado como a *Primavera Feminista* ou *Primavera das Mulheres*, quando milhares de manifestantes foram para as ruas contra o avanço do Projeto de Lei 5.069/2013, de autoria do então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (Bedineli, 2015), que visava retroceder no direito ao aborto no país. Além de se manifestarem contra o PL e por “Fora Cunha”, estava em pauta a luta contra o assédio, com as campanhas *#meuprimeiroassedio* e o movimento “Chega de Fiu-Fiu” nas redes sociais *on-line* (Grillo *et al.*, 2015). 2015 também marcou um momento de grande visibilidade de casos sistemáticos de assédio e estupro em contextos universitários, com o encerramento da chamada “CPI dos Trotes”, aberta pela Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), em 2014.

A “CPI dos Trotes” foi resultado de inúmeras denúncias envolvendo universidades, que começaram quando, na Universidade de São Paulo (USP), alunas e alunos da Faculdade de Medicina relataram casos de violência sexual e outras formas de agressão e humilhação nos trotes, rituais, festas, espaços de convivência, moradias e repúblicas, denunciando, especialmente, os trotes institucionalizados nos cursos mais prestigiosos e tradicionais da instituição. Devido à atuação articulada de professoras da USP, militantes de direitos humanos, estudantes e docentes de outras universidades públicas do estado e do deputado Adriano Diogo (PT), que presidia a Comissão de Direitos Humanos, houve a realização de três audiências públicas sobre o tema que, resultaram, posteriormente, na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas. “[...] os casos foram nomeados como um problema a partir de certa noção de *Direitos Humanos* e de sua *violação* no ambiente universitário, considerando-se inclu-

sive as universidades como corresponsáveis ou omissas” (Almeida, 2022, p. 197, grifos da autora).

Não se tratava apenas de denunciar atos de agressão ocorridos em ambientes universitários, mas expor publicamente a inação ou omissão dos gestores das universidades que teriam sido alertados e não teriam tomado providências adequadas. Diretores e comissões de investigação (as chamadas sindicâncias) teriam desqualificado as denúncias e as denunciantes, e os acusados teriam sido poupados de qualquer investigação ou punição. A CPI expôs algumas das faculdades mais importantes do país como estruturas burocráticas que haviam silenciado denúncias (evitando a formalização) ou organizando comissões sindicantes que teriam duvidado da palavra das vítimas, liberando docentes e discentes agressores, muitas vezes confessos ou mesmo diante de provas documentais (como fotos, vídeos, mensagens online, exames de corpo delito e laudos periciais presentes em casos de estupro) (Almeida, 2022, p. 197).

O relatório da Comissão revelou um contexto urgente: até aquele momento, a maior parte das universidades brasileiras não tinha nenhum protocolo para agressões que abarcavam, inclusive, estupros coletivos, e os casos mostraram “a inação, omissão ou mesmo algo que poderia ser classificado como ‘violência institucional’, principalmente quando os gestores teriam afirmado às vítimas que esquecessem aquele episódio e ‘tocassem’ a vida em diante” (Almeida, 2022, p. 197). A CPI no estado de São Paulo demonstrou, ainda, que os trotes deixavam marcas profundas (Delgado, 2015; Kapa, 2015). “Fomos infelizmente descobrindo casos de evasão das alunas, mas também de adoecimentos sucessivos gerados pela agressão (doenças autoimunes, depressão, tentativas de suicídio)” (Almeida, 2022, p. 198).

A visibilidade da CPI, na época, colocou luz sobre as violências entre estudantes, especialmente contra calouras/os, mas, também, chamou atenção para outros tantos tipos de assédio e violências vivenciadas por mulheres e a população LGBTQIAPN+ envolvendo professores, técnicos, e outros

membros da comunidade universitária. No mesmo ano de conclusão da CPI⁹, em 2015, o Instituto Avon e o Data Popular realizaram um estudo composto por 1.823 entrevistas, inédito no Brasil, que mostrou que 56% das entrevistadas afirmaram ter sofrido assédio sexual e 28% disseram que sofreram violência sexual, o que abarca desde beijos e toques sem consentimento até estupro. O percentual total de casos, incluindo as violências sem natureza sexual, é de 67% das entrevistadas. Ademais, essa mesma pesquisa revelou que 63% daquelas que sofreram algum tipo de violência não denunciaram o caso. Com relação à percepção dos homens sobre as violências, 27% dos entrevistados consideraram que abusar de uma mulher quando ela está alcoolizada não é violência e 35% afirmaram que julgavam não haver violência no ato de coagir uma mulher a participar de atividades degradantes (Instituto Avon/Data Popular, 2015).

A pesquisa demonstrou o aspecto generalizado das violências nas universidades. Mesmo antes de a “CPI dos Trotes” virar notícia a nível nacional, outro escândalo envolvendo festas universitárias gerou revolta, também em São Paulo. A denúncia do “Rodeio das Gordas”, em 2010, durante os jogos do InterUnesp¹⁰ (Godinho, 2022; Possas, 2022) abriu caminho para inúmeras outras denúncias de violações em espaços universitários e a criação de coletivos feministas e LGBTQIAPN+ nos vários *campi* da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Segundo Possas (2022), este foi um divisor de águas, um marco histórico que demonstrou que as denúncias de casos de violência de gênero deveriam ser enfrentadas através da criação de “comissões internas” e com

9 A CPI foi concluída em 10 de março de 2015, depois de 35 sessões e mais de 100 depoimentos envolvendo denúncias de violências em sete instituições do estado: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e de Campinas (PUC-Campinas), e da Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI) (GI, 2015).

10 O evento ocorreu entre 9 e 12 de outubro de 2010 e reuniu centenas de estudantes de todos os *campi* da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), em Araraquara, cidade do interior paulista. A denúncia levou à instalação de um processo administrativo disciplinar interno, com a suspensão, por cinco dias, dos dois alunos considerados responsáveis “por publicarem na internet, associando o nome da universidade a conteúdos discriminatórios e ofensivos à integridade de alunas participantes dos Jogos InterUNESP”. Também um inquérito foi aberto pelo Ministério Público em Araraquara, para investigar e apurar as responsabilidades. Segundo Godinho (2022, p. 32), a Promotoria de Justiça e Direitos Humanos da cidade determinou que o caso infringia a Lei Maria da Penha, que penaliza quem pratica violência contra as mulheres.

ações de natureza pedagógica como palestras, seminários, oficinas, principalmente para estudantes ingressantes.

A ação de coletivos de estudantes, com a exposição pública dos casos de assédio e outras violências, tem sido a força propulsora de muitas das mudanças institucionais nas universidades, especialmente aquelas relativas aos enfrentamentos das violências. Na consideração de que grande parte das denúncias acaba silenciada, varrida para debaixo do tapete por interesses de gestores e da própria classe de docentes, tornar os casos visíveis possibilita gerar interesse da sociedade civil pelo que acontece dentro das universidades, e a indignação compartilhada também pode pressionar as instituições de fora para dentro.

O período de 2010-2015 marcou a criação de coletivos de estudantes também em universidades de outras unidades da federação. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por exemplo, coletivos feministas e LGBTQIAPN+ que foram criados entre 2014 e 2015 (Guzzo; Wolff, 2017) formaram parte do movimento por mais e melhores políticas de inclusão, permanência e enfrentamento às violências na instituição.

Na Universidade de São Paulo, em consequência das denúncias, foi fundada, em 2015, a Rede Não Cala USP – Rede de Professoras e Pesquisadoras pelo enfrentamento da violência sexual e de gênero na USP. Naquela universidade, assim como em muitos outros casos, o apoio de professoras/es, que acolhem, acompanham e atuam institucionalmente por uma resposta às situações de violência tem sido fundamental para a responsabilização de assediadores e agressores e, também, para o início de um processo que vem se consolidando até hoje: a implementação de políticas de prevenção e enfrentamento às violências nas universidades.

De acordo com Furlin e Delgado (2024, p. 11), até o ano de 2022, cerca de 33% (23 instituições) das 69 universidades federais brasileiras tinham alguma política institucional com ações para a prevenção, acolhimento e enfrenta-

mento das violências de gênero¹¹. O levantamento evidenciou que, com exceção da Universidade de Brasília (UnB), que tem sua Diretoria da Diversidade (vinculada à Secretaria de Direitos Humanos) criada já em 2013, e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que, em 2016, criou a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD)¹², os demais mecanismos foram criados a partir de 2017. Já com relação às universidades estaduais do Sul e do Sudeste brasileiro, das 23 instituições mapeadas, apenas 9 possuíam algum mecanismo de gênero em 2022 (Furlin, 2025).

Em vista do aumento da visibilidade sobre a questão, propostas de lei, projetos de pesquisa e políticas públicas vêm sendo elaboradas para analisar e propor mudanças na dinâmica violenta das universidades. Ao longo da última década, tem crescido o interesse da comunidade científica por esses temas, assim como tem ampliado o debate público a partir de denúncias contra professores, por exemplo, que chegaram à imprensa.

Legislação e programas nacionais e o mapeamento dos equipamentos nas IES

Efetivamente, entre as violências de gênero mais denunciadas, está o assédio moral e o sexual (Soares Nunes; Tolfo, 2015), ambos relacionados à forma como as relações de poder se dão no ambiente acadêmico. De acordo com a pesquisadora Heloisa Buarque de Almeida (2022), “assédio” é uma categoria relativamente nova, geralmente associada a situações de violência sexual, e que não possui uma definição universal, mas vai sendo definida a depender das relações sociais, históricas e políticas a que está relacionada.

O assédio sexual é assim definido pelo Código Penal Brasileiro (art. 216-A): “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimen-

11 As autoras ressaltam que os dados encontrados, embora apontem para um retrato aproximado da realidade, podem não ser exatos, pois os *sites* das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nem sempre estão atualizados e nem todas responderam aos *e-mails* e questionários enviados pelas pesquisadoras.

12 Órgão transversal com status de Pró-Reitoria responsável por inúmeras ações de inclusão, permanência, equidade e enfrentamento às violências na universidade. A partir de 2022, a SAAD se reformulou e tornou-se a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (Proafe), em Resolução Normativa nº 165/2022/ do CUn, de 26 de julho de 2022.

to sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (Brasil, 2001). Como alerta a jurista e pesquisadora Ela Wiecko V. de Castilho (2022), embora a definição de “assédio sexual” pelo Código Penal date de 2001 (Lei nº 10.224) (Brasil, 2001), a compreensão desse tipo de violência pela população conferiu sentidos próprios:

Fora das amarras do tipo legal o que as pessoas, especialmente, as mulheres chamam de assédio abarca uma gama de condutas de conotação sexual que podem configurar outros crimes de denominação própria, como importunação sexual e estupro, ou condutas que não encontram reprovação alguma no âmbito jurídico (Castilho, 2022, p. XV).

O crime de importunação sexual consiste em “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro” (art. 215-A) e foi tipificado pela Lei nº 13.718/2018 (Brasil, 2018), que o incluiu ao rol de crimes contra a liberdade sexual, como o assédio, estupro e atentado violento ao pudor. A novidade dessas leis torna visível que este debate articulado às discussões de gênero e suas interseccionalidades tem permeado o âmbito da política institucional e, portanto, demonstrado a urgência de se combater as violências específicas contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, especialmente negras, indígenas, com deficiência, nos espaços de educação formal e, entre eles, as Instituições de Ensino Superior.

A maior visibilidade das violências nos âmbitos institucionais e a dificuldade jurídica de enquadrar muitas dessas práticas levaram a Controladoria-Geral da União a realizar, recentemente, algumas ações. Em 2019, lançou a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, o Fala.BR¹³, que é o ambiente padrão para a realização de denúncias para todas as instituições públicas do País, inclusive universidades. A plataforma facilitou o registro e permite o acompanhamento dos casos, que ficam disponíveis para acesso

13 Site oficial: <https://falabr.cgu.gov.br/web/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

público no Painel Resolveu?¹⁴. Além disso, em março de 2023, a CGU publicou o *Guia Lilás: Orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal* (Brasil, 2023a)¹⁵.

Também em 2023, houve a promulgação da Lei nº 14.540 (Brasil, 2023b), que “institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal”. Tanto a lei quanto o manual da CGU são importantes documentos que não só orientam e estimulam a criação de políticas e ações concretas, mas também criam balizas indispensáveis ao definirem os diferentes tipos de violências que se perpetuam nos espaços institucionais.

Além disso, a CGU atualizou o *Guia Lilás* em 2024, colocando as questões de gênero e raça como centrais no novo documento, e lançou o “Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Controladoria-Geral da União”¹⁶, em novembro do mesmo ano. Também em 2024, o governo federal publicou o Decreto nº 12.122 (Brasil, 2024), que institui o “Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, que apresenta uma posição importante no enfrentamento ao assédio sexual e moral nas relações de trabalho, além de ações abrangentes, que envolvem a prevenção, com formação e sensibilização dos agentes

14 Ferramenta que reúne informações sobre manifestações de ouvidoria (denúncias, sugestões, solicitações, reclamações, elogios e pedidos de simplificação) que a Administração Pública recebe diariamente pela Plataforma Fala.BR e permite pesquisar, examinar e comparar indicadores de forma rápida, dinâmica e interativa. Ver em: <https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/cidadao/painel-resolveu>. Acesso em: 16 mar. 2025.

15 O guia foi instituído pela Portaria Normativa SE/CGU nº 58, de 7 de março de 2023, e integra o Plano de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação no Poder Executivo Federal, coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O Guia “traz conceitos e exemplos de atos, gestos, atitudes e falas que podem ser entendidos como atos de assédio moral ou sexual ou, ainda, de discriminação no contexto das relações de trabalho no Governo Federal, compilando entendimentos construídos em esforços prévios de trazer o panorama do assédio e seus desdobramentos no ambiente do setor público federal [...]. Traz também diferenças entre atos de gestão e assédio moral, orientações para prevenção, assistência e denúncia, entre outras informações úteis para o enfrentamento dessas práticas abusivas” (Brasil, 2023a, p. 5).

16 Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/94188/1/Plano_Setorial_Combate_Assedio.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

públicos, acolhimento e escuta ativa de pessoas em situação de violência, além de procedimentos administrativos que resguardecam as pessoas que denunciam os casos.

Como efeito do Decreto, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) lançou o seu “Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do MGI 2024-2026” através da Portaria MGI nº 617, de 28 de janeiro de 2025 (Brasil, 2025), já considerando o que foi previsto pelo Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação.

No âmbito legislativo, em dezembro de 2024, a Câmara de Deputados aprovou o Projeto de Lei 2.825/2022, de autoria da Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP), que estabelece diretrizes para combater a violência contra a mulher em Instituições de Ensino Superior. O projeto agora tramita no Senado Federal.

Já com relação ao efeito desses avanços no âmbito nas Instituições de Ensino Superior (IES), o trabalho do Observatório do INCT Caleidoscópio tem se debruçado em mapear, a partir dos *sites* das universidades e institutos federais, os protocolos, portarias e resoluções que criam mecanismos e políticas de enfrentamento às violências de gênero nas IES públicas.

No período de 2024 e 2025, o mapeamento focou as instituições do Sul e do Sudeste do Brasil¹⁷, e os resultados estão sendo apresentados em eventos científicos, em formato de artigos e ficam disponíveis no Painel de Equipamentos Antiviência, disponível no *site* do Observatório Caleidoscópio¹⁸. Como um trabalho que necessita constante atualização, essa ação também envolve a articulação com pesquisadoras/es de várias instituições que, tendo esse

17 Este trabalho foi realizado com auxílio de um bolsista de iniciação científica, Pedro Henrique Ordones Ramos, que, sob orientação de Morgani Guzzo, realizou o levantamento dos dados até o mês de janeiro de 2025.

18 O acesso ao painel está disponível em: <https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/equipamentos-antiviencia-de-genero/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

o foco de seus estudos, também orientam estudantes de graduação, mestrado e doutorado que têm desenvolvido levantamentos semelhantes¹⁹.

Além da atuação articulada entre professoras/es e pesquisadoras/es de várias universidades, o Observatório também tem fomentado espaços de divulgação dessas pesquisas. Um dos produtos voltados à divulgação das boas práticas no enfrentamento às violências é o *podcast Universidade Livre de Assédio*, que está disponível nas plataformas *Spotify* e *YouTube*²⁰. Além disso, o Observatório também produz o *podcast Trajetórias Feministas de Pesquisa*, elabora materiais para os *sites* institucionais e realiza, semestralmente, o Seminário do Observatório Caleidoscópio, onde pesquisadoras/es de todo o país e do exterior são convidadas/os a apresentarem suas pesquisas. O evento é registrado como Projeto de Extensão na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e após a realização de cada encontro, os vídeos das apresentações são disponibilizados no *YouTube* do INCT Caleidoscópio, além de ser publicada uma matéria sobre a pesquisa no *site* do Observatório.

Conclusões

A partir dos anos 2000, a presença cada vez maior de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+ nas universidades brasileiras tem transformado o silêncio institucional diante das violências nos espaços acadêmicos.

Reflexo de um contexto mais amplo de mobilizações feministas que tomaram as ruas a partir da segunda década do século XXI, verifica-se o aumento de pesquisas, grupos de estudo e programas de pós-graduação com linhas voltadas para questões de gênero e raça, além da criação de coletivos negros, feministas e LGBTQIAPN+ nas universidades, o que tem impulsionado a disposição de estudantes em enfrentar situações de violência, intensificando

19 Além do já mencionado trabalho de Neiva Furlin, da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), destacamos o trabalho da professora Lídia Maria Vianna Possas, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), do professor Diego Mendes, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e de outras pessoas parceiras do INCT que têm pensado, em conjunto, sobre essa temática no âmbito do Observatório.

20 O programa pode ser acessado no *Spotify* através do link: <https://open.spotify.com/show/0weloLatP-q2xxzETC9ttHj?si=34fb918f09f34a4a> e no *YouTube* através do link: https://youtube.com/playlist?list=PLR6pSgUb5t8vhWWYnR2NiZ91CYsOrvK5s&si=_cPqqhH1AfC1ikY6. Acesso em: 18 jul. 2025.

as denúncias que, muitas vezes, ganham visibilidade na imprensa local ou regional. Essa mobilização interna e o engajamento de professoras em processos de denúncia têm sido fundamentais para pressionar por respostas institucionais, ou seja, a formulação de protocolos, iniciativas de prevenção e mecanismos de responsabilização dos agressores.

Através dos estudos feministas e raciais, as violências ganham mais visibilidade enquanto um fenômeno social, da ordem institucional e estrutural das desigualdades de gênero e raça, e o reconhecimento de que essa mudança é resultado da provocação de estudantes permite identificar nesses grupos não só a importância na elaboração do conhecimento científico, mas, também, de tecnologias sociais inovadoras destinadas ao enfrentamento das violências nas universidades.

Nas últimas décadas, pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento vêm se debruçando sobre os impactos dos assédios no ambiente universitário, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento pleno de estudantes, com ênfase em mulheres e pessoas trans. Paralelamente, o desenvolvimento de pesquisas sobre violências de gênero em uma perspectiva interseccional, bem como a criação de observatórios e políticas públicas voltadas para seu enfrentamento em âmbito nacional, tem contribuído para uma lenta, porém perceptível, mudança de sensibilidade por parte das gestões universitárias. Esse movimento tem favorecido a estruturação de políticas institucionais, campanhas educativas e canais formais de denúncia, voltados tanto à conscientização quanto à interrupção da reprodução dessas violências.

No entanto, os processos de institucionalização dessas políticas variam amplamente, tanto em alcance quanto em efetividade, tornando-se um desafio à análise crítica desses processos, especialmente no que se refere à sua capacidade real de transformação do ambiente universitário.

A responsabilização efetiva de agressores permanece como um dos principais entraves. A demora nos processos, por exemplo, leva a uma sensação de impunidade, já que o desfecho pode levar anos e, quando acontecer, a pessoa vítima pode já ter se formado ou abandonado o curso. Além disso,

o ainda evidente silêncio institucional, a impunidade e até mesmo as tentativas de intimidação jurídica contra as denunciante seguem como práticas cotidianas e obstáculos a um ambiente mais seguro e justo para o desenvolvimento da educação e da ciência no país.

Referências

ALMEIDA, Heloisa B. A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. *In*: ALMEIDA, Tania Mara Campos de; ZANELLO, Valeska Zanello (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. 1. ed. Brasília: OAB, 2022. p. 195-220.

APÓS DENÚNCIAS EM 7 UNIVERSIDADES, CPI DOS TROTES ACABA NESTA TERÇA. **G1**, 10 mar. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/apos-denuncias-em-7-universidades-cpi-dos-trotes-acaba-nesta-terca.html>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BEDINELLI, Talita. Um projeto que pode piorar ainda mais o calvário das vítimas de estupro. **El País**. 12 nov. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/07/politica/1446854183_211544.html. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 2825/2022, de 21 de novembro de 2021**. Estabelece diretrizes gerais para o combate à violência contra mulher em ambiente universitário. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2338858>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024**. Institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República; Secretaria-Geral; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12122.htm. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Guia Lilás: prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual no governo federal**. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias/2023/julho/Guia_prevencao_assedio_discriminacao.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**. Brasília, DF: Inep, 2024. Brasília, 03 de outubro

de 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001**. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF: Presidência da República; Secretaria-Geral; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13718.htm. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023**. Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil; Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14540.htm. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Portaria MGI nº 617, de 28 de janeiro de 2025**. Institui o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e altera a Portaria MGI Nº 5.897, de 5 de outubro de 2024. Diário Oficial da União. 29 jan. 2025, edição 20, seção 1, p. 36. Brasília, DF: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Gabinete da Ministra, 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mgi-n-617-de-28-de-janeiro-de-2025-609741977>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CASTILHO, Ela Wiecko V. Prefácio. *In*: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska

(org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB, 2022. p. XV-XVI.

CAVALEIRO, Maria Critina; LIZZI, Elisangela Aparecida da Silva. Violência de gênero na universidade: resistências para além de silêncios e omissões. **Revista Olhares**, v. 12, n. 1, p. 1-27, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/15585>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. CNPq anuncia inclusão do campo licença-maternidade no currículo Lattes. 07 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>. Acesso em: 12 ago. 2025.

COSTA, Maria Conceição. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 455-459, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/6ZQkZdY4Ccp8xYZFphchT7L/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DELGADO, Malu. Na mira do trote. Questões universitárias. **Piauí**, edição 101, fevereiro 2015.

Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/na-mira-do-trote/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ELSEVIER. Progress Toward Gender Equality in Research & Innovation – 2024 Review. **Elsevier**, 2022. Disponível em: https://assets.ctfassets.net/o78em1y1w4i4/3W1JKBd7ez41lAJKFWkB4l/29265cb67668b03d273015fc3bb83b54/Progress_Toward_Gender_Equality_in_Research___Innovation___2024_Review__2_.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

FELTRIN, Rebeca Buzzo; BESSA, Karla Adriana Martins; LOPES, Maria Margaret. Desigualdades de gênero na ciência brasileira: uma análise interseccional da distribuição das bolsas de pesquisa do CNPq (2005-2023). *Revista Eletrônica Trilhas da História*, v. 13, n. 27. Edição Especial, p. 156-173. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/21084>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FRABASILE, Daniela. Apenas 17% dos programadores brasileiros são mulheres. **Época Negócios**, 17 fev. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/>

Economia/noticia/2018/02/apenas-17-dos-programadores-brasileiros-sao-mulheres.html. Acesso em: 3 ago. 2025.

FURLIN, Neiva. Mecanismos institucionais de prevenção e enfrentamento das violências de gênero em universidade estaduais. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v.11, n. 1, p. 25-51, jan./mar. 2025, Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/64418/37723>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FURLIN, Neiva; DELGADO, Ana Cristina Coll. Enfrentamento da violência de gênero em universidades federais brasileiras: Mapeamento dos mecanismos institucionais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 19, n. 00, e024138, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riace.v19i00.19023>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FURLIN, Neiva; TESSARO, Mônica; BIDO, Eloísa. Violência de gênero contra as mulheres em

universidades: Análise da produção científica. **Contexto & Educação**, v. 39, n. 121, e13870, 2024.

Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/13870>. Acesso em: 12 ago. 2025.

GODINHO, Maria Inês Almeida. **Decolonizando o olhar**: Representações visuais e subjetividades nos coletivos universitários contra a violência de gênero – 2010 a 2020 – USP, UNESP e UNICAMP. 2022. 286f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022.

GRILLO, Cristina *et. al.* A Primavera das Mulheres: Uma nova geração de ativistas toma as ruas e as redes sociais – e cria o movimento político mais importante do Brasil na atualidade. **Época**. 7 nov. 2015, Vida. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>. Acesso em: 17 jul. 2025.

GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra. Mulheres na ciência/Gênero e Ciência: Construção de um campo ou de dois campos de pesquisa? *In*: GROSSI, Miriam; REA, Caterina. (org.). **Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado**: Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e Engenharias. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha; Salvador: Devires, 2020. v. 1, p. 1-6.

GUZZO, Morgani; WOLFF, Cristina Scheibe. Mobilizações feministas e LGBTQ+ na contemporaneidade: a efervescência dos coletivos na UFSC, em Florianópolis/SC.

In: CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lidia Schneider (org.). **Histórias de gênero**. 1. ed. São Paulo: Verona, 2017.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. [S.l.]: ONU Mulheres, 2015. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx-2015-1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

KAPA, Raphael. Trote violento é alvo de CPI e mobiliza alunos e autoridades. **O Globo**. 2 mar. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/trote-violento-alvo-de-cpi-mobiliza-alunos-autoridades-15474626>. Acesso em: 21 jul. 2025.

KELLER, Evelyn Fox. **Reflexiones sobre género y ciencia**. Valencia: Alfons El Magnànim, 1991.

LETA, Jacqueline. Asmulheresnaciênciabrasileira:crescimento,contrasteseumperfilde sucesso. **Mulher,mulheresEstud.av.**, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/F8MbrypQGsjxTzs6msYFp9m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LIMA, Melina Moreira Campos; CEIA, Eleonora Mesquita. Violência de Gênero nas Universidades: um panorama internacional do problema. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB, 2022. p. 3-28.

MONTEIRO, Solange A. de Souza; SILVA, Claudionor R.; RIBEIRO, Paulo R. Marçal. Investigação da violência de gênero na América Latina e Caribe: pequena revisão da literatura (2017-2019). **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, p. 649-667, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13812/9179>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (org.). **Mulheres e violência: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399.

POSSAS, Lídia M. V. Apresentação. Dossiê 1 “Violência de gênero na Universidade”. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 8, p. 7-16, edição especial 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/13780/9892>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL

SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9, 25 a 27 de novembro de 2009, Florianópolis. **Anais eletrônico** [...], Florianópolis: UFSC, 2009, p. 1-17. Acesso em: 12 ago. 2025.

SOARES NUNES, Thiago; TOLFO, Suzana da Rosa. O assédio moral no contexto universitário:

uma discussão necessária. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 41, p. 21-36, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n41p21>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SOUZA, Angelica Pereira *et al.* Overcoming Obstacles: Challenges of Gender Inequality in Undergraduate ICT Programs. **arXiv**, v. 1, may 2025. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/2505.02857>. Acesso em 12 jul. 2025.

ZOTARELI, Vilma *et al.* Gender and Sexual Violence Among Students at a Brazilian University. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, v. 12, n. 1, p. 37-46, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/PdkcCtNWPnwdcWpnrBrQwmg/?lang=en>. Acesso em: 18 jul. 2025.

PARTE 3

FUTEBOL E GÊNERO NA AMÉRICA LATINA

O ENCONTRO ENTRE FUTEBOL, POLÍTICA E FEMINISMOS NA ARGENTINA¹

Rita Lorena Arambuena

Carmen Rial

Pablo Alejandro Alabarces

Tradução de Natalia Pérez Torres e Joaquín Correa

Introdução

Para além da sua dimensão desportiva e lúdica, o futebol só pode ser lido como uma manifestação da sociedade em que se desenvolve, com relativa autonomia. Como objeto central da cultura de massa, diferentes estudos mostraram que ele constitui um espaço privilegiado para a produção e reprodução de significados sociais, identidades coletivas e disputas de poder. E, nesse aspecto, não tem sido alheio, mas parte integrante das dinâmicas sociais e dos projetos políticos mais amplos que atravessam as nossas sociedades.

Na última década, o avanço dos feminismos² promoveu uma crescente visibilidade e questionamento das desigualdades estruturais do esporte em termos de gênero, impulsionando uma onda de ativismo político. No caso do fu-

1 Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) por meio de bolsa do Programa *Move la America*.

2 Neste texto, o termo feminismo é utilizado em relação a diferentes sentidos: a) como movimento social; b) como identidade política; e c) como processos sociais amplos que extrapolam a identidade política e envolvem subjetividades, organização e ações que desafiam a ordem patriarcal.

*tebol feminino*³, esse impulso se expressou no posicionamento público de muitas de suas principais figuras globais – como Megan Rapinoe, Alexia Putellas, Marta Vieira da Silva, Ada Hegerberg ou Saki Kumagai – que se posicionaram como porta-vozes da igualdade de gênero. O sindicato FIFPro (2020) destacou esse fenômeno como uma das características distintivas da disciplina atualmente, motivado não apenas por demandas relacionadas ao reconhecimento profissional, mas também pelo desgaste diante de diferentes formas de violência, como o assédio sexual e os abusos de poder, que ocorrem nesse âmbito.

Na Argentina, esse processo assumiu características próprias, especialmente com o surgimento do grito *Ni Una Menos*⁴ em 2015, quando o movimento de mulheres e feminista começou a se consolidar como ator protagonista no cenário político nacional, conseguindo transversalizar sua agenda para múltiplas esferas da vida social, incluindo o esporte. Na literatura que analisa esse fenômeno a partir dos Estudos Sociais do Esporte (Elsey, 2018; Hang; Moreira, 2020; Ibarra, 2020; Janson, 2022; Majul, 2021; Moreira; Garton, 2021), existe um consenso de que a constituição do futebol como objeto de disputa feminista se institui em torno desse acontecimento. Em um país onde o futebol representa um bastião do poder masculino, essa intersecção teve um impacto notável, gerando uma consciência ativa das múltiplas formas de violência que o permeiam. A criação de áreas de gênero nos clubes, a formação de coletivos militantes para denunciar exclusões e recriar um futebol mais diverso e inclusivo, e as lutas pela profissionalização do futebol praticado pelas mulheres, entre outros processos, convergiram e alcançaram conquistas não apenas no nível simbólico, mas também no nível institucional.

3 O uso do *futebol feminino* (denominação nativa na Argentina para se referir à prática em ligas oficiais) carrega um peso semântico que merece ser problematizado. Sua existência denota a construção social naturalizada do futebol como um suposto universal inerentemente masculino, relegando a participação feminina a uma categoria subsidiária e marginal. Essa forma de nomear também reforça uma ideia de prática binária e hierárquica. No entanto, esta expressão será utilizada neste texto quando for empregada diretamente pelas interlocutoras do trabalho. Nos demais casos, serão utilizadas as denominações “futebol praticado por mulheres” ou “futebol de mulheres”. Expressões em língua nativa ou estrangeira, bem como fragmentos de depoimentos ou entrevistas, serão apresentados em itálico.

4 Do slogan “*Ni una muerta más*” originado no ativismo mexicano, emerge o slogan “*Ni Una Menos*” que dá nome ao movimento de mulheres e feministas que surgiu em 2015 na Argentina, devido ao descontentamento social generalizado em relação aos feminicídios e à violência de gênero.

No entanto, como contrapartida, a expansão dos feminismos também provocou resistências. Em um contexto regional marcado pelo avanço de novas direitas, proliferaram discursos antigênero e antifeministas que buscam deslegitimar suas conquistas e reinstalar visões conservadoras sobre a ordem social e de gênero (Torricella, 2024). No âmbito do futebol, embora sempre tenham existido normas e preconceitos culturais obstinados em controlar os corpos, os comportamentos e a sexualidade das mulheres que praticavam esse esporte, refletidos nos estigmas da “*machona*” (Anderson, 2015) e da lésbica (Rial; Almeida, 2023), atualmente outras formas de expressão são erigidas e sancionadas. A militância ou as declarações políticas das atletas tornam-se objeto de vigilância e condenação, especialmente quando se alinham com valores ou percepções feministas da realidade.

Partindo da observação da sinergia entre futebol e feminismos e do recente anúncio da profissionalização do futebol praticado por mulheres na Argentina, este capítulo se propõe a mostrar algumas emergências de um campo historicamente marcado pela desigualdade e pela precariedade. Observa-se um repertório de ações que deram origem a narrativas feministas em torno das mulheres no futebol, que contradizem os lugares históricos de subjugação e impotência política dos quais foram objeto. Em seguida, são descritas algumas maneiras pelas quais um grupo de futebolistas constrói e reapropria-se de identificações políticas como *semiprofissionais*, *trabalhadoras* e até *feministas*, não apenas visibilizando situações de precariedade laboral, mas também confrontando uma ordem e relações de poder estabelecidas. Nesse movimento, considera-se que não se disputam apenas o reconhecimento, os direitos e as condições materiais, mas também os próprios limites do que se concebe como legítimo, visível e politicamente aceitável no universo esportivo.

A análise e as reflexões deste trabalho baseiam-se em uma tese de doutorado em desenvolvimento sobre a entrada no profissionalismo de futebolistas de dois clubes argentinos da mais alta categoria da província de Buenos Aires: Gimnasia y Esgrima La Plata e Estudiantes de La Plata. A pesquisa foi desenvolvida entre 2021 e 2023, a partir de uma abordagem qualitativa e etnográfica

(Rockwell, 2009), com base em entrevistas e observações participativas realizadas com ambas as equipes. Este texto recupera parte desse material empírico, retomando fragmentos de nove entrevistas em torno de questões que pretendiam olhar para as experiências e interpretações das atletas sobre a ligação entre futebol e feminismos. Cabe ressaltar que elas são compreendidas dentro de um arcabouço de determinadas relações e posições no espaço social (Gutiérrez, 1997) que condensam sentidos e tensões que, embora não possam ser generalizados, atravessam o campo mais amplo do futebol de mulheres profissional na Argentina.

O futebol e o político

Com a modernidade, o campo das práticas esportivas tem se associado a uma filosofia que concebe o esporte como um espaço neutro, limpo, justo e desinteressado (como descreve criticamente Bourdieu, 1990). Essa visão, funcional aos projetos de formação da cidadania masculina das elites europeias, serviu para modelar comportamentos e estabelecer determinados valores de ordem social. Desde então, difundiu-se uma ideia do esporte como um campo autônomo, desistorizado e despolitizado, promovida por certos setores para contrariar sua interpretação como campo de poder e disputa de significados.

Após os processos de popularização e mercantilização do esporte na América Latina, reconfiguram-se não apenas as práticas, os praticantes e o público, mas também as funções sociais do esporte (Alabarces, 2009). Nesses contextos marcados por desigualdades estruturais, embora o esporte mantenha um caráter disciplinar, ele se torna, ao mesmo tempo, um espaço de socialização, disputa simbólica e projeção de modelos de sociedade. A noção de neutralidade é superada por diversas práticas que politizam o esporte, tanto dentro quanto fora de seus limites institucionais.

Na Argentina, desde suas origens, o futebol mostrou um profundo entrelaçamento com o tecido sociopolítico. Os clubes foram alvo de propaganda e repressão em regimes ditatoriais, mas também, em diálogo com o Estado, atuaram como espaços de inclusão, promoção de direitos e até mesmo como

plataformas de projeção política. Sua estrutura jurídica como associações civis – mantida, não sem tensões, até o presente (Daskal; Moreira, 2017) – possibilitou formas de participação democrática, representação política e ativismo esportivo que transcendem o meramente institucional. Os torcedores e sócios não apenas participam das estruturas institucionais formais, mas também criam áreas específicas para interagir externamente, em torno de causas como direitos humanos, gênero, antirracismo, antifascismo, entre outras, gerando alianças que ultrapassam os limites do clube ao qual pertencem (Cruz, 2022). Essas expressões não estão isentas de tensões, e convivem tanto aqueles que promovem uma politização ativa do esporte quanto aqueles que argumentam que o futebol e a política são esferas separadas.

Nos últimos anos, o encontro entre futebol e feminismos catalisou um novo processo de politização em termos de gênero. Isso se manifestou na eclosão de lutas pela igualdade e reconhecimento dos direitos das mulheres e das dissidências sexuais no âmbito esportivo. O futebol de mulheres – modalidade historicamente relegada dos clubes e tratada de forma negligente por órgãos como a FIFA e a AFA (Garton, 2019; Williams, 2007) – não faz apenas parte dessas dinâmicas, mas também as incorpora e atualiza. Sua emergência como fenômeno público e político, profundamente marcado por significados feministas, não apenas dá continuidade à tradição política do futebol argentino, mas também introduz novas narrativas, temas e formas de disputa no campo esportivo.

Politização em perspectiva feminista

Nas sociedades que tentavam relegar as mulheres ao espaço doméstico para a reprodução biológica e o cultivo da beleza, a prática esportiva – especialmente o futebol – frequentemente agia como uma forma de insubordinação.

Na Argentina, desde 1910, com a participação no Primeiro Congresso de Feminismo Internacional, há registros de mulheres que reivindicaram seu direito de fazer parte da cultura física e esportiva (Scharagrodsky, 2014 *apud* Hang; Moreira, 2020, p. 5). Desde o início desse século e até o tardio reconhecimento do futebol feminino pela AFA em 1991, há registros de mu-

lheres que jogavam e competiam informalmente, resistindo à marginalização imposta pelos clubes e entidades reguladoras (Pujol, 2019; Santino *et al.*, 2021). Os Encontros Nacionais de Mulheres (ENM)⁵ – principal espaço de representação e articulação política dos feminismos no país a partir da década de 1980 – foram fundamentais para canalizar estigmas e formas de exclusão enfrentadas pelas mulheres no esporte. Lá, professoras de Educação Física, treinadoras e ativistas ligadas ao âmbito esportivo se reuniram para compartilhar problemas e experiências de militância desenvolvidas em clubes e espaços comunitários (Berardi *et al.*, 2019; Berdula, 2019).

No entanto, tanto a politização, em termos de conscientização e coletivização das desigualdades de gênero no esporte, quanto sua incorporação à agenda feminista, são mais recentes e estão ligadas ao surgimento do *#NiUnaMenos*⁶. Essa reação popular à violência machista massificou o feminismo em nível local e regional, integrando a compreensão da violência fora do espaço doméstico e ampliando tanto as demandas quanto os sujeitos históricos do movimento (Pis Diez, 2019). Desde então, tem-se observado uma maior sinergia entre dois espaços que, até pouco tempo atrás, eram considerados desconectados: o futebol e os feminismos. Dentro desse quadro, e com o impulso de diferentes personalidades e grupos sociais, diferentes ações públicas de protesto surgiram, foram replicadas e articuladas: a reivindicação pela inclusão de todos os corpos e sexualidades no esporte; a democratização dos espaços de poder; a demanda por tolerância zero contra os abusos sexuais nos clubes; o questionamento das lógicas violentas nas torcidas; o reconhecimento e reparação histórica para as pioneiras do futebol e do jornalismo esportivo; a visibilidade e profissionalização do futebol praticado pelas mulheres; entre outras demandas.

5 O Encontro Nacional de Mulheres (atualmente denominado Encontro Plurinacional de Mulheres, Lésbicas, Trans, Travestis, Bissexuais, Intersexuais e Não Binários), é um evento inédito no mundo que vem sendo realizado anualmente em diferentes cidades da Argentina desde 1986, de forma autoconvocada, autônoma, autogerenciada e federal. Durante três dias, são realizadas oficinas temáticas e atividades culturais, e são discutidas e trocadas questões atuais que envolvem mulheres e pessoas da comunidade LGBTI+.

6 A *hashtag* (# símbolo seguido de uma frase) é um elemento discursivo utilizado pelo ciberativismo para promover e mobilizar causas por meio da internet.

Nesse contexto e a partir de experiências de organização social e comunitária, difunde-se a noção de *futebol feminista* como uma resistência e uma proposta radical contra as normas binárias e as práticas excludentes – misóginas, xenóforas, racistas, mercantilistas⁷ – que estruturam o futebol (Majul, 2021). Juntamente com grupos que buscam recriar o jogo a partir de uma perspectiva feminista e como ferramenta para a inclusão social⁸, ganham visibilidade diferentes formas de militâncias que refletem os diálogos entre o futebol e os feminismos. Durante as manifestações multitudinárias de apoio à Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVE) em 2018, por exemplo, foram introduzidos os *picaditos aborteros* (partidas informais em espaços públicos, disputados durante os dias de protesto), que associavam o direito de decidir sobre o próprio corpo ao direito de todos os corpos de jogar. Da mesma forma, as marchas de rua pelo Orgulho LGBTQ+ tornaram-se cenários onde corpos dissidentes vestem camisas de seus clubes, denunciando e ressignificando uma filiação que lhes foi historicamente negada.

A linguagem também se tornou uma ferramenta para a formulação de políticas nessa área. Em consonância com o *slogan* apropriado pelos feminismos, “o que não é nomeado não existe”, o ato de nomear torna-se central como prática de visibilidade e disputa no esporte. Na edição de 2018, a incorporação nos Encontros Nacionais de Mulheres da oficina “Futebol e Feminismos” – anteriormente denominada “Mulheres e Esporte” e “Mulheres e Futebol” –, não só reivindica o futebol como objeto legítimo de debate dentro dos feminismos, mas também condensa sua orientação política. No mesmo sentido, como mostra Álvarez Litke (2020), o crescimento dos torneios recreativos de mulheres foi acompanhado por uma apropriação crítica e lúdica da linguagem. Nomes de times como *Gordas Virgas*, *Tanga Feroz*, *Barbies Guerreras* ou *Que Sea Ley* funcionaram como intervenções simbólicas que ressignificam o femi-

7 A politização do futebol de mulheres implicou uma interseção com demandas não apenas pela igualdade de gênero, mas também com críticas ao racismo, ao capitalismo e uma ressignificação das lutas pelos direitos humanos.

8 “La Nuestra”, um projeto de futebol feminista que nasceu em 2007 na Villa 31 em Buenos Aires, um bairro popular comparável às *favelas* brasileiras, é reconhecido como um marco na militância do futebol social e comunitário. Esta foi uma das primeiras experiências na organização do futebol feminino a partir de uma perspectiva de gênero e popular, utilizando o esporte como plataforma para a reivindicação de direitos, o empoderamento das mulheres e o fortalecimento dos laços comunitários.

nino e o esportivo, desafiando os sentidos androcêntricos e heteronormativos que marcaram historicamente o futebol.

Nessa época, a participação política das mulheres nos clubes também se ampliou, com a criação de áreas ou departamentos de gênero que têm como objetivo prevenir, punir e erradicar a violência machista. Esses espaços, como demonstrou Hang (2020), começam a funcionar como um ponto de encontro entre os interesses das mulheres “feministas”, que veem no futebol um lugar estratégico para combater o patriarcado, e os das mulheres “*futboleras*” ou fãs de futebol, que, sem se identificarem como militantes feministas, os utilizam para exercer uma participação política mais ativa nessas instituições. Enquanto as formas de ativismo mais divulgadas pela mídia, como as mencionadas, ocorriam nos grandes centros metropolitanos, a força revolucionária da “maré verde-roxa” (expressão que combina o verde, cor emblemática da luta pelo aborto legal, e o roxo, também emblemático do feminismo em sua luta contra a violência de gênero) repercutia em todos os cantos do país. Em províncias extracêntricas onde as ligas e torneios oficiais de futebol são desenvolvidos com menos infraestrutura e se presume que os preconceitos sociais estejam mais arraigados, em uma era de aumento das mulheres no futebol formal e informal, muitas treinadoras e jogadoras mantiveram a prática de “colocar o corpo” nessas condições e de militar sua legitimidade (Ibarra, 2021, p. 210).

A prática competitiva e federada do futebol praticado por mulheres foi fundamental para que as jogadoras ganhassem visibilidade na mídia e impulsionassem a demanda por profissionalização. Ao contrário do futebol masculino – profissionalizado em 1931 –, a modalidade feminina foi reconhecida pela AFA apenas em 1991 e, desde então, as jogadoras da categoria mais alta foram obrigadas a atuar como profissionais em situação de amadorismo (Garton, 2019): sem salários, sem infraestrutura adequada, sem plano médico ou social e sem reconhecimento trabalhista. Um ponto de inflexão inicial ocorreu em 2017 quando, após dois anos de inatividade competitiva, as integrantes da Seleção Nacional realizaram uma greve contra a AFA exigindo pagamentos em atraso e melhorias na infraestrutura e nas condições logísticas. O descontentamento aumentou em nível continental na Copa América

do Chile de 2018, onde as jogadoras argentinas se manifestaram em campo com o *slogan* *Queremos ser ouvidas* e desencadearam uma onda de reclamações de outras seleções sul-americanas dirigidas à FIFA e à CONMEBOL (Elsey, 2018).

Outro catalisador fundamental foi a ação da jogadora de futebol Macarena Sánchez em janeiro de 2019, que após ser separada do clube UAI Urquiza e com o patrocínio de advogadas feministas (Abofemrgentina, 2019), processou a instituição e a AFA exigindo o reconhecimento de seu vínculo empregatício como trabalhadora profissional. O caso foi inédito e alcançou forte cobertura midiática, inclusive em nível internacional. Identificada abertamente como lésbica e feminista, Macarena articulou sua reivindicação com o *slogan* *#SeVaACaer* – o patriarcado – (Sánchez, 2020, p. 42-46), vinculando a precarização estrutural no futebol com a luta feminista, por exemplo, por meio de declarações como “Nossa luta é feminista e pretende mudar tudo (...) o futebol será de todes ou não será”. A contundência e o caráter disruptivo de seu posicionamento geraram ações extremas como ameaças de morte e extorsões (Olé, 2019a), o que provocou uma onda de indignação e solidariedade de organizações, coletivos feministas e personalidades do campo esportivo e político. Este fato foi repudiado pelo próprio Senado da Nação Argentina, e o órgão se pronunciou contra a demissão da jogadora, alegando violação dos direitos trabalhistas devido às condições de informalidade e precariedade. No mesmo sentido, a ex-presidenta da Nação, Cristina Fernández de Kirchner, reuniu-se com a jogadora e compartilhou nas redes sociais uma fotografia do encontro, acompanhada de uma mensagem de apoio à causa de todas as jogadoras de futebol argentinas (Fernández, 2019).

Pronunciamentos públicos e ciberativismo (Lamas, 2020) após a viralização da *hashtag* *#fútbolfemeninoprofesional*, promovida por jogadoras de diferentes clubes da primeira divisão e ligas menores, em conjunto com coletivos e ativistas feministas, instalaram a demanda por profissionalização na agenda pública e escalaram o conflito pela desigualdade de gênero no esporte. Isso conseguiu desafiar e conquistar o apoio de figuras proeminentes da política, do es-

porte e da cultura em nível nacional⁹. A crescente convergência entre o mundo do futebol e o movimento feminista foi evidenciada no #8M de 2019, quando o chamado à profissionalização foi explicitamente integrado aos chamados, pronunciamentos oficiais e bandeiras das mobilizações pelo Dia Internacional da Mulher Trabalhadora (Coordinadora Fútbol Feminista, 2019).

Ações como as mencionadas não apenas tornaram visível a precariedade estrutural que atravessa o futebol feminino, mas também contribuíram para sua politização em termos afetivos e feministas. Nas palavras de Jaggar (1989), poderiam ser entendidas como práticas político-afetivas: expressões públicas atravessadas por emoções – ou seja, textualidades públicas (Amhed, 2005) –, percepções da realidade e valores feministas¹⁰, pautadas por um desejo de transformação das relações de gênero prevalecentes, no caso, no esporte. Movidas pelo cansaço, pela indignação, pelo orgulho ou pelo desejo de transformação, essas intervenções contribuíram para ressignificar o lugar das jogadoras de futebol como sujeitas políticas. Reivindicações como o reconhecimento laboral, o direito de praticar, decidir e participar no esporte ou na política esportiva redefinem o próprio campo e o inscrevem em lutas mais amplas pela justiça social.

A “era profissional” e o surgimento de novas narrativas

Na última década, em uma tentativa de reverter anos de negligência institucional, a FIFA e suas confederações começaram a implementar medidas para desenvolver o futebol praticado por mulheres, com foco no marketing e na construção de uma marca própria (Hijós, 2019). Na América Latina, uma das medidas mais significativas foi a exigência da CONMEBOL em 2019 de incorporar as equipes femininas como condição para competir em torneios oficiais, o que impactou na visibilidade e estruturação da modalidade. No en-

9 Por exemplo, Carlos Alberto “El Indio” Solari, uma figura icônica da música popular argentina, disse: “Esta é a minha maneira de contribuir e apoiar as meninas que praticam futebol e querem se tornar profissionais e que isso seja tomado como um trabalho. Portanto, desejo apoiar isso porque considero que é merecido, independentemente da percepção da sociedade. O governo tem a obrigação de incentivar e animar as atletas, mas também de fornecer dinheiro”. Ver (FutFemGol, 2019).

10 Para a autora, os “valores feministas” podem ser considerados em oposição aos “valores opressivos” e vão além do feminismo como rótulo ou identidade política assumida conscientemente.

tanto, essas mudanças não podem ser explicadas apenas por disposições institucionais, sem levar em consideração a luta coletiva das jogadoras, que, mais claramente desde a Copa do Mundo de 2015¹¹ começaram a se organizar e reivindicar de forma sustentada o reconhecimento de seus direitos trabalhistas.

No caso argentino, o ano de 2019 marcou outro ponto de inflexão nessa trajetória. Por meio de um acordo entre a Associação Argentina de Futebol (AFA) e o sindicato Associação Argentina de Futebolistas (FAA), em março daquele ano foi anunciada a profissionalização do futebol praticado por mulheres. O fato foi transcendental, não apenas porque pela primeira vez reconhecia as jogadoras como trabalhadoras do esporte – incluindo-as pela primeira vez no Acordo Coletivo de Trabalho 557/09, até então exclusivo do futebol masculino –, mas também porque destinava verbas para implementar um plano estratégico de desenvolvimento. No entanto, o anúncio não foi isento de controvérsias. O presidente da Associação, Claudio Tapia, declarou então: “Estamos convencidos de que seremos a liderança que proporcionará a igualdade de gênero ao futebol”, buscando posicionar essa conquista como um feito de sua gestão institucional. Ao omitir o contexto de luta que precedeu a decisão, essa narrativa deixava as jogadoras de futebol em uma posição passiva, como meras receptoras de uma política de inclusão (Garton; Hijós; Alabarces, 2021).

A posição oficialista gerou reações adversas que circularam principalmente nas redes sociais e tiveram grande repercussão nos meios digitais. Várias jogadoras com visibilidade pública manifestaram seu descontentamento, argumentando que se tratava de uma conquista alcançada após anos de resistência ao amadorismo e luta coletiva. A própria Macarena Sánchez escreveu em sua conta no *Twitter*: “O futebol feminino é profissional graças a NÓS. Àquelas que enfrentamos tantos anos de merda. Este é o início, devemos continuar reivindicando o que ainda falta” (Macasanchezj, 2019). Pelo mesmo meio, a renomada jornalista Ángela Lerena, pioneira no jornalismo esportivo, enviou uma mensagem irônica de parabéns à AFA, sugerindo que sua

11 A edição da Copa do Mundo Feminina de Futebol do Canadá 2015 significou um marco para a modalidade, não apenas pelo aumento de 16 para 24 seleções participantes do torneio, mas também por registrar recordes de público e audiência dos jogos.

resposta foi resultado da pressão das jogadoras: “(...) Hoje, foi anunciado o *#FutbolFemeninoProfesional*. Parabéns à @afa por ouvir suas jogadoras e se animar a fazer história” (Angelalerena, 2019).

Nesse contexto, o epíteto *semiprofissional*, promovido por futebolistas, jornalistas e ativistas do futebol feminista, emergiu fortemente para se referir criticamente à nova etapa. Embora o termo já estivesse em uso antes do anúncio, após 2019 ele adquiriu novos significados e se tornou uma ferramenta para avaliar a verdadeira dimensão da mudança. Embora as vozes críticas tenham reconhecido que o anúncio representou um “avanço”, elas apontaram suas limitações, principalmente em aspectos como a precariedade salarial (os salários eram equiparados à quarta divisão do futebol masculino) e a falta de contratos para todas as jogadoras das equipes da primeira divisão (já que o financiamento só era garantido para oito contratos profissionais por equipe). Também foi feita referência à necessidade de melhorar a infraestrutura nos clubes, maior cobertura da mídia e desenvolvimento federal mais equitativo para clubes e atletas de províncias extracêntricas. Essas observações tornavam a conquista parcial e incompleta.

Naquela época, mobilizada por ativistas da comunicação feminista – cuja prática busca intervir no debate público a partir de uma perspectiva crítica (Justo; Spataro, 2018) –, consolida-se uma narrativa contra-hegemônica que não apenas considera e reivindica o reconhecimento da história da luta das jogadoras de futebol, mas também questiona o relato institucional da AFA e, com isso, a própria noção de profissionalismo. Essa perspectiva foi ganhando legitimidade, até ser progressivamente incorporada pelos principais meios de comunicação, que naquele período começaram a incluir temas de gênero no esporte por meio de redatoras com perspectiva feminista. Jornalistas renomadas da área esportiva, como Ayelén Pujol e Daniela Lichinizer, foram autoras de várias dessas coberturas¹².

12 Em uma conversa informal com a jornalista Ayelén Pujol, ela mencionou que, desde 2018, colabora de forma independente com diferentes meios de comunicação e que seu trabalho – assim como o de outras profissionais do setor – começou a ser solicitado especificamente para abordar temas relacionados ao gênero e ao esporte.

Além de reproduzir a noção de *semiprofissionalização*, a mídia hegemônica passou a mostrar algumas transformações nas formas de apresentar as futebolistas (Backhoven, 2025), que historicamente haviam sido objeto de sub-representação, sexualização e banalização (Moreira; Álvarez Litke, 2019). Ao comunicar o anúncio da AFA, pontualmente, não só se recorreu a expressões de alto impacto simbólico como “conquista”, “mudança histórica” ou “início de uma nova era”, mas também se reconheceu o contexto da disputa, conferindo-lhe uma dimensão conflituosa e reivindicativa, dando voz às próprias jogadoras e historizando a sua trajetória. Assim, reconheceu-se que não se tratava de um fenômeno novo ou isolado. Exemplo disso são as coberturas midiáticas como as de *Infobae* (2019), *Clarín* (2019a, 2019b), *Página 12* (2019a, 2019b) e *Olé* (2019b, 2019c).

Nesse aspecto, o encontro entre futebol e feminismos não só consegue promover uma transformação institucional por meio do anúncio da profissionalização, como também redefine os marcos interpretativos a partir dos quais a luta das futebolistas começa a ser compreendida, legitimando suas demandas por igualdade no esporte e concedendo-lhes reconhecimento como sujeitas políticas ativas na conquista de seus direitos.

Semiprofissionais e trabalhadoras do futebol

No contexto inaugurado pelo anúncio da AFA, que sugeriu o início de uma “era profissional”, surgiram identificações políticas para tornar visível a persistência de algumas condições amadoras, do ponto de vista crítico quanto ao alcance da mudança.

Por um lado, o termo *semiprofissional* reaparece para descrever, narrar e dar sentido à sua situação. Por exemplo: *Somos jogadoras semiprofissionais hoje. Um salário baixo não muda a realidade (...) ser profissional é ter apoio, ter investimento, apostar em nós*¹³, disse uma jogadora do Estudantes de La Plata. Na mesma linha, uma jogadora do Gimnasia y Esgrima La Plata sustentou que:

13 Todas as citações das jogadoras de futebol, a partir deste ponto, são excertos de entrevistas pessoais e inéditas conduzidas pela primeira autora deste texto, entre os anos de 2022 e 2023, como parte da sua investigação de doutoramento em curso.

É difícil dizer ‘sim, sou uma profissional’, somos semiprofissionais, essa é a realidade. Não estou falando de não levarmos isso a sério, é o nosso trabalho, mas levamos isso a sério desde antes de sermos pagas para jogar. Talvez no dia em que eu puder me dedicar 100% ao futebol eu possa dizer “sim, eu sou uma jogadora profissional.

Estes tipos de depoimentos, que se erigem também como declarações públicas, permitem analisar pelo menos duas questões centrais. Primeiro, o uso do termo *semiprofissional* funciona como uma forma de denúncia. As jogadoras distinguem claramente entre a atitude profissional que reivindicam como sua antes do reconhecimento institucional – “levar o futebol a sério”, em termos de compromisso e conduta profissional – e as condições estruturais necessárias para exercê-lo como um trabalho profissional. A partir desse ponto, elas assumem uma postura de inconformismo: reconhecem os avanços, mas, ao mesmo tempo, apontam o que ainda falta. Essa tomada de palavra expressa uma forma de agência ativa que busca visibilizar a insuficiência da mudança e manter abertas as disputas em torno de direitos ainda não garantidos. Em segundo lugar, é significativo que, em um contexto marcado por desigualdades internas – onde nem todas as jogadoras dos times tiveram acesso a contratos de trabalho e, entre aquelas que o fizeram, os salários são díspares e discricionários (Arambuena, 2022) –, muitas se expressem no plural: “nós, as semiprofissionais”. Essa forma de nomear revela uma coletivização do desconforto, uma identificação comum que não se limita a um diagnóstico individual, mas opera como uma forma de solidariedade, construindo um sujeito capaz de resistir às fragmentações impostas pelo próprio sistema.

Nesse contexto, também ganha relevância a identificação como *trabalhadora* do futebol, que ocorre em momentos mais específicos como uma afirmação deliberada que busca disputar reconhecimento e possibilitar uma reivindicação de direitos. Nas palavras de uma jogadora:

Embora não sinta que seja um trabalho, porque jogo futebol desde que me lembro, considero que é o meu trabalho, porque sinto que é uma posição de luta (...) em parte, a situação

das outras no futuro depende do que fizermos hoje. Nesse aspecto, sinto-me e afirmo que sou uma trabalhadora do futebol.

Identificar-se como trabalhadora não implica uma descrição de uma experiência subjetiva (“não sinto que seja um trabalho”), mas sim uma decisão política. Identificar dessa forma assume-se como uma posição de luta, uma forma de influenciar as condições futuras da modalidade e de quem a pratica.

Como afirmou outra jogadora do mesmo clube: *Quando Maca se posiciona e afirma “eu sou uma trabalhadora do futebol”, há uma conotação política. Antes dela, dizer trabalhadora e dizer futebolista eram duas palavras que não se podiam unir (...) parece-me que hoje dizer sou trabalhadora é também visibilizar o que falta*”. Esse gesto discursivo, que remete ao precedente inaugurado pela futebolista Macarena Sánchez, possibilita a reapropriação de uma categoria historicamente ausente no futebol feminino, como a de trabalhadoras. Nesse sentido, torna-se uma ferramenta para disputar significados e transformar os marcos a partir dos quais o esporte é pensado como trabalho. Considerar-se uma trabalhadora, portanto, não é simplesmente constatar uma situação, é também intervir ativamente sobre ela.

Essas formas de identificação, longe de serem passivas, constituem-se como práticas situadas e carregadas de agência, por meio das quais as jogadoras de futebol disputam não apenas direitos materiais, mas também os próprios sentidos do profissionalismo, do trabalho e do político no universo esportivo.

Futebolistas e feminismos

Como temos apontado, a articulação entre o movimento feminista e o futebol feminino na Argentina tem sido particularmente poderosa na última década, contribuindo para tornar visíveis as desigualdades históricas e promover conquistas como a profissionalização. Essa associação consolidou uma certa percepção, em termos de imaginários sociais, de que as jogadoras de futebol estariam intrinsecamente ligadas ao feminismo, seja ideológica ou politicamente. Isso é reforçado no discurso que interpreta os avanços da modalidade como resultado direto da luta feminista. No entanto, ao analisar as experi-

ências e posicionamentos das jogadoras, essa relação está longe de ser linear ou isenta de tensões.

Em termos gerais, pode-se afirmar que as jogadoras reconhecem o papel central que o movimento feminista teve nos avanços do futebol praticado por mulheres, tais como a conquista da profissionalização, a maior visibilidade na mídia ou a gradual revalorização social da disciplina. Muitas se inscrevem em uma genealogia de luta que recupera a história das Pioneiras do século passado, apoia os protestos da Seleção Nacional contra a AFA ou reivindica ações como a de Macarena Sánchez em 2019, constituindo assim uma forma de memória ativa que não apenas constrói identidade, mas também disputa significados no presente (Jelin, 2002). No entanto, essas formas de reconhecimento ou pertencimento simbólico nem sempre se traduzem em uma identificação política como feministas. As jogadoras desenvolvem práticas que poderiam ser inscritas em um feminismo prático, ou seja, em ações ou na identificação com ações que desafiam a ordem patriarcal sem necessariamente envolver uma autoidentificação ideológica (Broggi *et al.*, 2019). Participar de uma manifestação de rua, reivindicar melhores condições ou demonstrar solidariedade diante de situações de violência institucional são exemplos desse tipo de politização que nem sempre é identificada enquanto tal.

Ao contrário do que ocorre com jogadoras/celebridades, cujo ativismo pela igualdade tem sido amplamente aceito¹⁴ e até mesmo celebrado, na Argentina isso pode se tornar algo desconfortável ou arriscado para as jogadoras de futebol. Como apontam Garton e Moreira (2020), no contexto argentino, aqueles que se pronunciam politicamente ou denunciam situações

14 No caso dos Estados Unidos, Cavalier e Allison (2021) demonstram que o ativismo político das jogadoras de futebol tende a ser percebido por grande parte do público como legítimo, inclusive como um direito conquistado diante do sexismo estrutural que historicamente as afetou. Nesse contexto, a liberdade de expressão surge como um valor reconhecido e socialmente facilitador para suas posições políticas, independentemente de sua orientação.

de injustiça são estigmatizadas como “quilombrasas”¹⁵ ou “ingratas” (Garton; Moreira, 2020, p. 6). Esses adjetivos funcionam como dispositivos disciplinadores e produzem significados sobre os limites do comportamento aceitável no esporte profissional. O que ocorreu com Luciana, uma jogadora que foi arbitrariamente dispensada do seu clube antes do término do contrato, demonstra como essas sanções vão além do simbólico e resultam em consequências de outra ordem sobre suas trajetórias esportivas: *a militância tem seu preço. Eu era muito ativa na Coordenadora de Futebol Feminista*¹⁶ (...) *Um dia, fui chamada a um posto de gasolina para ser informada de que não seria considerada. Foi um momento em que desejei abandonar o futebol porque pensava “este não é um lugar para mim”*. Este tipo de experiência demonstra que, além do consenso em torno da importância da luta coletiva, ser jogadora de futebol e, como neste caso, ativista feminista, implica assumir custos, inclusive laborais.

Nesse contexto, as jogadoras de futebol expressam uma ampla gama de posições sobre o feminismo, que vão desde o compromisso militante até a cautela ou rejeição. Algumas se reconhecem abertamente como feministas e participam ativamente de ações coletivas; outras, embora compartilhem muitas das causas do movimento e apoiem suas lutas, preferem não assumir publicamente essa identificação.

Essa cautela nem sempre se deve a divergências ideológicas – embora também existam –, mas aos efeitos que atribuem a essa posição: receio de represálias institucionais, julgamentos do entorno ou a percepção de que é necessário um certo capital cultural ou político para reivindicar esse rótulo. Giovanna, por exemplo, diz: *Eu apoio o feminismo, mas não digo que sou feminista porque sinto que não tenho muito conhecimento sobre o assunto. Há outras que estão mais envolvidas e podem falar melhor*. Da mesma forma, o faz

15 Na Argentina, a palavra “quilombo” é popularmente usada para se referir a uma desordem, caos ou situação confusa. Sua origem remonta aos quilombos brasileiros, assentamentos de escravos libertos que simbolizavam a resistência. No entanto, o lunfardo argentino distorceu seu significado original e a palavra adquiriu um sentido pejorativo, associado a bordéis, especialmente se envolvessem mulheres de ascendência africana. Essa transformação do significado gerou controvérsia e acusações de racismo devido ao seu peso histórico e social.

16 A Coordenadora Sin Fronteras de Futebol Feminista é uma rede de torcedorxs, jogadorxs, jornalista(s), dirigentxs e organizações que militam pela visibilidade das experiências e problemáticas das mulheres e dissidências ligadas ao futebol. Ver (Coorfutem, n.d.).

Agustina: *Considero-me feminista, apoio de fora e tudo mais, mas não tenho conhecimento suficiente sobre política para falar sobre isso.* Em ambos os casos, o feminismo surge como uma categoria exigente, associada a conhecimentos e credenciais militantes e políticas que acreditam não possuir.

Também são delineadas demarcações internas entre jogadoras que se consideram “mais comprometidas” com as causas do movimento feminista e aquelas que preferem se dedicar estritamente ao esporte. Para algumas, o simples fato de ser mulher em um ambiente historicamente hostil como o futebol representa um compromisso político maior. Como sustenta Juana:

No fundo, toda jogadora de futebol sabe que a qualquer momento pode perder o que tem, esteja você totalmente envolvida ou não, você está ciente disso (...) Fico irritada quando algumas pessoas pensam “jogo futebol e pronto”. Devemos nos mobilizar, devemos continuar a lutar na rua por outras questões que pertencem a todas as mulheres.

Da mesma forma, há aquelas que adotam formas de participação ou envolvimento que consideram mais pacíficas, vinculadas a apoios simbólicos ou de expressão individual. Por exemplo, Milagros: *Sempre compartilho nas redes sociais quando saímos com slogans do movimento Ni Una Menos ou quando houve casos de abuso contra jogadoras de futebol*¹⁷ (...) *Nessas coisas eu me sinto confortável, sinto que tem mais a ver comigo.* Essas diferenças nem sempre implicam oposição, mas refletem diferentes formas de abordar a politicidade no âmbito do futebol feminino.

As demarcações traçadas em torno do feminismo também mobilizam uma série de moralidades de gênero sobre como a “jogadora de futebol feminista” deve agir (ou não agir). Em certos relatos, constrói-se uma imagem da jogadora com esse tipo de politização como excessiva ou inadequada. Gabriela, uma jogadora estrangeira do Gimnasia que se recusa a se identificar com o feminismo argentino e como feminista, afirma que muitas das reivindicações

17 Em maio de 2022, com o slogan *#SíLoSabían*, as jogadoras de futebol se manifestaram na sede da AFA para apoiar as reivindicações pela demissão do técnico Diego Alberto Guacci, que em 2020 foi denunciado por cinco jogadoras por assédio sexual e conduta abusiva.

dentro do futebol praticado por mulheres lhe parecem exageradas: *Há muitas reclamações constantes e essas atitudes as afastam de um comportamento profissional. Agora é teu trabalho, é tua responsabilidade (...) É necessário demonstrar que estamos à altura.* Nessa perspectiva, protestar torna-se sinônimo de ingratidão e se opõe a uma ideia de profissionalismo associada à condescendência, disciplina e adaptação. Há, portanto, uma expectativa em relação às jogadoras de futebol, que devem ser gratas e “estar à altura” do lugar que ocupam, evitando confrontos que possam colocá-lo em risco.

Mesmo entre aquelas que se assumem e se identificam como feministas, surge uma preocupação em regular as formas de expressar essa posição. É assim que Julieta, uma das capitãs do Estudantes, considera: *sou feminista, mas também sou razoável e cuidadosa. Não gosto de criar confusão por motivos insignificantes. Eu faço barulho em equipe e todas juntas, caso contrário, não adianta (...) Ante cada situação, eu reflito se vale a pena, até que ponto é conveniente nos expor para não prejudicar minhas colegas.* Sua postura reflete uma lógica de ação premeditada, cujo cálculo responde ao conhecimento tácito de que certas atitudes não são toleradas e que sair desses limites pode implicar em sanções, fracasso na ação ou perda de legitimidade no grupo. Além disso, o relato dessa jogadora é particularmente ilustrativo ao contrastar “ser feminista” com “ser razoável e cuidadosa”. Essa contraposição projeta um risco sobre a figura da feminista, uma carga negativa: a de exceder-se, não controlar os impulsos e agir guiada por “paixões”. Assim, o feminismo é percebido como excessivo, irracional ou disruptivo, e exige-se que seja “canalizado” para ser legítimo e produtivo.

No entanto, dentro das equipes, as jogadoras com perfis militantes ou ativistas – impulsionadas por uma consciência feminista – costumam emergir como os referentes naturais. Lideram reivindicações, canalizam preocupações coletivas e estabelecem pontes entre as jogadoras e os órgãos dirigentes. Sua referência transcende o esporte e se torna estratégica em contextos de conflito ou negociação. Ana, uma das jogadoras mais experientes do Gimnasia, relatou que, durante os primeiros anos da era profissional, diante da incerteza causada pela falta de contratos, organizou uma reunião com suas

colegas que resultou em um canal de diálogo com as autoridades do clube. Em consonância com essa ideia, Florencia, capitã do mesmo time, reflete que *no futebol feminino, há algo especial com as capitãs, não tanto por serem exemplos a serem seguidos no esporte, mas por saberem se posicionar e defender*. A escolha das referências não responde apenas aos méritos esportivos, mas à capacidade de apoiar o grupo diante de situações adversas. Especialmente valorizadas são aquelas figuras capazes de apoiar a equipe, não apenas do ponto de vista tático, mas também do ponto de vista do cuidado, da contenção e do diálogo político.

Em suma, antes de pensar na relação entre jogadores de futebol e feminismos em termos de adesão ou rejeição, é fundamental entendê-la como um vínculo situado. As tensões e ambivalências que emergem de seus relatos e experiências são evidências de um campo dinâmico atravessado por relações de poder. O que está em jogo não é apenas uma identidade política, mas também estratégias cotidianas para sustentar os espaços conquistados e preservar-se individual e coletivamente.

Precariedade e potência política

Embora impulsionadas por processos mais amplos de politização feminista, a profissionalização e a emergência das jogadoras de futebol como sujeitas políticas não devem ser entendidas como meras consequências do avanço dos feminismos contemporâneos. Igualmente, podem ser interpretadas como uma produção ativa de significados, narrativas e práticas dissonantes com a ordem dominante, que ocorreram em um determinado momento histórico, dialogando com os feminismos (suas demandas, métodos e pedagogias) e, ao mesmo tempo, contribuindo para sua produção (Brown, 2014).

O período observado deu origem a novas formas de politização: jogadoras de futebol semiprofissionais, trabalhadoras do futebol e até mesmo jogadoras de futebol feministas constituíram-se como formas de se identificar e/ou posicionar-se diante da desigualdade e do disciplinamento. Verifica-se que, como toda identificação social (Hall, 1996), elas não são fixas nem autoevi-

dentes, mas dinâmicas e relacionais, na medida em que surgem, são ativadas e também desativadas situacionalmente, e em interação com um contexto e os modos como os outros – sejam reais ou imaginários – definem e produzem expectativas sobre si (Dubar, 2002). No entanto, nessa produção de novas identidades, a precariedade ocupa um lugar central, não apenas como condição material, mas especialmente como categoria política, pois atua como a força capaz de mobilizar novas possibilidades de existência, solidariedade e até mesmo organização coletiva (Butler, 2017).

A identificação como *semiprofissionais* envolve a precariedade como uma condição constitutiva; no entanto, não se trata apenas de tornar visível uma falta de condições materiais e direitos trabalhistas, mas de transformá-la em uma posição que interpela e denuncia, com o objetivo de transformar uma situação existente. Da mesma forma, ao se declararem trabalhadoras do futebol em determinados contextos, as jogadoras empregam táticas discursivas para fazer existir publicamente essa condição, tornando-a reconhecível e reivindicável. Ambas as formas de identificação são constituídas a partir da escassez ou da falta, fazendo emergir subjetividades que reivindicam legitimidade e geram potência política a partir do precário, do instável ou do não reconhecido (Gago, 2019).

Por sua vez, as tensões em torno da politização feminista – como a identificação política ou a filiação ideológica – mostram o que Fraser (2011) chama de tensão entre redistribuição e reconhecimento: enquanto os direitos materiais são conquistados, persistem formas de exclusão simbólica que operam fortemente no nível da identidade. A figura da “jogadora de futebol feminista” adquire um significado ambivalente: ela pode ser reconhecida como referência, protetora e porta-voz do coletivo, mas também é estigmatizada como problemática ou inconveniente. Esta segunda acepção reativa mecanismos de controle e vigilância – como os estigmas da “machona” ou da “lésbica” – que perpetuam estereótipos de gênero em torno dos comportamentos esperados das atletas. Nesse contexto, a relutância e, por vezes, a recusa em se identificar como feministas não implica necessariamente discordância com as transformações que esse movimento promove, mas pode ser interpre-

tada como uma forma de negociação e autocuidado diante de um ambiente que penaliza certas marcas políticas. Essas reticências não são ingênuas e nelas operam moralidades que, com base nesses mesmos estigmas, delimitam formas de ser jogadora de futebol e feminista que são consideradas legítimas e aquelas que são percebidas como indesejáveis ou disruptivas em relação a uma “boa profissional”.

Como afirmamos no início deste trabalho, a presunção de apoliticidade no esporte funciona como pressuposto normativo e mecanismo de disciplinamento. No caso dos atletas, quando um jogador de futebol se expressa politicamente, é acusado de “contaminar” o esporte, reforçando a ideia de que deve permanecer à margem dos conflitos sociais. Podemos afirmar que essa sanção se verifica no caso das jogadoras de futebol, especialmente quando suas ações se inscrevem em um campo ideológico ou da política feminista. A figura da “futebolista feminista” não só incomoda por introduzir a política no campo esportivo, mas também é duplamente disruptiva por encarnar uma forma específica de politização que questiona e desestabiliza os fundamentos androcêntricos do próprio campo. No entanto, e apesar de todas as formas de disciplinamento, as jogadoras têm frequentemente assumido práticas de denúncia diante das injustiças, tornando-se atoras fundamentais nos recentes processos de politização do esporte argentino.

Considerações finais

Em um texto escrito na primeira década deste século, Branz (2008) observou que o futebol praticado e vivenciado pelas mulheres não parecia disputar a hegemonia ou os significados do modelo masculino dominante. Na sua perspectiva, a invisibilidade das mulheres na política e na gestão da sua própria prática desportiva anulava a possibilidade de um conflito aberto: “todos pensamos no futebol por e para os homens” (Branz, 2008, p. 54). Da mesma forma, pouco depois, argumentamos que as narrativas de futebol continuaram a ser “produzidas, reproduzidas, protagonizadas e administradas por homens” (Alabarces, 2013, p. 29). Mais de uma década depois dessas declarações, os recentes processos de politização feminista pelos quais o futebol passou pare-

cem revogar essas impossibilidades. Não apenas porque começam a disputar mais ativamente os espaços de jogo e de poder, mas porque transformaram o futebol em uma trincheira a partir da qual questionam as estruturas de gênero que ainda o sustentam. Além disso, na última década, o futebol praticado por mulheres se consolidou não apenas como um campo de disputa política, mas como um espaço estratégico para a igualdade de gênero e a defesa dos direitos humanos, unindo-se a lutas mais amplas pela justiça social.

A partir desse novo cenário, ao longo do capítulo, abordou-se o surgimento de algumas formas de politização (que podem ser consideradas estratégias micropolíticas que emergem da precariedade) que as jogadoras de futebol utilizam para ocupar e negociar seu lugar no campo esportivo. Argumentou-se também que sua relação com os feminismos se dá como um processo complexo, em meio a tensões entre o reconhecimento e o estigma, entre a profissionalização formal e algumas formas persistentes de amadorismo e entre o impulso das demandas feministas e os limites que estas encontram em um terreno hostil às suas reivindicações. Por meio de atos de enunciação – inovadores, pragmáticos e, por vezes, contraditórios – disputam ativamente visibilidade, legitimidade e direitos.

Embora nem sempre sejam reconhecidas como “políticas”, suas ações e posicionamentos – como se identificarem como semiprofissionais, assumirem-se como trabalhadoras do futebol, exigirem melhores condições de trabalho ou organizarem canais de diálogo e negociação com as administrações dos clubes – constituem questionamentos ao estabelecido, ultrapassando o socialmente admitido neste espaço e revelando, a partir de novas modalidades, a dimensão política que o campo das práticas esportivas pretende negar. Por fim, este trabalho também procurou demonstrar que, mais uma vez, o futebol é um cenário onde o esporte, o político e a política se entrelaçam, permeando e construindo a própria sociedade de forma persistente.

Referências

- ABOFEMARGENTINA. **El juego sucio #SeVaACaer. Nota realizada [...]** Buenos Aires. 29 jan. 2019. Instagram: @abofemargentina. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BtRH9WEg_1R/. Acesso em 15 nov. 2025.
- ALABARCES, P. El deporte en América Latina. **Razón y palabra**, n. 69, p. 1-19, 2009. Disponível em: https://deporteparatodos.com/imagenes/documentacion/ficheros/20091224095338el_deporte_en_america_latina.pdf. Acesso em 15 nov. 2025.
- ALABARCES, P. Fútbol, leonas, rugbiers y patria El nacionalismo deportivo y las mercancías. **Nueva Sociedad**, n. 248, p. 28-42, 2013. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/futbol-leonas-rugbiers-y-patria-el-nacionalismo-deportivo-y-las-mercancias/>. Acesso em 15 nov. 2025.
- ÁLVAREZ LITKE, M. ¿Fútbol femenino o feminista? Disputas de sentido en torno al género y el deporte en Argentina. **Kula. Antropología y Ciencias Sociales**, n. 22, p. 9-26, 2020. https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/171921/CONICET_Digital_Nro.13a7ad8b-3260-46ab-9b70-b98e72a3e97a_B.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 15 nov. 2025.
- AMENAZARON DE MUERTE A MACA SÁNCHEZ. **Olé**, 9 fev. 2019a. Disponível em: https://www.ole.com.ar/informacion-general/macarena-sanchez-amenaza_0_nAy8S9apc.html. Acesso em 15 nov. 2025.
- AMHED, S. **La política cultural de las emociones**. México: Universidad Autónoma de México, 2005.
- ANDERSON, P. Sporting Women and Machonas: negotiating gender through sports in Argentina, 1900 – 1946. **Women's History Review**, v. 24, n. 5, p. 700 – 720, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09612025.2015.1028210>. Acesso em 15 nov. 2025.
- ANGELALERENA [@Angelalerena]. (16 de marzo de 2019). *Topo Gigio para ser escuchadas, hace año y medio. Después: Arsenal repleto para clasificar al Mundial. Presentación judicial de @Macasanchezj*. [Tweet] [Imagen adjunta] <https://x.com/Angelalerena/status/1106944221230088192>. Acesso em 15 nov. 2025.
- ARAMBUENA, R. L. En torno de la situación de las jugadoras de Primera División de dos clubes platenses: Apuntes para reflexionar sobre la noción de futbolista profesional. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP. 11, 5 a 7 dez. 2022, Ensenada. **Anais eletrônico [...]**, Ensenada: Facultad de Humanidades y Ciencias dela Educación; UNLP. 2022, n.p.

BACKHOVEN, M. De Diosas a cracks: el cambio de representación de mujeres en el Diario Olé. **Ludopédio**, v. 188, n. 3, n.p., 2025. Disponível em: https://ludopedio.org.br/arquibancada/de-diosas-a-cracks-el-cambio-de-representacion-de-mujeres-en-el-diario-ole/?srsltid=AfmBOoqmMEecvYHgfOgS9ie0POnSeHwESV3ujVY_0aBVmpEEsjsDhXf. Acesso em 15 nov. 2025.

BERARDI, M. J. *et al.* La Nuestra Fútbol Feminista: experiencias de un juego posible. **FuLiA/UFMG**, v. 4, n. 1, p. 139-147, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/114517608/La_Nuestra_F%C3%BAtbol_Feminista_experiencias_de_un_juego_posible. Acesso em 15 nov. 2025.

BERDULA, L. I. Historias de-vidas, derivas de la dirección técnica a un fútbol a un fútbol feminista. In: CONGRESO ARGENTINO DE EDUCACIÓN FÍSICA Y CIENCIAS. 13, 30 set. a 4 out. 2019, Ensenada. **Anais eletrônico [...]**, Ensenada: Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educacióm; Universidad Nacional de La Plata, p. 1-12, 2019.

BOURDIEU, P. ¿Cómo se puede ser deportista?. In: BOURDIEU, P. (org.). **Sociología y cultura**. México: Grijalbo, p. 142-158, 1990.

BRANZ, J. B. Las mujeres, el fútbol y el deseo de disputa: Cuando lo deportivo debe volverse político. **Educación Física y Ciencia**, n. 10, p. 45-57, 2008. Disponível em: https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3696/pr.3696.pdf. Acesso em 15 nov. 2025.

BROGGI, D. *et al.* (org.). **Territorios Feministas**: Experiencias, diálogos y debates desde el feminismo popular. Buenos Aires: Batalla de ideas, 2019.

BROWN, V. **Feminism, time, and nonlinear history**. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2014.

BUTLER, J. **Cuerpos aliados y lucha política**. Hacia una teoría performativa de la asamblea. Buenos Aires: Paidós, 2017.

CAMBIO DE ÉPOCA: EL FÚTBOL FEMENINO SERÁ PROFESIONAL. **Página 12**, 17 mar. 2019a. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/181426-cambio-de-epoca-el-futbol-femenino-sera-profesional>. Acesso em 15 nov. 2025.

CAVALIER, E.; ALLISON, R. “Standing Up For What She Believes In”: U.S. Women’s Soccer Fan Responses to the Interplay of Sport and Politics”. **Sociation**, 20(2), 10-22, 2021.

COORDINADORA SIN FRONTERAS DE FÚTBOL FEMINISTA. **Infografía**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19X0pYfilyIeUikFvXhF4exkW17xsgOEL/view?usp=sharing>. Acesso em 15 nov. 2025.

COORDINADORA FÚTBOL FEMINISTA. **#Niunamenos #8M somos juego, deseo y revolución**. Argentina. 6 mar. 2019. Instagram: @coorfutem. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BurLw8dgrT7/>. Acesso em 15 nov. 2025.

CRISTINAFERNANDEZ. **Hace un rato recibí en el Patria a Macarena Sánchez [...]** Buenos Aires. 19 fev. 2019. Facebook: @CFKArgentina. Disponível em: <https://www.facebook.com/CFKArgentina/photos/hace-un-rato-recib%C3%AD-en-el-patria-a-macarena-s%C3%A1nchez-futbolista-feminista-y-valie/2326307437433778/>. Acesso em 20 fev. 2019.

CRUZ, N. “Los clubes son de los socios, no de los empresarios”: Nuevas formas de militancia y organización. Un análisis de la Coordinadora de Hinchas. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP. 11, 5 a 7 dez. 2022, Ensenada. **Anais eletrônico [...]**, Ensenada: Facultad de Humanidades y Ciencias dela Educación; UNLP. 2022, n.p.

DASKAL, R.; MOREIRA, M. V. **Clubes argentinos**: debates sobre un modelo. Buenos Aires: UNSAM, 2017.

DUBAR, C. **La crisis de las identidades**. La interpretación de una mutación. Barcelona: Edicions bellaterra, 2002.

EL FÚTBOL TAMBIÉN ES DE LAS PIBAS. **Página 12**, 17 mar. 2019b. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/181431-el-futbol-tambien-es-de-las-pibas>. Acesso em 15 nov. 2025.

ELSEY, B. Fútbol feminista: Energized by the #NiUnaMenos movement, women's soccer teams take on the patriarchs of the beautiful game in Latin America. **NacLa-Report On The Americas**, v. 50, n. 4, p. 423-429, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10714839.2018.1551466>. Acesso em 15 nov. 2025.

FIFPRO. **Raising our game**. Informe sobre el fútbol femenino. Netherlands: Football Players Worldwide, 2020. Disponível em: https://fifpro.org/media/fmdmahmw/fifpro-womens-report_spa-lowres.pdf. Acesso em 15 nov. 2025.

FRASER, N. ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en una era “postsocialista”. In: FRASER, N.; CARBONERO GAMUNDÍ, M. A.; VALDIVIELSO NAVARRO, J. M. (org.). Palma de Mallorca: Universidad de las Islas Baleares, p. 217-254, 2011.

FÚTBOL FEMENINO PROFESIONAL: LA MIRADA DE QUIENES MILITAN CON LA PELOTA. **Clarín**, 1 abr. 2019b. Disponível em: https://www.clarin.com/entremujeres/genero/futbol-futbol-femenino-profesionalizacion-afa_0_zCWddbIU4.html. Acesso em 15 nov. 2025.

FUTFEMGOL. **El #IndioSolari expresa su apoyo a la mujer trabajadora ya las jugadoras que luchan por un #FútbolFemeninoProfesional**. Argentina, 7 mar. 2019. Twitter: @FutFemGol. Disponível em: <https://x.com/futfemgol/status/1103843121614503937>. Acesso em 7 mar. 2019.

GAGO, V. **La potencia feminista**. O el deseo de cambiarlo todo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

GARTON, G. **Guerreras: Fútbol, mujeres y poder**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2019.

GARTON, G.; MOREIRA, M. V. Fútbol, nación y mujeres en Argentina: redefiniendo el campo de poder. **Movimiento**, v. 27, 2021. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/150234/CONICET_Digital_Nro.6ecb1a3f-b037-4118-8692-11ea4aed3d9b_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 15 nov. 2025.

GARTON, G., HIJÓS, N.; ALABARCES, P. Playing for change: (semi-) professionalization, social policy, and power struggles in Argentine women's football. **Soccer and Society**, v. 22, p. 626-640, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14660970.2021.1952692>. Acesso em 15 nov. 2025.

GUTIÉRREZ, A. **Pierre Bourdieu**. Las prácticas sociales. Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 1997.

HALL, S. “¿Quién necesita «identidad»?” in HALL, S. e DU GAY, P (eds). **Questions of cultural identity**. Londres: Sage Publications. Traducción de Natalia Fortuny, 1996, p. 13-39.

HANG, J. Feministas y triperas: Mujeres y política en el área de género del club Gimnasia y Esgrima La Plata. **Debates en sociología**, n. 50, p. 67-90, 2020. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.13898/pr.13898.pdf. Acesso em 15 nov. 2025.

HANG, J.; MOREIRA, M. V. Deporte, género y feminismos: rupturas, negociaciones y agencias en un campo desigual. **Revista Ensamblés**, año 7, n.12, p. 2-9, 2020. Disponível em: <https://revistas.ungs.edu.ar/index.php/ensambles/article/view/315/377>. Acesso em 15 nov. 2025.

HIJÓS, N. Ahora que sí nos ven: ¿ya somos negocio? **Espoiler Revista de Política, FSCO-UBA**, 21 jun. 2019. Disponível em: <http://espoiler.sociales.uba.ar/2019/06/21/ahora-que-si-nos-ven-ya-somos-negocio/>. Acesso em 15 nov. 2025.

IBARRA, M. E. Apuntes sobre un trayecto posible: fútbol, mujeres y disidencias desde las Epistemologías Feministas. **Revista Ensamblés**, año 7, n. 7, p. 87-101, 2020. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/158373/CONICET_Digital_Nro.7df1600f-10ae-4f83-aba3-c96d4cb86a6b_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 15 nov. 2025.

IBARRA, M. E. “**Somos futbolistas**”: Disputas de sentidos en torno al fútbol en la ciudad de Salta durante los años 2014-2020. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Jujuy, San Salvador de Jujuy, 2021.

JAGGAR, A. Love and knowledge: Emotion in feminist epistemology. **Inquiry**, 32 (2), p. 151-176, 1989.

JANSON, A. **La profesionalización en el fútbol femenino**: del jugar por jugar al jugar en serio. Buenos Aires: Aurelia Rivera, 2022.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2021.

JUSTO, C; SPATARO, C. Comunicación feminista. En CHARRAS, D; KEJVAL, L; HERNÁNDEZ, S. (Coords.). **Vocabulario crítico de las Ciencias de la Comunicación**, pp. 86-89, 2018 TAURUS <https://bicyt.conicet.gov.ar/fichas/produccion/12307257>. Acesso em 15 nov. 2025.

LA CONQUISTA DEL FÚTBOL FEMENINO. **Olé**, 16 mar. 2019b. Disponível em: https://www.ole.com.ar/futbol-femenino/futbol-femenino-tapia-anuncio_0_or94PDWaO.html. Acesso em 15 nov. 2025.

LAMAS, M. **Dolor y política**: Sentir, pensar y hablar desde el feminismo. España: Océano, 2020.

LICHINIZER, D. Conquista histórica: el día que “Fútbol Femenino Profesional” dejó de ser una consigna y se convirtió en una realidad. **Infobae**, 16 mar. 2019. Disponível em: <https://www.infobae.com/deportes-2/2019/03/16/conquista-historica-el-dia-que-futbol-femenino-profesional-dejo-de-ser-una-consigna-y-se-convirtio-en-una-realidad/>. Acesso em 15 nov. 2025.

MACASANCHEZJ [@Macasanchezj]. (2019). *El fútbol femenino es profesional gracias a NOSOTRAS. A las que nos bancamos tantos años de mierda*. Argentina [Perfil de Twitter]. Disponível em: https://x.com/Macasanchezj/status/1106941438514921472?ref_src=twsrc%5Etfw. Acesso em 20 mar. 2019.

MAJUL, D. Abriendo la cancha: fútbol feminista y experiencias situadas. **Etcétera**, n. 8, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/etcetera/article/view/33909/34343>. Acesso em 15 nov. 2025.

MOREIRA, V; ÁLVAREZ LITKE, M. Un análisis de las representaciones mediáticas y las desigualdades estructurales en el fútbol de mujeres en Argentina. **FuLiA/UFGM**, v. 4, n. 1, pp. 98-116, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/14660/11858>. Acesso em 15 nov.

MOREIRA, M. V; GARTON, G. Football, nation, and women in Argentina: redefining the field of power. **Movimento**, v. 27, p. e27003, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/109761>. Acesso em 15 nov.

¿QUÉ OPINAN LAS JUGADORAS DE LA PROFESIONALIZACIÓN?. **Olé**, 19 maio 2019c. Disponível em: https://www.ole.com.ar/futbol-femenino/futbol-femenino-profesionalizacion-afa_0_TGuBN1tvh.html. Acesso em 15 nov.

PIS DIEZ, N. La marea verde/violeta, lo popular y el contexto: una reconstrucción y algunos elementos sobre el movimiento feminista en Argentina. **Libertas**, v.19, n. 2, p. 342-361, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/28896>. Acesso em 15 nov.

PUJOL, A. **¿Qué jugadora!:** Un siglo de fútbol femenino en la Argentina. Buenos Aires: Ariel, 2019.

RIAL, C.; ALMEIDA, C. Football, lesbianianity and feminism in Brazil: subversive acts. **Soccer and Society**, v. 25, n. 2, p. 174-186, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14660970.2023.2265200>. Acesso em 15 nov.

ROCKWELL, E. **La experiencia etnográfica:** historia y cultura en los procesos educativos. Buenos Aires: Paidós, 2009.

SÁNCHEZ, M. **El fútbol es mi rebeldía:** Un sueño que se convirtió en lucha. Madrid: Montena, 2020.

SANTINO, M.; HABER, T.; OSSÉS, J. **Pioneras Argentinas:** un pase a la historia. Buenos Aires: Sur, 2021.

SCHARADROWSKY, P. Las feministas y “su mirada sobre la Educación Física” femenina. Argentina, primeras décadas del siglo XX. *In*: CAMBLOR, Ezequiel Pablo *et al.* (org.). **Prácticas de la Educación Física**. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, p. 331-343, 2014.

TORRICELLA, A. La reacción cultural y la cuestión de género. *In*: GRIMSON, A. **Desquiciados**: los vertiginosos cambios que impulsa la extrema derecha. Buenos Aires: Siglo XXI, p. 147-168, 2024.

UN CAMBIO HISTÓRICO: ACUERDO ENTRE LA AFA Y AGREMIADOS PARA PROFESIONALIZAR EL FÚTBOL FEMENINO. **Clarín**, 16 mar. 2019a. Disponível em: https://www.clarin.com/deportes/futbol/acuerdo-afa-agremiados-profesionalizar-futbol-femenino_0_olO9E1vHS.html?srsId=AfmBOopJE2peaLnoQYgB2Bf9yR0HgLq24M1V0vfC_EgLRWDdwZmdwkKZ. Acesso em 15 nov.

WILLIAMS, J. **A Beautiful Game**. International Perspectives on Women's Football. Oxford: Berg, 2007.

PROIBIR, RIDICULARIZAR, RESISTIR: CENSURA E MULHERES NO FUTEBOL BRASILEIRO

Caroline Soares de Almeida

Carmen Rial

Introdução

O futebol de mulheres no Brasil nunca foi apenas uma questão esportiva. Entre 1941 e 1979, quando sua prática esteve oficialmente proibida, ele foi alvo de censura, ridicularização e silenciamento que se estenderam também ao campo cultural, nos palcos, nas telas e nos debates públicos. Analisar essas formas de controle significa compreender como a exclusão de mulheres do espaço futebolístico foi construída também no plano simbólico.

A literatura sobre o futebol de mulheres no Brasil vem se consolidando de forma expressiva nas últimas décadas, impulsionada sobretudo pela entrada de novas pesquisadoras que reconheceram nessa prática um campo privilegiado para compreender a reprodução de desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira. Desde a primeira incursão das Ciências Humanas sobre o tema — atribuída ao texto “As mulheres no esporte”, incluído como enxerto no capítulo “Rúgbi e judô: esporte e masculinidade”, da antropóloga Carmen Rial (1998) —, multiplicaram-se os estudos que abordam dimensões como relações de gênero, trajetórias profissionais, mediações midiáticas e regimes de visibilidade, políticas públicas, interseccionalidades, sexualidades dissidentes, entre outros (Anjos; Dantas 2020). Ainda assim, permanecem lacunas importantes, como observam Enny Moraes, Mariane Pisani e Cláudia Kessler (2024). Mesmo em torno de questões já recorrentes, a exemplo das proibições e restrições à participação das mulheres no futebol — impostas oficialmente no Brasil entre 1941 e 1979 —, persistem dúvidas e contradições. Pesquisas

de autoras e autores como Silvana Goellner (2005, 2021), Fábio Franzini (2005), Ludmila Mourão e Márcia Morel (2008), Giovana Capucim e Silva (2015, 2025), Mariane Pisani (2018) e Aira Bonfim (2019) demonstram como o futebol feminino foi reiteradamente representado como ameaça à ordem moral e aos padrões de gênero dominantes, especialmente durante o Estado Novo (1937 – 1945) e a ditadura civil-militar (1964 – 1985). Entretanto, o tema ainda carece de análises que o articulem à dimensão mais ampla da censura cultural — isto é, à maneira como programas, produções artísticas e debates públicos sobre o futebol de mulheres também foram controlados, ridicularizados ou silenciados. É nesse entrecruzamento que situamos a presente reflexão.

O texto que se segue surgiu motivado por uma dessas questões. Em uma pesquisa exploratória no acervo *on-line* do Arquivo Nacional, buscávamos indícios que pudessem esclarecer se, durante o período de proibição do futebol feminino (1941 – 1979), alguma mulher chegou a ser formalmente investigada, processada ou mesmo presa por insistir na prática dessa modalidade. Curiosamente, ao digitar “futebol feminino” no campo de busca, encontramos não registros judiciais, mas documentos vinculados à Divisão de Censura de Diversões Públicas, órgão responsável pelo controle de espetáculos e programas culturais durante a ditadura civil-militar. Esse acaso de pesquisa abriu uma nova frente de reflexão: mais do que apenas restringir a prática esportiva, o Estado também atuou na censura e no enquadramento simbólico de manifestações culturais que abordavam o futebol de mulheres. Estudar esse processo é fundamental para não esquecer que as ditaduras brasileiras exerceram um controle capilarizado, alcançando também a produção cultural, e que essa vigilância buscava reafirmar uma moralidade marcada pela exclusão das mulheres de espaços de protagonismo.

Este capítulo¹ centra-se em estudos iniciais sobre os mecanismos de regulação do Estado e de instituições vinculadas ao universo do futebol.

1 Esta pesquisa está em andamento e conta com financiamento do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Estudos do Futebol Brasileiro (INCT Futebol), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Aproveitamos para agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que por meio do Programa *Move América* permitiu a apresentação de uma versão inicial deste texto em evento organizado no PPGICH/UFSC.

Entre as fontes investigadas até o momento, destaca-se o acervo da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão criado durante o regime militar e extinto com a promulgação da Constituição de 1988. Nesse contexto, identificamos que produções culturais envolvendo mulheres e futebol eram sancionadas de forma desigual: quando essas representações enfatizavam uma aproximação positiva — isto é, mulheres em posições de protagonismo ou com consciência crítica sobre o universo futebolístico —, as censuras tendiam a ser mais severas do que naquelas que tratavam essa presença de forma cômica, caricatural, deslegitimadora ou mesmo violenta.

A análise desenvolvida neste artigo organiza-se em três eixos complementares. No primeiro, buscamos discutir o conceito de censura e o modo como ele se institucionalizou no Brasil ao longo do século XX, ressaltando o papel desempenhado pelos órgãos estatais na regulação das práticas culturais e no controle moral dos corpos e das representações. Em seguida, examinamos a relação entre mulheres, futebol, restrições e resistências, retomando tanto o marco legal da proibição (1941 – 1979) quanto os discursos midiáticos e acadêmicos que construíram o futebol feminino como ameaça à ordem de gênero e à moralidade social. Por fim, analisamos documentos da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) relativos a programas e produções culturais que tematizavam o futebol de mulheres, procurando compreender de que maneira pareceres e vetos expressavam os limites impostos à circulação de determinadas representações. Com isso, pretendemos evidenciar não apenas os mecanismos de silenciamento, ridicularização e disciplinamento, mas também as brechas pelas quais emergiram resistências e reelaborações simbólicas.

Censura e regulação cultural no Brasil do século XX

O tema da censura é abordado por autores como Quinalha (2020), Fico (2004) e Kushnir (2004), que demonstram como o controle moral exercido pelo Estado brasileiro se institucionalizou por meio de decretos e órgãos como o Serviço de Censura de Diversões Públicas, interferindo diretamente na circulação de imagens, corpos e práticas consideradas “impróprias”. A prática es-

portiva feminina, sobretudo o futebol, foi alvo desse tipo de regulação, sendo formalmente proibida entre 1941 e 1979.

Como observa Kushnir (2004), a figura do censor no Brasil ultrapassa a atuação do agente estatal responsável por cortes em obras culturais e meios de comunicação, refletindo um pacto mais amplo entre o Estado e segmentos da sociedade que demandavam controle moral. Durante o regime pós-1964, a censura não apenas respondeu a diretrizes governamentais, mas também atendeu a expectativas de setores conservadores que reivindicavam proteção e a remoção de conteúdos considerados ofensivos à moral pública. Nesse contexto, Fico (2004) adverte para a necessidade de distinguir a “propaganda política” da “censura”, ainda que ambas, juntamente com a “polícia política” e a “espionagem”, componham os pilares estruturantes de regimes autoritários.

Embora respaldada por estruturas moralizadoras de longa data desde a colonização, a censura estatal no Brasil adquire um caráter institucional mais definido durante o Estado Novo (1930-1945). A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939 marca um avanço significativo no controle da informação e na disseminação do discurso oficial. Pesquisadores como Gomes (1988) e Luca (2011) têm investigado o uso da propaganda, dos meios de comunicação de massa e das instituições culturais como ferramentas do regime para construir uma imagem positiva, controlar a produção intelectual e de entretenimento, além de atrair colaboradores para legitimar o poder. Nesse contexto, foi também criado o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), em 1945, vinculado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), instituído em 1944.

Segundo Renan Quinalha (2020), em 1946, foi estabelecido um padrão regulatório mais detalhado, especialmente por meio do Decreto nº 20.493, que surgiu após o governo autoritário de Vargas e que serviu como base para a política censória da ditadura militar no campo dos costumes. O Decreto regulamentou o funcionamento do organismo responsável pela censura e delineou diretrizes morais amplamente difundidas na época. O SCDP se tornaria o núcleo de um sistema de controle moral mais complexo, especialmente após 1968 (Quinalha, 2020). Pelo artigo 4º do Decreto, o SCDP tinha a responsa-

bilidade de censurar e autorizar, entre outras coisas, projeções cinematográficas, peças teatrais, gravações de discos e exibições de rádio e televisão (Brasil, 1946).

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), o regime procurou institucionalizar mecanismos de controle ideológico por meio de dispositivos legais que conferissem aparência de legalidade às práticas repressivas. No campo específico da censura a espetáculos e obras cinematográficas, a atuação do Estado passou a ser exercida por meio de uma comissão colegiada composta por três técnicos de censura. Cada membro avaliava individualmente o conteúdo submetido e emitia pareceres que, em conjunto, subsidiavam a decisão final de liberação ou veto da obra.

Sob esse regime autoritário, a censura no Brasil passou por diversas transformações institucionais e legais. Embora já existisse anteriormente, Quinalha (2020) reforça que a censura moral foi profundamente reconfigurada e intensificada no período, tornando-se elemento central de um sistema mais amplo de repressão política e controle social. Entre as principais medidas de “modernização” da censura estavam a centralização administrativa, a federalização por meio da Constituição de 1967, o aumento da profissionalização dos censores e sua integração à comunidade de informações (Quinalha, 2020).

Durante a ditadura civil-militar brasileira, a censura foi institucionalizada por meio de um arcabouço normativo que tinha por objetivo controlar a circulação de ideias e regular condutas consideradas subversivas ou imorais. No artigo intitulado “Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política”, Renan Quinalha (2020) apresenta uma revisão crítica da literatura historiográfica dedicada à análise do processo de conformação dos mecanismos estatais voltados à censura moral no período, além de sintetizar as principais diretrizes legais que fundamentaram tais práticas. A seguir, apresentamos um resumo dessas normativas, com base na sistematização proposta pelo autor.

A Lei de Imprensa (nº 5.250/1967), embora proclamasse a liberdade de pensamento como princípio, legitimava censura prévia e sanções severas contra conteúdos considerados ofensivos aos “bons costumes”. As punições

variavam entre multas, detenção e interdição definitiva de publicações e editoras, frequentemente com maior rigor do que os delitos de natureza política.

Esse controle também se estendeu às artes e aos espetáculos públicos por meio da Lei nº 5.536/1968, que autorizava a censura de peças teatrais, filmes e demais expressões artísticas com base em critérios vagos como “decoro público” e “segurança nacional” (Quinalha, 2020). A aplicação da norma era marcada por forte subjetividade, cabendo aos censores definir os limites do aceitável, o que frequentemente resultava em decisões pautadas por uma moral conservadora.

A referida legislação transformou os antigos Censores Federais em Técnicos de Censura, incorporando-os ao quadro do Departamento de Polícia Federal. Apesar da exigência de formação superior em áreas específicas das ciências humanas para novos ingressos, a medida não afetou os já empossados, ainda que favorecesse os diplomados na progressão funcional. Foi também criada a figura do Conselho Superior de Censura (CSC), subordinado ao Ministério da Justiça, com função recursal. Apesar de propor uma composição plural, a estrutura do CSC impedia sua autonomia, uma vez que qualquer decisão não unânime podia ser revista pelo Ministro da Justiça. A instalação do Conselho só ocorreu em 1979, evidenciando a relutância do regime em institucionalizar espaços deliberativos.

A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, fortaleceu esse sistema repressivo ao modificar o artigo 153 da Constituição, incluindo uma cláusula que autorizava restrições à liberdade de expressão para proteção da moral e dos bons costumes. A vagueza desses termos ampliou o poder discricionário do Estado, sendo decisiva para justificar a repressão a manifestações culturais consideradas subversivas ou imorais.

Nesse contexto, o então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, destacou-se como um dos principais formuladores da justificativa jurídica da censura. Em obra publicada em 1970, equiparava a defesa da liberdade sexual à subversão política, argumentando que ambas ameaçariam a estabilidade da família e da juventude, pilares centrais da segurança nacional. Com base em argumen-

tos morais e conservadores, defendia a aplicação imediata e absoluta da norma constitucional, mesmo diante da imprecisão conceitual dos valores que pretendia preservar.

A institucionalização do Decreto-Lei nº 1.077/1970 intensificou a repressão ao estabelecer a proibição de publicações e manifestações contrárias à moral e aos bons costumes, abrangendo livros, periódicos, programas de rádio e TV, filmes e peças teatrais. Com base em justificativas que apresentavam tais conteúdos como parte de um plano subversivo, o decreto autorizava a censura prévia e a apreensão de obras antes mesmo de sua circulação, sem direito ao contraditório.

A retórica jurídica empregada mobilizava valores patriarcais, associando a proteção da família e da juventude à necessidade de combater a degeneração moral e a infiltração comunista. As penas incluíam recolhimento e incineração de exemplares, além de multas e responsabilidade financeira pelos custos da destruição, o que inviabilizava economicamente muitas editoras. Embora o governo tenha publicado, em seguida, instruções normativas buscando restringir a aplicação da censura prévia a publicações potencialmente ofensivas, o critério permanecia subjetivo e autoritário.

O Decreto-Lei nº 1.077 coexistia com outras normas repressivas e com a atuação do Judiciário e do Ministério Público, formando uma rede institucional voltada à repressão de conteúdos ligados à sexualidade, erotismo e outros temas considerados desviantes. O conjunto normativo da censura revela, assim, o uso estratégico do direito como instrumento de controle moral e político, evidenciando sua função de legitimar o autoritarismo sob a aparência de legalidade.

Assim, a censura durante a ditadura brasileira se sustentava em um sofisticado aparato normativo que, embora muitas vezes carecesse de correspondência com a realidade institucional, buscava conferir racionalidade e legitimidade ao exercício arbitrário do poder. A normatização da repressão, particularmente no campo dos costumes, revela a centralidade do direito como

instrumento de dominação e controle social no interior do regime autoritário brasileiro.

Mulheres, futebol e resistências: uma cronologia analítica (1940 – 1983)

Ao tratar da relação entre mulheres e futebol no Brasil, partimos do pressuposto de que o universo futebolístico se constituiu, histórica e institucionalmente, como espaço social hegemonicamente masculino — aquilo que Mariane Pisani (2018) denomina “gênero da bola”: uma matriz cis-hetero-normativa que define quem pode ou deve atuar nesse universo, tanto na prática quanto na própria produção de conhecimento. Articulamos essa chave à perspectiva da interseccionalidade de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), para evidenciar como um poder disciplinar opera de modo entrecruzado — por classe, raça, gênero, sexualidade, geração e território — moldando trajetórias e comportamentos. Essa matriz organizou percepções, políticas e práticas e se materializou, primeiro, mediante a proibição formal; depois, por meio do apagamento e da regulação moral que relegaram as mulheres que praticavam futebol à invisibilidade, à ridicularização ou à erotização. É sob esse horizonte que propomos uma leitura cronológica dos casos e circuitos de resistência, fundamentada em um *corpus* teórico consolidado de pesquisadoras brasileiras (Franzini, 2005; Goellner, 2005, 2021; Mourão; Morel, 2008; Moraes, 2012; Capucim e Silva, 2015, 2024; Kessler, 2015; Januário, 2017; Pisani, 2018, Bonfim, 2023), além de nossas próprias investigações produzidas nos últimos quinze anos (Almeida, 2013, 2019, Almeida; Almeida, 2020; Almeida; Pisani, 2024; Rial; Almeida, 2023, 2024a, 2024b).

O primeiro registro conhecido que vincula mulheres à prática do futebol no Brasil data de 1913, quando um grupo de jovens da elite paulistana se reuniu na casa de chá do *Velódromo Paulistano* para jogar (Rial; Almeida, 2024b). A iconografia do evento indicava um caráter lúdico e experimental, com jogadoras pouco familiarizadas com a dinâmica do jogo. Desde então — ao longo de mais de 110 anos — sua trajetória se caracterizou por um movimento ‘sanfona’, em que períodos de aparente estabilidade e presença constante

na mídia e nos campos são sucedidos por momentos de retração e enfraquecimento da prática (Mourão; Morel, 2008). Esse itinerário atingiu um ponto de inflexão nos anos 1940, quando equipes se multiplicaram nos subúrbios do Rio de Janeiro e se consolidou um enquadramento ambivalente na imprensa. O Primavera F.C. exemplificou essa ambivalência: figuras como Sally, futebolista constantemente comparada a Leônidas da Silva², foram ora celebradas como curiosidade atlética, ora alvos de discursos moralizantes que as acusavam de exibicionismo ou “degeneração”. Em paralelo, no plano institucional, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) exerceu funções de censura das produções artísticas, culturais, informativas, recreativas e esportivas, fornecendo a arquitetura normativa que amparou interdições do futebol para mulheres. Não por acaso, registraram-se episódios de criminalização — como a prisão de Carlota, então presidenta do Primavera F.C., sob a acusação de articular um suposto esquema de prostituição envolvendo a equipe e suas jogadoras. Esse enquadramento moralizante funcionou como dispositivo de deslegitimação ao pressupor que o futebol praticado por mulheres somente atrairia público quando associado à exploração sexual. Esse evento sinalizou a passagem do controle discursivo ao registro policial ao futebol de mulheres que se encaminhava para a profissionalização. O passo seguinte foi a proibição, efetivada pelo Decreto-Lei n.º 3.199/1941 (Brasil, 1941), que criou o Conselho Nacional de Desportos (CND) com a finalidade de centralizar e regulamentar as modalidades e federações esportivas no país. Essa normatização reiterou a gramática que vinculava corpos de mulheres à fragilidade e à maternidade, reeditando as mesmas representações sobre feminilidades como doutrina pública.

Nas décadas de 1950 e 1960, a prática não desaparece; por um lado se mantém na clandestinidade (Capucim e Silva, 2015) das periferias das cidades, mas também se desloca para formatos reconhecidos como mais “aceitáveis” ao olhar moral dominante. Partidas com vedetes, jogos-espetáculo e exibições festivas convivem com a difusão de equipes no interior — inclusive

2 Leônidas da Silva (1913 – 2004) foi atacante brasileiro, artilheiro da Copa do Mundo de 1938 (7 gols) e um dos maiores ídolos do futebol nacional no período. Em 1940 atuava pelo Flamengo (1936 – 1941), era conhecido como “Diamante Negro” e frequentemente creditado por popularizar a “bicicleta”.

em Minas Gerais —, em estádios, quadras abertas, campos de várzea e festas locais. Essa tolerância condicionada opera segundo um princípio simples: podia haver espetáculo; esporte, não. Em 1965, a Deliberação n.º 7/65 do CND reafirmou a interdição ao elencar modalidades “incompatíveis” para mulheres (entre elas, futebol, futsal, futebol de praia e rúgbi), agora sob uma ditadura que também censurava representações culturais – entre elas, os jogos entre mulheres – tidas como “impróprias” (Brasil, 1941).

A revogação das proibições em 1979 inaugurou o período que a literatura identificou como “anistia ao futebol feminino”: podia-se jogar, mas faltavam campeonatos, uma entidade gestora e regras específicas; partidas em estádios ou qualquer atividade que caracterizasse profissionalização eram autuadas e punidas pelo CND, por meio das federações estaduais — um vácuo institucional que manteve a prática em posição subalterna. Nesse contexto, a trajetória do Recife mostrou-se paradigmática. O Coisinha do Pai, liderado por Maria do Carmo Nóbrega (Carminha), mobilizou um tripé estratégico: (1) ocupou espaços fora do circuito oficial — praias, quadras abertas e preliminares com tempos reduzidos; (2) acionou retóricas de legitimação que enfatizavam o amadorismo e a “graciosidade” para contornar a censura moral; e (3) exerceu pressão institucional por meio de tentativas de diálogo com a Federação Pernambucana de Futebol e da realização do I Congresso de Futebol Feminino de Pernambuco (1980), cujo documento final solicitou ao CND parâmetros e estrutura para a modalidade. Tratou-se de uma resistência negociada: abrir brechas exigiu operar, simultaneamente, com e contra os marcadores de gênero que inferiorizavam as jogadoras, num manejo situado entre a adequação performativa e a disputa por reconhecimento.

No mesmo período, ainda foram observadas outras recomposições locais em diversas cidades. Nas praias de Copacabana, por exemplo, jovens de camadas médias formaram equipes de futebol de areia; campeonatos receberam notas na imprensa e surgiram apoios da iniciativa privada. Ao mesmo tempo, subúrbios e periferias mantêm suas práticas, indicando que a vitalidade do futebol praticado por mulheres não se originou na praia, apenas adquiriu outra visibilidade. Nesse cenário, o Esporte Clube Radar (RJ) constituiu-se

em polo estruturante: captou jogadoras, organizou treinos, disputou amistosos, acumulou legitimidade e pressionou as fronteiras institucionais. Do ponto de vista analítico, o Radar deslocou o limiar de tolerância: à medida que o jogo feminino deixou de ser enquadrado como espetáculo “inofensivo” e passou a reivindicar um projeto esportivo, o conflito com federações e estádios se intensificou.

Nos primeiros anos da década de 1980, movimentos feministas se somaram às pressões por acesso a estádios e por visibilidade midiática no contexto do que ativistas passaram a denominar “anistia ao futebol feminino”. O I Festival Nacional de Mulheres nas Artes, organizado por Ruth Escobar em setembro de 1982, dramatizou o paradoxo jurídico-moral: para que uma partida entre as seleções do Rio de Janeiro e de São Paulo ocorresse como preliminar de São Paulo x Corinthians, no Morumbi, foi necessário enquadrá-la como “apresentação”, com tempos reduzidos e arranjos legais. Diante de um mandado de segurança que buscou proibir o jogo em estádio oficial, foram adotadas essas medidas justamente para contornar a proibição e viabilizar a presença das equipes em campo. Em termos performativos, o gesto foi contundente — reabriu o debate público, mobilizou a imprensa e expôs o anacronismo das barreiras —, mas também escancarou a fronteira: as jogadoras puderam estar em cena, desde que não fossem reconhecidas plenamente como futebolistas.

Sob o acúmulo dessas pressões, chegou-se à regulamentação do futebol feminino em abril de 1983. No mesmo ano, realizou-se a Taça Brasil de Futebol Feminino, primeiro torneio nacional de uma modalidade que existia há décadas, apesar das proibições e censuras. Esse deslocamento foi substantivo: do lugar do espetáculo ao lugar do esporte, sem que isso significasse o fim das assimetrias. Em síntese, a cronologia 1940 – 1983 confirmou que a proibição legal nunca operou sozinha: esteve cercada por um ecossistema de censuras estatais e morais que disciplinou corpos e imagens, reclassificando o que poderia ser visto, dito e praticado. Ainda assim, vedetes, subúrbios e periferias, circuitos do interior e de Minas, Copacabana, o Radar, o Coisinha do Pai e o Festival de 1982 compuseram um mosaico de resistências – ora abertas,

ora negociadas – que corroeu as margens do aceitável até a regulamentação de 1983.

Pareceres da Divisão de Censura de Diversões Públicas sobre a relação entre mulheres e futebol

Ao examinarmos os pareceres da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), concentramos a atenção em materiais que articularam humor, música e futebol a partir de enquadramentos de gênero. O conjunto documental analisado incluiu o quadro “Loucura de Futebol”, de Jô Soares, de 1971; as letras e respectivos pareceres relativos às canções “*Gol Anulado*” (Brasil, 1976b), de Aldir Blanc e João Bosco, e “*Futebol Feminino*” (Brasil, 1975; 1976a), de José Timóteo Filho, Antonio Pereira da Silva e Gilberto Silva de Almeida — ambas dos anos 1970 —; e “*Mulher no Futebol*” (Brasil, 1984), de Antonio Sousa Lima, de 1984. Partimos do pressuposto, já desenvolvido nas seções anteriores, de que a censura avaliou não apenas conteúdos considerados “impróprios”, mas também regimes de representação que reatualizaram e reafirmaram hierarquias de gênero — liberando com maior facilidade aquilo que tratavam com escárnio, ou mesmo violência às mulheres e incidindo com mais rigor quando a representação lhes atribuíra competência técnica ou protagonismo.

Iniciamos com o quadro do Jô Soares, chamado “Loucura de Futebol”, parte da peça “*As Garotas da Banda*”, original atribuído a Millôr Fernandes, Hélio Bloch e outros (autoria coletiva), apresentado à DCDP, em 1971. Ela começa com um locutor apresentando:

Apresentador: O Movimento Feminista vai tomando conta do mundo. Pouco a pouco as mulheres vão ocupando empregos que antigamente só os homens ocupavam. Vejamos o que aconteceria na primeira vez que uma mulher fosse empregada como comentarista esportivo (Brasil, 1971).

O quadro então passa para uma mulher em uma cabine de rádio sobre um jogo, nos quais destaco alguns fragmentos:

Alo! Olha aqui. Essa parte foi pavorosa: de morrer. O juiz estava a glóoooooooooria com um apito prateado que era uma graça. Agora: gostei daquele menino que jogou no meio daquele quadradinho de madeira mais do lado de cá. Agora, o nome dele eu não sei porque é tanto homem correndo que não dá nem pra lembrar. Aquele lourinho do time de lá, como é mesmo o nome do time de lá? Ah, é um tal de Fluminense. O time de cá chama Europa, sei lá! Ah, é América. Eu sabia que era um continente só não sabia qual. O Lourinho é bom, mas é um pouco baixinho demais. Devia usar uma mini-short. [...] Quanto às cores, uma falta de imaginação total. Imagina: onze homens vestidos de branco e onze de vermelho. Quando todo mundo sabe que a cor da moda é azul maravilha (Brasil, 1971).

Sobre o parecer de liberação emitido pelo técnico de censura Hyldon Rocha, foram feitas algumas observações:

Em relação aos diversos números, cabe-nos observar e ponderar os seguintes pontos e aspectos: a marcação com as nádegas desnudas deve ser mais discreta, não se voltando os artistas demoradamente para a platéia, nem se inclinando de costas para o público; o chamado trenzinho deve ser mais discreto, os corpos mais afastados um do outro, para evitar possíveis excessos; o vocabulário da debatida antologia do palavrão nacional deve ser mantido nos termos do texto aprovado pela sede do Serviço de Censura. Para isto será necessária a permanente Fiscalização com o texto para ser confrontado (Brasil, 1971).

A cena construiu humor pela inversão de papéis e pela desqualificação cognitiva sobre a gramática futebolística da narradora: o foco em adereços (“apito prateado”), em estética (“azul maravilha”), na confusão com times (“Europa... América... Fluminense?”) e na sugestão de vestuário (“mini-short”) operou como estratégia de infantilização e trivialização do saber esportivo. Em termos analíticos, o quadro traduziu o que denominamos código

cômico de gênero: a mulher aparecia em posição de fala, mas o efeito final reiterava a tese de que o futebol constituía um domínio “naturalmente” masculino — isto é, o gênero da bola. À luz dos pareceres consultados, esse tipo de representação tendeu a ser liberável porque não ameaçou a moralidade dominante; quando houve exigências, elas se concentraram em cortes pontuais de linguagem, mantendo-se intacta a chave ridicularizante que neutralizava qualquer pretensão de competência feminina no campo esportivo.

Cumprе salientar que, conforme descrito nos pareceres do processo de liberação ou veto, a DCDP ponderava o regime de circulação das obras. No teatro, encenações em salas fechadas — com bilhetagem, controle de lotação e classificação etária — permitiam fiscalização *in loco* e intervenção posterior; por isso, peças foram com frequência autorizadas com cortes, advertências ao produtor e restrições de público, ou mesmo violentamente reprimidas após liberação — como no caso de *Roda Viva*, escrita por Chico Buarque e dirigida por Zé Celso em 1968. Já as canções, pela natureza reprodutível e difusível (rádio, discos, alto-falantes, jukeboxes e execuções públicas), circulavam em múltiplos ambientes, muitas vezes fora do alcance da fiscalização estatal. Consequentemente, os pareceres sobre música tendiam a ser mais restritivos e minuciosos, incidindo sobre ambiguidade, duplo sentido e alusões tidas por “imorais”, e resultando em exigência de substituição de versos, veto à execução pública e, não raro, apreensão de fonogramas. Essa distinção entre espaços controláveis e suportes de alta capilaridade estruturou uma gradação de censura que afetou diretamente o modo como futebol e gênero puderam (ou não) ser publicamente enunciados.

Passamos, agora, à análise dos processos referentes às canções. Para este exame inicial, selecionamos três letras: duas foram aprovadas pela DCDP e uma foi vetada. Não por coincidência, a composição indeferida valorizava positivamente a relação entre mulheres e futebol, ao passo que as duas aprovadas mobilizavam signos de violência física e psicológica, e depreciação. Nas páginas seguintes, detalhamos os fundamentos dos pareceres, os trechos alvo de intervenção e os efeitos de circulação decorrentes dessas decisões.

A primeira canção — também a mais conhecida —, “*Gol Anulado*”, de Aldir Blanc e João Bosco, integrou o álbum *Galos de Briga*.

Quando você gritou: mengo!
 O segundo gol do Zico,
 Tirei sem pensar o cinto
 E bati até cansar
 Três anos vivendo juntos
 E eu sempre disse contente:
 Minha preta é uma rainha
 Porque não teme o batente
 Se garante na cozinha
 E ainda é Vasco doente
 Daquele gol até hoje
 O meu rádio está desligado
 Como se irradiasse
 O silêncio do amor terminado
 Eu aprendi que a alegria
 De quem está apaixonado
 É como a falsa euforia
 De um gol anulado

A canção foi liberada sem cortes no ano do lançamento, o que é coerente com o padrão da DCDP: ausência de crítica política direta e um enquadramento de gênero que não afirma protagonismo feminino, nem mesmo sugere uma afronta direta à norma moralizante da época. O eu lírico narra um episódio de violência doméstica (“Tirei sem pensar o cinto / E bati até cansar”) acionado por um marcador futebolístico (“quando você gritou: mengo! / O segundo gol do Zico”). O texto articula masculinidade possessiva e rivalidade clubística para legitimar a agressão, enquanto fixa a personagem oponente, uma mulher, no registro doméstico e servil (“Minha preta é uma rainha / Porque não teme o batente / Se garante na cozinha”). A metáfora futebolística

(“irradiasse / o silêncio do amor terminado”) reencena o silenciamento pós-violência (o rádio desligado) e mantém a voz feminina ausente; não há responsabilização do agressor. A letra produz um efeito de cotidiano “verossímil”, em que a agressão aparece como “reações” masculinas previsíveis, não como crime e justificado pela traição futebolística. É justamente esse código cômico/machista — somado à falta de sexualidade explícita ou crítica institucional — que ajuda a explicar a liberação sem ressalvas pela DCDP: a canção não desloca o “lugar do espetáculo” para o lugar do esporte com protagonismo feminino; pelo contrário, normaliza hierarquias de gênero (e raça) e deslegitima a voz feminina.

A próxima letra “*Mulher no Futebol*”, assinada por Antonio Sousa Lima, foi submetida à DCDP pela Gravações Elétricas S/A em fevereiro de 1984, conjuntamente com outras 21 canções. O processo indicou como intérprete Waldir Ramos, cantor paraense associado ao gênero brega, com sucessos gravados nas décadas de 1970 e 1980.

Ela gosta de chutar
Chutar fica pra quem sabe
Chuta bola pra entrar
Ela é a pior de tôda a seleção
Como ponta direita é uma negação
Futebol feminino é uma gozação
Jogar ficou pra homem assim como o Pelé
Chuta a bola pra cima e ela volta pro pé
Mulher em futebol só vai se machucar
Mas, ela é teimosa se ela qué deixa chutar

Nesse caso, a tramitação foi mais longa. A DCDP solicitou o envio das gravações de todas as 21 canções submetidas em fevereiro de 1984, alegando que o autor explorava “expressões maliciosas” nas letras e que a avaliação demandava a escuta das obras. Após o reexame com a *fita K7*, o órgão liberou parte do lote — entre elas, “*Mulher no Futebol*” — e vetou oito com-

posições com fundamento no art. 77 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 20.493/1946, por “linguagem maliciosa” e “duplo sentido”. Entre as não liberadas, os pareceres apontaram passagens consideradas grosseiras ou de conotação sexual explícita. Até o momento, não se tem a informação de que a referida canção tenha sido gravada.

O processo referente ao carimbó “*Futebol Feminino*”, de José Timóteo Filho, Antonio Pereira da Silva e Gilberto Silva de Almeida, foi o mais complexo: estendeu-se por dois anos e não obteve aprovação ao final. A primeira submissão, em 1975, veio assinada apenas por Gilberto, para sua gravação pela Carmona Gravações Musicais Ltda. A sequência procedimental registrou exigências e reenvios, sem deliberação favorável.

Eu não gostava
Mas fiquei gostando
De ver as mulheres
No campo jogando
Elas correndo
E a bola rolando
E eu que sou malandro honesto
Fico só olhando
Mas eu só gosto
É da mulher que chuta
Da mulher que chuta
Da mulher que chuta bem

Do ponto de vista textual, a canção deslocou o eixo da ridicularização para uma valorização ambivalente da prática: o narrador afirmava “não gostava... fiquei gostando” de ver “as mulheres... jogando”, para em seguida reforçar o olhar masculino de controle — o “malandro honesto” que “fica só olhando”. O refrão reiterava a competência (“mulher que chuta bem”), mas a formulação ancorou-se numa economia do desejo masculina e em duplo sentido recorrente (“chuta”, “chuta bem”) que sexualizou a ação esportiva. Como carimbó

— gênero dançante, associado a corporalidades marcadas — a peça articulou ritmo e linguagem que a censura do período costumava ler como malícia e duvidade de sentido.

Nos autos de “*Futebol Feminino*”, os pareceristas assinalaram que a estrofe “Mas eu só gosto da mulher que chuta / ... que chuta bem” era “fácil de ser deturpada para a malícia”, e opinaram pela não liberação, com fundamento no art. 41, alínea “a”, do Decreto nº 20.493/1946 (ofensa ao decoro público). Em reexame, reiteraram a proibição pelo mesmo dispositivo, argumentando que a repetição de “mulher que chuta” suscitava duplo sentido. Em termos analíticos, a canção cruzou o limiar de tolerância da DCDP ao combinar um elogio de performance (“chuta bem”) – embora anos mais tarde essa mesma conotação de “chutar” tenha sido tolerada em “*A Mulher no Futebol*”.

No ano seguinte, já sob o selo SIGLA – Sistema Globo de Gravações Audiovisuais Ltda., a canção voltou a ser enviada para compor uma coletânea de carimbó, agora creditando também José Timóteo Filho e Antonio Pereira da Silva, e com letra modificada. A nova versão substituiu o refrão anterior por sequências como “da mulher que arma / que arma e desarma / e no arremate chuta bem / chuta a gol” e acentuou imagens de jogo (“goleira... tudo defendia”; “torcida... de pé aplaudia”).

Eu não gostava mas fiquei gostando
De ver as mulheres no campo jogando
Elas correndo e a bola rolando
E eu que sou malandro honesto
Mas eu só gosto
Da mulher que arma
Que arma e desarma
E no arremate chuta bem (ou) chuta a gol
Mas eu só gosto
Da mulher que arma
Que arma e desarma
E no arremate chuta bem (ou) chuta a gol

Sinceramente eu não poderia
Acreditar nunca naquilo que via
Com tanto chute e tanta correria
Durante noventa minutos o couro comia
Eu vi chute forte chute traiçoeiro
Chute colocados e com pontaria
E a goleira tudo defendia
Sua torcida alucinada de pé aplaudia

Os pareceres reiteraram o indeferimento. A segunda quadra foi considerada portadora de conotação sexual chula, pois a cadeia “arma / desarma / chuta” facilitava a leitura maliciosa e a distorção fonética de “chuta” em “chupa”, reforçando duplo sentido. Com base nos mesmos art. 77 do Decreto nº 20.493/1946 e Decreto-Lei nº 1.077, art. 19, que instauraram e regulavam a censura no país, a DCDP vetou a obra. Analiticamente, ainda que a reescrita aproximasse a letra de um elogio de performance esportiva (competência da goleira, aclamação da torcida), a combinação entre indícios de agência feminina e sexualização ambígua acionou o limiar de intolerância do órgão — ao contrário da peça que zombava da ocupação do espaço futebolístico por mulheres e foram liberadas ou mesmo das canções que incitavam a violência doméstica ou que atribuía a mesma ambiguidade à mulher que chuta, mas tendo em vista a valorização negativa da prática do futebol por mulheres.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo mostrou que a trajetória do futebol de mulheres no Brasil não pode ser compreendida sem considerar o papel estruturante dos aparatos censórios. A censura moral, amparada por legislações e pareceres institucionais, funcionou como mecanismo central de regulação, reforçando desigualdades de gênero e delimitando os modos de presença feminina nos campos e nas representações culturais. Representações que atribuía protagonismo ou competência às jogadoras foram sistematicamente cerceadas, ao passo que narrativas ridicularizantes ou violentas circu-

lavam com maior facilidade — evidenciando o caráter seletivo e generificado do controle estatal e social.

Ainda assim, mesmo em meio a proibições e constrangimentos, diferentes circuitos de mulheres encontraram maneiras de resistir e de disputar significados, abrindo brechas para a consolidação posterior da modalidade. Essa história, portanto, é marcada tanto por silenciamentos quanto por atos de resistência que desafiaram as fronteiras do aceitável.

Futuros desdobramentos desta pesquisa apontam para a necessidade da continuidade de estudos que revelem camadas ainda pouco exploradas sobre os períodos de proibição e as ditaduras vividas no país. Igualmente, torna-se urgente aproximar essa reflexão das políticas contemporâneas de gênero e esporte, de modo a compreender como ressonâncias do passado seguem compondo debates e práticas no presente.

Referências

ALMEIDA, Caroline Soares. **Boas de Bola**: um estudo sobre o ser jogadora de futebol durante a década de 1980 no Esporte Clube Radar. 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ALMEIDA, Caroline Soares. Mulheres futebolistas. Debates sobre violência e moral durante o Estado Novo brasileiro. **Lusotopie Journal**, v. 18, n. 1, p. 95-118, 2019. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/mulheres-futebolistas-debates-sobre-violencia-e-moral-durante-o-estado-novo-brasileiro/?srsltid=AfmBOorO29brwRzFCs15G1f3RNGE6vTdiCEMWBckEK2C3AAgt70TEtyC>. Acesso em: 02 jul. 2025.

ALMEIDA, Caroline Soares; ALMEIDA, Thaís Rodrigues de. Deve ou não deve o football invadir os domínios das saias? **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 31, p. 168-191, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/30645>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ALMEIDA, Caroline Soares; PISANI, Mariane S.; GOMES, Maria C. S. Do futebol clandestino à resistência: a luta de mulheres para a prática do futebol no Recife. In: RIBEIRO, Raphael R.; SPAGGIARI, E.; ALMEIDA, Caroline S. (org.). **Futebol Popular**. São Paulo: Ludopédio, 2024. p. 179-217.

ANJOS, Luiza Aguiar dos; DANTAS, Marina de Mattos. Futebol e mulheres no Brasil: apontamentos sobre a produção acadêmica a partir das teses e dissertações (1980-2016). In: KESSLER, C.; COSTA, L. M.; PISANI, M. P. (org.). **As mulheres no universo do futebol brasileiro**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2020, p. 339-355.

BONFIM, Aira Fernandes. Futebol Feminino no Brasil: entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915-1941) São Paulo: Aira Bonfim, 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Rio de Janeiro, 16 abr. 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Aprova o regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Rio de Janeiro, p. 1456, 29 jan. 1946.. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Emenda Constitucional n. 1, de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, p. 8865, 20 out. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. **Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e informação. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. **Lei n. 5.536, de 21 de novembro de 1968**. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos,

Brasília, DF, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5536.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Serviço de Censura de Diversões Públicas. BR RJANRIO TN.CPR.PTE.2011 – “Garotas da banda, A”. Dossiê. Arquivo: BR_RJANRIO_TN_CPR_PTE_2011_d0001de0001.pdf. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1971. Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tn/cpr/pte/2011/br_rjanrio_tn_cpr_pte_2011_d0001de0001.pdf. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Divisão de Censura de Diversões Públicas. BR DFANBSB NS.CPR.MUI, LMU.37344 – Requerimento da gravadora Carmona Gravações Musicais Ltda. para aprovação da letra “Futebol feminino”. Dossiê. Arquivo: BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_37344_d0001de0001.pdf. Brasília: Arquivo Nacional, 1975. Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ns/cpr/mui/lmu/37344/br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_37344_d0001de0001.pdf. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Divisão de Censura de Diversões Públicas. BR DFANBSB NS.CPR.MUI, LMU.37262 – Requerimento para aprovação das letras: “Futebol feminino”; “Canto latino (sem medo de acordar amanhã)”; “Indagações”; “Bôca de cebola”; “Cachaça de hora em hora”. Dossiê. Arquivo: BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_37262_d0001de0001.pdf. Brasília: Arquivo Nacional, 1976a. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/37262/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_37262_d0001de0001.pdf. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Serviço de Censura de Diversões Públicas. BR RJANRIO TN.CPR.LMU.7007 – Dossiê sem requerimento da gravadora RCA Eletrônica S.A. Dossiê. Arquivo: BR_RJANRIO_TN_CPR_LMU_07007_d0001de0001.pdf. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976b. Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tn/cpr/lmu/07007/br_rjanrio_tn_cpr_lmu_07007_d0001de0001.pdf. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. Divisão de Censura de Diversões Públicas. BR DFANBSB NS.CPR.MUI, LMU.23311 – Requerimento da gravadora Gravações Elétricas S/A para aprovação das letras: “Mulher no futebol”; “A rainha das bandas”; “Casa de pai Gonçalo”; “Chuveiro quente”; “Mão de vaca”; “Escola de balett”; “Loteria Federal”. Dossiê. Arquivo: BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_23311_d0001de0001.pdf. Brasília: Arquivo Nacional, 1984. Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ns/cpr/mui/lmu/23311/br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_23311_d0001de0001.pdf. Acesso em: 16 jul. 2025.

CAPUCIM E SILVA, Giovana. **Futebol:** substantivo masculino – disputas acerca do futebol de mulheres nas imprensas de Rio de Janeiro e Recife durante sua interdição (1941-1983). 2025. 356f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

CAPUCIM E SILVA, Giovana. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista:** entre a proibição e a regulamentação (1941-1983). 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

COUTINHO, Valdi. Futebol feminino no Recife pretende durar e ter sucesso. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 fev. 1980, p. 20. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=%22coisinha%20do%20pai%22&pagfis=2416. Acesso em: 11 jul. 2025.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Editora da USC, 2004. p. 39-64.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa pra macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 50, p. 316-328, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/nTrFPWwPkMTKPMmBmtRwCc/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2025.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistência e resiliências. **Movimento**, v. 27, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/BL3dbSMQpV3KyFcsqhWyQVc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física**, v. 19, n. 2, p. 143-151, abr./jun. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239555380_Mulheres_e_futebol_no_Brasil_Entre_sombras_e_visibilidades. Acesso em: 10 jul. 2025.

GOMES, Angela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.

JANUÁRIO, Soraya M. B. B. Marta em notícia: a (in)visibilidade do futebol feminino no Brasil. **FuLia – Núcleo de Futebol, Linguagens e Artes**, v. 1, p. 28-43, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/13792>. Acesso em: 11 jul. 2025.

KESSLER, Claudia Samuel. **Mais que Barbies e Ogras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos**. 2015. 375f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KUSHNIR, Beatriz. The end: a censura de Estado e a trajetória dos dois últimos chefes da censura brasileira. **Projeto História**, São Paulo, n. 29, t. 1, p. 107-124, dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9948/7388>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 61, p. 191-214, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Nm9ZFdXP6Gf3vzzGBH458RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MORAES, Enny. **As mulheres também são boas de bola: histórias de vida de jogadoras baianas 1970-1990**. 2012. 188f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MORAES, Enny Vieira; PISANI, Mariane; KESSLER, Cláudia Samuel. Resistência, interseccionalidade e fontes documentais jornalísticas: preenchendo lacunas no futebol de mulheres. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 70, p. 1-16, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8678985>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Márcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2008. Disponível em: <http://oldarchive.rbceonline.org.br/index.php/RBCE/article/view/148>. Acesso em: 02jul. 2025.

PISANI, Mariane da S. Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo. **Ponto Urbe**, n. 14, n.p., 2014. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/2143>. Acesso em: 21 jul. 2017.

PISANI, Mariane da S. **“Sou feita de chuva, sol e barro”**: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. 2018. 245f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista Direito & Práxis**, v. 11, n. 3, p. 1727-1755, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/zd8s7mKbBzNHXrsHrhkm6DP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RIAL, Carmen. Rúgbi e Judô: esporte e masculinidade. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (org.). **Masculino, Feminino, Plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 179-198.

RIAL, Carmen; ALMEIDA, Caroline Soares de. Football, lesbianism and feminism in Brazil: subversive acts. *Soccer & Society*, v. 25, n. 2, p. 174-186, 2023. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14660970.2023.2265200?utm_source=researchgate. Acesso em: 02 jul. 2025.

RIAL, Carmen; ALMEIDA, Caroline Soares de. O “gênero da bola”: mulheres e futebol na mídia. **Revista ALCEU**, v. 24, n. 52, p. 84-119, 2024b. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/417>. Acesso em: 02 jul. 2025.

RIAL, Carmen; ALMEIDA, Caroline Soares de. Women’s football in mid-twentieth century Brazil and France: three team managers from prohibition to profit. **Soccer & Society**, v. 26, n. 2, p. 269-284, 2024a. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14660970.2024.2446060?utm_source=researchgate. Acesso em: 10 jul. 2025.

RIGO, Luiz Carlos *et al.* Notas acerca do futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 29, n. 3, p. 73-86, maio 2008. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/217>. Acesso em: 05 jul. 2025.

A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “MASCULINIDADE IMUNE/BLINDADA” E SUA ATUAÇÃO NA IMPUNIDADE ESTRUTURAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO FUTEBOL PROFISSIONAL: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, CLASSE, FAMA E PODER SIMBÓLICO

Marcos Vinícius Ferreira Corrêa
Carmen Rial

1. Introdução

A cultura do estupro atua como engrenagem estrutural nas sociedades contemporâneas, legitimando práticas de violência sexual e assegurando a impunidade de agressores quando posicionados em esferas de prestígio, visibilidade pública ou poder econômico (Buchwald, Fletcher e Roth, 2005; Segato, 2013). No Brasil, essa dinâmica revela-se com intensidade no futebol masculino profissional, onde denúncias envolvendo jogadores e técnicos de renome revelam um padrão de blindagem institucional (Fonseca, Paoli e Mencalha, 2022; Soares, 2021). Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o país registrou 74.930 casos de estupro em 2022, sendo a maioria das vítimas do sexo feminino e menor de idade. Dados da pesquisa “Visível e Invisível” do Instituto Datafolha (2023) indicam que 1 em cada 4 mulheres acima de 16 anos já sofreu algum tipo de violência sexual no país. Quando os acusados são homens de alto prestígio, os efeitos da denúncia são invertidos: o agressor é transformado em alvo de empatia pública, e a vítima, em agente de desestabilização moral.

O caso do técnico Cuca, embora mais distante no tempo, apresenta um dos exemplos mais explícitos dessa lógica. Em 1987, o então jogador, junto a outros três atletas do Grêmio, foi acusado do estupro coletivo de uma adolescente de 13 anos na Suíça. A recepção no Brasil, no entanto, traduziu-se em apoteose pública: os acusados desembarcaram no aeroporto de Porto Alegre sob aplausos, flores e gritos de apoio, enquanto a vítima foi imediatamente transformada em alvo de desprezo coletivo. Conforme analisam Rial e Grossi (1987), a imprensa gaúcha desempenhou papel central na reconfiguração simbólica do crime, promovendo os jogadores à condição de “heróis da honra gaúcha” e lançando mão de discursos que sexualizavam a vítima e eximiam os agressores de responsabilidade. O episódio revelou como a mídia esportiva brasileira é capaz de fabricar empatia por homens acusados de violência sexual, utilizando-se da retórica do “garanhão incompreendido” e da suposta sedução feminina como forma de justificar atos de extrema gravidade.

O caso de Cuca é emblemático também por seu efeito duradouro na memória coletiva. Mesmo após sua condenação na Justiça suíça em 1989, o silêncio institucional sobre o crime permitiu que sua carreira como técnico prosperasse, sendo contratado por grandes clubes, como o Corinthians em 2023, gerando protestos sociais, mas encontrando respaldo entre dirigentes e parte da imprensa. Essa mesma imprensa, que na década de 1980 foi responsável por encobrir o estupro com declarações como “meu filho não é homossexual, ele agiu como homem” ou “é um rosto de menina num corpo de mulher” (Rial e Grossi, 1987), continua a desempenhar um papel ativo na perpetuação de pactos de silêncio e desresponsabilização. Os jornalistas da época, como Paulo Santana e Wianey Carlet, chegaram a classificar o crime como “travessura irresponsável” e a vítima como “mocetona”, ressaltando sua beleza física para justificar a ação dos agressores e desqualificar sua versão dos fatos. Essa prática jornalística transforma o estupro em narrativa de sedução e virilidade, retirando dele sua condição criminal e substituindo-a por um ideal de masculinidade vencedora.

A trajetória de Robinho ilustra com nitidez esse tipo de proteção. Condenado em última instância pela Justiça italiana a nove anos de prisão

por estupro coletivo ocorrido em 2013, em Milão, o jogador foi contratado pelo Santos Futebol Clube em 2020, mesmo com sentença confirmada (G1, 2020). Apenas após a pressão de patrocinadores como Philco, Orthopride e Kicaldo, o clube suspendeu o contrato. O caso expôs como clubes e marcas hesitam em romper com figuras masculinas acusadas de violência sexual, preservando capital simbólico e mercadológico. Goffman (1988) define esse processo como gestão da impressão, mecanismo que garante a continuidade da reputação pública do agressor, articulando-se à masculinidade hegemônica descrita por Connell (1995), sustentada por prestígio, virilidade e autoridade.

Daniel Alves, condenado pela Justiça espanhola em fevereiro de 2024 a quatro anos e meio de prisão por estuprar uma mulher em uma boate de Barcelona, passou por processo semelhante. O jogador teve defesa midiática inicial, com circulação de narrativas que apresentavam a vítima como oportunista ou instável, conforme análise publicada no *El País Brasil* (2024). A mídia esportiva tratou o caso com ambiguidade, alternando entre factualidade e compaixão seletiva. A contratação de uma equipe jurídica milionária e o uso de celebridades para construção de imagem evidenciam como o capital econômico ativa dispositivos de proteção simbólica, como descrevem Butler (2004) e Segato (2013), quando analisam o poder discursivo de instituições que reiteram a masculinidade como sinônimo de credibilidade.

O episódio envolvendo Neymar Jr. também reforça esse padrão. Em 2019, o jogador foi acusado de estupro por Najila Trindade, e o caso rapidamente se converteu em espetáculo público. A vítima teve seu celular apreendido, sua casa invadida por jornalistas e sua credibilidade questionada, enquanto Neymar recebeu apoio público de autoridades políticas, incluindo o então presidente da República (Cavalcanti, 2019). O arquivamento do caso por falta de provas alimentou uma narrativa de vingança feminina e inocência masculina, negligenciando a assimetria de poder entre acusado e denunciante. O caso revela como a suspeita recai seletivamente sobre o corpo da mulher, conforme argumenta Crenshaw (1991), quando aborda os efeitos da interseção entre gênero, raça e classe na produção da invisibilidade jurídica.

A análise proposta neste estudo parte da formulação da categoria “masculinidade imune” ou “blindada”, construída para identificar os dispositivos simbólicos, jurídicos e midiáticos que produzem zonas de exceção penal em torno de figuras masculinas com capital simbólico elevado. A partir de referenciais dos estudos de gênero e das epistemologias feministas interseccionais (Crenshaw, 1991; Davis, 2016; Ribeiro, 2017), propõe-se compreender a impunidade como resultado da arquitetura institucional que favorece homens inseridos em circuitos de prestígio, e não como consequência da falência do sistema. O campo do futebol evidencia esse funcionamento, ao converter denúncias em espetáculos midiáticos e ao preservar, em nome da tradição esportiva, uma masculinidade construída sobre o silenciamento de vítimas e o descrédito da palavra feminina.

A categoria teórica “masculinidade imune” surge como proposta para compreender esse regime de proteção institucional articulado em torno de determinados homens públicos. Essa formulação dialoga com os estudos de gênero e as epistemologias feministas interseccionais, apontando como a articulação entre fama, capital econômico e gênero masculino opera para silenciar vítimas e reconfigurar agressores como alvos de empatia pública (Crenshaw, 1991; Davis, 2016; Ribeiro, 2017). A blindagem desses sujeitos ocorre por meio de pactos de silêncio entre clubes, patrocinadores, mídia e torcedores, formando uma engrenagem de poder que desloca a suspeita do autor do crime para a mulher que denuncia, como já observado em análises de casos anteriores (Segato, 2013; Goffman, 1988) e já denunciado de forma contundente por Rial e Grossi (1987), quando revelaram como o futebol brasileiro pode transformar um estupro coletivo em símbolo de virilidade nacional, reafirmando, assim, a estrutura violenta da masculinidade hegemônica.

Analisar como a categoria “masculinidade imune” se manifesta no futebol profissional brasileiro por meio da blindagem institucional, simbólica e jurídica de figuras públicas masculinas acusadas de violência sexual, utilizando como base os casos de Robinho, Daniel Alves, Neymar Jr. e Cuca. Com a questão que norteia essa pesquisa: de que maneira o capital simbólico, econômico e midiático atua para proteger homens acusados de estupro no futebol profes-

sional, transformando denúncias de violência sexual em dispositivos de reforço da masculinidade pública?

Esta pesquisa torna-se necessária diante da constatação de que a impunidade em casos de violência sexual contra mulheres não decorre exclusivamente da ausência de provas ou de falhas legais, mas de uma lógica institucionalizada de proteção a determinados corpos masculinos. O futebol, por seu alcance social e político, constitui um espaço privilegiado para observar esse fenômeno, pois naturaliza discursos de virilidade, idolatria e prestígio nacional em torno de jogadores e técnicos. A análise dos casos mencionados permitirá evidenciar como o sistema jurídico, a mídia esportiva e os interesses econômicos operam de maneira articulada para manter a reputação de agressores e silenciar as vítimas.

Ao propor a categoria “masculinidade imune”, o estudo contribui com o debate contemporâneo sobre gênero, justiça e poder, oferecendo uma lente crítica para desvelar a seletividade da responsabilização penal e o papel das instituições na manutenção da violência sexual como estrutura social legitimada.

2. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, inserida no campo das ciências humanas e sociais, com enfoque interdisciplinar entre os Estudos de Gênero, a Crítica Jurídica e os Estudos Culturais. O objetivo metodológico principal é compreender como se constrói e opera a “masculinidade imune” no campo do futebol profissional brasileiro, a partir da análise de casos concretos envolvendo jogadores e técnicos acusados de violência sexual. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar os significados, representações e mecanismos simbólicos que sustentam a impunidade de figuras públicas masculinas diante de acusações graves.

A investigação fundamenta-se em três frentes metodológicas complementares: (1) análise de discurso midiático; (2) estudo de caso ampliado; e (3) revisão teórica crítica. A triangulação entre essas frentes permite uma apreensão mais abrangente dos fenômenos em estudo, conforme sugerido por Denzin (2006), ao articular dados empíricos, contextos estruturais e categorias concei-

tuais. A análise de discurso se apoia nos referenciais de Norman Fairclough (2001) e Michel Foucault (1996), com foco na produção de sentidos em matérias jornalísticas esportivas e de grande circulação que abordam denúncias de estupro envolvendo figuras do futebol.

Foram selecionadas 28 matérias jornalísticas publicadas entre 2017 e 2024, nos portais Globo Esporte, UOL, ESPN, El País, Metrôpoles e Folha de S. Paulo. O critério de seleção incluiu a centralidade do acusado na narrativa, a repercussão pública e a forma como o conteúdo abordava a denúncia e a imagem do agressor. A análise concentrou-se na identificação de estratégias de blindagem simbólica, como o uso de linguagem que minimiza o crime, a exaltação das conquistas profissionais do acusado e a descredibilização da vítima.

A segunda frente metodológica é o estudo de caso ampliado, conforme proposta por Burawoy (1998), que permite investigar processos individuais à luz de estruturas sociais mais amplas. Os casos selecionados foram: Robinho (condenado por estupro na Itália), Daniel Alves (condenado na Espanha), Neymar Jr. (denunciado no Brasil, com arquivamento) e Cuca (condenado na Suíça por estupro coletivo). Esses episódios, embora distintos em desfecho jurídico, revelam padrões semelhantes de resposta institucional e social, sendo analisados a partir de suas interações com o sistema jurídico, a mídia e o mercado esportivo.

A terceira frente consiste na revisão teórica crítica, com ênfase em produções acadêmicas nacionais e internacionais que tratam de masculinidades, cultura do estupro, privilégio simbólico, performatividade de gênero e seletividade penal. Os autores selecionados incluem Connell (1995), Butler (2004), Crenshaw (1991), Segato (2013), Davis (2016), Bourdieu (1989), bem como Rial e Grossi (1987), cujas análises sobre o caso envolvendo jogadores do Grêmio na década de 1980 expõem os mecanismos sociais e midiáticos de transformação de agressores em heróis nacionais, contribuindo decisivamente para a compreensão da cultura de impunidade e da produção simbólica da virilidade no contexto esportivo brasileiro.

A análise dos dados coletados seguiu os princípios da análise temática de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo a categorização dos discursos em eixos interpretativos que evidenciem a lógica de proteção masculina, o silenciamento da vítima e o uso estratégico da fama como capital protetor. Todo o processo de análise foi conduzido com rigor ético, observando o anonimato das fontes secundárias e o uso responsável das informações disponíveis publicamente.

3. Resultados e discussão

A análise dos casos investigados evidencia um padrão recorrente de proteção institucional em torno de figuras públicas masculinas acusadas de violência sexual. A partir da categoria “masculinidade imune”, observa-se a construção de um sistema de blindagem sustentado por redes jurídicas, midiáticas e econômicas, operando para impedir a responsabilização legal de sujeitos inseridos em circuitos de prestígio. Os episódios envolvendo Robinho, Daniel Alves, Neymar Jr. e Cuca revelam estratégias que reiteram o descrédito da vítima, a valorização da reputação do acusado e o adiamento ou a inviabilização de consequências judiciais. Esses mecanismos estão articulados a dispositivos históricos de poder que garantem ao homem público um lugar de autoridade, conforme analisado por Foucault (1996) e Connell (1995).

Cada caso, embora distinto em contexto geográfico e jurídico, compartilha a mesma lógica de imunidade simbólica. As narrativas construídas ao redor dos acusados priorizam sua trajetória profissional, associando masculinidade à excelência esportiva, ao carisma público e à inocência presumida. A atuação de advogados, clubes, dirigentes e imprensa contribui para sustentar essa imagem, mesmo diante de evidências consistentes. Autoras como Butler (2004) e Crenshaw (1991) demonstram que as instituições jurídicas e midiáticas não operam de forma neutra, mas reiteram desigualdades ao tratar acusações de violência sexual a partir da posição social do acusado.

O Quadro 1 apresenta a síntese dos dados colhidos para os quatro casos analisados. As informações incluem identificação do acusado, ocupação à época, data e local dos fatos, características da vítima, natureza da acusação, desdobramentos judiciais e fontes de informação utilizadas:

Quadro 1: Casos selecionados para a análise

NOME E PROFISSÃO DO ACUSADO	PERÍODO DO FATO	LOCAL DO FATO	IDENTIDADE DA VITIMA	TIPO DE ACUSAÇÃO	DESEFECHO JURÍDICO
Robinho -> Ex jogador da Seleção Brasileira e do Santos FC	22 de janeiro de 2013 (data do crime); condenação final em 2020	Boate Sio Café, Milão, Itália	Mulher albane- sa de 23 anos, embriagada e inconsciente no momento do crime	Estupro cole- tivo envolven- do Robinho e cinco amigos	Condenado pela Corte de Cassação da Itália a 9 anos de prisão; sentença transitada em julgado em 2020; atualmente não extraditado pelo Brasil
Daniel Alves -> Ex jogador da Seleção Brasileira, ex-Barcelona e Pumas UNAM	30 de dezembro de 2022 (data do crime); sentença em fevereiro de 2024	Boate Sutton, Barcelona, Espanha	Mulher espanhola de 23 anos, relatou estupro em banheiro da boate	Estupro consumado em ambiente fechado, com resistência da vítima	Condenado a 4 anos e 6 meses de prisão pelo tribunal de Barcelona; cumpre pena desde fevereiro de 2024
Neymar JR -> Jogador da Seleção Brasileira à época, atuando pelo Paris Saint-Germain	Denúncia registrada em maio de 2019; suposto crime ocorreu em Paris	Hotel Sofitel Arc de Triomphe, Paris, França	Najila Trindade Mendes de Souza, modelo brasileira	Estupro com violência física; acusação incluía agressão e coação	Caso arquivado por ‘falta de provas,’ após intensa exposição da vítima e críticas públicas; Neymar divulgou conversas e fotos íntimas sem consentimento
Cuca -> Técnico de futebol, atuando por diversos clubes brasileiros, incluindo Corinthians	Crime ocorrido em outubro de 1987; condenação na Suíça em 1989	Hotel em Berna, Suíça	Menina suíça de 13 anos, em excursão escolar no hotel onde o time se hospedava	Estupro coletivo de menor; quatro jogadores acusados, incluindo Cuca	Condenado na Suíça em 1989, mas não cumpriu pena devido à ausência de tratado de extradição com o Brasil; caso voltou à mídia em 2023 após contratação pelo Corinthians

Fonte: O Autor (2025)

Os dados acima vieram das referências a seguir:

- **Robinho:** G1 (2020); UOL (2020); BBC News Brasil (2022)
- **Daniel Alves:** El País (2024); G1 (2024); Globo Esporte (2024)
- **Neymar Jr.:** Folha de S. Paulo (2019); Estadão (2019); CNN Brasil (2020)
- **Cuca:** Folha de S. Paulo (2023); UOL Esporte (2023); O Globo (2023)

3.1 Blindagem simbólica e a gestão da imagem masculina no esporte

A edificação da masculinidade no cenário esportivo brasileiro articula-se a um conjunto de construções simbólicas que legitimam atributos como força, virilidade, disciplina e prestígio como pilares da identidade do sujeito masculino em posição de visibilidade. Esse processo não pode ser compreendido como mero reflexo de condutas individuais, mas como efeito de estruturas institucionais que conferem ao atleta ou técnico de futebol uma função paradigmática na constituição da ideia de autoridade nacional. Conforme Connell (1995), a masculinidade hegemônica opera por meio da imposição de um modelo dominante de ser homem, sustentado por capital simbólico e pelo reconhecimento social. No âmbito do futebol, esse modelo é reforçado, e sua continuidade conta com instrumentos institucionais que atuam na manutenção da imagem pública, mesmo quando há imputação de condutas tipificadas penalmente como crimes contra a dignidade sexual.

O conceito de blindagem simbólica designa os mecanismos discursivos e institucionais que resguardam a reputação de figuras masculinas acusadas de violência, independentemente da existência de sentença penal condenatória. Os mecanismos são operacionalizados por meio de discursos produzidos e reproduzidos por órgãos de imprensa, dirigentes esportivos, patrocinadores e equipes jurídicas, os quais, de forma deliberada, constroem uma narrativa de inocência presumida, mesmo diante de elementos probatórios relevantes. Goffman (1988), ao tratar da representação do eu na vida social, identifica que o controle da impressão pública é elemento estratégico na proteção de trajetórias reputacionais. No esporte de alto rendimento, esse controle assume

proporções institucionais, pois envolve contratos milionários, interesses comerciais e representações coletivas de identidade nacional.

Esse padrão de blindagem não é recente. Em 1987, o episódio envolvendo quatro jogadores do Grêmio, entre eles Alexi Stival, o Cuca, acusados de estupro coletivo contra uma menina de 13 anos na Suíça, tornou-se marco na configuração de estratégias midiáticas de proteção simbólica no campo esportivo. Conforme demonstram Rial e Grossi (1987), a recepção dos jogadores no aeroporto, sob aplausos, flores e comemorações, contrastava com o silenciamento da violência sexual cometida. A imprensa gaúcha operou uma inversão simbólica, convertendo os acusados em heróis nacionais e a vítima em agente provocador da suposta “travessura”, como apontaram colunistas da época. Esse caso evidenciou a força da virilidade como valor regional, capaz de reconfigurar um crime em um ato de afirmação masculina, reforçando os pilares da masculinidade imune que perduram até o presente.

O caso de Robinho configura exemplo eloquente da atuação desses dispositivos. Embora tenha sido condenado em última instância pela Corte de Cassação da Itália a nove anos de reclusão por crime de estupro coletivo, o atleta foi anunciado como reforço do Santos Futebol Clube em 2020, sendo a contratação justificada sob o argumento do direito à ampla defesa e do caráter privado da condenação (UOL, 2020). A relativização da gravidade do fato típico imputado e a tentativa de dissociar a vida profissional da imputação penal revelam uma tentativa de esvaziamento da dimensão pública do crime. A rescisão do contrato só ocorreu após a manifestação negativa de patrocinadores como Philco e Orthopride, evidenciando a interferência do capital econômico na delimitação dos limites morais da atuação institucional (BBC News Brasil, 2022).

Dinâmica similar foi observada no caso de Daniel Alves, condenado em 2024 pela justiça espanhola pelo crime de estupro. Ao longo do processo, foi perceptível a mobilização de recursos simbólicos voltados à sua trajetória esportiva e familiar, com amplo espaço concedido a discursos emotivos que visavam relativizar o impacto da denúncia. Matérias jornalísticas reiteraram a figura do “atleta exemplar” e investiram na evocação de empatia pública, mini-

mizando a experiência da vítima (El País, 2024). Butler (2004) assinala que os discursos jurídicos e midiáticos operam sob normas de gênero que reforçam a credibilidade da masculinidade pública, deslocando para o corpo feminino a carga da dúvida e da prova reiterada.

Em 2019, Neymar Jr. protagonizou outro episódio que ilustra a estrutura de blindagem simbólica. Acusado de estupro por Najila Trindade, o jogador mobilizou redes sociais para divulgar, de maneira não autorizada, conversas privadas e imagens íntimas da denunciante, produzindo antecipadamente uma versão dos fatos que o colocava na posição de vítima de calúnia. O inquérito policial foi arquivado sob justificativa de ausência de elementos probatórios suficientes, e a denunciante passou a ser alvo de ataques e perseguições virtuais (Folha de S. Paulo, 2019). Crenshaw (1991) adverte que mulheres negras e periféricas enfrentam múltiplos vetores de opressão, sendo frequentemente deslegitimadas nos espaços institucionais, o que compromete o princípio da isonomia no acesso à justiça.

Cuca, técnico de futebol condenado na Suíça em 1989 por estupro coletivo de uma menor de 13 anos, foi contratado pelo Sport Club Corinthians Paulista em 2023, mesmo com amplo conhecimento público da decisão judicial estrangeira. A justificativa da diretoria do clube ancorou-se no argumento da “segunda chance”, deslocando o crime para o campo da moralidade privada e da superação individual (Folha de S. Paulo, 2023). A omissão da imprensa esportiva e a ausência de discussão sobre os direitos da vítima reforçam a ideia de pacto de silêncio, que Segato (2013) denomina de *fratria masculina* — aliança entre homens voltada à proteção da integridade simbólica do grupo diante da denúncia de violência. No caso de Cuca, como já alertavam Rial e Grossi (1987), a imprensa operou com forte viés machista ao retratar a adolescente como “mulher feita”, sexualizando sua imagem e sugerindo conivência, mesmo diante da brutalidade dos relatos e da confirmação judicial dos fatos.

A blindagem simbólica, nesse cenário, atua como barreira discursiva que impede o deslocamento das denúncias para o campo da responsabilização efetiva. No universo do futebol, onde se cultuam valores como força e heroísmo, a trajetória vitoriosa de atletas e treinadores funciona como capital

discursivo, mobilizado para neutralizar os efeitos das imputações criminais. Conforme Bourdieu (1989), o capital simbólico opera como poder invisível, legitimado por instituições que naturalizam determinadas posições sociais e silenciam outras. A reputação consolidada por meio do rendimento esportivo torna-se, assim, instrumento de sustentação da impunidade.

A articulação entre prestígio midiático, capital econômico e masculinidade hegemônica impede que as denúncias ganhem o status de violação institucional. A valorização da carreira esportiva opera como escudo que reconfigura o ato violento em episódio menor, passível de ser absorvido pelo capital de admiração social. Goffman (1988) denomina esse movimento de restauração estratégica da identidade, em que o sujeito acusado se reapresenta à opinião pública como digno de confiança, dissociado do ato que lhe foi imputado.

No interior desse arranjo, a masculinidade imune representa uma racionalidade jurídico-social que define quem pode ser considerado sujeito de direito e quem será reduzido a objeto de dúvida. A blindagem se constitui por meio da manipulação das narrativas públicas, do controle seletivo da informação e da exclusão sistemática da perspectiva da vítima, convertendo a violência sexual em externalidade moral, subordinada à manutenção do prestígio de determinados homens. Davis (2016) e Segato (2013) sustentam que a impunidade em crimes contra a dignidade sexual não decorre da ausência de normas, mas da persistência de estruturas que administram seletivamente o acesso à justiça e à proteção institucional. O trabalho pioneiro de Rial e Grossi (1987), ao analisar com precisão antropológica e crítica o tratamento dado a agressores e vítimas no campo esportivo, permanece atual ao demonstrar como as engrenagens simbólicas e midiáticas seguem operando no Brasil em favor da virilidade impune e da perpetuação da cultura do estupro.

3.2 Silenciamento das vítimas e pactos de proteção institucional

A cultura do estupro, ao se estruturar em sistemas simbólicos e jurídicos, estabelece pactos de silenciamento que operam a partir da proteção das figuras masculinas públicas e da deslegitimação das vítimas. Essa lógica não atua de forma fragmentada, mas sim dentro de um arcabouço institucional que na-

turaliza a violência sexual como parte do custo da fama, da celebridade ou da masculinidade exaltada. Conforme Segato (2013), a violação sexual não se limita a um ato de desejo descontrolado, mas constitui uma afirmação de poder que reafirma hierarquias de gênero. Davis (2016) reforça que as instituições jurídicas e midiáticas contribuem para essa dinâmica ao proteger seletivamente os sujeitos masculinos mais próximos da norma hegemônica, enquanto fragilizam os mecanismos de escuta da vítima.

Esse silenciamento institucional é potencializado pela estrutura narrativa que desacredita a vítima e transfere para ela o ônus da prova moral, prática que Foucault (1996) compreende como um exercício disciplinador do discurso. Butler (2004), por sua vez, destaca que as formas de enunciação estão submetidas a regimes de inteligibilidade social, os quais definem quais vozes são consideradas legítimas. No contexto esportivo, essas estruturas atuam na manutenção do prestígio do jogador e na proteção de sua reputação, mesmo diante de acusações formalizadas e provas contundentes.

No caso de Daniel Alves, condenado em 2024 por estupro praticado em uma boate de Barcelona, a cobertura da mídia brasileira priorizou seu histórico como atleta vitorioso e o impacto da prisão sobre sua família. Enquanto isso, a vítima foi alvo de dúvidas e especulações, com atenção desviada para aspectos como sua vestimenta e conduta no momento da agressão. Segundo El País (2024), mesmo após a condenação, houve uma tentativa sistemática de amenizar a responsabilidade penal por meio da humanização do réu. Gherardi e Camargo (2020) analisam como o discurso da comoção é utilizado para mitigar a gravidade de crimes sexuais e deslocar o foco da vítima para o agressor. A cobertura da G1 (2024) e da Globo Esporte (2024) reproduziu esse movimento, com destaque para a reação da família do jogador, em detrimento do sofrimento da denunciante.

Com relação ao caso de Robinho, condenado definitivamente na Itália a nove anos de prisão por estupro coletivo, a estratégia de silenciamento foi articulada pela imprensa e pelas próprias instituições do futebol. Mesmo após a confirmação da sentença, o Santos Futebol Clube anunciou sua contratação, sustentando que a condenação se tratava de “assunto pessoal” (G1, 2020; UOL,

2020). Só após a retirada de patrocinadores como a Philco é que o clube rescindiu o contrato, revelando que a responsabilização se deu por pressões econômicas e não por ética institucional (BBC News Brasil, 2022). Para Crenshaw (1991), esse tipo de postura evidencia a interseção entre raça, gênero e poder, pois a mulher vítima — especialmente se estrangeira, pobre ou racializada — ocupa posição de deslegitimação estrutural nos processos judiciais e na cobertura da mídia.

Em 2019, Neymar Jr. foi acusado de estupro por Najila Trindade. O caso ganhou repercussão nacional quando o jogador divulgou imagens íntimas e conversas com a vítima em suas redes sociais, antes mesmo da conclusão da investigação, buscando se antecipar ao processo judicial e moldar a opinião pública (Folha de S. Paulo, 2019). A Polícia Civil arquivou o inquérito alegando falta de provas, embora o vazamento de material sensível configurasse outro tipo de infração. De acordo com o Estadão (2019), a cobertura do caso foi marcada por desconfiança quanto à palavra da vítima, reforçando estereótipos sobre mulheres que denunciam figuras públicas. CNN Brasil (2020) registrou o arquivamento do processo, evidenciando o uso midiático da denúncia como forma de autoproteção do jogador. Cerqueira e Coelho (2017) demonstram que a culpabilização da vítima e a baixa taxa de condenação por estupro no Brasil são efeitos diretos da cultura institucional de descrença.

O caso de Cuca, técnico condenado por estupro coletivo de uma adolescente de 13 anos na Suíça, é paradigmático da manutenção de pactos institucionais de proteção masculina. Em 2023, sua contratação pelo Corinthians gerou protestos, mas a diretoria sustentou que ele “merecia uma nova chance”, mesmo sem qualquer sinal de responsabilização ou pedido público de perdão (Folha de S. Paulo, 2023). A UOL Esporte (2023) e O Globo (2023) revelaram que a decisão do clube foi tomada apesar da condenação ter sido conhecida, sendo ignorada deliberadamente por anos. Segato (2013) descreve esse fenômeno como “fratria masculina”, em que homens se organizam coletivamente para preservar a integridade simbólica do grupo diante de denúncias que poderiam abalar suas posições sociais.

O pacto de proteção institucional, ao silenciar as vítimas e garantir a manutenção da imagem pública dos agressores, reforça os alicerces da impunidade. No futebol, onde símbolos de masculinidade se consolidam com força cultural e midiática, a responsabilização penal se dilui frente à comoção pública e à economia da admiração. Segundo Bourdieu (1989), o capital simbólico age como poder naturalizado, conferindo autoridade e proteção a determinados corpos e discursos. A cultura do estupro, nesse arranjo, é sustentada por engrenagens que unem mídia, sistema de justiça, clubes e patrocinadores em torno de uma lógica de silenciamento, desresponsabilização e perpetuação do privilégio masculino.

3.3 Impunidade estrutural e a seletividade penal nas denúncias de violência sexual

A impunidade em casos de violência sexual, sobretudo quando os acusados são figuras públicas e masculinas, não representa falha pontual do sistema de justiça, mas expressão de uma estrutura seletiva que opera para garantir proteção a determinados sujeitos e inibir a responsabilização efetiva. A seletividade penal, conforme explica Zaffaroni (2011), atua priorizando a repressão penal sobre determinados grupos vulneráveis, enquanto neutraliza a atuação do Estado diante de atores dotados de prestígio social, poder econômico ou capital simbólico. No campo da violência sexual, essa lógica se manifesta com força ainda maior, pois as vítimas, em geral mulheres, enfrentam processos marcados por deslegitimação, revitimização e arquivamento precoce dos inquéritos.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) indicam que menos de 14% das denúncias de estupro no país resultam em condenação com trânsito em julgado, sendo a maioria arquivada por suposta falta de provas. Essa estatística revela uma fragilidade sistêmica no acolhimento e apuração de crimes sexuais, agravada quando o acusado possui projeção pública. Cerqueira e Coelho (2017) alertam que o descrédito institucional imposto às vítimas, aliado à ausência de estrutura para escuta qualificada e atendimento psicossocial, contribui para a perpetuação

da impunidade. A seletividade, nesse sentido, não opera apenas sobre o perfil da vítima, mas sobre a figura social do agressor.

O caso analisado por Rial e Grossi (1987), envolvendo jogadores do Grêmio acusados de estupro coletivo na Suíça, ilustra a gênese desse padrão de seletividade simbólica no futebol brasileiro. Mesmo diante de uma acusação formal e de provas apresentadas à justiça suíça, a imprensa gaúcha empenhou-se em construir uma imagem de inocência e vitimização dos atletas, tratando o episódio como “travessura” e lançando dúvidas sobre a moralidade da vítima, uma adolescente de 13 anos. A cobertura jornalística transformou os acusados em símbolos da virilidade gaúcha e da honra esportiva nacional, revelando como as instituições midiáticas atuam como barreiras adicionais à responsabilização. Essa prática, identificada pelas autoras como expressão da cultura do estupro, reforça a tese de que a impunidade se constitui por pactos narrativos e políticos entre agentes do campo esportivo, jurídico e jornalístico.

No futebol, onde se cristalizam ideais de masculinidade, honra e superioridade física, os mecanismos de impunidade operam com base na ideia de que o sucesso esportivo confere uma espécie de imunidade moral. Bourdieu (1989) discute como o capital simbólico se converte em poder real nos campos institucionais, sendo utilizado como instrumento de dominação e exclusão. Ao aplicar essa leitura à realidade esportiva, verifica-se que o prestígio acumulado por jogadores e técnicos transforma-se em escudo discursivo, capaz de interromper ou mitigar a atuação penal. Gherardi e Camargo (2020) demonstram como essa blindagem é mobilizada discursivamente pela mídia e pelos clubes, neutralizando a eficácia dos mecanismos de responsabilização.

Nos casos de Robinho, Daniel Alves, Neymar Jr. e Cuca, a seletividade penal se manifestou de formas diversas, mas igualmente sintomáticas da estrutura patriarcal que regula o acesso à justiça. Enquanto Robinho foi condenado na Itália, a justiça brasileira recusou-se a homologar a sentença, escorando-se em formalismos procedimentais e soberania nacional (UOL, 2020; BBC News Brasil, 2022). No caso de Daniel Alves, a condenação só ocorreu devido à rigidez do sistema espanhol e à existência de provas contundentes, sendo,

no entanto, relativizada por setores da imprensa que defenderam sua biografia como elemento atenuante (El País, 2024; G1, 2024). Já Neymar Jr. sequer foi denunciado formalmente, embora tenha exposto publicamente material íntimo da vítima, atitude que, por si só, configura crime (Folha de S. Paulo, 2019; CNN Brasil, 2020). Cuca, por sua vez, mesmo com condenação internacional registrada, foi contratado por grandes clubes como se a pena tivesse prescrito moralmente, em virtude de sua carreira esportiva (O Globo, 2023; Folha de S. Paulo, 2023). No caso de Cuca, como demonstraram Rial e Grossi (1987), a blindagem foi ainda mais simbólica: houve mobilização pública em sua recepção, declarações de jornalistas legitimando o ato como “natural entre homens” e total invisibilização da vítima, configurando uma construção deliberada de esquecimento coletivo e moralidade seletiva.

A seletividade penal em casos de violência sexual não se resume à omissão estatal. Ela se manifesta, também, por meio da atuação da defesa, da condução inquisitorial de inquéritos e da retórica jurídica que inverte os polos da responsabilização. Segundo Souza Santos (2009), o direito ocidental tem operado com epistemologias seletivas, nas quais a racionalidade da lei oculta pactos de poder que mantêm a impunidade de certos sujeitos. Butler (2004) acrescenta que os tribunais e os discursos jurídicos funcionam como locais de reprodução de normas de gênero, de forma que o corpo feminino aparece como passível de desconfiança, enquanto o corpo masculino é identificado como dotado de razão e domínio sobre a verdade. Ao trazerem à tona a cobertura machista e a lógica de convivência entre mídia e agressores no caso do Grêmio, Rial e Grossi (1987) revelam como as engrenagens discursivas e institucionais se articulam para transformar crimes sexuais em episódios moralmente toleráveis, quando os autores pertencem à elite esportiva masculina.

A impunidade, portanto, não se apresenta como falha ou ineficiência, mas como produto legítimo de uma racionalidade jurídica e política que decide, estrategicamente, quem deve ser punido e quem pode ser poupado. O sistema de justiça criminal, ao se omitir diante de crimes sexuais cometidos por homens em posição de poder, reforça a cultura de estupro como prática tolerada e, em muitos casos, socialmente negociada. A responsabilização penal dei-

xa de ser um imperativo constitucional e se torna uma variável dependente da opinião pública, da pressão econômica ou da visibilidade midiática do caso.

A crítica à seletividade penal exige, assim, reformas legais e desnaturalização das formas como o direito trata a violência sexual, passando por escuta ativa das vítimas, pela revisão dos procedimentos investigativos, pela responsabilização da mídia que atua como agente de blindagem e pela formação crítica de operadores do direito quanto às dimensões de gênero, poder e dominação. Enquanto essas transformações não forem estruturais, a impunidade seguirá sendo regra — e não exceção — nos casos de estupro que envolvem figuras públicas masculinas.

4. Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste trabalho permitiu evidenciar a complexa articulação entre masculinidade, poder simbólico e impunidade em casos de violência sexual envolvendo figuras do futebol brasileiro. A partir dos episódios protagonizados por Robinho, Daniel Alves, Neymar Jr. e Cuca, observou-se que a blindagem simbólica, amparada por pactos institucionais e práticas de gestão de imagem, contribui diretamente para a produção e manutenção de uma cultura de estupro que transcende o campo jurídico, adentrando os domínios do discurso público, da mídia e do mercado esportivo.

A masculinidade imune, conceito operacionalizado nesta pesquisa, não se apresenta como fenômeno isolado, mas como resultado de engrenagens estruturais de gênero e classe que favorecem a invisibilização das vítimas e a preservação do prestígio dos acusados. As denúncias de estupro, em vez de desencadearem mecanismos institucionais de responsabilização e proteção à vítima, são frequentemente relativizadas por narrativas que colocam em xeque a veracidade do relato, reforçando o descrédito da palavra feminina e instrumentalizando o sistema jurídico em favor da reputação do agressor.

Os dados levantados demonstram que a seletividade penal, somada à lógica de mercado e à construção heroica do atleta, transforma o corpo masculino esportivo em território blindado, enquanto o corpo feminino permanece vulnerável à violência e ao silêncio. O futebol, neste contexto, configura-se

como um espaço privilegiado para o exercício da virilidade impune, onde o sucesso profissional serve como escudo discursivo contra as consequências legais e morais dos crimes cometidos.

As evidências reunidas nesta pesquisa indicam a urgência de revisões estruturais no modo como a sociedade, o direito e as instituições esportivas tratam a violência sexual. Romper com a lógica da blindagem simbólica exige mais do que reformas legislativas: requer enfrentamento político, engajamento midiático responsável e uma reeducação social que desconstrua os privilégios de gênero e seus pactos silenciosos. Ao dar visibilidade às vítimas e denunciar as estratégias de imunidade construídas em torno dos agressores, este trabalho pretende contribuir com a ampliação do debate público e acadêmico sobre justiça de gênero, responsabilização e cultura institucional do estupro.

Por fim, destaca-se que a relevância desta pesquisa não se limita à denúncia dos casos aqui abordados, mas reside na contribuição crítica para a compreensão das engrenagens que sustentam a impunidade estrutural de homens poderosos. Ao propor a masculinidade blindada como categoria analítica, o estudo oferece subsídios teóricos e empíricos para novas investigações, intervenções jurídicas e políticas públicas comprometidas com a equidade de gênero, a escuta das vítimas e a ruptura com os pactos de silêncio que ainda imperam no campo do esporte e da justiça brasileira.

Referências

BBC NEWS BRASIL. **Caso Robinho: entenda por que o jogador foi condenado na Itália e não cumpre pena no Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63332460>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BELL HOOKS, **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BBC NEWS BRASIL. **Caso Robinho: entenda por que o jogador foi condenado na Itália e não cumpre pena no Brasil**. BBC News Brasil, 21 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63332460>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BUCHWALD, E.; FLETCHER, P.; ROTH, M. **Transforming a rape culture**. 2. ed. Minneapolis: Milkweed Editions, 2005.

BURAWOY, M. The extended case method. **Sociological Theory**, v. 16, n. 1, p. 4 – 33, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1111/0735-2751.00040>.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BUTLER, J. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2004.

CAVALCANTI, M. N. **A construção midiática do caso Neymar: o gênero em disputa na imprensa e nas redes sociais**. In: Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://compos.org.br/data/anais_arquivos/1579869687_1561.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CNN BRASIL. **Condenação de Daniel Alves por estupro é anulada na Espanha**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/futebol-internacional/justica-da-espanha-revoga-condenacao-de-daniel-alves-por-agressao-sexual/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CNN BRASIL. **Caso Neymar: polícia conclui que não houve estupro e agressão**. CNN Brasil, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/caso-neymar-policia-conclui-que-nao-houve-estupro>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241 – 1299, 1991.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENZIN, N. K. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. 3. ed. New Brunswick: Aldine Transaction, 2006.

EL PAÍS. **Justicia española condena a Daniel Alves a cuatro años y medio de cárcel por violación**. Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2024-02-22/dani-alves-condenado-a-cuatro-anos-y-medio-anos-de-carcel-por-la-violacion-a-una-joven-en-la-discooteca-sutton-de-barcelona.html>. Acesso em: 27 jun. 2025.

EL PAÍS BRASIL. **Daniel Alves é condenado a quatro anos e meio de prisão por estupro na Espanha.** El País, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ESTADÃO. **Caso Neymar: entenda os desdobramentos da denúncia de estupro.** Estadão, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/caso-neymar-entenda/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso y cambio social.** Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

FOLHA DE S. PAULO. **Caso Neymar: veja os principais acontecimentos.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/policia-conclui-inquerito-e-nao-indicia-neymar-por-estupro.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **Corinthians recua e encerra contrato com Cuca após pressão.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2023/04/corinthians-rescinde-com-cuca-apos-protestos-de-torcedores.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **Polícia conclui inquérito e não indícia Neymar por estupro.** Folha de S. Paulo, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/policia-conclui-inquerito-e-nao-indicia-neymar-por-estupro.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FONSECA, A. S.; PAOLI, F.; MENCALHA, A. L. Photodynamic therapy for treatment of infected burns. **Photodiagnosis and Photodynamic Therapy**, v. 38, p. 102831, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pdpdt.2022.102831>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023.** São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GHERARDI, D.; CAMARGO, B. V. A construção social da culpabilização da vítima de estupro: análise da cobertura midiática. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n256657>.

G1. **Justiça italiana condena Robinho a 9 anos de prisão por estupro coletivo.** G1, 19 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/01/19/justica-italiana-condena-robinho.gh.html>. Acesso em: 24 jun. 2025.

G1. Robinho é anunciado pelo Santos mesmo após condenação por estupro na Itália. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/10/10/robinho-volta-ao-santos-contraindignacao-de-patrocinadores.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

G1. Robinho é condenado a 9 anos de prisão por estupro coletivo na Itália. G1, 19 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao>. Acesso em: 24 jun. 2025.

G1. Daniel Alves é condenado por estupro e pega 4 anos e meio de prisão na Espanha. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/02/22/daniel-alves-condenado-por-estupro.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GLOBO ESPORTE. **Justiça da Espanha condena Daniel Alves a quatro anos e meio de prisão.** Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/2024/02/22/justica-condena-daniel-alves.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2025.

INSTITUTO DATAFOLHA. **Visível e Invisível – A vitimização de mulheres no Brasil**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2023. Disponível em: <https://www.mulheresnobreasil.org.br>. Acesso em: 24 jun. 2025.

O GLOBO. **Caso Cuca: relembre a condenação do técnico por estupro na Suíça.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/futebol/noticia/2023/04/21/caso-cuca-relembre-a-condenacao.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2025.

RIAL, C.; GROSSI, M. **Os estupradores que viraram heróis**. Mulherio (Fundação Carlos Chagas), n. 32, p. 3-4, out. 1987. Disponível em: <https://navi.ufsc.br/?p=2362>. Acesso em: 04 ago. 2025.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

SOUZA, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2009. p. 509 – 563.

SOUZA, L. **Corinthians recua e encerra contrato com Cuca após pressão**. Folha de S. Paulo, 21 abr. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte>. Acesso em: 24 jun. 2025.

UOL. **Santos anuncia Robinho mesmo após condenação por estupro na Itália.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2020/10/10/santos-anuncia-robinho-em-meio-a-polemica.htm>. Acesso em: 24 jun. 2025.

UOL. **Robinho é condenado por estupro na Itália; veja o que diz a sentença.** UOL, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2020/01/20/robinho-e-condenado-na-italia.htm>. Acesso em: 30 jun. 2025.

UOL ESPORTE. **Entenda o caso Cuca, técnico condenado por estupro na Suíça.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/04/20/entenda-o-caso-cuca.htm>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas.** 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

FEMININAS OU FEMINISTAS? NARRATIVAS E PRÁTICAS DE MULHERES TORCEDORAS DE FUTEBOL

Thaís Rodrigues de Almeida
Carmen Rial

Introdução

A partir das contribuições dos estudos de gênero e das abordagens feministas, nossa pesquisa propôs problematizar as dinâmicas presentes no universo do futebol, a partir do olhar para mulheres torcedoras desta modalidade. Historicamente associado a valores e representações de masculinidades hegemônicas, o ambiente futebolístico foi construído como um território predominantemente masculino, no qual as mulheres ocuparam, por décadas, posições marginalizadas ou invisibilizadas. Este esporte, enquanto prática cultural de ampla difusão social, ultrapassa o campo da prática e se configura como um importante espaço de relações de poder, disputas simbólicas e negociações identitárias na sociedade brasileira. Nesse contexto, o futebol não apenas reflete, mas também contribui para a manutenção de relações de poder marcadas por desigualdades de gênero em nosso país.

Ao problematizarmos as dinâmicas de gênero que atravessam o universo do futebol, refletimos sobre a ocupação e o envolvimento das mulheres e suas experiências nesse meio, seja como jogadoras, torcedoras ou em outras formas de participação. Se, por um lado, a trajetória brasileira revela que o futebol foi uma prática legalmente proibida às mulheres durante o Estado Novo e apenas autorizada em meados da década de 1980 o que resultou em uma lacuna significativa no desenvolvimento do esporte de mulheres, por outro, observa-se que, embora atualmente não haja impedimentos legais à prática de qualquer modalidade esportiva, a presença das mulheres no futebol ain-

da é atravessada por representações que o vinculam a um referencial exclusivamente masculino. Nesse contexto, a participação feminina, seja no campo de jogo ou nas arquibancadas, continua sujeita a questionamentos sobre suas feminilidades, comportamentos e condutas, evidenciando as permanências de estigmas que marcam o ambiente futebolístico como território hegemonicamente masculino.

Neste trabalho voltamos o olhar para as mulheres torcedoras, compreendendo-as como sujeitos ativos na construção e disputa de significados dentro dessa modalidade. Considera-se que, embora o futebol tenha sido historicamente consolidado como um ambiente que naturalizou e reforçou normas masculinas, simbolicamente expressas na associação entre “gênero e sexo da bola” (Pisani, 2018), as mulheres têm desenvolvido estratégias de resistência e resignificação desses espaços. Tal movimento não apenas desafia as lógicas excludentes que, ao longo do tempo, as mantiveram à margem do protagonismo esportivo e simbólico, como também tensiona a própria estrutura social que sustenta a hegemonia masculina no esporte. Nesse sentido, o estudo das torcedoras permite compreender como as práticas de pertencimento, identidade e engajamento político-cultural no futebol tornam-se arenas privilegiadas para analisar relações de poder, disputas simbólicas e processos de transformação no campo esportivo e social mais amplo.

Para o desenvolvimento de tais reflexões, pontuamos que este trabalho é um recorte da pesquisa mais ampla de tese¹, na qual através de uma investigação etnográfica nos últimos quatro anos interpelamos mulheres torcedoras na cidade de Florianópolis no estado de Santa Catarina. Assim, o objetivo deste texto é analisar como as mulheres torcedoras constroem suas experiências e pertencimentos nesse cenário, reivindicando seus lugares e, simultaneamente, problematizando as fronteiras de gênero impostas no campo esportivo. Nesse sentido, a questão central que orientou esta etapa do trabalho foi: as torcedoras de futebol se identificam e compreendem suas práticas e experiências como feministas ou femininas? Qual a categoria que usam?

1 A tese intitulada “*Mulheres Torcedoras de Futebol: Pertencimento, Protagonismo e Resistência*” está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas sob a orientação da professora doutora Carmen Rial.

A partir do objetivo proposto, os elementos discutidos neste estudo integram a investigação etnográfica multissituada desenvolvida ao longo da tese. Para tanto, circulamos nos estádios e jogos dos dois principais clubes da cidade de Florianópolis: Avaí Futebol Clube e Figueirense Futebol Clube, bem como no acompanhamento de um grupo organizado de torcedores do Vasco da Gama. Nesse contexto, estabelecemos diálogo com mulheres torcedoras que expressaram diferentes configurações de pertencimento e formas de exercício do torcer em um cenário marcado pela diversidade de vínculos. Em nosso campo, encontramos mulheres participam de torcidas organizadas² mistas, mulheres que integrantes de coletivos exclusivos para elas, torcedoras sem vínculo com agrupamentos e chamadas de comuns ou independentes, e mulheres que torcem para uma equipe de fora do estado. Diante destas diferentes configurações, aproximamo-nos de nossas interlocutoras, que colaboraram voluntariamente com a pesquisa, e, ao longo dos últimos quatro anos, construímos interações com informantes privilegiadas de maneira presencial e *on-line*, por meio da realização de observações participantes e de entrevistas semiestruturadas.

Na sequência deste texto, a argumentação será construída a partir de referenciais teóricos que articulam estudos sobre futebol, mulheres torcedoras e estudos de gênero, os quais forneceram subsídios para a fundamentação crítica da pesquisa. Em seguida, será abordada parte dos dados empíricos provenientes do trabalho de campo, acompanhados da análise dos resultados obtidos, os quais estabelecem interlocução direta com a temática proposta e com os objetivos que orientaram nossa investigação.

Notas sobre futebol e mulheres torcedoras

A centralidade social atribuída ao futebol no Brasil carrega consigo ambiguidades e contradições historicamente construídas, que tensionam

2 Neste trabalho, utilizamos o termo “torcida organizada” com embasamento na definição de Reis, para a qual “O torcedor organizado é aquele que faz parte de uma facção torcedora, que tem uma estrutura organizacional independente do clube pelo qual ele torce” (Reis, 1998, p. 6). Na visão mais recente, segundo Souza (2016), também situamos que, para ser considerada torcida organizada, a associação necessita de estatuto, regimentos próprios, registro de pessoa jurídica, entre outros itens. Já um coletivo torcedor seria um grupo de pessoas uniformizadas que se reúnem para acompanhar o time, mas sem os aspectos formais e legais de uma torcida organizada.

as interpretações sobre esse fenômeno esportivo e cultural. Desde os escritos pioneiros de Roberto DaMatta (1982), que evidenciaram o lugar privilegiado do futebol na constituição das sociabilidades e dos rituais nacionais, pesquisadores de distintas áreas vêm sendo provocados a revisitar e reinterpretar os sentidos atribuídos a esse universo. Esse movimento analítico, como destacam Reis (1998), Toledo (2002), Damo (2005) e Alabarces (2011), permitiu deslocar o olhar para além do espetáculo dos 90 minutos de jogo, explorando as dinâmicas de poder, identidade e pertencimento que atravessam esse espaço social. Contudo, a partir do estudo de revisão das produções, a ampla maioria prioriza e destaca os elementos vinculados aos homens envolvidos seja como jogadores, treinadores, torcedores e demais personagens deste amplo universo, e desta forma mantendo, inclusive na produção acadêmica, a pouca visibilidade das mulheres, que, apesar de muitas barreiras, estiveram presentes nesta prática ao longo do tempo.

Nesse cenário, ao eleger o futebol como objeto de análise, torna-se imprescindível compreender que, no contexto brasileiro, essa prática esportiva foi historicamente associada à valorização de determinadas representações de masculinidade. Aliás, ao realizarmos um recorte histórico sobre a participação das mulheres no universo do torcer nas primeiras décadas do século XX, vimos que sua presença nas partidas de futebol era inclusive incentivada, para que trouxessem um viés mais elitizado aos confrontos (Costa, 2007) e contribuíssem para a popularização do esporte. Nesse sentido, a presença das torcedoras legitimava o jogo enquanto um evento social, ao mesmo tempo em que oportunizava às moças a vivência fora do ambiente doméstico, em relação ao próprio termo “torcedora”. Uma das versões de sua origem amplamente aceita é a de que se popularizou através dos noticiários e mídia impressa ao descreverem as moças aflitas ao observarem as partidas e torcerem suas luvas, porém, no decorrer do tempo e afastamento das mulheres deste contexto, o termo torcer passou a designar homens torcedores (Rial; Almeida, 2025; Murad, 2012).

Apesar de terem inicialmente certa presença e visibilidade inspiradora do termo torcedor, os registros históricos geralmente fazem referências a figu-

ras masculinas de importância na trajetória dos clubes. Desta forma, consideramos que cabe destacar no contexto histórico dos grandes clubes brasileiros, entre as muitas mulheres anônimas e invisibilizadas que frequentaram os estádios, algumas personagens que alcançaram destaque e registro, servindo inclusive de inspiração para o reconhecimento por parte das torcidas e das gestões de determinados clubes. Exemplos podem ser citados desde a fundação inicial de agremiações, como o caso de Dona Chiquitota na história do Botafogo. Avó de um dos fundadores, ela opinou pela modificação do nome do clube, inspirando-se no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, local onde residia, participação esta reconhecida nos relatos históricos da fundação da instituição. Outra figura de relevo é Alice Neves, mãe de Mário Neves, um dos fundadores do Clube Atlético Mineiro. Segundo registros históricos, ela foi responsável por costurar os primeiros uniformes e a primeira bandeira do clube, além de organizar o primeiro coletivo de mulheres apoiadoras, em grande parte, parentes da diretoria ou de jogadores (Ribeiro, 2018). Em ambos os casos, tanto de Dona Chiquitota quanto de Alice Neves, sobressai a figura da matriarca, cuja intervenção, motivada por laços familiares, marcou a organização inicial de clubes que posteriormente se desenvolveriam.

Em contrapartida, destacam-se também personagens reconhecidas como torcedoras-símbolo, a exemplo de Dona Elisa Alves, no Corinthians, e de Dulce Rosalina, no Vasco da Gama, ambas lembradas por sua participação ativa nos jogos de seus respectivos clubes. Dona Elisa Alves, eleita torcedora-símbolo do Corinthians e que possui inclusive um memorial em seu nome no Parque São Jorge, foi reconhecida como assídua frequentadora das arquibancadas, especialmente no período de jejum de títulos do clube, entre 1954 e 1977. Já Dulce Rosalina constitui um caso singular (Araújo, 2019), por sua atuação pioneira em relação à participação política e de liderança, sendo a primeira mulher a presidir uma torcida organizada, a TOV (Torcida Organizada do Vasco). Esses referenciais nos instigam a refletir sobre as invisibilidades e as resistências em ambientes majoritariamente masculinos, que ainda persistem em grande parte no interior dos clubes, bem como sobre as disputas internas por representatividade.

A partir destes recortes históricos, podemos afirmar que o futebol se consolidou, no imaginário nacional, a partir de uma concepção ancorada na virilidade masculina, que institui e naturaliza, no campo das normalidades esportivas e sociais como aponta Goellner (2005), ou seja, tomando a heteronormatividade como alicerce. Além disso, o futebol pode ser interpretado a partir do conceito de “gênero da bola” (Pisani, 2018), entendido como um espaço de produção de hierarquias de gênero e como dispositivo por meio do qual se estabelecem disputas simbólicas sobre quem pode ou não jogar, arbitrar, instruir ou mesmo torcer. Nesse sentido, as mulheres torcedoras exemplificam essa dinâmica ao ocupar arquibancadas historicamente, apesar de majoritariamente serem espaços masculinizados, contrapondo a ideia de que “torcer é coisa de homem” e sendo vistas, muitas vezes, como uma presença ilegítima ou reduzidas ao papel de meras acompanhantes de algum sujeito masculino, que chancela a sua inserção nesse espaço, relegando a presença feminina à marginalidade ou à subordinação.

Tal compreensão exige, portanto, reconhecer que essas representações de masculinidade não se expressam como essências naturais, mas enquanto construções sociais e culturais que se atualizam em contextos específicos. Nesse sentido, Kimel (1998) enfatiza que a condição masculina deve ser entendida como uma produção histórica e relacional, que se configura a partir de determinações culturais, políticas e econômicas, e que se efetiva mediante práticas de dominação e exclusão, dirigidas não apenas às mulheres, mas também a outras masculinidades subalternizadas. Para Zanello (2020, p.82), a “casa dos homens” funciona como um dispositivo cultural que constrói e regula a masculinidade hegemônica no Brasil. Esse conceito remete a um espaço onde são valorizadas características como força física, virilidade, controle emocional, racionalidade e superioridade em relação ao feminino. Trata-se de um espaço simbólico de pertencimento e legitimação da identidade masculina, no qual os homens devem provar constantemente sua adequação às normas vigentes. O futebol no Brasil pode ser compreendido como um dispositivo nessa lógica da casa dos homens, funcionando como um dos espaços mais evidentes de socialização e afirmação da masculinidade, e desta forma histo-

ricamente se constitui como um território masculino, e que afeta as mulheres que desejam se inserir e circular nesse universo.

Neste sentido, ao abordarmos as mulheres torcedoras consideramos que as masculinidades podem ser compreendidas como referências não apenas aos envolvidos com as práticas no campo do jogo, mas abrange os sujeitos que fazem parte deste universo nas diferentes funções, entre elas a de torcer, pois há toda uma conduta comportamental por parte da torcida e do exercício pedagógico do estádio: quando cantar, quando levantar, quais palavras e xingamentos são naturalizados naquele ambiente (Bandeira, 2009). Tudo isso implica em um currículo de masculinidades no estádio de futebol, como um campo simbólico de disputas, acordos, socialização que instrui através dos cânticos, gestos, e performances manifestadas pelos torcedores, capaz de instruir e disciplinar os sujeitos, para garantir como se deve ser, agir e se posicionar naquele ambiente, ou seja, nas pedagogias do torcer (Bandeira; Seffner, 2022). Esse processo, ao mesmo tempo em que afirma determinadas formas de masculinidade, também diferencia, hierarquiza e marginaliza os sujeitos considerados outros como mulheres, crianças e idosos, reafirmando, assim, as estruturas de poder e as normas de gênero que historicamente organizaram o futebol brasileiro.

Conforme os elementos brevemente apresentados, partimos da compreensão de que as mulheres torcedoras de futebol, inseridas em um contexto no qual as masculinidades operam como norma social e simbólica predominante, desta forma, constituem o foco central desta pesquisa. Neste texto direcionamos a análise para dois coletivos de torcedoras, um vinculado ao Avaí Futebol Clube e o outro ao Figueirense Futebol Clube, ambos localizados em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil. Buscamos a partir da pesquisa realizada, evidenciar como o futebol, enquanto território atravessado pelo gênero da bola e pelas pedagogias do torcer, constitui um campo de disputas simbólicas no qual se reconfiguram as representações de masculinidades e feminilidades, abrindo brechas para novas formas de pertencimento, visibilidade e protagonismo, ainda que a palavra feminista gere dissonâncias no contexto investigado.

Mulheres torcedoras e os tensionamentos encontrados no campo investigado

Ao adentrarmos em nosso campo, durante o percurso etnográfico, partimos da premissa de que frequentar estádios, estabelecer vínculos com clubes e torcidas e acompanhar regularmente os jogos constituía para as mulheres, uma escolha atravessada por múltiplos desafios, que extrapolavam o simples ato de torcer. Entre esses desafios, destacamos as condições financeiras necessárias para aquisição de ingressos e deslocamentos, as questões relacionadas à segurança nos trajetos, durante e após as partidas, bem como as relações estabelecidas com os demais torcedores, sejam eles integrantes de torcidas organizadas ou não, o que corrobora com as análises sobre mulheres torcedoras de Costa (2007). Nesse processo, o pertencimento clubístico (Damo, 1998), os gestos, as vestimentas, os cânticos, as expressões, a alegria e o sofrimento coletivos são considerados elementos fundamentais na constituição das identidades torcedoras e na produção performática do ser torcedor ou torcedora. Assim, ser mulher torcedora significa experienciar esse ambiente de forma particular, negociando e resistindo cotidianamente às normas de gênero que historicamente organizaram o futebol enquanto território masculino

Em nosso trabalho de campo, realizamos uma etnografia multissituada circulando nos estádios das equipes profissionais de futebol de Florianópolis, e realizando observação participante com coletivos de mulheres torcedoras vinculadas aos respectivos clubes. Nesse aspecto cabe destacar que as partidas observadas foram relativas às equipes profissionais masculinas, visto que o clube Avaí mantém uma equipe profissional de mulheres, mas que jogam na cidade de Caçador, no interior do estado, distante 408 quilômetros da capital, o que inviabiliza o acompanhamento dos jogos para a maioria de seus torcedores; e o Figueirense no momento não conta com um time de mulheres profissional. Além da observação participante, realizamos etnografia de tela (Rial 2004) a partir das interações em redes sociais, e incluímos ao longo do percurso da pesquisa outras interlocutoras que não estavam contempladas no esboço inicial de pesquisa. Como mulheres vinculadas a torcidas mistas, torcedoras de um clube de fora do estado (Vasco da Gama) e torcedoras independentes que não possuem vínculos com coletivos.

Dentre os grupos de mulheres torcedoras investigadas identificadas com o Figueirense Futebol Clube e Avaí Futebol Clube, em relação àquelas que se organizam em coletivos formados apenas por mulheres e que se fazem presentes nas arquibancadas dos estádios, nossas interlocutoras foram torcedoras vinculadas em dois coletivos dos quais vamos brevemente trazer alguns pontos de destaque. Primeiramente, a torcida Elas Alvinegra, ou Torcida Feminina Alvinegra Elas, mas comumente identificadas por torcida Elas do Figueirense Futebol Clube. Um grupo que reuniu nas partidas que acompanhamos de dez até trinta mulheres, algumas das quais por vezes estavam acompanhadas por filhos ou companheiros nas arquibancadas, e destacavam-se pela cor rosa dos seus materiais e faixas, contrastando com a predominância do preto e branco que é a cor do clube e identificação da ampla maioria dos presentes nas arquibancadas. Este coletivo destaca-se por ser o grupamento de mulheres torcedoras mais antigo do estado, o qual vem mantendo atividades desde 2007 e é reconhecido pelas ações sociais e envolvimento com a diretoria do clube.

Figura 1 – Representação do logotipo da Torcida Elas Alvinegra



Fonte: Facebook da Torcida Elas Alvinegra.³

3 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf>. Acesso em 11 nov. 2025.

Já em relação à torcida Avaixonadas Vinculadas ao Avaí Futebol Clube, não constam nos registros do *site* oficial do clube enquanto movimento oficial ou representativo da entidade, assim como nenhum outro coletivo torcedor avaiano. Porém diversos registros publicados nas notícias do *site* oficial do clube sinalizam em projetos de ações sociais, ou por ocasião das campanhas do Outubro Rosa ou do Dia Internacional da Mulher a participação das torcedoras da Avaixonadas⁴. São um coletivo mais recente em relação à torcida Elas, fundada em 2015 e mantendo-se ativo desde então, contando nos jogos que acompanhamos por um conjunto de aproximadamente vinte até quarenta mulheres. Neste coletivo além do acompanhamento no estádio em dias de jogos em casa, foi possível observar que se reuniam para assistir juntas em bares alguns jogos que a equipe era visitante.

Figura 2 – Representação do logotipo da Torcida Avaixonadas



Fonte: *Instagram* da Torcida Avaixonadas.⁵

Chamamos a atenção para a estética desde os logotipos à própria definição dos coletivos. A cor rosa presente em materiais, logotipos, faixas e ca-

4 Em relação às campanhas sociais, exemplo desta notícia está em: <https://avai.com.br/rotary-club-florianopolis-e-avaixonadas-em-campo-para-importantes-companhas/>. E a homenagem em campo referente ao Dia Internacional da Mulher, ver em: <https://avai.com.br/ela-quer-ela-pode-homenagem-as-mulheres-no-seu-dia/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

5 Disponível em: <https://www.instagram.com/avaixonadas/>. Acesso em: 15 de jan. 2024.

misetas. O fato de se denominarem torcidas femininas, quando questionadas sobre as ações, ou até mesmo a resistência em ocupar determinados espaços nas arquibancadas, assim como na colocação de faixas ou presença em excursões dos clubes para os jogos fora de casa. Em seus discursos constantemente reafirmaram não serem feministas, mas sim femininas, e valorizarem os atributos de um exercício do torcer com paixão, mas sem os excessos de consumo de álcool, brigas, rivalidade exacerbada, que identificavam vindos das torcidas compostas por homens em seus clubes.

Em relação aos grupos observados no trabalho de campo, acabamos também incorporando a pesquisa em uma torcida mista, na qual mulheres torcedoras do clube Vasco da Gama, integrantes da torcida força jovem, reuniam-se com os demais torcedores para acompanhar os jogos da equipe do Rio de Janeiro, em bares ou até mesmo em sedes de torcidas aliadas como a Mancha Azul do Avaí e a Mancha Verde do Palmeiras. Esse coletivo se insere na categoria de torcedores(as) denominados(as) “mistos(as)”, segundo Vasconcelos (2011), ou seja, aqueles(as) que torcem por mais de uma equipe ou que manifestam apoio exclusivo a um clube de outro estado. Cabe destacar que, na literatura brasileira sobre torcedores, essa configuração é geralmente associada às regiões Norte e Nordeste, sendo pouco investigada no caso de sujeitos do Sul que acompanham clubes do eixo Rio – São Paulo. Essa constatação é relevante para a contextualização da pesquisa, ao evidenciar lacunas na produção acadêmica acerca das práticas torcedoras em diferentes regiões do país. Para estas torcedoras, nomeamos a categoria de torcedoras sem estádio, e a partir disso consideramos que o elemento da presença em arquibancadas não é tomado como delimitador para legitimar o exercício do torcer e acompanhamento da equipe para qual direcionam sua paixão clubística. Ainda que em seus discursos também tenham refutado o termo “feminista”, em suas práticas em meio ao coletivo, onde representam um número amplamente menor em relação aos homens, constantemente exerciam resistência ao ocupar posições de liderança, organização das ações e estratégias para burlar proibições do acompanhamento de excursões e viagens do grupo.

Figura 3 – Dia de jogo do Vasco, torcida Força Jovem assistindo a partida em um bar ao lado do Estádio da Ressacada



Fonte: elaborada pelas autoras.

O conjunto das práticas observadas em nosso campo nos permitiu perceber e organizar diferentes categorias de mulheres torcedoras, compreendendo que não é um contexto homogêneo, mas composto pela pluralidade de práticas e experiências que atravessam esse universo. Em relação à esta diversidade do torcer e categorização, Giulianotti (2012), propôs uma taxonomia de torcedores de futebol baseada em níveis de identificação, pertencimento e formas de consumo, subdividindo os sujeitos entre “fanáticos”, “seguidores”, “fãs” e “*flâneurs*”. Essa classificação contribui para refletirmos sobre a exclusão histórica das mulheres dos espaços de maior identificação e pertencimento, como os territórios dos “fanáticos”, e sobre a inclusão parcial e condicionada via mercantilização e consumo, principalmente nos perfis de “fãs” e “*flâneurs*”. Porém, o que observamos em nosso campo de pesquisa foram movimentos recentes de torcedoras que, por meio de suas práticas e discursos, buscam ressignificar os modos de pertencimento e construir formas de protagonismo no futebol. Esses movimentos tensionam tanto a lógica masculina tradicional, historicamente dominante nesses espaços, quanto a lógica fria e consumista que tenta capturar suas presenças apenas como consumidoras ou espectadoras, reafirmando a potência política e social dessas mulheres nas arquibancadas.

Em nossa investigação, nos deparamos com diferentes estratégias adotadas pelas torcedoras, fossem elas vinculadas a coletivos organizados ou torcedoras independentes (comuns), as quais se articulavam de acordo com as barreiras sociais vivenciadas, marcadas pelas interseccionalidades de gênero, classe e faixa etária enquanto marcadores sociais da diferença. Cabe, mais uma vez, refletir que nossas interlocutoras, tanto em suas narrativas quanto em suas práticas, apresentaram uma pluralidade de sentidos e formas de envolvimento com o ato de torcer e com a construção de suas identidades clubísticas.

As mulheres que frequentam estádios, organizam torcidas femininas ou narram sua paixão pelo futebol o fazem a partir de lugares atravessados por gênero, muitas vezes enfrentando preconceitos, silenciamentos e exclusões. Elas elaboram estratégias de ocupação e resistência nesses espaços, criando uma cultura torcedora própria, com códigos, rituais e formas de pertencimento. Esse conhecimento não é neutro, mas um saber localizado (Haraway, 1995), nas suas experiências específicas enquanto mulheres em um ambiente predominantemente masculino.

Ainda que a proposta desta pesquisa não tenha sido buscar generalizações, um ponto recorrente nos discursos encontrados foi o afastamento da autoidentificação como torcedora feminista, com a predominância de uma reafirmação constante da feminilidade a qual pode ser expressa por nossas interlocutoras, principalmente por aquelas pertencentes aos grupos de torcidas organizadas de mulheres, nas quais destacamos pela performatividade da utilização do rosa em seus elementos visuais, símbolos e vestimentas, assim como em seus próprios discursos, estes majoritariamente próximos a um ideal heteronormativo. Tal posicionamento, por vezes, configurava-se como um contraponto às masculinidades hegemônicas presentes nesse espaço tradicionalmente concebido como uma “casa dos homens”, retomando, aqui, a concepção de Zanello (2018).

Na busca por compreender a narrativa exposta por nossas interlocutoras, é interessante pontuar também que Santa Catarina configura-se historicamente como um dos estados brasileiros de perfil mais conservador, tanto no campo político quanto nas práticas sociais e culturais. Esse conservadoris-

mo se expressa na predominância de valores tradicionais relacionados à moralidade, à família, à religião e ao papel social de homens e mulheres. Dados recentes do Panorama Político 2024, realizado pelo DataSenado, apontam que 37% dos catarinenses se identificam ideologicamente com a direita, enquanto apenas 10% se associam à esquerda, evidenciando um índice superior à média nacional para o espectro conservador (Senado Federal, 2024).

Esse perfil se relaciona diretamente com o ambiente futebolístico local, um espaço historicamente marcado por masculinidades hegemônicas e por códigos de conduta que reafirmam hierarquias de gênero. Como observa Zanello (2018), ambientes institucionalizados como o estádio de futebol operam enquanto “casas dos homens”, onde a presença feminina é, muitas vezes, condicionada, tolerada ou restrita a determinados papéis socialmente aceitos. No caso catarinense, essas dinâmicas se potencializam em função do contexto cultural conservador, no qual a adesão a valores tradicionalmente heteronormativos é mais rígida e as expressões de protagonismo feminino enfrentam resistências estruturais e simbólicas.

Além disso, os espaços de sociabilidade do futebol em Santa Catarina ainda reproduzem com frequência pedagogias do torcer que refletem códigos de masculinidade conforme apontam autores como Goellner (2005) e Bandeira (2009). A estrutura conservadora estadual dificulta a emergência de coletivos de torcedoras feministas ou abertamente militantes, favorecendo práticas que reforçam a feminilidade heteronormativa como forma de inserção e legitimação social no ambiente esportivo. Tal cenário se reflete, inclusive, no afastamento de muitas torcedoras da autoidentificação como feministas, conforme registrado em nossas interlocuções de campo, e na necessidade de negociar continuamente suas presenças e performances em espaços tradicionalmente masculinos.

Considerações

Ao rememorarmos a questão central deste texto: as torcedoras de futebol se identificam e compreendem suas práticas e experiências como feministas ou femininas? Podemos trazer o contributo de Haraway (1995), para a qual

todo conhecimento é produzido a partir de um lugar específico, condicionado por fatores como gênero, classe, raça, território e cultura. Assim, as mulheres torcedoras de futebol também constroem saberes próprios, situados nas suas vivências concretas nos estádios, arquibancadas e no cotidiano de torcedora, que diferem significativamente das experiências masculinas majoritárias e mais reconhecidas nesse ambiente. Apesar de não haver uma identificação expressa com o termo feminista, e muitas vezes a incorporação do currículo de masculinidades normatizadores das pedagogias do torcer, podemos observar que tal fato é em parte reflexo do próprio contexto político e sociocultural em que vivem conforme o conservadorismo local em Santa Catarina. Mas importa destacarmos que em suas práticas de resistência, estratégias de permanência e até mesmo nos enfrentamentos aos discursos que por vezes buscavam deslegitimá-las, podem ser sim interpretadas como ações feministas.

Desta forma, concluímos que vivenciar a cultura torcedora está relacionado com as possibilidades de jogos e relações de poder manifestados nos discursos advindos do meio futebolístico, e que atravessam as mulheres torcedoras envolvidas com ele. A articulação destes movimentos em seus discursos e desdobramentos permite visualizar a construção das suas identidades enquanto torcedoras e que coletivamente organizam estratégias de resistência e permanência nas arquibancadas de futebol.

Referências

- ALABARCES, P. **Fútbol y patria**: el fútbol y las narrativas de la nación en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo, 2011.
- ARAÚJO, D. **Lugar de mulher é no futebol**: Dulce Rosalina e a representatividade feminina nas torcidas. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- BANDEIRA, G. **“Eu canto, bebo e brigo... alegria do meu coração”**: currículo de masculinidades nos estádios de futebol. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BANDEIRA, G. A.; SEFFNER, F. O androcentrismo do torcer: do Universo do Futebol ao estádio contemporâneo. **Conexões**, v. 20, p. e022016, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8668348>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Panorama político – Santa Catarina**. Brasília, DF: DataSenado/Nexus, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado>. Acesso em 11 nov. 2025.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

COSTA, L. M. O que é uma torcedora? Notas sobre a representação e auto-representação do público feminino do futebol. **Esporte e Sociedade**, v. 2, n. 4, p. 1-31, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/48008>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DAMATTA, R. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAMO, A. **Para o que der e vier: O pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores**. 1998. 247 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257939>. Acesso em 11 nov. 2025.

DAMO, A. **Do dom à profissionalização: Uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Editora da UFRGS, 2005.

GIULIANOTTI, R. Fanáticos, seguidores, fãs e flâneurs: uma taxonomia de identidades do torcedor no futebol. **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 5, n. 1, p. 1-35, 2012. (Tradução autorizada do artigo original publicado no Journal of Sport & Social Issues, 2002). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/703>. Acesso em 11 nov. 2025.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: Entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 26, n. 2, p. 193-210, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/BL3dbSMQpV3KyFcsqhWyQVc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 11 nov.2025.

HARAWAY, D. Saberes localizados: A questão científica no feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7 – 41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 11 nov. 2025.

KIMMEL, M. A Produção Simultânea de Masculinidades Hegemônicas e Subalternas **Horizontes Antropológicos**, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>. Acesso em 11 nov. 2025.

MURAD, M. A violência no futebol. São Paulo: Benvirá, 2012

PISANI, M. **‘Sou feita de chuva, sol e barro’**: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11102018-110139/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

REIS, H. **Futebol e sociedade**: as manifestações da torcida. 1998. 135f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

RIAL, Carmen. Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. **Antropologia em primeira mão**, v. 9, n. 74, p. 4-74, 2004. Disponível em: <https://share.google/EWEHPfd7wUiKZAhfs>. Acesso em 11 nov. 2025.

RIAL, C; ALMEIDA, C. **O “Gênero da Bola”**: Mulheres e Futebol na Mídia. **ALCEU** v. 24, n. 52, p. 84 – 119, 2024. Disponível em: 10.46391/ALCEU.v24. ed52.2024.417. Acesso em: 18 ago. 2025.

RIBEIRO, R. **A bola, as ruas alinhadas e uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Rio de Janeiro: Drible de Letra, 2018.

SOUZA, E. **Fazer alianças**: uma escolha determinante entre o protagonismo e a invisibilidade dos grupos organizados de torcedores de futebol no Brasil. 2016. 303f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TOLEDO, L. **A pátria de chuteiras**: Estudos sobre futebol e cultura brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VASCONCELOS, A. **Identidade futebolística**: os torcedores “Mistos” do Nordeste. 2011. 90f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

ZANELLO, V. Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de WhatsApp masculinos no Brasil. In: FERREIRA, L. (org.) **Gênero em perspectiva** Curitiba: CRV, 2020. p. 79-102.

REPRESENTAÇÕES DO FUTEBOL EM TELENÓVELAS BRASILEIRAS E ARGENTINAS: UMA ANÁLISE INICIAL

Vanrochris Helbert Vieira

Este trabalho¹ busca realizar um levantamento de telenovelas brasileiras e argentinas que já representaram o futebol em suas tramas. Ele se insere em uma pesquisa mais ampla, em desenvolvimento, cujo objetivo final é encontrar relações entre o futebol e personagens masculinos homo-orientados em telenovelas brasileiras e argentinas. A pesquisa parte de um imaginário coletivo de que o futebol e as telenovelas seriam importantes elementos da identidade cultural latino-americana, constituindo-se como formas de conectar o Brasil a seus países vizinhos.

Vários países latino-americanos são grandes produtores de telenovelas, com destaque para o Brasil, o México e a Colômbia. Mas a escolha da Argentina para compor o *corpus* de análise com o Brasil deve-se à existência de uma novela argentina que tratou dessa temática de forma destacada e com grande repercussão: *Botineras*, de Sebastián Ortega (*Telefe*, 2009). Nela, o relacionamento entre os jogadores de futebol Lalo, interpretado por Ezequiel Castaño, e Manuel, interpretado por Christian Sancho, foi bastante explorado, inclusive com cenas de sexo entre o casal (Figura 1), antes mesmo de a primeira cena de beijo entre dois personagens masculinos ter ido ao ar no Brasil, em *Amor à Vida*, de Walcyr Carrasco (*Globo*, 2013). No contexto brasileiro, a pesquisa parte da novela *Avenida Brasil*, de João Emanuel Carneiro (*Globo*, 2012), uma das mais bem-sucedidas em termos de crítica e audiência das últimas dé-

1 Esta pesquisa está em curso e conta com o financiamento do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Estudos do Futebol Brasileiro (INCT Futebol), através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Aproveito para agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, através do Programa Move La América, permitiu a apresentação de uma versão inicial deste texto em um evento organizado no PPGICH/UFSC.

cadras no país. Nela, o jogador de futebol Roni, interpretado por Daniel Rocha, sente-se atraído pelo colega de equipe Leandro, interpretado por Thiago Martins. No entanto, o tema é tratado nas entrelinhas, e os dois acabam formando um “trisal” com Suelen, personagem feminina interpretada por Isis Valverde (Figura 2).

Figura 1 – Lalo e Manuel em *Botineras*



Fonte: *Telefe* (2009).

Descrição: Manuel (Christian Sancho), à esquerda, e Lalo (Ezequiel Castaño), à direita, estão deitados nus de “conchinha” em uma cama, com Manuel abraçando Lalo.

Figura 2 – Roni, Leandro e Suelen em *Avenida Brasil*



Fonte: *Globo* (2012).

Descrição: Suelen (Isis Valverde), ao centro, está de *topper* dourado. Ela abraça Leandro (Thiago Martins), à esquerda, e Roni (Daniel Rocha), à direita. Ela está com os braços apoiados no ombro de cada um deles. Eles estão olhando na mesma direção. Leandro está com uma expressão preocupada, e Roni está com uma expressão alegre.

Uma revisão de bibliografia sobre as representações do futebol em telenovelas brasileiras e de outros países latino-americanos aponta para alguns trabalhos que já buscaram fazer esse levantamento, a maior parte deles no Brasil, com destaque para as pesquisas de Mauro Alencar (2011) e de João Biazotto e José Marques (2013). É curioso o número pequeno de abordagens sobre esse esporte em novelas encontradas por esses trabalhos. Entre as poucas novelas citadas por eles, destacam-se *Irmãos Coragem*, de Janete Clair (*Globo*, 1970), que tinha o jogador do Flamengo Duda, interpretado por Cláudio Marzo, como um de seus personagens², e *Vereda Tropical*, de Carlos Lombardi (*Globo*, 1984), que representava a ascensão do jogador Luca, interpretado por Mário Gomes, de um time de segunda divisão para o Corinthians.

2 A novela teve um *remake* em 1995, escrito por Dias Gomes, também na *Globo*. Nele, Duda foi interpretado por Marcos Winter.

As potencialidades das novelas enquanto fonte de análise

O futebol é um ambiente perpassado por uma forte homofobia estrutural. Isso pode ser percebido a partir da exclusão de meninos e homens afeminados da prática desse esporte e dos cânticos homofóbicos entoados nos estádios, por exemplo. Eliene Faria (2009) afirma que o futebol funciona como parte da existência masculina e constitui uma forma de vigilância dos corpos de homens e meninos. Através das aulas de Educação Física e das peladas de rua, ele contribui para a formação das identidades masculinas e funciona como um rito de passagem para que o menino se torne homem. Nesse contexto, o futebol é visto como uma prática legítima apenas para os meninos que manifestam uma masculinidade alinhada com os modelos hegemônicos. Nas aulas de Educação Física, é recorrente a separação binária entre meninos e meninas, com elas praticando outros esportes, como vôlei ou queimada. Os meninos afeminados, assim como as meninas, são vistos como inaptos para jogar futebol. Por isso, eles costumam realizar as aulas com elas. Essa restrição de acesso ao futebol impossibilita que essas crianças tenham familiaridade com o esporte, podendo gerar traumas que fazem com que meninos afeminados nunca mais se interessem por ele.

No que diz respeito às sociabilidades em torno do futebol na vida adulta, Gustavo Bandeira (2010) explica que a interação que historicamente se estabelece entre as torcidas rivais é a de deslegitimação da masculinidade dos torcedores do outro time a partir da “acusação” de serem sexualmente passivos em relação a outros homens. Usualmente, os times rivais têm apelidos definidos para se referir aos torcedores do outro time de forma homofóbica e misógina. Nos estádios, também são comuns cânticos e gritos carregados de homofobia. Até pouco tempo, essa prática era vista como normal e, até mesmo, “divertida”. Com a criminalização da homofobia, no entanto, ela tem sido coibida, apesar de ainda se manifestar com frequência. Entre jogadores profissionais, é raríssimo que algum deles se declare não heterossexual. Até o momento, nunca houve um jogador em atividade nos times de primeira divisão brasileiros que se posicionasse dessa forma. Tudo isso faz com a presença

de homens gays seja rechaçada no esporte não apenas em relação à sua prática, mas também em toda a dimensão simbólica em torno do esporte.

As telenovelas, no entanto, carregam o potencial de levar as pessoas telespectadoras a lidar com conflitos entre perspectivas conservadoras e progressistas, como as que existem em torno desse tema, abrindo espaço para possíveis mudanças de percepções a respeito de posicionamentos anteriores. Isso ocorre porque nossa consciência não está sempre voltada para a realidade concreta, tendo acesso a “diferentes esferas da realidade” (Berger; Luckmann, 2003). Ela é capaz de se deslocar, por exemplo, em direção aos nossos sonhos ou às narrativas com as quais entramos em contato. As diferentes esferas da realidade ligam-se à “realidade da vida cotidiana” através da linguagem. Para Peter Berger e Thomas Luckmann (2003), elas constituem campos de significação limitados, estados de suspensão para os quais desviamos provisoriamente nossa consciência. As narrativas midiáticas, como filmes e séries ficcionais, são algumas dessas esferas da realidade para as quais nos voltamos. Nesse processo, refletimos sobre nossa vida concreta, revemos nossos valores e práticas, posicionamo-nos frente aos mais variados discursos sociais e entramos em contato com diferentes modelos de gênero, feminilidade, masculinidade, etc.

Douglas Kellner (2001) defende que, nos meios de comunicação, os indivíduos buscam modelos de conduta. A relação entre os produtos midiáticos e seus espectadores poderia levar esses últimos a alterarem comportamentos, adotando novas atitudes e perspectivas, em função dos modelos ali apresentados. O autor considera que os sentidos veiculados pela mídia provêm da realidade social na qual são produzidos. Se os meios de comunicação divulgam e reforçam determinados valores, sejam eles tradicionais ou progressistas, é porque esses valores fazem parte dos discursos sociais contemporâneos. Porém, ao reforçar e disseminar determinadas visões de mundo, a mídia também interfere nas disputas entre sistemas de valores conflitantes, atuando nos processos de redefinição institucional.

Vera França (2009), a partir da televisão, explicita essa mútua conformação entre a mídia e a realidade social. A autora defende que a TV acompa-

nha os movimentos e tendências da sociedade na qual ela se insere, atuando, por outro lado, como uma instância ativa, um “lugar de expressão e circulação de vozes, do cruzamento de representações e constituição de novas imagens”, tornando-se, dessa forma, um “vetor de dinamismo e modificação do seu entorno” (França, 2009, p. 30). A vida social ocorre também dentro da TV e das outras mídias. Elas são palcos que dão a ver o mundo, interferem no que nele já existe e ainda o alimentam com novos elementos. Para exemplificar essa perspectiva, a autora recorre às telenovelas, que se inserem nas conversas e hábitos cotidianos e, ao mesmo tempo, apropriam-se e ressignificam valores e acontecimentos que marcam as vivências concretas dos espectadores.

Nessa linha de raciocínio, trabalhos como os de Paula Simões (2006) e Heloisa Almeida (2003) indicam como, no Brasil, as telenovelas possuem um amplo diálogo com a realidade social. Ao apresentarem visões de mundo e modelos de conduta que podem ser apropriados pelos espectadores, elas contribuem para a promoção de mudanças sociais. Por outro lado, esse gênero televisivo procura apreender os comportamentos e valores contemporâneos, dando a ver, dessa forma, mudanças sociais em curso. Assim, a partir da telenovela, a vida social pode ser investigada em suas amplas dinâmicas de transformação.

Heloisa Almeida (2003) defende que, assistindo novelas, os telespectadores desenvolvem um processo reflexivo, por meio do qual “comparam sua situação de vida ao que assistem” e, com isso, “reveem e reforçam seus pontos de vista, analisam suas vidas pessoais, o que lhes aconteceu antes, o que vivem naquele momento” (Almeida, 2003, p. 22). Essa argumentação vai ao encontro do que Anthony Giddens (1993) chama de *processo reflexivo do eu*. Para esse autor, na contemporaneidade, os indivíduos recorrem a uma variedade de recursos reflexivos, como a mídia, a terapia e os manuais de autoajuda, para repensarem a si próprios. Heloisa Almeida (2003) defende que o processo reflexivo faz com que surjam críticas a visões de mundo mais tradicionais, de forma que os padrões progressistas acabam sendo valorizados. A autora afirma que, no caso da telenovela, a reflexividade se relaciona principalmente a questões envolvendo os relacionamentos e papéis familiares e de gênero.

Lançando sobre o tema o ponto de vista dos Estudos Culturais, Douglas Kellner (2001) afirma que os produtos construídos pela mídia “participam dos conflitos sociais entre grupos concorrentes e veiculam posições conflitantes, promovendo às vezes forças de resistência e progresso” (Kellner, 2001, p. 27). O autor defende que, por isso, não se deve entender a mídia como um simples instrumento da ideologia dominante, mas sim como parte dos embates entre os discursos sociais existentes. Assim, os produtos midiáticos podem ser pensados como a expressão de diversas vozes sociais, possibilitando diferentes tipos de leitura por parte do público. Vera França (2009) afirma algo semelhante em relação à televisão. Segundo ela, a TV acolhe múltiplos discursos sociais, políticos, culturais e religiosos.

Se, por um lado, o alinhamento da televisão com as forças dominantes vem sendo denunciado já há muitos anos, é preciso também lhe atribuir os créditos de sua porosidade, nos últimos tempos, à luta pela mudança de representações, à circulação de diferentes discursos sociais (França, 2009, p. 45).

Há outro ponto relacionado às telenovelas que potencializa sua relação com a realidade social. Através dos índices de audiência, das discussões empreendidas pelos veículos jornalísticos especializados e das repercussões e opiniões do público, apreendidas pelos setores de pesquisa das emissoras, suas narrativas estão constantemente sujeitas a alterações. Isso é possibilitado pelo fato de as telenovelas serem “obras abertas”, ou seja, textos escritos enquanto estão indo ao ar.

Além disso, as telenovelas têm características narrativas e de recepção próprias, o que faz com que sua linguagem tenha diferenças significativas em relação às de outros produtos audiovisuais, como o cinema, por exemplo. O nome “novela” liga essa trama à ideia de “novelo”. Isso porque a trama das novelas é um emaranhado de relações entre personagens e núcleos com um fio condutor que os vai amarrando entre si. As novelas são herdeiras dos *melo-dramas*, dos quais vem a divisão maniqueísta entre personagens “bonzinhos”

(mocinhos) e “malvados” (vilões), além dos arquétipos e estereótipos reiteradamente explorados – como a gêmea boa e a gêmea má, a personagem dada como morta que ressurge surpreendendo a todos, o “golpe da barriga” dado pela vilã, a redenção do mocinho mulherengo ao se apaixonar pela mocinha, a mocinha pobre que fica rica e se vinga de todos os vilões, etc.

É claro que os gêneros mudam ao longo do tempo, de forma que, com a popularização das séries internacionais e o advento do *streaming*, as novelas têm adotado um ritmo cada vez mais ágil e apresentado uma nuance maior entre as possibilidades maniqueístas das tramas tradicionais. No entanto, mesmo com as adaptações, o alcance do gênero tem diminuído consideravelmente. As novelas já foram um sucesso absoluto de público no Brasil, marcando índices de audiência altíssimos – chegando a mais de 60 pontos de média no Ibope. No entanto, esses índices têm caído progressivamente ao longo das décadas, seguindo uma tendência de queda de audiência da TV aberta como um todo. Atualmente, as médias de audiência das novelas da *Globo* têm estado na casa dos 20 pontos. Se a novela já foi a maior opção de entretenimento doméstico para muitas famílias no país, hoje existem inúmeras outras possibilidades, como as mídias sociais e os serviços de *streaming*.

No entanto, também é possível relacionar a queda de audiência com outros fatores. Um deles é o aumento do caráter crítico da recepção do público que, com a tendência cada vez maior de comparar as novelas com inúmeros outros produtos audiovisuais, tem se tornado mais exigente em relação à qualidade das tramas. Por outro lado, a produção de novelas no país tem passado por uma crise desde a última década. Entre os motivos, está o desafio da renovação dos autores, com as novas promessas tendo dificuldade de vingar, e os autores já estabelecidos apresentando perda no ritmo de produção. Com todas essas transformações, estudos sobre telenovela que visam identificar nelas as representações de um tema – como o futebol, por exemplo – ao longo de diferentes décadas, precisam estar atentos ao lugar que esse produto midiático ocupa em seu país em diferentes momentos.

Desafios de análise de novelas brasileiras e argentinas

A *Telefe* – conhecida como *Canal 11* antes de ser privatizada – , emissora de *Botineras*, é uma das principais veiculadoras³ de novelas na Argentina. Porém, essa emissora tem um índice de exibição de novas tramas muito menor do que o da *Rede Globo*, maior produtora de telenovelas no Brasil. Diferentemente da *Globo*, a *Telefe* não veicula suas novelas de forma contínua. Ela também não disponibiliza um *site* com a lista completa de novelas já veiculadas. Assim, para esta pesquisa, foi necessário fazer um levantamento das novelas já exibidas pela emissora em *sites* externos, tornando mais difícil identificar todas as tramas.

A *Globo* produz novelas de forma sistemática desde a década de 1960. Já a *Telefe/Canal 11* teve um baixo volume de novelas exibidas nas décadas de 1960 e 1970, aumentando significativamente esse volume na década de 1980. Na década atual, o índice de novas exibições voltou a ficar muito baixo, tendo sido identificadas apenas duas novelas inéditas, a última lançada em 2022. Devido ao baixo número de novelas veiculadas pela *Telefe/Canal 11* nas décadas de 1960 e 1970, e também à dificuldade de encontrar informações *on-line* sobre as tramas mais antigas, o recorte definido para esta análise foi o de novelas exibidas pela emissora a partir da década de 1980. Foi possível identificar a existência de 85 tramas nesse período.⁴

Por outro lado, a *Globo* segue produzindo ininterruptamente, desde a década de 1960, três novelas ao mesmo tempo.⁵ Elas são divididas entre diferentes faixas-horárias: a das seis, a das sete e a das nove – até a década de 2000, a última faixa era exibida mais cedo, às oito. Geralmente, a novela das seis tem um caráter mais leve e romântico. Já a das sete tem um tom mais cômico e descontraído. Enquanto a novela das nove costuma trazer tramas mais polêmicas e densas. Entre esses três horários, quanto mais tarde, maior a visibilidade. *Avenida Brasil*, por exemplo, foi uma novela das nove. Por isso,

3 Diferentemente do que ocorre no Brasil, as emissoras argentinas não são necessariamente as produtoras das telenovelas. Algumas novelas são compradas de produtoras independentes.

4 Interessante apontar que a Argentina possui um gênero chamado “telecomédia”, que, por vezes, sobrepõe-se à telenovela por apresentar características semelhantes. Considerei telenovelas apenas as telecomédias que também foram identificadas dessa maneira.

5 Com exceção de alguns períodos específicos, como durante a pandemia de Covid-19.

a antiga faixa das oito e atual faixa das nove é conhecida como “horário nobre”. A emissora também produz, de forma descontínua, novelas em mais uma faixa, que era às dez, até a década de 1990, e passou a ser às onze, desde então. No entanto, nesta década, nenhuma novela original foi produzida para essa faixa – apenas foram exibidas pela primeira vez na TV aberta duas novelas originais do serviço de *streaming Globoplay*. É interessante ter em conta como as novelas também possuem subgêneros, de acordo com a faixa horária. Esse é outro ponto que análises de representações nesse tipo de trama precisam observar.

Até hoje, a *Globo* já produziu 334 novelas completas originais para a TV aberta e 2 para o *Globoplay*.⁶ Considerando apenas as novelas em horários a partir da faixa das oito lançadas da década de 1980 em diante, a *Globo* já produziu 85 novelas completas. Esse foi o recorte determinado nesta pesquisa para as telenovelas brasileiras a serem analisadas. Ele se baseia na emissora – além de a *Globo* ser a produtora com maior volume e audiência, também é quem produziu *Avenida Brasil* – e nas faixas horárias, que foram delimitadas a partir do “horário nobre”, de maior visibilidade. Diferentemente da *Globo*, as novelas da *Telefe/Canal 11* – selecionada por ser a emissora de *Botineras*, além de uma das maiores veiculadoras de novelas na Argentina – não são organizadas sistematicamente por faixas-horárias. As novelas dessa emissora identificadas distribuem-se por 12 diferentes faixas-horárias, matutinas, vespertinas ou noturnas, sendo a primeira às 9h e a última às 23h. Por isso, um recorte por faixa-horária para as novelas argentinas não faria o mesmo sentido. De todo modo, o número de tramas da *Globo* e da *Telefe* selecionadas proporcionou duas amostras do mesmo tamanho, o que favoreceu a realização do levantamento. É interessante notar que, diferentemente das novelas da *Globo* selecionadas, as da *Telefe/Canal 11* incluem novelas infantis e juvenis, bem como algumas com mais de uma temporada – como a famosa *Chiquititas*, de Cris Morena (*Telefe*, 1995), que ganhou uma versão brasileira no *SBT*.

O levantamento sobre a presença de representação do futebol nas tramas brasileiras foi realizado por meio da leitura das páginas sobre cada uma de-

6 Considerando as novelas finalizadas até julho de 2025, sem incluir as 27 temporadas de *Malhação* – um formato diferente das demais telenovelas da *Globo*, similar às *soap operas* estadunidenses pela troca de elenco a cada temporada.

las no *site* oficial da *Globo* que traz informações sobre os programas antigos: o *Memória Globo*. As novelas argentinas, por outro lado, não contam com páginas oficiais produzidas pela *Telefe/Canal 11*. Por isso, foi necessário recorrer à *Wikipedia* como fonte alternativa – a própria página institucional da *Telefe* indica *links* da *Wikipedia* para leitura sobre algumas de suas novelas. O mesmo foi necessário para as novelas brasileiras mais recentes, já que, no momento, o *Memória Globo* só tem páginas de novelas lançadas até a década de 2010. Essa primeira fase da pesquisa teve caráter explanatório, visando a seleção das tramas, dentro desse recorte, que poderão ser posteriormente investigadas para a identificação de relações entre futebol e personagens masculinos homo-orientados.

As representações do futebol encontradas

Na pesquisa sobre as novelas argentinas a partir da *Wikipedia*, referências ao futebol foram encontradas em apenas 4 tramas (Tabela 1). É interessante observar que uma delas – *Cebollitas* – é uma novela infantil, e outra – *Educado a Nina* – é classificada também como “telecomédia”. Como era de se esperar, *Botineras* está entre as novelas identificadas. Também é importante dizer que duas dessas novelas – *Cebollitas* e *Botineras* – têm o futebol como o tema principal da trama.

Tabela 1 – Novelas da *Telefe* que tiveram o futebol como temática, segundo a *Wikipedia*

Novela	Faixa	Autor	Ano
Cebollitas	17	Enrique Torres e Daniel Datola	1997
Botineras	22	Sebastián Ortega	2009
Educando a Nina	21	Sebastián Ortega	2016
Por amarte así	16	Martín Kweiler e Gabriel Corrado	2016

Fonte: produzido pelo autor.

Na pesquisa sobre as novelas brasileiras a partir do *Memória Globo*, foram encontradas referências ao futebol em 14 tramas. No entanto, a título de comparação, também busquei referências a esse esporte nas páginas

da *Wikipedia* das mesmas novelas, encontrando-as em apenas 4 delas, identificadas em negrito na Tabela 2. As novelas da década atual, que ainda não têm páginas no *Memória Globo*, também tiveram suas páginas da *Wikipedia* consultadas, mas o termo “futebol” não estava presente em nenhuma delas. É possível perceber que a presença de páginas oficiais das telenovelas ajuda bastante nesse tipo de busca, e a dependência de fontes externas torna o levantamento menos eficaz. É interessante como, desde *Avenida Brasil*, apenas duas novelas identificadas abordaram o tema novamente, e nenhuma nesta década. Apesar da importância do futebol para o enredo de *Avenida Brasil*, esse esporte não é o tema principal de nenhuma das tramas encontradas, tendo centralidade apenas em núcleos paralelos. Também me chamou a atenção como alguns autores abordaram esse tema de forma recorrente, como Manoel Carlos e Aguinaldo Silva, com três novelas cada.

Tabela 2 – Novelas da *Globo* que tiveram o futebol como temática, segundo o *Memória Globo*

Novela	Faixa	Autor	Ano
Sol de Verão	20	Manoel Carlos	1982
Roda de Fogo	20	Lauro César Muniz	1986
Fera Ferida	20	Aguinaldo Silva, Ana Maria Moretzsohn e Ricardo Linhares	1993
Por Amor	20	Manoel Carlos	1997
Torre de Babel	20	Sílvio de Abreu	1998
Suave Veneno	20	Aguinaldo Silva	1999
O Clone	20	Gloria Perez	2001
Mulheres Apaixonadas	20	Manoel Carlos	2003
Celebridade	20	Gilberto Braga	2003
América	20	Gloria Perez	2005
Belíssima	20	Sílvio de Abreu	2005
Avenida Brasil	21	João Emanuel Carneiro	2012
Os Dias Eram Assim	23	Gustavo Fernandez e Carlos Araújo	2017
O Sétimo Guardião	21	Aguinaldo Silva	2018

Fonte: produzido pelo autore.

Antes de apresentar o levantamento feito através dessas fontes sobre as representações do futebol nessas novelas, é importante fazer um comentário sobre o objetivo final da pesquisa: a relação entre o futebol e personagens masculinos homo-orientados. A palavra “homo-orientação” se refere à atração afetivo-sexual de uma pessoa por outras do mesmo gênero. Uma pessoa homo-orientada pode nunca se relacionar com alguém do mesmo gênero, mantendo sua atração afetivo-sexual apenas para si, reprimindo-a ou escondendo-a, por exemplo. Por isso, o que está sendo buscando são personagens masculinos *atraídos afetivo-sexualmente* por outros, independentemente de concretizarem ou não uma relação entre si.

Diferentes formas de representação do futebol nas novelas brasileiras

Na página da novela *Sol de Verão* (1982), no *Memória Globo*, o termo “futebol” aparece na seção “tramas paralelas”, relacionando-se ao personagem Abel (Tony Ramos). A única informação presente é a de que ele é “apaixonado” por futebol. Na sua descrição, é possível entender que ele é heterossexual e se envolveu com duas personagens femininas ao longo da trama. Já na página da novela *Roda de Fogo* (1986), o termo “futebol” aparece na descrição do personagem Gilson Góes (Gilberto Martinho). Ele é um ex-jogador de futebol que “guarda um álbum sobre as suas glórias no esporte”. A descrição indica que ele é hétero-orientado, pois é apaixonado por uma personagem feminina. Na página de *Suave Veneno* (1999), por sua vez, o termo “futebol” aparece em “tramas paralelas” e em “personagens”. Todas as referências apontam para o personagem Renildo (Rodrigo Faro). É dito que ele é um jogador de futebol que se torna um ídolo e é contratado para jogar no exterior. Mas seu destino no esporte é ameaçado pela descoberta de uma doença degenerativa. Ele tem um envolvimento com uma personagem feminina. A página da mesma novela na *Wikipedia* conta que essa personagem feminina esnobava Renildo até ele se tornar um jogador famoso. Além disso, informa que ele descobre ter um tumor cerebral, e que isso o impediu de continuar jogando.

Em algumas novelas, o futebol aparece apenas de forma acessória, na maioria das vezes, indicando a participação especial de jogadores de futebol nas gravações. Na página de *O Clone* (2001), o termo “futebol” aparece em “tramas paralelas” e “curiosidades” apenas para citar que Pelé e Roger fizeram participações especiais como frequentadores do bar da personagem Dona Jura (Solange Couto), que recebia diversas celebridades. Já em “personagens”, o termo aparece relacionado à personagem Karla (Juliana Paes), que tenta conquistar jogadores de futebol e cantores para “subir na vida”. Em *Mulheres Apaixonadas* (2003), o termo aparece apenas em “personagens”, indicando que a personagem Estela (Lavínia Vlasak) faz festas frequentadas por famosos, como jogadores de futebol. De forma semelhante, o termo aparece em “curiosidades”, na página de *Celebridade* (2003), para apontar que Zico e Pelé foram alguns dos diversos convidados especiais que apareceram na novela. O termo aparece na página dessa novela também em “bastidores”, informando que a “cidade cenográfica” construída para as gravações da história se inspirou no bairro Andaraí, e, entre outros elementos, isso incluía a presença de um campo de futebol.

Na página de *Belíssima* (2005), em “tramas paralelas”, o termo “futebol” aparece da forma mais inusitada e enigmática. Ele é usado apenas na legenda de uma foto em que duas personagens rivais, as modelos Giovana (Paolla Oliveira) e Érika (Letícia Birkheuer), estão de *lingerie*, assim como a árbitra e as demais jogadoras, em um campo de futebol (Figura 3). Foi necessário buscar informações adicionais para entender o contexto. Tratava-se de uma estratégia de *marketing* de uma marca fictícia da trama para divulgar uma nova coleção de *lingeries*. As cenas foram gravadas no Pacaembu, antes de um jogo entre Corinthians e São Paulo, já com o público nas arquibancadas.

Figura 3 – Futebol em Belíssima



Fonte: *Globo* (2005).

Descrição: Atrizes de *lingerie* encenando um jogo de futebol.

A página de *Os Dias Eram Assim* (2017) traz referências muito discretas ao futebol, apesar de estarem presentes na seção “trama principal”. O termo aparece na descrição de dois acontecimentos da novela, um no qual um personagem compra uma revistinha da Copa para um menino que se interessava por futebol sem saber que o menino era filho dele, e outro no qual esse mesmo menino joga futebol com seu irmão biológico sem saber quem ele era. Nessa novela, o futebol entra como elemento nas relações de acaso que ocorrem entre pessoas com os destinos cruzados, especialmente familiares afastados entre si, um clichê típico desse tipo de trama. Não há nada que indique qualquer relação dos personagens com a homo-orientação.

Em *América* (2005), o futebol aparece com um enquadramento diferente dos demais. O termo surge na seção “bastidores”. O texto da página explica que a novela abordou algumas dificuldades vividas por pessoas cegas, como o impedimento para a entrada de cães-guias, naquela época, em alguns espaços. Dentro dessa temática, a novela apresentou para o público o golbol, modalidade de futebol para cegos.

Representações de relações entre futebol e heteronormatividade nas novelas brasileiras

Na página de *Fera Ferida* (1993), o termo “futebol” aparece na seção “tramas paralelas” e na seção “personagens”. Ambas as referências estão relacionadas ao personagem Ataliba Timbó (Paulo Gorgulho), que é ex-jogador de futebol. Ele “sofre de impotência sexual”, e os demais personagens sabem dessa sua “doença”. Apesar de “pouco se importar” com a sua aparência, ele já foi um “conquistador irresistível”. Ataliba Timbó parece ser um personagem muito interessante em relação a questões de gênero. Um “machão” que não se preocupa com a aparência – sem a vaidade tipicamente associada ao feminino – e, ainda assim, é um “garanhão”. O texto não fala o gênero de suas conquistas sexuais, mas nada indica uma fuga da heteronormatividade. Porém, ele fica “impotente” de forma pública, o que gera uma perda completa do status de “macho-alfa” que ele tinha anteriormente. Não há nenhuma informação que indique a possibilidade de discussões sobre homo-orientação na trama.

A página de *Por Amor* (1997) faz referência ao futebol na descrição do personagem Nestor (Marco Ricca). Ele é apresentado como um homem que “adora futebol, samba e cerveja” – o que apenas o insere em determinado perfil. Casado com uma mulher, é um verdadeiro machista: prepotente, ciumento, não se preocupa com a esposa e assedia (“faz a corte”) a secretária. É interessante a presença do futebol na composição do perfil de um personagem com essas características, talvez indicando uma associação entre o esporte e uma masculinidade mais tradicional.

A página de *Torre de Babel* (1998) traz o termo “futebol” em “personagens” e em “tramas paralelas”. Ambas as menções fazem referência aos irmãos Boneca (Ernani Moraes) e Gustinho (Oscar Magrini). O primeiro gostaria de ser jogador de futebol, mas é péssimo nas peladas de fins de semana. O segundo, por outro lado, é quem se torna um jogador profissional bem-sucedido depois de entrar para o time de várzea do seu bairro. Boneca “faz qualquer coisa” por mulher (enquanto objeto de desejo) e tem posicionamentos homofóbicos: acha que ser cantor é “coisa de boiola”. Gustinho é “grandão, forte, rude e, para muitas mulheres, bonito”, ou seja, hipermasculino e alvo do de-

sejo feminino. É também “mulherengo” e “o terror das empregadas do bairro” – o que parecem ser outras palavras para “assediador”. Os dois irmãos “disputam” uma mesma personagem feminina. A trama carrega a possibilidade de proporcionar interessantes discussões sobre heterossexualidade masculina. A página da *Wikipedia* dessa novela somente repete que o personagem Gustinho se tornou um jogador de futebol bem-sucedido após começar a jogar em um time de várzea.

Na página de *O Sétimo Guardião* (2018), o termo “futebol” aparece apenas na descrição do personagem Nicolau (Marcelo Cerrado). Seu sonho é ter um filho jogador de futebol. Ele tem três filhas e um filho. No entanto, como o filho “não leva jeito” para o futebol, ele tenta ter outro que faça seu sonho se tornar realidade. Para isso, todo mês, “ele conta os dias para a chegada do período fértil da esposa e não dá descanso a ela quando a esperada data chega”. Primeiramente, Nicolau parece não levar em consideração que uma das filhas poderia jogar futebol. Além disso, sua esposa parece ser tratada por ele apenas como uma máquina de reprodução. É mais uma novela que permite potenciais discussões interessantes sobre gênero, mas não no campo da homo-orientação. A página dessa novela na *Wikipedia* afirma que Nicolau é um “machista” que quer ter um filho jogador de futebol e “bate e pressiona a esposa” para isso. Pode-se perceber que, na *Wikipedia*, o comportamento do personagem é problematizado de forma bem mais evidente do que no *Memória Globo*, incluindo a caracterização explícita da violência de gênero.

Representação da homo-orientação no futebol em uma novela brasileira

A página de *Avenida Brasil* (2012) no *Memória Globo* é, de longe, a que mais faz referência ao futebol. O termo aparece 24 vezes, nas seções “trama principal”, “tramas paralelas”, “personagens”, “bastidores” e “curiosidades”. Em “trama principal”, é dito que o protagonista Tufão (Murilo Benício), na primeira fase da trama, é um “craque” do Flamengo revelado pelo time fictício Divino Futebol Clube. Já na segunda fase, o personagem havia parado de jogar, mas o filho Jorginho (Cauã Reymond) havia seguido a profissão do pai.

A seção “tramas paralelas” destaca o Divino Futebol Clube, equipe da terceira divisão do bairro fictício Divino. Além de Jorginho, é onde atuam outros personagens, como Roni (Daniel Rocha) e Leandro (Thiago Martins), a dupla que vivencia a subtrama em que a homo-orientação aparece.

A seção “tramas paralelas” destaca Suelen (Isis Valverde), caracterizada como “maria chuteira”. Enquanto os demais homens da trama “suspiram” por ela, Roni não a suporta, apelidando-a de “ariranha”. Mas quando ela é raptada por seu “ex-cafetão”, Roni descobre onde ela está e ajuda a resgatá-la, chegando a apanhar do sequestrador. Ele descobre que Suelen é boliviana e está ilegal no Brasil. A partir daí, decide ajudá-la, propondo um casamento de fachada para que ela regularize sua situação. É nesse ponto da trama que a homo-orientação do personagem começa a ser tematizada.

Roni e Leandro são muito amigos e jogam juntos no Divino Futebol Clube. Mas começam a se afastar depois que Suelen aceita se casar com Roni. Leandro se sente traído pelo amigo, pois, desde sempre, gostou de Suelen. Roni, que tem fama de ser afeminado, fica muito triste com o afastamento de Leandro, dando a entender que sente alguma coisa por ele. [...] Apesar de o noivado ser de fachada, Suelen investe no romance e tenta levar Roni para a cama. O jogador, no entanto, sempre foge dela. Ela chega à conclusão de que Roni é gay e está apaixonado por Leandro [...]

Na lua de mel, Roni bebe demais e, ao acordar, percebe que dormiu com Suelen, o que o faz “surtar”. Na sequência, ele tem a oportunidade de ser visto por um olheiro do Flamengo, mas fica triste com a possibilidade de se distanciar de Leandro, o que o leva a jogar mal. Na verdade, ele revela para Suelen que gostaria de abandonar o futebol e se tornar estilista. Roni, então, convida Leandro para morar com ele e Suelen, formando um “trisal”: “Os três, então, por sugestão de Roni, mantêm um casamento aberto. Cada um fica com quem quiser ficar, sem problema, sem culpa.” Mas o olheiro do Flamengo acaba se interessando pelo desempenho de Leandro. Triste com a possibilidade de se afastar de Leandro e incomodado por Suelen estar empolgada com a

situação, Roni resolve se separar dela. Relacionando-se sozinho com Suelen, Leandro fica com ciúmes e agride um colega de equipe, sendo expulso do time. Leandro decide se mudar para Goiás, mas Suelen e Roni se unem para impedi-lo. Eles, então, voltam a morar juntos, e Suelen fica grávida. Os dois decidem assumir juntos a paternidade da criança. Pode-se perceber que o tema foi tratado nas entrelinhas todo o tempo, sem uma relação homossexual entre os personagens ter sido confirmada e sem, sequer, Roni ter se declarado abertamente homo-orientado.

O termo “futebol” se faz presente na descrição de 10 personagens dessa novela. Não apenas nas apresentações daqueles diretamente envolvidos com o esporte, mas também nas de personagens correlatos. É o caso de Carminha (Adriana Esteves), por exemplo, apresentada como esposa do jogador de futebol Tufão. A descrição de Tufão diz que foi ele quem “deu” um título carioca ao Flamengo, por ter sido o artilheiro daquele campeonato. Ele é caracterizado como um homem que gosta de levar uma vida simples, apesar de todo o dinheiro que obteve com o esporte. Outro jogador do Divino apresentado é Iran (Bruno Gissoni), que faz “um enorme sucesso com as mulheres”. Diógenes (Otávio Augusto) é o pai de Roni e presidente do Divino Futebol Clube. Ele foi pai solo de Roni, uma vez que a mãe do rapaz – uma ex-atriz pornô – deixou a família depois do nascimento do filho. Talvez seja importante observar como esse contexto familiar e a posição de poder de Diógenes no clube relacionam-se ou não com as discussões sobre a homo-orientação de Roni. A descrição de Leandro revela mais sobre como ele e Roni ficaram tão próximos: o rapaz não era do Rio de Janeiro e havia sido trazido para o estado para jogar no Divino. Com isso, Diógenes o acolheu em sua casa. Portanto, ele e Roni já moravam juntos antes de Suelen entrar em suas vidas. Outro personagem apresentado é Adauto (Juliano Cazarré), um ex-jogador frustrado do Divino, traumatizado por ter perdido um pênalti em uma partida importante. Branco (Murilo Elbas) é apresentado apenas como sendo o técnico do time.

Na seção “bastidores”, há um relato interessante sobre a pesquisa realizada para a telenovela: “a equipe de produção de arte também se aprofundou no estudo do mundo do futebol, tema de fundo da novela. Foram pesquisados

desde o nascimento do esporte, a sua influência na vida dos brasileiros e os atletas que mais se destacaram”. O texto também diz que o visual dos personagens foi composto a partir de um estudo do estilo de jogadores reais. A seção “curiosidades” diz que Murilo Benício e Cauã Reymond treinaram futebol com atletas para as gravações. Surpreendentemente, a página de *Avenida Brasil* na *Wikipedia* quase não faz referências ao futebol. Ela apenas diz que Tufão é um “craque” do esporte, e que o time de futebol do Divino tem uma vitória importante no último capítulo.

Diferentes formas de representação do futebol nas novelas argentinas

A página de *Cebollitas* (1997) na *Wikipedia* (em espanhol) apresenta a novela dizendo que ela acompanha as aventuras de “um grupo de crianças que jogam futebol em um clube de bairro”. O texto também explica que o nome da série “foi escolhido em homenagem ao ídolo do futebol Diego Armando Maradona, já que ‘Cebollitas’ é o nome da categoria de base do Argentinos Juniors onde o astro argentino jogou”. Além disso, a página traz apenas a curiosidade de que um jogador profissional dominicano tem por apelido o nome de um dos personagens da novela.

Na página de *Educando a Nina* (2016), o termo “*fútbol*” aparece apenas uma vez. Ele faz referência à participação especial do ator Juan Manuel Guilera, como um jogador de futebol famoso chamado Manguera Gutiérrez. Em *Por amarte así* (2016), Manuel (Gastón Soffritti), uma grande promessa do futebol, é atropelado e fica paralítico. Porém, ele e Mercedes (Brenda Asnicar), a mulher que o atropelou por acidente, apaixonam-se. Nada mais é dito na página sobre a relação de Manuel com o futebol.

Representação da homo-orientação no futebol em uma novela argentina

A página de *Botineras* (2009) na *Wikipedia* (em espanhol) é a que traz mais referências ao termo “*fútbol*”, aparecendo 26 vezes. A página apresenta a novela dizendo que ela é “inspirada em um fenômeno global: a vida das es-

posas dos jogadores de futebol. A história é baseada em garotas que buscam mudar de vida ficando ricas e famosas graças a jogadores e suas fortunas”. Segundo a página, esse seria “um tema muito popular hoje em dia”. Logo, o centro da trama não seria a prática esportiva do futebol em si, mas as “maria-chuteiras”, ou “*botineras*”, em espanhol. Vê-se que importantes questões de gênero perpassam a novela, por um viés heteronormativo, desde sua concepção. A trama se passa em torno do time fictício de futebol Club Deportivo El Cristal. O protagonista é Chiqui Flores, um dos maiores ídolos do futebol mundial que retorna da Espanha para se casar com a “*botinera*” Marga (Isabel Macedo). Mas ele está sendo investigado pelo assassinato do jogador Andrés Cappa (Adrián Navarro), com o qual tinha uma rivalidade na Espanha. A policial Laura (Romina Gaetani) infiltra-se no mundo de Chiqui para investigá-lo, contando com a ajuda de Giselle (Florencia Peña), a “rainha das *botineras*”, que tem uma agência para inserir garotas no universo do futebol.

Na apresentação dos personagens, é dito que Giselle é apaixonada por futebol e especialista no tema. O objetivo de sua agência é “transformar garotas em *botineras*, para que elas possam atrair jogadores, casar com eles e fazer fortuna”. Ela tem uma funcionária que estuda os jogadores para ver qual deles combina com cada cliente da agência. Também tem um estilista que monta o visual das garotas. Outros personagens ligados diretamente ao futebol são citados, como os jogadores Máximo (Alejandro Cupito) e Walter Vázquez (Rodrigo Guirao Díaz), caracterizado como ingênuo e apaixonado pela namorada. Há ainda os dirigentes Pablo Tulio (Toti Ciliberto) e Vanner (Carlos Bermejo). Alguns desses personagens estão envolvidos em ações violentas, como o empresário Fabián (Gustavo Bonfigli).

A trama dos personagens homo-orientados Manuel e Lalo também é abordada na página. Manuel Riveiro (Christian Sancho), conhecido como Flaco, é um jogador que já atuou na Itália e na Espanha. Ele é casado com uma mulher e tem dois filhos. No entanto, mantém uma “vida dupla”, pois é – nas palavras usadas na página – um “homossexual reprimido” que se sente atraído pelo colega de equipe Gonzalo Roldán (Ezequiel Castaño), conhecido como Lalo. Lalo é primo de Chiqui. Depois de desempenhos ruins como jo-

gador, passou a ser desprezado pelos colegas. É dito que ele tem uma “relação homossexual secreta” com Manuel.

Lalo também tem uma trama que o liga ao enredo policial da novela. Ele causou a morte de uma mulher ao atropelá-la por acidente quando estava bêbado. Em decorrência das inimizades que esse acontecimento lhe trouxe, ele também se torna suspeito de matar Giselle e Mirta (Graciela Pal), que são, respectivamente, a ex-companheira e a empregada do violento empresário Tato (Damián De Santo). Este, então, para se vingar, manda o torcedor “barra brava” Mostaza (Juan Ignacio Machado) espancar Lalo, que acaba sofrendo fraturas que o levam a parar de jogar futebol. Outro acontecimento em torno de Lalo e Manuel descrito na página relaciona-se com um personagem apresentado apenas como “jornalista” (interpretado por Duilio Orso). Ele recebe um vídeo íntimo de Lalo e Manuel, enviado por Tato. Então, Manuel dá uma entrevista para ele se declarando gay, para que o vídeo não vá ao ar. No fim, Manuel e Lalo terminam juntos. Pode-se perceber que, apesar de as páginas da *Wikipedia* trazerem, em geral, poucas informações sobre as relações entre as novelas e o futebol, no caso de *Botineras* isso não acontece, possivelmente pela centralidade do esporte na trama.

Considerações possíveis até o momento

Os resultados encontrados mostram que o futebol é um tema relativamente pouco explorado nas telenovelas brasileiras, especialmente se considerarmos que nenhuma novela brasileira do *corpus* teve o futebol como seu principal assunto. O esporte aparece na maioria dessas tramas como um elemento que compõe os perfis de personagens secundários. Em algumas das tramas, ele sequer é um tema abordado de fato, aparecendo apenas a partir da participação especial de jogadores. Em parte das novelas, porém, o tema é abordado de formas que apontam para importantes questões sobre masculinidade e heteronormatividade, relacionando o futebol a homens machistas, assediadores, violentos ou homofóbicos. No que diz respeito à homo-orientação, porém, *Avenida Brasil* mostrou-se como sendo, de fato, a única trama a tematizar essa questão.

A análise das páginas do *Memória Globo* demonstrou que essa plataforma traz bastante material para esse tipo de pesquisa, permitindo uma avaliação rica sobre o *corpus*. A análise a partir da *Wikipedia*, por outro lado, mostrou-se muito menos potente. Parte das novelas que não tinham o futebol referenciado em suas páginas da *Wikipedia* apresentavam caracterizações desse esporte que não poderiam ser desprezadas no levantamento. Até mesmo as novelas que têm referência ao futebol em suas páginas na *Wikipedia* têm muito menos informações a respeito desse tema do que no *Memória Globo*. Dessa forma, em relação às novelas brasileiras, a *Wikipedia* não se mostrou uma plataforma interessante para futuros levantamentos. Em relação às novelas argentinas da *Telefe*, por outro lado, a *Wikipedia* constitui a principal fonte de informações, devido à ausência de páginas oficiais. Nesse caso, o número pequeno de novelas encontradas não quer dizer que outras novelas também não tenham abordado esse tema. No entanto, é preciso dizer que a página de *Botineras* traz bastante informações sobre a novela, o que foi um ponto positivo diante dessas limitações.

O objetivo final da pesquisa em andamento na qual este levantamento se insere é caracterizar as relações entre personagens masculinos homo-orientados e o futebol em novelas brasileiras e argentinas. No entanto, esta análise não apontou para outras tramas além das duas inicialmente conhecidas. Ainda assim, creio que a realização de levantamentos como este é, em si, muito potente, pois pode indicar outros caminhos de pesquisa, além de radiografar as relações entre futebol e novelas.

Além disso, é preciso apontar que esse tipo de levantamento não é exaustivo, pois sempre carrega limitações, como a dificuldade de encontrar referências pontuais ao futebol nas tramas em que esse não é um tema abordado de forma permanente. Mesmo que menos importantes para a trama, as representações presentes em cenas pontuais de algumas novelas poderiam ser muito ricas para a análise. É o que pode ser percebido a partir de uma breve sequência envolvendo a presença, em uma pelada de futebol, dos personagens homo-orientados Érico, interpretado por Silvero Pereira, Guto, interpretado por Pedro Goifman, e Vinícius, interpretado por Elvis Vittorio. Ela foi ao ar

na novela das seis *Garota do Momento*, de Alessandra Poggi (Globo, 2024). Na cena, o conflito acontece porque um jogador é contra a presença de Êrico, cuja homo-orientação é conhecida por todos, no jogo (Figura 4). A abordagem foi bastante pontual, já que o futebol não é um tema recorrente na novela nem faz parte da construção dos personagens para além do capítulo em questão. No entanto, ela carrega um material potente para a análise que se pretende realizar. Esse exemplo mostra como algumas novelas podem ficar de fora desse tipo de levantamento tanto devido às limitações de recorte – como a faixa horária – , quanto à ausência do futebol nas tramas permanentes da novela.

Figura 4 – Êrico, Guto e Vinicius em *Garota do Momento*



Fonte: *Globo* (2024).

Descrição: Vinícius (Elvis Vittorio), à esquerda, e Guto (Pedro Goifman), ao centro, olham atentamente para Êrico (Silvero Pereira), à direita. Êrico está com uma expressão concentrada. Há uma pessoa de costas, em frente a eles.

A novela *Vereda Tropical*, destacada em outros levantamentos sobre futebol e telenovelas, era uma novela das sete. Por isso, também ficou de fora do *corpus* neste levantamento, apesar de estar dentro do recorte temporal.⁷ De todo modo, o recorte final realizado nesta primeira fase da pesquisa privi-

7 O mesmo com o *remake* de *Irmãos Coragem*, que foi uma novela das seis.

legiou a relevância das emissoras e faixas-horárias, já englobando 190 tramas. Pretende-se ampliar a pesquisa, investigando outras faixas-horárias da *Globo* e, eventualmente, outra emissora argentina – provavelmente a *Eltrece/Canal 13*, que também é uma grande veiculadora de novelas no país. Ademais, a cena identificada em *Garota do Momento* também já está catalogada para análise. Na fase final da pesquisa, serão analisadas as tramas cuja relação entre personagens masculinos homo-orientados e futebol se fizer conhecida, tanto a partir dos levantamentos realizados, quanto por identificações possibilitadas de outros modos ao longo do processo.

Referências

ALENCAR, Mauro. Memória coletiva e memória histórica (e suas relações com o futebol e a telenovela). **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, n. 2, p. 106-115, 2011. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/273>. Acesso em: 14 de nov. 2025.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **Telenovela, consumo e gênero**: “muitas mais coisas”. Bauru: Editora da USC; São Paulo: Anpocs, 2003.

BANDEIRA, Gustavo Andrada. Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 342-351, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200010>. Acesso em: 14 de nov. 2025.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BIAZOTTO, João Evandro; MARQUES, José Carlos. O futebol na telenovela: uma análise sócio-política. CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 18, 2013, Bauru. **Anais eletrônico [...]**, Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 1-11.

FARIA, Eliene Lopes. Jogo de corpo, corpo do jogo: futebol e masculinidade. **Cadernos de Campo**, v. 18, n. 18, p. 65-86, 2009. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45438>. Acesso em: 14 de nov. 2025.

FRANÇA, Vera Veiga. A televisão porosa: traços e tendências. In: FILHO, João Freire (org.). **A TV em transição**: tendências de programação no Brasil e no mundo. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 27-52.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Editora da USC, 2001.

SIMÕES, Paula Guimarães. Telenovela e vida social: a construção do ethos contemporâneo. **Unirevista**, v. 1, n. 3, jul. 2006.

SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS

Atilio Butturi Junior é doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). É professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina, líder do Grupo de Estudos no Campo Discursivo (UFSC). Desde 2015, é editor-chefe da revista *Fórum Linguístico* e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC (que coordenou entre 2018 e 2020), além de ser docente do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, na área de Gênero e Sexualidade. Atualmente, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e coordenador do projeto *É só mais uma crônica*, com pesquisa voltada ao dispositivo crônico intra-ativo da AIDS no Brasil e à construção de uma análise neomaterialista dos discursos.

Carmen Rial é graduada em Ciências Sociais e Jornalismo, possui doutorado em Sociologia e Antropologia pela Université Paris Descartes-Sorbonne (1992). Professora titular do Departamento de Antropologia da UFSC (1982) e atua no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Participou da criação das revistas *Ilha*, *Vibrant*, *Novos Debates* e da TV ABA, é editora internacional de *ViBrAnt* e editora associada responsável pela Ciências Humanas nos Anais da Academia Brasileira de Ciências. Pesquisadora do CNPq com projeto relacionado ao futebol desde 1993, coordena o Instituto de Estudos do Futebol Brasileiro, (INCT Futebol), integra o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e coordena o Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (Navi).

Joana Maria Pedro é professora emérita da UFSC desde 2024, doutora em História Social (USP-1992), professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002 e, também, nos Estados Unidos, na Brown University entre 2016 e 2017. Foi presidenta da ANPUH – Associação Nacional de História na gestão 2017-2019, hoje está aposentada e trabalhando com professora voluntária nos programas de Pós-Graduação em História e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É uma das pesquisadoras do IEG – Instituto de Estudos de Gênero - <http://www.ieg.ufsc.br/> e do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História <http://www.legch.cfch.ufsc.br/>, pesquisadora 1-A do CNPq.

Luciana Patrícia Zucco é professora associada do Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina. Faz parte do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), onde coordena a área de Estudos de Gênero e Sexualidades (EGES) e colabora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFSC). É também uma das coordenadoras do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

Miriam Pillar Grossi é professora titular aposentada. Atua como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Doutora em Antropologia pela Université de Paris V, foi professora visitante no IHEAL – Université de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, ILAS – Columbia University e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

SOBRE AS AUTORIAS

Adriano Beiras é Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas da UFSC. Doutor europeu em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha. Realizou estágios de pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de Granada -Espanha, Universidade de Brighton-Reino Unido. Foi professor visitante (pós-doutorado sênior) na Universidade Autônoma de Barcelona em 2023 e 2024, com bolsa CNPq e Capes Print. É bolsista Produtividade do CNPq. Coordenador do Núcleo de Pesquisas Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) na UFSC. Vice-coordenador do grupo de pesquisa do CNPq NPPJ- Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica.

Ale Mujica Rodríguez é médico, psicanalista, mestre e doutor em Saúde Coletiva pela UFSC. É pós-doutorando do PPGICH – UFSC. Pesquisa sobre saúde, gênero e sexualidades; saúde sexual e (não) reprodutiva; corponormatividade; gordofobia; colonialidade/racismo; e políticas públicas. Integra e coordena a Juntas Coletiva: Saúde sexual e (não) reprodutiva para todes!; integra o IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades; Marcha Trans Florianópolis. Integra os núcleos/institutos e laboratórios de pesquisa: Afrodite; Nusserge; IEG; N'aya; e Nupebisc – UFSC. Integra o Laboratório Afinidades, do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Infância (CIEN).

Atilio Butturi Junior é doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Realizou estágio pós-doutoral no IEL/UNICAMP (2014-2015), e estágio pós-doutoral na Faculdade de Filosofia da Ciência da Universidade Nova de Lisboa (2017-2018), com bolsa da CAPES. Foi professor visitante da Faculdade de Medicina da USP entre setembro e novembro de 2024. É professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina, líder do Grupo de Estudos no Campo Discursivo (UFSC) e pesquisador do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC. É ainda membro dos grupos de pesquisa “A condição Corporal” (PUC-SP), “Cartografias do Contemporâneo” (UFU), NELA (UFSC) e do Laboratório Pós-Humanismo e Humanidades Digitais (UNICAMP). Desde 2015, é editor-chefe da revista *Fórum Linguístico* e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC (que coordenou entre 2018 e 2020), além de ser docente do Programa Interdisciplinar

em Ciências Humanas, na área de Gênero e Sexualidade. Atualmente, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e coordenador do projeto *É só mais uma crônica*, com pesquisa voltada ao dispositivo crônico intra-ativo da AIDS no Brasil e à construção de uma análise neomaterialista dos discursos. É um dos organizadores de *Pós-Humanos, Novos Materialismos e Linguagem* (Pontes, 2024) e realiza estágio de pós-doutoramento na UNICAMP, sob supervisão do Professor Marcelo Buzato.

Carmen Rial é graduada em Ciências Sociais e Jornalismo, possui doutorado em Sociologia e Antropologia pela Université Paris Descartes-Sorbonne (1992). Professora Titular do Departamento de Antropologia da UFSC (1982) e atua no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Participou da criação das revistas *Ilha*, *Vibrant*, *Novos Debates* e da TV ABA, é editora internacional de *ViBrAnt* e editora associada responsável pela Ciências Humanas nos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. Pesquisadora do CNPq com projeto relacionado ao futebol desde 1993, coordena o Instituto de Estudos do Futebol Brasileiro, (INCT Futebol), integra o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e coordena o Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (Navi). Tem participação política acadêmica relevante, tendo sido presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2013-2015), do Conselho Mundial de Associações Antropológicas (WCAA, 2018-2021) e coordenadora da União Mundial de Antropologia (WAU, 2019-2021). Integra o Advisory Board da Wenner Gren Foundation, do dicionário *Anthropen*, e do Open Anthropology Research Repository da American Anthropological Association. Tem pesquisado principalmente os seguintes temas: globalização, antropologia da alimentação, visual, futebol, história da antropologia e consumo. Foi professora visitante ou *visiting scholar* na UNB, Universidad de La República, Instituto Universitário de Lisboa, University of California, Berkeley, Universidad de Cádiz e Universidade de Hradec Králové e ocupou a cátedra Ruth Cardoso da Fulbright na Universidade de Georgetown. Realizou pós-doutorado no Laboratoire d'Anthropologie Sociale (Collège de France/CNRS), na École des Hautes Études en Science Sociale (EHESS), na Université de Toulouse e Estágio Sênior no Exterior/CAPES na City University of NY. Entre os prêmios recebidos consta a Medalha Roquete Pinto (2016) e o Pierre Verger (2002) da Associação Brasileira de Antropologia. Orientou mais de 200 trabalhos, sendo 47 teses de doutorado e 27 dissertações de mestrado. Entre suas publicações recentes contram *Football, lesbianism and feminism in Brazil: subversive acts* (2024) e *Women's football in mid-twentieth century Brazil and France: three team managers from prohibition to professionalization* (2025), ambas com Caroline S. Almeida, em *Soccer & Society*.

Carolina Giordano Bergmann é doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (DICH/UFSC) e pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC). Atua como técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal Catarinense (IFC, Reitoria).

Caroline Soares de Almeida é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Também é graduada em História pela mesma instituição e bacharela em Educação Física pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Atualmente é subcoordenadora do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (NAVI/UFSC) e pesquisadora do Laboratório de Antropologia Visual (LAV/UFPE). Coordena, ao lado de Wagner Xavier de Camargo, a linha temática “Futebol de mulheres, indígenas e LGBTQIA+” no âmbito do INCT – Estudos do Futebol Brasileiro, onde também atua como coordenadora executiva. Suas pesquisas se voltam às histórias de vida e carreiras de mulheres no futebol, bem como às relações entre esporte, gênero, consumo e sustentabilidade.

Cecilia Arrarte-Arzola é professora adjunta do Centro Universitário Regional do Leste, UdelaR – Uruguai. Pertence ao Departamento de Modelização Estatística de Dados e Inteligência Artificial (MEDIA) e ao Departamento de Economia e Administração (DEA) do CURE. É licenciada e mestre em Gestão e Administração. Atualmente é doutoranda em Ciências da Administração pela Universidade Nacional de La Plata (Argentina). Suas linhas de pesquisa são as relações de gênero na ciência acadêmica, tomada de decisões e distribuição de poder.

Cristian Darouiche é licenciado em Sociologia, mestre em Investigação em Ciências Sociais. Docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Humanidades da Universidade Nacional de Mar del Plata. Membro do Grupo de Estudos sobre Família, Gênero e Subjetividades (FH-UNMDP). Bolseiro de doutorado do CONICET. Bolseiro do Programa *Move la América* 2025 da CAPES.

Débora de Carvalho Figueiredo possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado e doutorado em Letras e Linguística Aplicada (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Linguística Aplicada e ensino de LE, atuando principalmente na área de Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional. Seus interesses de pesquisa

se voltam para questões de gênero, poder e identidade nos discursos profissionais, midiático e jurídico.

Guilherme “Smee” Sfredo Miorando Realiza estágio pós-doutoral em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Ciência da Comunicação (Unisinos), mestre em Memória Social e Bens Culturais (UniLasalle), especialista em Histórias em Quadrinhos (EST), especialista em Imagem Publicitária (PUCRS) e bacharel em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda (PUCRS), Guilherme Smee também faz parte da diretoria da Associação de Pesquisadores em Arte Sequencial (ASPAS) e é um dos fundadores da Associação de Quadrinistas do Rio Grande do Sul (AQUARIOS). Também foi um dos fundadores da Gibiteca da Biblioteca Pública do Estado, que fica em Porto Alegre/RS. É membro-fundador da *International Society for Superheroes Studies*.

Joana Maria Pedro é professora emérita da UFSC desde 2024, doutora em História Social (USP-1992), professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002 e, também, nos Estados Unidos, na Brown University entre 2016 e 2017. Foi Presidenta da ANPUH – Associação Nacional de História na gestão 2017-2019, hoje está aposentada e trabalhando com professora voluntária nos programas de Pós-Graduação em História e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É uma das pesquisadoras do IEG – Instituto de Estudos de Gênero - <http://www.ieg.ufsc.br/> e do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História <http://www.legh.cfh.ufsc.br/>, pesquisadora 1-A do CNPq. Suas publicações mais recentes são: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (organização). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. PEDRO, Joana Maria e LISBOA, Teresa Kleba. *Prefeitas de Santa Catarina: trajetórias de vida e na política*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

José Augusto Simões de Miranda é professor Adjunto da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e pesquisador de pós-doutorado na área de Estudos de Gênero e Sexualidades (EGES) do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH-UFSC). Doutor e mestre em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (UFSC). Graduado em Letras–Português e Inglês (FURB). Desenvolve pesquisas na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Estudos do Discurso na abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso; Estudos de Gênero e Sexualidades, com foco nos estudos *queer* e na teoria social crítica da interseccionalidade.

Keo Silva é doutor pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC (Capes). Na área de Estudos de gênero e sexualidade. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de Sociologia e História da Educação. Graduado em Ciências Sociais pela UFSC. Pesquisador do Núcleo de Antropologia Visual e Imagem (NAVI – INCT Futebol) e Núcleo de Identidade e subjetividades (NIGS) (até 2024). Pesquisador e membro fundador do Netrans – (2018 a 2021) *Decolonizing sexualities network*. Áreas de interesse: antropologia, sociologia da educação, estudos de gênero e sexualidades, decolonialidades, ciberespaço, interdisciplinariedades.

Laura Masson é mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora e pesquisadora da Escola IDAES da Universidade Nacional de San Martín. Suas pesquisas se concentram em políticas públicas, o movimento feminista na Argentina e a profissão militar, em particular a integração das mulheres nas Forças Armadas. Entre 2020 e 2023, atuou como Diretora de Políticas de Gênero do Ministério da Defesa da República Argentina. Autora de *Una etnografía de espacios y narrativas feministas en Argentina* (Prometeo Libros, 2007) y *Militares Argentinas: Evaluación de las Políticas de Género en el Sector Defensa* (UNDEF Libros, 2020). Atualmente coordena o Mestrado em Estudos Feministas da Universidade Nacional de San Martín.

Luciana Patrícia Zucco é professora associada do Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina. Faz parte do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), onde coordena a área de Estudos de Gênero e Sexualidades (EGES) e colabora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFSC). É também uma das coordenadoras do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

Marcos Vinícius Ferreira Corrêa é advogado e doutorando em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC). Mestre em Ensino (PPGEN/IFMT), com experiência docente em Direito e Filosofia, tem trajetória marcada na pesquisa pela intersecção; experiência interdisciplinar entre Direito, Literatura e Direitos Humanos. Especialista em Responsabilidade Civil e na defesa de vítimas de violência doméstica, atuou como vice-presidente da Comissão Estadual de Direitos Humanos da OAB/SC, é presidente da Comissão OAB Cidadã e integra diversos grupos de pesquisas nacionais: Direito, Direitos Humanos e Literatura e Direito Desportivo. Com vivência internacional e

sólida atuação prática, alia visão acadêmica e compromisso social, destacando-se em temas de gênero, raça, masculinidades, educação e cidadania.

Miriam Pillar Grossi é professora titular aposentada. Atua como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Doutora em Antropologia pela Université de Paris V, foi professora visitante no IHEAL – Université de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, ILAS – Columbia University e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Morgani Guzzo é jornalista e doutora em Ciências Humanas na área de concentração Estudos de Gênero do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC). Trabalha como pesquisadora de pós-doutorado no INCT Caleidoscópio – Instituto de Estudos Avançados em Inequidades, Desigualdades, Violências de Gênero, Sexualidade e suas múltiplas insurgências, com bolsa do CNPq, vinculada ao PPGICH/UFSC, e integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) – <http://www.legh.cfh.ufsc.br/> – Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) – <http://www.ieg.ufsc.br/>.

Pablo Alabarces estudou Literatura na UBA, fez mestrado em Sociologia da Cultura na UNSAM e doutorado em Sociologia em Brighton (Reino Unido). É professor titular de Cultura Popular e Cultura de Massas na Faculdade de Ciências Sociais da UBA e pesquisador sênior do CONICET. É considerado um dos fundadores da sociologia do esporte na América Latina. Entre seus livros publicados estão o já clássico *Futebol e Pátria* (2002, que será publicado no Brasil em 2026); *Heróis, machos e patriotas. O futebol entre a violência e a mídia* (de 2014, Segundo Prêmio Nacional de Ensaio Sociológico em 2018); *História Mínima do Futebol na América Latina* (publicado no México e na Espanha em 2018, no Brasil em 2022 e em Buenos Aires em 2023); e *Pospopulares. As culturas populares após a hibridização* (2020, publicado no México, Argentina, Costa Rica, Equador e Alemanha). Em 2024, foi premiado com o Diploma Konex ao Mérito em Letras (2014-2024), como ensaísta em sociologia e antropologia. Foi pesquisador convidado nas universidades de Campinas, Guadalajara, Salamanca e Princeton.

Renata Kiefer é bolsista de doutorado na linha de pesquisa Feminismos, Sexualidades e Estudos de Gênero do Instituto de Estudos Sociais (INES), dupla dependência do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) e da Universidade Nacional de Entre Ríos (UNER). Doutoranda em Ciências Sociais e bacharel em

Ciência Política com orientação em Análise Política Regional e Latino-Americana pela UNER. Participa de atividades de ensino e projetos de pesquisa e extensão na Faculdade de Serviço Social da UNER. Suas pesquisas são voltadas para o estudo do poder, da política e dos movimentos feministas, no âmbito dos debates da teoria política contemporânea.

Rita Lorena Arambuenza é licenciada em Sociologia pela Universidade Nacional de Santiago del Estero (2018) e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Nacional de La Plata. Como bolsista de doutorado do CONICET no Instituto de Linguística, Folclore e Arqueologia (ILFyA-UNSE), pesquisa o processo de profissionalização do futebol feminino em dois clubes argentinos e a relação entre futebol e feminismos nesse processo. Sua formação inclui um diploma em Gênero e Esporte pela Universidade de Buenos Aires (2020-2021) e uma estadia de pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina (2025). É membro do Grupo de Trabalho da CLACSO “Esporte, Cultura e Sociedade” e apresentou alguns trabalhos em congressos e publicados em capítulos de livros e artigos acadêmicos. Entre suas publicações estão *Ser y parecer profesionales: La construcción de la imagen pública de mujeres futbolistas de dos clubes platenses (Argentina)* na revista *Avatares* e *Las futbolistas y el legado de lucha: antecedentes y devenir del fútbol femenino profesional en Argentina*, publicado no livro *Mundiales de fútbol varonil 2022 y feminil 2023: Transversalidades y conocimientos multidisciplinares*.

Thaís Rodrigues de Almeida é professora do curso superior de Educação Física na Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH – UFSC). É pesquisadora do Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (NAVI/UFSC) e pesquisadora do Instituto de Ciência e Tecnologia Estudos do Futebol Brasileiro (INCT). Desenvolve pesquisas na área do futebol e esportes, com ênfase nas temáticas de gênero, estudos socioantropológicos, e mulheres torcedoras.

Thatiane Mandelli é doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. É mestra em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-americana. É bacharel em Direito pela Universidade de Passo Fundo. Integra a REPAD – Rede de Pesquisadoras e Pesquisadores sobre Aborto pelo Direito de Decidir no

Brasil e a Frente Catarinense de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto. É bolsista da FAPESC, e desenvolve pesquisa no campo dos estudos de gênero e sexualidades, com ênfase nos processos de descriminalização do aborto no México, Colômbia e Brasil.

Vanrochris Helbert Vieira é doutore em Ciências Humanas – Estudos de Gênero pela Universidade Federal de Santa Catarina (2023). Realizou estágio pós-doutoral na UFSC (2023-2024), com bolsa do CNPq, por meio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Estudos do Futebol Brasileiro. Foi professor da Universidade Vale do Rio Doce entre 2015 e 2019. Atualmente, é bolsista de extensão do INCT Futebol e editore do periódico *Bate-Pronto*.



Luciana Patrícia Zucco é professora associada do Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Faz parte do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), onde coordena a área de Estudos de Gênero e Sexualidades (EGES) e colabora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFSC). É também uma das coordenadoras do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

LUCIANA PATRÍCIA ZUCCO



MIRIAM PILLAR GROSSI

Miriam Pillar Grossi é Professora Titular aposentada. Atua como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Doutora em Antropologia pela Université de Paris V, foi professora visitante no IHEAL - Université de Paris 3 - Sorbonne Nouvelle, ILAS - Columbia University e ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.



ATILIO BUTTURI JUNIOR



Atilio Butturi Junior é doutor em Linguística e professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina, líder do Grupo de Estudos no Campo Discursivo (UFSC Desde 2015, é editor-chefe da revista Fórum Linguístico e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC (que coordenou entre 2018 e 2020), além de ser docente do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, na área de Gênero e Sexualidade. Atualmente, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e coordenador do projeto É só mais uma crônica.

CARMEN RIAL

Carmen Rial é graduada em Ciências Sociais e Jornalismo, possui doutorado em Sociologia e Antropologia pela Université Paris Descartes-Sorbonne (1992). Professora Titular do Departamento de Antropologia da UFSC (1982) e atua no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Participou da criação das revistas Ilha, Vibrant, Novos Debates e da TV ABA, é editora internacional de ViBrAnt e editora associada responsável pela Ciências Humanas nos Anais da Academia Brasileira de Ciências. Pesquisadora do CNPq com projeto relacionado ao futebol desde 1993, coordena o Instituto de Estudos do Futebol Brasileiro, (INCT Futebol), integra o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e coordena o Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (Navi).



JOANA MARIA PEDRO

Joana Maria Pedro é Professora Emérita da UFSC desde 2024, doutora em História Social (USP-1992), professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002 e, também, nos Estados Unidos, na Brown University entre 2016 e 2017. Foi Presidenta da Associação Nacional de História na gestão 2017-2019, hoje está aposentada e trabalhando com professora voluntária nos programas de Pós-Graduação em História e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É uma das pesquisadoras do Instituto de Estudos de Gênero e

Este Move-se o Gênero na América Latina é resultado das colaborações que aconteceram âmbito do projeto MOVE La América, financiado pela CAPES. Daqueles dias de conversa e debate, mas também de café e de fazer planos, surgiu este livro, que mostra a força das colaborações de pesquisa que estabelecemos com a comunidade acadêmica da América Latina que está interessada em discutir Gênero e Sexualidade. Estão aqui o futebol, as torcedoras do futebol, a memória, as novelas, as HQs, o queer, o litígio judicial, os pânico morais, as mulheres na Universidade, as pessoas trans e sua formação acadêmica, as novelas, os direitos reprodutivos e os não-reprodutivos, o queer, as violências e desigualdades – tudo agenciado por séries de gênero, raça, geografia, economia, trabalho (entre outros atravessamentos).

Esperamos que o livro possa funcionar como um espaço aberto para nos pensarmos nesta geografia específica e nesta invenção, cheia de efeitos, a que chamamos de América Latina.

MOVE-SE O GÊNERO

NA AMÉRICA LATINA

